

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

**EXPANSÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MATO GROSSO DO
SUL: RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO E RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL**

JOSÉ ROBERTO NUNES DE AZEVEDO

Dourados-MS
2008

**EXPANSÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MATO GROSSO DO
SUL: RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO E RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL**

José Roberto Nunes de Azevedo

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação – Mestrado em Geografia,
da Faculdade de Ciências Humanas, da
Universidade Federal da Grande
Dourados, com vistas à obtenção do
título de Mestre em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

**DOURADOS-MS
2008**

ESTE EXEMPLAR COMPREENDE A REDAÇÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DEFENDIDA PELO ALUNO JOSÉ ROBERTO
NUNES DE AZEVEDO.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior
Presidente da Comissão Julgadora

Prof. Dra. Márcia Yukari Mizusaki
2º Examinadora

Prof. Dr. José Jorge Gebara
3º Examinador

Dourados, 18 de dezembro de 2008.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais
(José Nunes de Azevedo e Valdília Fabrício de Azevedo),
minha esposa (Cláudia de Oliveira Azevedo) e
a todos os que, de alguma forma,
tornaram possível esta construção.

Agradecimentos

Durante minha caminhada escolar, foram inúmeras as pessoas que, de alguma maneira, me ajudaram a trilhar rumo ao conhecimento (descoberta) das coisas, sendo que, antes de mais nada, agradeço a Deus por tudo e por ter posto essas figuras em minha vida.

Inicialmente, destaco que esta simples contribuição somente foi possível graças aos meus pais, José Nunes e Valdília Fabrício, com quem aprendi os valores da vida e que tenho como referência fundamental. Também aos meus irmãos Maria Cristina, Edson, Gilberto e Vanda, os quais me proporcionaram a atenção necessária e sempre me estimularam a “correr atrás dos meus sonhos”.

A minha esposa, Cláudia, pelo apoio incondicional nos diferentes momentos da pesquisa, pela compreensão nas ausências, motivações, sonhos...

Chamo atenção para todos os professores que tive e me ensinaram o sentido das coisas, e que conseguiram me instigar o bastante para prosseguir os estudos, buscar superar desafios e entender a processualidade da vida.

Destaco a figura do Thomaz, que, desde meu primeiro ano de Graduação em Geografia, me incentivou e possibilitou alimentar minhas dúvidas.

Agradeço ao amigo inestimável Túlio, que sempre me ajudou, estimulou e me fez ver as possibilidades da vida, bem como a Antonio Carlos, Marcelo, Elias Coimbra, Professor Edson Rosa, que participaram diretamente desse contexto.

Aos companheiros do CEGeT que me acolheram e com quem aprendi muito, com destaque para a Sônia, a Fernanda, o Jorge (que ainda fez a tradução do resumo), Maria, Lima, Terezinha, Marcelo(s) Mendonça e Carvalhal, Marcelino, Alex, Ivanildo (sempre na “labuta” com as bolsas...).

A Maria Shigueco Botti que me ajudou enormemente com os mapas.

Ao Wellington Silva Teixeira (Conab), pelos dados cedidos, bem como a Maria do Rosário (Senar/MS), Eduardo Riedel (Famasul), Adilson Remelli (STR Nova Andradina), Paulo Vasconcelos (Sindal/MS), Fátima Eberhart (Funai), pelas informações disponibilizadas mesmo após a visita de campo.

Ao Prof. João E. Fabrini, pelos “toques” em relação ao entendimento da inserção dos trabalhadores nas agroindústrias canavieiras.

A Nair e a Lúcia, do Departamento de Geografia da FCT/UNESP, que sempre que necessário estavam prontas a me ajudar e ensinar.

Aos professores do Mestrado em Geografia da UFGD, pelas suas incursões teóricas, metodológicas, apoio e dicas diversas etc.

Aos colegas do Mestrado, pelas discussões, contribuições e risadas.

Aos amigos feitos nesse caminho, com destaque para Marcos e Thaine (que me acolheram no estágio de docência, em sua casa), Carlos Joviano (das incansáveis viagens e experiências), Carlos Ferrari e Walter Ferrari (pelos animados almoços).

Aos membros da Banca de Qualificação (Edvaldo Moretti e Márcia Mizusaki), que me alertaram para os possíveis enganos, equívocos e possibilidades de pesquisa.

A todos os entrevistados durante a pesquisa, principalmente os trabalhadores rurais, os sindicatos dos trabalhadores rurais e demais representantes de entidades de classe, prefeituras, associações etc.

Pela CAPES, fornecer a bolsa que foi fundamental para a efetivação da pesquisa, sobretudo os Trabalhos de Campo.

Enfim, a todos os que participaram desse processo e que não cito aqui, dada a imensidão de sujeitos envolvidos.

Sumário

Resumo-----	13
Resumen-----	14
Apresentação-----	15
Introdução-----	18
Capítulo 1. A Atividade Canvieira no Mato Grosso do Sul -----	23
1.1. Exemplos da Internacionalização do Capital Canvieiro no Mato Grosso do Sul----	61
1.2. O Papel do Estado na Agroindústria Canvieira no Mato Grosso do Sul-----	71
Capítulo 2. O Agronegócio Canvieiro -----	87
2.1. Agronegócio e Relações de Produção e de Trabalho-----	100
2.2. Exemplos de Formas Degradantes de Trabalho no Mato Grosso do Sul-----	117
2.3. Formas de Controle e Cooptação/Subordinação dos Trabalhadores-----	124
2.4. As Perspectivas em Relação ao Domínio da Terra no Mato Grosso do Sul-----	136
Capítulo 3. Os Desdobramentos da Expansão Canvieira no Mato Grosso do Sul -----	153
3.1. Algumas Questões sobre o Trabalho Indígena na Agroindústria Canvieira Sul-Mato-Grossense-----	153
3.2. A Incorporação dos Assentados e dos Trabalhadores Acampados ao Circuito do Capital Canvieiro-----	164
3.3. O Cenário das Migrações na Atividade Canvieira Sul-Mato-Grossense-----	180
3.4. A Qualificação Profissional como Estratégia do Capital-----	192
3.5. A Ação Sindical no Mato Grosso do Sul-----	200
4. Tecendo Algumas Considerações -----	210
5. Referências Bibliográficas -----	215
5.1. Documentos Consultados-----	224
6. Anexos -----	226

Lista de Quadros

		Página
Quadro 1	Principais Atividades Econômicas Segundo os Municípios Sul-Mato-Grossenses	26
Quadro 2	Evolução da Área Plantada em Hectares Com Cana-de-Açúcar no Brasil e no Mato Grosso do Sul entre 1990 e 2008-----	31
Quadro 3	Evolução da Área Plantada em Hectares Com Soja no Brasil e no Mato Grosso do Sul entre 1990 e 2008-----	33
Quadro 4	Rebanho Bovino – Efetivo de MS, do Centro-Oeste e do Brasil entre 1990 e 2007 -----	34
Quadro 5	Unidades Produtivas em Fase de Instalação no Mato Grosso do Sul	41
Quadro 6	Postos de Trabalho na Agroindústria Sul-Mato-Grossense entre 2003 e 2008-----	52
Quadro 7	Venda de Veículos a Alcool no Brasil-----	100
Quadro 8	Exportações Brasileiras de Açúcar por País de Destino – 2007-----	106
Quadro 9	Exportação Brasileiras de Alcool por País de Destino - 2007-----	107

Lista de Mapas

		Página
Mapa 1	Localização do Estado de Mato Grosso do Sul-----	25
Mapa 2	Territorialização da Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – 2006 -----	30
Mapa 3	Unidades de Biodiesel no Mato Grosso do Sul-----	42
Mapa 4	Territorialização da Agroindústria Canavieira no Mato Grosso do Sul (Situação Outubro de 2008)-----	60
Mapa 5	Migração dos Trabalhadores para a Agroindústria Canavieira do Mato Grosso do Sul -----	182

Lista de Tabelas

		Página
Tabela 1	Agroindústrias Canavieiras no Mato Grosso do Sul em 1987-----	27
Tabela 2	Produção de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool nas Agroindústrias Canavieiras na safra 2007/08-----	28
Tabela 3	Comparação da Área Colhida em Hectares de Cana-de-açúcar nos Principais Estados Produtores entre 2000 e 2008-----	29

Tabela 4	Unidades Produtivas de Açúcar e Alcool Instaladas no Mato Grosso do Sul – 2008-----	36
Tabela 5	Área Colhida (hectares) de Cana-de-açúcar nos Municípios Produtores Sul-Mato-Grossenses entre 2000 e 2006-----	58
Tabela 6	Fusões e Aquisições Ocorridas nas Agroindústrias Canavieiras entre 1990 e 2008-----	67
Tabela 7	Conflitos Trabalhistas no Campo (1998 e 2007)-----	95
Tabela 8	Evolução da Produtividade de Cana-de-açúcar no Brasil-----	110
Tabela 9	Condição do Produtor e Utilização das Terras no Brasil-----	147
Tabela 10	Condição do Produtor e Utilização das Terras no Mato Grosso do Sul-----	148
Tabela 11	Utilização das Terras dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo os Municípios Sul-Mato-Grossenses em 2006-----	149
Tabela 12	Pontuação das Agroindústrias Canavieiras Segundo a Comissão Permanente de Fiscalização no Mato Grosso do Sul – 1997-----	157
Tabela 13	Relação de Terras Indígenas no Cone-Sul do Estado do Mato Grosso do Sul-----	161
Tabela 14	Conflitos no Campo na Região Centro-Oeste do Brasil (2006)-----	164
Tabela 15	Assentamento de Trabalhadores Rurais na Região Centro-Oeste do Brasil-----	165

Lista de Figuras

		Página
Figura 1	Placa do Empreendimento em Dourados no Local onde será Construída a Planta Agroindustrial-----	45
Figura 2	Slogan Realizado em Dourados Contra a Queima da Cana-de-açúcar -----	48
Figura 3	Cartaz de Divulgação do Grupo Aurora em Anaurilândia-----	56
Figura 4	Anúncio de Venda de Propriedade em Dourados-----	103
Figura 5	Barraca Sanitária Indicada pela NR 31-----	122
Figura 6	Sistema de Toldo Indicado pela NR 31 -----	123
Figura 7	Cartaz do ‘Projeto Caminhar’ do Grupo Itamarati concernente ao “Programa de Qualidade” Desenvolvido nas suas Empresas-----	125
Figura 8	Planta Industrial da Usina Eldorado-----	126

Figura 9	Operação de Corte Mecanizado na Usina Eldorado-----	134
Figura 10	Vista da Planta Industrial da Energética Santa Helena-----	140
Figura 11	Assentamento Aldeia I no Município de Bataguassu-----	166
Figura 12	Empreendimento do Grupo Itamarati (MT) no Município de Bataguassu-----	168
Figura 13	Acampamento às Margens da Rodovia que dá Acesso a Brasilândia.	170
Figura 14	Estrada de Acesso ao Assentamento Santa Rosa no Município de Anaurilândia-----	172
Figura 15	Placa Situada à Margem da Rodovia nos Arredores do Acampamento-----	173
Figura 16	Acampamento da Associação Terra Prometida em Ivinhema-----	173
Figura 17	Vista do Acampamento Renascer em Ivinhema-----	175
Figura 18	Migrantes da Usina Eldorado no Retorno ao Alojamento-----	184
Figura 19	Condição dos Trabalhadores nas Horas de Folga no Alojamento---	186
Figura 20	Local onde os Trabalhadores Guardam alguns dos seus Objetos--	186
Figura 21	Soro Utilizado pelos Indígenas da Usina Dourados-----	190
Figura 22	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquarussu-----	202
Figura 23	Cartaz de Convocação dos Associados para Exame de Vista nos STRs de Mato Grosso do Sul-----	205

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
C/S	Centro-Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAA	Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool
CEGeT	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEMOSI	Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes"
CEREST	Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPERSUCAR	Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CQT	Controle de Qualidade Total
CQ	Controle de Qualidade
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido dos Democratas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DOU	Diário Oficial da União
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro - Oeste
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
FIEMS	Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNTRAB	Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IMAD	Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento
IMAM	Instituto do Meio Ambiente de Dourados
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Fundação Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPT	Ministério Público do Trabalho
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
NR	Norma Regulamentadora
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORPLANA	Organização dos Plantadores da Cana-de-Açúcar do Estado de São Paulo
PIB	Produto Interno Bruto
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMA	Polícia Militar Ambiental
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PROCANA	Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	Partido da República
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul
SEMAC	Secretaria Estadual das Cidades, do Meio Ambiente, do Planejamento, de Ciência e de Tecnologia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLANCT/MS	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
SPAÉ	Secretaria de Produção e Agroenergia
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST/SENAT	Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEPROTUR	Secretaria de Produção e Turismo de Mato Grosso do Sul
SINDAL/MS	Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool do Mato Grosso do Sul
SINDALÇUCAL	Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool de Sergipe
SINDAAF	Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool Fluminense
SRT	Superintendência Regional do Trabalho
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UDOP	Usinas e Destilarias do Oeste Paulista
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICA	União das Agroindústrias Canavieiras do Estado de São Paulo
UNIDERP	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados
USP	Universidade de São Paulo

Resumo

A presente dissertação versa sobre a expansão canavieira no Estado do Mato Grosso do Sul ou, mais precisamente, sobre as transformações econômicas, sociais e espaciais resultantes desse processo, que tem por característica o fato de mascarar a natureza contraditória da implantação de usinas e destilarias. Notadamente, verifica-se a ampliação do número de empresas agroindustriais canavieiras e sua conseqüente territorialização, nos últimos anos, com destaque para o Centro-Sul do Estado. Nesse contexto, apregoa-se a ideologia do agronegócio como principal responsável pela diferenciação social, na medida em que passa a valer a crença no rápido desenvolvimento estadual e na prosperidade da classe trabalhadora, a partir de um novo padrão de vida, sem notar que, apesar da geração de empregos para os trabalhadores, se mantém e se agudiza ainda mais a exploração do trabalho, atrelada, pois, à elevação da produtividade.

Destarte, as relações de trabalho via de regra expressam condições degradantes de trabalho, moldadas ao processo de reprodução do capital, o que repercute diretamente no acirramento do conflito capital x trabalho, com reflexo nas ações contra-hegemônicas da sociedade, ao mesmo tempo em que se verifica um perfil sindical predominantemente corporativo e imobilista, frente ao poderio do capital. Dessa forma, a territorialização do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul significa a monopolização do território por grupos nacionais e internacionais, que, com grande poder de barganha, encontram nas elites econômicas e políticas sua sustentação. Estas, por sua vez, permitem a ampliação das relações de dominação, controle social e, paralelamente, fingem não se importar com as conseqüências do agronegócio que atingem sumariamente os camponeses, os indígenas, os migrantes etc., os quais são constantemente lubrificados pelas falsas propostas de agenciadores. A exploração legitimada pelo Estado é embalada por relações intrínsecas de interesses que se dão através de uma teia de relações entre tais sujeitos e o capital.

Palavras-chave: Relação Capital x Trabalho, Agroindústria Canavieira, Agronegócio.

Resumen

Este trabajo trata sobre la expansión de la caña de azúcar en el Estado de Mato Grosso do Sul, o para ser más precisos, sobre las transformaciones económicas, sociales y espaciales resultantes de ese proceso que se caracteriza por el hecho de disfrazar la naturaleza contradictoria de la implantación de plantas transformadoras y destilerías. Específicamente se verifica la ampliación del número de empresas agroindustriales dedicadas a la caña de azúcar y su consecuente territorialización en los últimos años, destacándose la zona centro-sul del Estado. En este contexto, se pregona la ideología del agronegocio como principal responsable por la diferenciación social, en la medida que pasa a valer la creencia en el rápido desarrollo del estado y de la prosperidad de la clase trabajadora a partir de un nuevo modelo de vida, sin percibir que, a pesar de la creación de empleos para los trabajadores, se mantiene y se agudiza todavía más la explotación del trabajo, en función de un aumento de la productividad.

De esta forma, las relaciones de trabajo habitualmente expresan condiciones degradantes de trabajo, relacionadas al proceso de reproducción del capital, lo que repercute directamente en la intensificación del conflicto capital x trabajo con reflejo en las acciones contra-hegemónicas de la sociedad, al mismo tiempo que se verifica un perfil sindical predominantemente corporativo e inmovilista frente al poderío del capital. En este sentido, la territorialización del capital de la caña de azúcar en Mato Grosso do Sul significa la monopolización del territorio por grupos nacionales e internacionales, que con gran poder de negociación, encuentran en las élites económicas y políticas su plataforma de sustentación. Éstas por su parte, permiten la ampliación de las relaciones de dominación, control social y, paralelamente, fingen que no se importan con las consecuencias del agronegocio que afectan de forma contundente a los campesinos, los indígenas, los emigrantes, etc. los cuales son constantemente engañados por las falsas propuestas de los empleadores, etc. La explotación legitimada por el Estado se dá en un contexto de relaciones intrínsecas de intereses, que forman una red de relaciones entre tales sujetos y el capital.

Palabras clave: Relación Capital x Trabajo, Agroindustria de la Caña de Azúcar, Agronegocio.

Apresentação

*Não basta ser a favor dos pobres,
É preciso ser contra os ricos.
E o que é ser contra os ricos?
É atacar os mecanismos que
concentram a riqueza, a renda
e o poder. (D. Tomás Balduino,
Bispo de Goiás)*

O presente estudo se refere à expansão do capital canavieiro no Estado de Mato Grosso do Sul e os desdobramentos/repercussões nas relações de trabalho (relação capital x trabalho). Buscamos, a partir do mesmo, averiguar a territorialização da cana-de-açúcar e das agroindústrias canavieiras, considerando-se os atores sociais envolvidos nessa trama e as relações de poder que participam do cenário em questão.

Como desenvolvemos pesquisa sobre a atividade canavieira desde o início do curso de Graduação e Bacharelado em Geografia, (2001), buscamos, no Mestrado, enveredar por um espaço recém-descoberto por nós em nossa trajetória de trabalho, agora no Estado do Mato Grosso do Sul. Isto é, na medida em que se descortinava uma série de ingredientes político-econômicos em torno da expansão da agroindústria canavieira e das relações de trabalho, sobretudo gerando expectativas na sociedade que vive do trabalho e para o trabalho, cujo invólucro se mostrou provocador demais frente a nossa inércia de expectadores.

Desse modo, procuramos empreender uma “leitura” dos fenômenos espaciais que considerassem a relação entre capital x trabalho, a qual passa pela participação do Estado no processo de produção do espaço, haja vista as benesses por ele oferecidas ao capital.

Em nossa análise, nós nos apropriamos do conceito de espaço difundido por Santos (1996, p. 26), o qual “deve ser compreendido como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima”.

Nesse sentido, nos preocupamos em entender as artimanhas do capital no

processo de territorialização das usinas e destilarias, as quais envolvem em primeiro lugar a precarização das relações de trabalho, a intensificação do trabalho e o trabalho degradante, que por sua vez se apóia largamente na mão-de-obra indígena, migrante, e mais recentemente lança seu olhar para os assentados.

Nesse caso, lançamo-nos um desafio, pois no desenrolar da pesquisa, a partir dos inúmeros e freqüentes trabalhos de campo e entrevistas realizadas com os diferentes atores sociais envolvidos no processo de produção do espaço sul-mato-grossense, notamos o quão complexo era analisar o fenômeno canavieiro, principalmente porque a categoria do trabalho que perpassa a leitura adotada demandava leituras e reflexões que estamos amadurecendo dia-a-dia e, mais do que isso, comparecia em toda sua polissemia. Outrossim, destacamos a citação, no transcorrer do texto, dos nomes dos sujeitos entrevistados, quando estes nos deram permissão.

Percebemos, nessa caminhada, a presença de grandes desafios para as designações no espaço da pesquisa – trabalhador rural, assentado, operário, cortador de cana, migrante - mas que, afinal, apresenta como elo estrutural a sua condição de submissão ao sistema metabólico do capital, que foi talhado por Mézários, e por nós adotado devido ao seu poder de explicação da realidade atual. Assim, conforme Antunes (2005, p.14), “se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social”.

Também nos interessou mostrar como parte integrante desse cenário, as estratégias de que o capital se apropria para subordinar e conquistar seus objetivos, isto é, acumulação de capitais, a qual passa ainda pela apropriação da terra e dos trabalhadores qualificados.

Nesse contexto, buscamos evidenciar a naturalização da exploração do trabalho, seja dos indígenas ou não-indígenas, e a naturalização da pilhagem ambiental em curso no Mato Grosso do Sul, haja vista que fazem parte de um mesmo processo que se desenvolve calcado no avanço da cana-de-açúcar e que têm como perspectiva a indissociável produção destrutiva do capital.

Nesse caso, em particular, procuramos não fazer uma leitura romântica da questão ambiental, destituída de um olhar crítico, na medida em que estamos de acordo com Chesnais e Serfati (2003, p. 01), quando ressaltam que o meio ambiente e as questões ecológicas vêm sendo utilizados pela classe dominante no intuito de asseverar “a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos e, até mesmo, de certos países”, o que implica, portanto, em entendê-las enquanto palavras carregadas de significado, no mundo atual.

Devemos, pois, estar atentos ao âmbito da luta anticapitalista, tendo em vista dar sentido ao trabalho, já que, conforme Antunes (2005, p. 13), “na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital”, o que de fato implica em atualizar o papel do trabalho na produção do valor, mesmo quando consideramos uma atividade econômica, como a agroindústria canavieira, que vem sofrendo as conseqüências do processo de reestruturação produtiva do capital.

Destarte, ressaltamos que, para os próximos estudos, pretendemos enviesar pela leitura das transformações espaço-territoriais que vêm permitindo ao edifício do capital se homo(hetero)geneizar e metamorfosear diante do trabalho em uma nova forma de ser marcada pela complexificação do mundo e das relações de produção e de trabalho.

Introdução

A área de estudo definida pela pesquisa diz respeito ao Estado do Mato Grosso do Sul. O referido Estado apresenta, atualmente, 78 municípios¹, a partir de uma área de 358.158,7 km, que corresponde a 22% da região Centro-Oeste e 4% do território nacional. Pertencente à região Centro-Oeste do Brasil, Mato Grosso do Sul faz fronteira com 2 países - Paraguai e Bolívia, bem como se limita com os Estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

O interesse em apreendermos as transformações em curso, no âmbito estadual, está relacionado ao acompanhamento do avanço da atividade canavieira para o nível nacional, o qual nos sinaliza ultimamente que o agronegócio assume, pelas necessidades do processo produtivo (capital monopolista) e pelas especificidades locais e regionais, potencialidades de se territorializar nessa porção do país.

É factível notar que a introdução da cana-de-açúcar no território sul-mato-grossense se faz na medida em que a atividade canavieira amplia o seu campo de atuação no país, mediante a expansão da área plantada e da efetivação de negócios na seara produtiva e institucional do setor canavieiro, o que implica em rompimentos e incorporações de fronteiras pelo capital que, por sua vez, empreende um rearranjo espacial que combina as condições necessárias para sua territorialização, isto é, as relações de poder entre Estado, proprietários rurais e trabalhadores.

Entendemos, nesse sentido, que a expansão do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul é parte de um processo amplo que se espacializa em diferentes lugares do planeta, mas cujo ápice pode ser visto, sobretudo, nos países que têm sua balança comercial voltada ao agronegócio e que é consolidado, por sua vez, mediante o processamento de diferentes matérias-primas. Em se tratando do Brasil, temos o domínio crescente da atividade canavieira, a qual passa a se territorializar em áreas tradicionalmente ligadas à pecuária, tal como no caso do Mato Grosso do Sul.

¹ Recentemente, a partir do desmembramento parcial de Camapuã e Costa Rica, surgiu o município de Figueirão, no nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Para mais detalhes, consultar a lei n. 2.680, de 29 de setembro de 2003.

Esse quadro se revela por trás de um universo que congrega 414 unidades produtivas em operação², das quais, mais de 85% se concentram no Centro-Sul do país. Na safra 2007/08 isto se expressou a partir de uma área de 6,6 milhões de hectares e um volume de produção de 528 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Atualmente, o país corresponde com aproximadamente 33% da produção mundial de cana-de-açúcar, sendo instigado pela demanda mundial por fontes de energias renováveis.

Em relação à produção do etanol, propriamente, o Brasil é desbancado pelos Estados Unidos, o qual usa como matéria-prima principal o milho e que apresenta a desvantagem de não ser auto-suficiente, necessitando importar esse recurso inclusive do próprio Brasil. Contribuem ainda para esse ambiente de expansão canavieira nacional os programas de adição de álcool à gasolina, que estão em andamento em vários países, a exemplo dos Estados Unidos, Japão, China, União Européia etc. É nesse sentido que se prevê, com base nos dados da Conab (2008), um “aumento do consumo de álcool no Brasil em 50,47%, entre 2007 e 2011”, ou seja, além da demanda internacional, teremos a “disparada no crescimento do consumo de etanol no mercado interno, que atualmente responde pelo destino de 72% da produção nacional de combustível³”.

No caso do Mato Grosso do Sul, temos transformações importantes no que tange à sua dinâmica territorial, na medida em que percebemos a territorialização da cana-de-açúcar e a implantação de novas agroindústrias. Para apreendermos a dimensão desse processo, basta notar que entre 2005 e 2007 o Estado do Mato Grosso do Sul, que comportava 9 agroindústrias canavieiras até aquele momento, ampliou para 14 esse número, o que garante uma capacidade produtiva de 1,4 bilhões de litros de álcool, 1,2 milhões de toneladas de açúcar, a partir de um processamento que deverá atingir 26,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e a geração de 33.650 empregos nos 12 municípios em que se territorializam.

Como se não bastasse, “estão” em fase de implantação no Mato Grosso do Sul 32 novas unidades produtivas, das quais, poderemos apreender mudanças significativas nos próximos meses/anos, a depender do interesse em jogo e as condições para territorialização das agroindústrias – conjuntura nacional e internacional, sem contar que inúmeros projetos estão em negociação, segundo aponta o governo estadual, contemplando a meta prevista de garantir até 2015 o funcionamento de 31 usinas no estado mediante uma produção de 5,9 bilhões de litros de álcool.

² Cf. MAPA, em 29 de setembro de 2008.

³ Cf. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 08 de setembro de 2008. (Agropecuário).

Estudar o agronegócio canavieiro, nesse sentido, é para nós uma opção política, na medida em que somos resultado da histórica expropriação por ele efetivada em nossa sociedade e ao mesmo tempo uma maneira real de contribuir, propondo alternativas para se pensar uma outra realidade.

Na verdade, concordamos com o pensamento de Thomaz Júnior (2002, p.06), abaixo expresso:

Não há dúvidas de que o exercício do poder do capital se estende para todo o tecido social, impactando, portanto, não somente as relações específicas à dimensão da atividade laborativa, mas todas as esferas do ser que trabalha, ultrapassando o momento da produção, ganhando a dimensão da reprodução da vida e noutro nível, a subjetividade da classe, as formas de organização política.

Assim, continuamos amparados por um processo de dominação do capital e subordinação do trabalho que em pleno século XXI toma novas feições, embora, via de regra pela participação e aquisição de empresas nacionais, e que não são outra coisa senão fruto da internacionalização do capital, que atinge campo e cidade, indústria e agricultura, e permite que o processo de produção do espaço seja desigual e contraditório às expensas das possibilidades ilimitadas de muitos países de se desenvolverem plenamente.

Devemos ressaltar que a expansão do capitalismo como meio de produção dominante tornou-se um ponto chave para a situação atual, sendo que o processo de expropriação é uma das suas conseqüências principais, na medida em que se territorializa e avança sobre as formações nacionais, sobretudo aquelas duramente atingidas pelo imperialismo europeu, como do Brasil, em que tivemos um verdadeiro processo de castração das potencialidades econômicas, durante séculos, impedindo a ocorrência da industrialização, por exemplo, o que implicou na dependência direta de produtos do exterior.

Podemos observar que a formação econômica nacional se estruturou a partir de relações de dependência com o exterior, que, por sua vez, somente tardiamente conseguiram se reestruturar sem, contudo, se refazer de forma autônoma. Daí termos em setores do agronegócio, atualmente, relações de produção e de trabalho marcados pela ação de grupos estrangeiros e nacionais que buscam a extração de riquezas com vistas à acumulação de capitais.

No Mato Grosso do Sul percebemos, por exemplo, a estruturação do espaço a partir dos interesses econômicos de grupos que, aliados à ação

governamental progressista, promovem a ocupação e organização espacial tendo em vista a conformação dos valores de troca correspondentes às necessidades da edificação do seu poder, o que é possível graças à divisão da sociedade em classes e a transformação do homem em mercadoria na sociedade do espetáculo de Debord⁴ e de todos nós.

Temos, nesse momento, profundas mutações no processo de trabalho, as quais se dão nas diferentes dimensões da vida do trabalhador, haja vista o melhor aproveitamento do tempo (constante de capital) e eficiência (no ato de produzir para o mercado). Dessa forma, os trabalhadores são cobrados, a todo custo, por melhores resultados na produção e gestão dos processos produtivos, numa lógica marcada pela precarização do trabalho e dominação da natureza.

Assim, o trabalho

[...] sob o enfoque geográfico é compreendido por nós, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser*, está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.08-09).

Ocorre, nesse ambiente, a apropriação, pela classe detentora do poder econômico, de dimensões subjetivas dos trabalhadores e população em geral, dadas as vantagens alcunhadas de se receber investimentos nacionais e internacionais de um setor produtivo tão destacado no cenário internacional, na medida em que é realizado pela mídia, por exemplo, um verdadeiro massacre de (des)informações sobre referente contexto, ao passo que representa um ponto de vista e camuflam outros.

Por outro lado, nessa mesma direção, percebemos que as classes dominantes, a partir de suas relações de poder simbólico e político, nomeiam e classificam ao seu bel sabor as empresas, as instituições e as pessoas, que podem expressar-se, cumprindo dessa forma os imperativos do capital.

Nesse contexto, vimos que a ciência se faz a serviço do capital⁵, na medida em que este se utiliza daquela para o desenvolvimento das relações de produção e o incremento das forças produtivas, sendo que as técnicas seriam, pois,

⁴ Fazemos alusão ao livro de Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*, publicado em 1967 e editado no Brasil pela Contraponto, em 1997. Resenha de Anselm Jappe, na *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, em 17 de agosto de 1997.

⁵ Para mais detalhes, consultar Braverman (1981).

usadas ainda como ideologia, ao passo que a maior parte das invenções visam a impor técnicas de controle do comportamento, bem como, da própria modificação da personalidade dos indivíduos em um processo de alienação, o que implica, segundo Menegat (2006), na criação de situações de barbárie.

Concordamos com Bourdieu (1998, p.106), quando destaca que “só podemos produzir a verdade do interesse se aceitarmos questionar o interesse pela verdade e se estivermos dispostos a pôr em risco a ciência e a respeitabilidade científica fazendo da ciência o instrumento do seu próprio pôr-se-em-causa”.

Cabe à Geografia demonstrar, a partir de sua base espacial, as relações empreendidas no território sul-mato-grossense para a sociedade, tendo em vista as conseqüências do domínio de uma atividade econômica extremamente degradante, do ponto de vista do trabalho, sem contar que se correm riscos produtivos, inclusive quando se investe na homogeneidade da paisagem, quando se esquece, por exemplo, que a diversidade produtiva é mais coerente com a sustentabilidade da sociedade e que se pode enveredar por um caminho que não respeita a natureza e o homem.

As ciências têm de, por sua natureza investigativa e questionadora, trazer para toda população todas as perspectivas possíveis em relação à expansão do capital. A ciência não deve compactuar com os projetos econômicos sem antes repensar as (des)vantagens de semelhante empreitada.

À Geografia e às ciências, em geral, cabe contribuir para a construção de uma sociedade menos injusta, mais igualitária, baseada num ideal libertário, na qual homens e mulheres sejam senhores e não escravos de seu destino, para que passo a passo construamos um novo mundo!

CAPÍTULO 1. A ATIVIDADE CANAVIEIRA NO MATO GROSSO DO SUL

*A história de toda sociedade
é a história da luta de classes.
(Karl Marx)*

Conforme pesquisa bibliográfica e depoimentos tomados de habitantes do Estado, verificamos que o Mato Grosso do Sul tem, historicamente, sua economia vinculada à extração de produtos primários e de recursos naturais, sendo que, durante o século XIX, foram explorados os chamados “ervais nativos”, ou seja, a cultura de erva-mate, o que propiciou o crescimento de muitas cidades e também de infra-estruturas necessárias à ocupação do território⁶.

Mato Grosso do Sul, na conjuntura nacional, configura-se como um dos mais recentes Estados criados pela iniciativa federal⁷, o que demarca transformações espaço-territoriais significativas, as quais estão relacionadas, de acordo com Asevedo e Avelino Júnior (2007), ao “processo de expansão e/ou legitimação do capital que expulsa, violenta e mata os verdadeiros proprietários dessas terras que são os posseiros, os negros e os índios” (p. 04), haja vista que a utilização da terra é feita com fins de mercado.

Nesse contexto, devemos lembrar, em termos etimológicos, de Penha (1995, p.08), o qual destaca que “a palavra *territorium*, de raízes latinas, indica um uso historicamente determinado com referência à terra”, sendo que visa “ênfatizar o aspecto da localização e, portanto, trata-se de uma porção de espaço determinada por sinais particulares, envolvendo uma superfície, uma forma e limites”.

Vejamos, a partir do Mapa 1, o enquadramento do Mato Grosso do Sul no

⁶ Para maiores informações sobre o papel da erva-mate no contexto mato-grossense, ver a brilhante tese de doutoramento de Alvanir Figueiredo, intitulada *A presença geoeconômica da atividade ervateira*, a qual versa sobre um conjunto de aspectos relacionados à temática em questão.

⁷ A exceção fica por conta de Tocantins, que foi estabelecido em outubro de 1988, através da Constituição Federal do Brasil.

âmbito nacional, com vistas à sua posição estratégica, dado ser uma zona de fronteira, seja do ponto de vista internacional, seja no plano nacional, sendo que, nesse último caso, destacamos sua proximidade com o centro consumidor do país e, em específico, sua posição limítrofe com os principais produtores de cana-de-açúcar do país, isto é, São Paulo e Paraná, o que, de fato, é um atrativo a mais para os investimentos do setor canavieiro.



MAPA 1-Localização do Estado de Mato Grosso do Sul

<p>Autor JOSÉ ROBERTO NUNES DE AZEVEDO</p>	<p>Orientador ANTONIO THOMAZ Jr.</p>	<p>Editoração Gráfica Maria S. Akinaga Botti</p>
<p>Fonte -IBGE</p>		

É a partir das primeiras décadas do século XX que a pecuária, e mais tarde a agricultura, são inseridas gradualmente no âmbito estadual, sendo que já em 1960 era visível a predominância da pecuária. No contexto da agricultura, vamos

verificar maior expressão da soja, a partir da década de 1970, devido ao modelo de ocupação da fronteira proposto pelos governos militares, durante a ditadura que se seguia e que facilitaria a expansão da monocultura.

Do ponto de vista do agronegócio, Mato Grosso do Sul aparece no cenário midiático como um dos mais dinâmicos, na medida em que representa uma fronteira agrícola-econômica para a expansão de capitais, seja na agricultura ou na própria indústria. Contudo, no que tange propriamente ao campo, ampara-se largamente no discurso da produção da soja, da carne e, mais recentemente, da cana-de-açúcar, os quais sustentam a sua economia e expressam sua situação frente aos demais Estados da federação.

Nessa perspectiva, corrobora para o entendimento desse cenário observar as atividades econômicas segundo os municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, uma vez que nos permite enfatizar a predominância da pecuária e, ao mesmo tempo, possibilita atentarmos às demais atividades econômicas que caracterizam a área de estudo. Ou seja, devemos estar atentos ao fato de existirem inúmeros municípios que, além da pecuária, desenvolvem o comércio como atividade importante na sua economia, bem como outros que se dedicam exclusivamente ao comércio, agricultura, serviços etc. Vejamos o quadro a seguir, para melhor dimensionarmos tal fato.

Quadro 1: Principais Atividades Econômicas Segundo os Municípios sul-mato-grossenses

COMÉRCIO		Amambai, Antônio João, Bela Vista, Bonito, Glória de Dourados, Jardim, Miranda, Porto Murtinho, Sonora.
PECUÁRIA		Água Clara, Alcinoópolis, Anaurilândia, Angélica, Aparecida do Taboado, Bandeirantes, Batayporã, Brasilândia, Camapuã, Caracol, Cassilândia, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Eldorado, Figueirão, Guia Lopes de Laguna, Iguatemi, Inocência, Japorã, Jaraguari, Jateí, Novo Horizonte do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Santa Rita do Pardo, Taquarussu, Terenos, Vicentina.
PECUÁRIA COMÉRCIO	E	Anastácio, Aquidauana, Caarapó, Coxim, Deodápolis, Juti, Nioaque, Nova Andradina, Paranaíba, Pedro Gomes, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Sidrolândia.
AGRICULTURA		Aral Moreira, Chapadão do Sul, Coronel Sapucaia, Ladário, Laguna Carapã, Paranhos, Sete Quedas.
AGROPECUÁRIA COMÉRCIO	E	Bataguassu, Itaquiraí, Ivinhema, Naviraí, Rio Brillhante.
INDÚSTRIA		Bodoquena.
COMÉRCIO SERVIÇOS	E	Campo Grande, Corumbá.
AGROPECUÁRIA		Costa Rica.
AGRICULTURA COMÉRCIO	E	Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Maracaju, Mundo Novo, Ponta Porã.
PECUÁRIA INDÚSTRIA	E	Nova Alvorada do Sul.
COMÉRCIO, INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA.	E	São Gabriel do Oeste.
AGRICULTURA PECUÁRIA	E	Selvíria.
COMÉRCIO INDÚSTRIA	E	Tacuru.
AGRICULTURA, PECUÁRIA COMÉRCIO.	E	Três Lagoas.

Fonte: Indicadores Básicos Municipais – 2006 (Seplanct/MS).
Org. AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Podemos notar através da leitura do Quadro 1 que, segundo a metodologia aplicada pela SEPLANCT/MS, vários municípios estão enquadrados em atividades econômicas que, quando combinadas a outras, são pouco significativas no contexto estadual, como é o caso dos municípios de Três Lagoas, Tacuru, Selvíria, São Gabriel do Oeste, Nova Alvorada do Sul, Costa Rica e Bodoquena. Interessante observar que, desses municípios destacados, apenas o último tem como principal atividade econômica a indústria. Assim, de antemão, evidenciamos que o avanço da cana-de-açúcar impactará nessa estrutura conforme sua evolução se efetivar na área.

Vejamos, pois, propriamente, o desenvolvimento da atividade canavieira no Mato Grosso do Sul e suas relações territoriais.

O Estado do Mato Grosso do Sul, que até recentemente não se configurava como expressivo produtor de cana-de-açúcar e seus derivados (açúcar e álcool), passou a fazer parte do cenário produtivo do álcool a partir da década de 1970 e 1980, período no qual foram implantadas várias unidades produtivas financiadas pelo Proálcool. Aliás, segundo Antonio de Oliveira Neto, do STR de Sonora, a primeira destilaria do Estado do Mato Grosso do Sul, datada em 1978, situava-se em Pedro Gomes, que a partir de 1988 se tornaria o município de Sonora, dando nome à mesma unidade de produção de álcool que a princípio era denominada Aquarius⁸.

Conforme Andrade (1994), é a partir de então que Mato Grosso do Sul torna-se, juntamente com o Estado de Mato Grosso, centro de atração de capitais de São Paulo⁹ e também do nordeste brasileiro¹⁰.

Segundo Kudlavicz, Mota e Camacho (2007), em fins da década de 1980 havia no Mato Grosso do Sul 9 agroindústrias (Tabela 1).

Tabela 1: Agroindústrias Canavieiras no Mato Grosso do Sul em 1987

Ordem	Unidade Produtiva	Município	Capacidade (Litros/Dia)	Nº de Trabalhadores	Área Plantada (ha.)
1.	Aquarius	Pedro Gomes	240.000	1.120	30.000
2.	R.S.S.A.	Sidrolândia	120.000	1.100	6.050
3.	Rio Brilhante S.A.	Rio Brilhante	240.000	1.190	12.778
4.	Debrasa	Brasilândia	240.000	1.700	13.770
5.	Nova Andradina S.A.	Nova Andradina	240.000	1.700	16.658
6.	Mr Ltda	Maracaju	120.000	350	2.659
7.	Copernavi	Naviraí	150.000	1.540	3.500
8.	Alcoovale	Aparecida do Taboado	150.000	1.350	5.615
9.	Cachoeira	Rio Brilhante	120.000	800	3.500
	Total		1.620.000	10.850	94.538

Fonte: Cedampo, in SANTOS (1987). Retirado de Kudlavicz, Mota e Camacho (2007).

⁸ A denominação Aquarius se deu no período de 1978 e 1982.

⁹ Grupo Ometto e Moura Andrade.

¹⁰ Tavares de Melo e J. Pessoa de Queiroz, por exemplo.

Apreende-se, por meio da Tabela 1, que as unidades produtivas em questão passaram por diversas transformações, se compararmos ao momento atual (Tabela 2), as quais podem ser apreendidas em primeira instância, pela mudança de razão social, quando da sua negociação junto a novos proprietários, bem como no fechamento de unidades produtivas, a exemplo da agroindústria Rio Brilhante S.A. Além disso, devemos apontar a ocorrência de alterações relacionadas ao *mix* de produção que estava voltado principalmente para o açúcar, mas que atualmente tende a se polarizar no álcool, e da participação de novos grupos econômicos, os quais até a década de 1990 eram formados por capitais nacionais e particularmente regionais.

Vejamos a Tabela 2, para efeito de comparação, a qual traz os dados da safra 2007/08 no Mato Grosso do Sul.

Tabela 2: Produção de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool nas Agroindústrias Canavieiras na Safra 2007/08

Unidade	Posição no C-S	Produção de cana-de-açúcar (t)	Produção de açúcar (t)	Produção de álcool (mil litros)		Total
				Anidro	Hidratado	
Usina Naviraí	58	2.210.099	128.510	0	104.896	104.896
Eldorado	73	1.956.163	48.337	0	118.954	118.954
Passatempo	77	1.906.447	133.031	27.178	47.772	74.950
Maracaju	103	1.708.280	118.251	25.573	32.004	57.577
Alcoolvale	115	1.477.579	96.942	16.682	69.840	86.522
Energética Santa Helena	124	1.372.458	0	32.520	94.256	126.776
Sonora Estância	141	1.246.043	40.025	46.382	36.479	82.861
Debrasa	171	989.696	0	56.686	33.792	90.478
Safi Brasil	200	770.760	0	0	57.250	57.250
Santa Olinda (ALC)	203	757.541	51.074	9.190	27.019	36.209
Centro Oeste Iguatemi	231	474.000	0	0	40.300	40.300

Fonte: Unica, (2008).

Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008).

Verifica-se a partir da Tabela 2 que, na safra 2007/08 ocorrida no Mato Grosso do Sul, tínhamos em funcionamento 11 agroindústrias canavieiras, das quais se destacaram a usina Naviraí, Eldorado e Passatempo, assumindo no C-S as posições 58, 73 e 77 respectivamente.

Todas as empresas analisadas produziram álcool hidratado, o qual é largamente utilizado nos veículos fuel-flex, todavia em relação ao álcool anidro, o qual é adicionado à gasolina desde 2004 no país, não tiveram produção a usina Naviraí, Eldorado, Safi Brasil e Centro Oeste Iguatemi, fato este que pode estar relacionado à sua recente instalação e/ou mudanças institucionais, como a mudança de grupo controlador por que passaram as unidades processadoras Safi Brasil e usina Naviraí.

Por outro lado, no tocante à produção do açúcar, verificamos que, das 11 unidades instaladas na safra 2007/08, apenas quatro não efetuaram a produção, quais sejam: Energética Santa Helena, Debrasa, Safi Brasil e Centro Oeste Iguatemi. Entretanto, nesse caso, devemos ressaltar que, para a safra 2008/09, deveremos ter mudanças nesse sentido, já que a Energética Santa Helena deverá iniciar sua produção.

Atualmente, o Estado de Mato Grosso do Sul situa-se em 6º no ranking nacional da produção canavieira, sendo que o precedem, respectivamente, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Alagoas e Goiás. Contudo, o planejamento do governo estadual é que até 2012, o Mato Grosso do Sul seja o vice-líder nacional, o que representaria mais “distribuição da riqueza”, garantindo nesse caso o desenvolvimento regional.

Vejamos a ampliação da área nos Estados que lideram o ranking nacional (Tabela 3).

Tabela 3: Comparação da Área Colhida (Hectares) de Cana-de-açúcar nos Principais Estados Produtores entre 2000 e 2008*

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
São Paulo	2.484.790	2.567.178	2.660.950	2.817.604	2.951.804	3.084.752	3.284.681	3.715.700	4.875.000
Paraná	327.165	338.013	358.874	373.839	399.527	404.520	432.815	552.000	639.100
Minas Gerais	291.083	294.178	277.897	303.043	334.658	349.104	430.922	508.200	765.500
Alagoas	448.155	455.643	437.979	415.669	423.225	406.788	402.253	447.000	447.000
Goiás	139.186	129.921	145.069	164.861	176.328	196.596	232.577	358.000	529.800
Mato Grosso do Sul	98.938	99.673	112.100	120.534	130.970	136.803	152.747	202.800	275.800

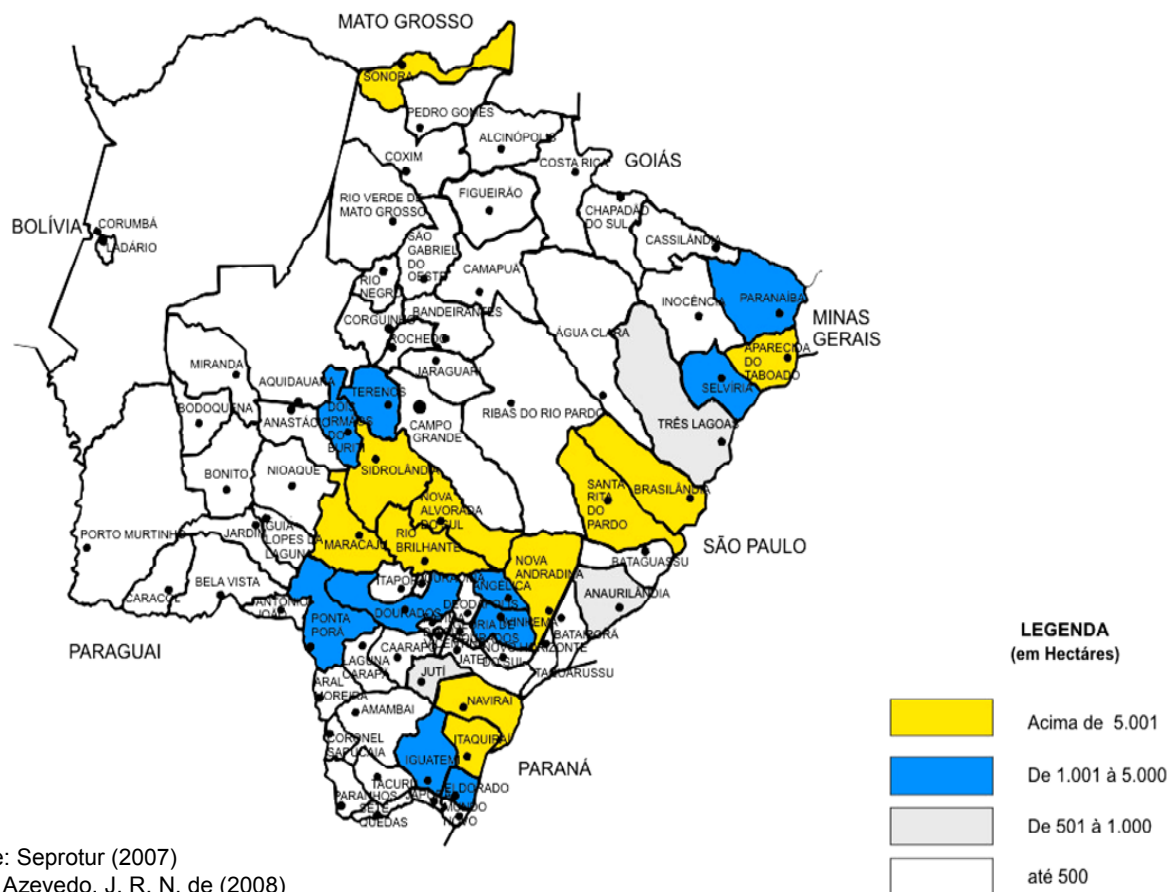
Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal até 2006 – Conab-2007/08. Org. Azevedo, J.R.N. de (2008).

Verifica-se, mediante a análise da Tabela 3, que à exceção de Alagoas, todos os Estados em questão apresentaram ampliação de área colhida com cana-de-açúcar, sendo que, proporcionalmente, Goiás foi o que mais expandiu os seus canaviais.

A título de exemplo, o Mapa 2 demonstra a territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, em 2006.

* Até setembro de 2008.

MAPA 2 - Territorialização da Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul - 2006



Fonte: Seprotur (2007)
Org.: Azevedo, J. R. N. de (2008)

Com o impacto central da territorialização das agroindústrias canavieiras no Mato Grosso do Sul, temos a modificação do estrato de área plantada com a gramínea, o que pode ser dimensionado pelo Mapa 2, na medida em que inúmeros municípios, que até 2006 aparecem com área de cana-de-açúcar reduzida, sofrerão expansão significativa, com destaque para os municípios de até 500 hectares e também os de 501 a mil hectares, os quais, na maioria, terão ampliadas as suas respectivas áreas, conforme verificaremos posteriormente.

A evolução da área de cana-de-açúcar no Brasil e do Mato Grosso do Sul, entre 1990 e 2008 (Quadro 2), nos possibilita avaliar o ritmo do processo de expansão canavieira.

Quadro 2 : Evolução da Área Plantada (hectares) com Cana-de-açúcar no Brasil e no Mato Grosso do Sul entre 1990 e 2008*

Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul
1990	4.322.299	67.921
1991	4.241.352	65.358
1992	4.224.561	61.884
1993	3.953.047	63.879
1994	4.359.200	59.905
1995	4.638.281	75.315
1996	4.830.538	82.085
1997	4.881.648	82.007
1998	5.049.953	86.921
1999	4.975.189	93.790
2000	4.879.841	98.958
2001	5.022.490	99.673
2002	5.206.656	112.100
2003	5.377.216	120.534
2004	5.633.700	130.970
2005	5.815.151	136.803
2006	6.179.262	152.747
2007	7.080.000	202.800
2008	8.982.700	275.800

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal até 2006 – Conab-2007/08
Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008)

É possível diagnosticar, mediante a análise do Quadro 2, que tanto em nível nacional como estadual ocorreu a expansão da área plantada com cana-de-açúcar no período 1990 a 2008. Contudo, destacamos a queda na área plantada entre 1990 e 1993, no Brasil, e entre 1990 e 1994 no Mato Grosso do Sul, o que reflete um período de reestruturação da atividade canavieira, em virtude da saída do Estado do *front* direto das negociações, isto é, ocorre um processo de desregulamentação da economia, a qual significou, em nível setorial, o afastamento deste¹¹.

Em se tratando do ritmo de expansão da cana-de-açúcar, podemos notar que, apesar da diminuição da área plantada no Brasil no fim da década de 1990, o avanço é crescente, sendo que, no período enfocado, a produção nacional é duplicada. Por outro lado, em se tratando do Mato Grosso do Sul, vê-se que a evolução da área plantada é praticamente constante, contudo a expansão é mais voraz, sobretudo a partir da década de 2000. Visto no conjunto, no período 1990 a 2008 observa-se que a área de cana-de-açúcar quadruplicou.

Outrossim, não podemos omitir o fato de haver discordância entre os dados da Conab e os repassados pelo IBGE sobre a área plantada com cana-de-açúcar, no Mato Grosso do Sul. Nesse caso, verificamos, por exemplo, conforme

* Até setembro de 2008.

¹¹ Sobre esse aspecto, conforme entrevista com o gerente agrícola, Adalberto, da Energética Santa Helena, de Nova Andradina, em 03/08/2007, “hoje o mercado sucroalcooleiro passou de um período de dependência para outro de autodependência, em uma economia aberta. O governo não tem política sobre o preço, é de acordo com a oferta e procura. O setor não tem dependência com o Estado”.

levantamento do IBGE, divulgado em 06 de agosto de 2008, que o resultado da área de abrangência da cana-de-açúcar no Estado em fins de 2007 teria sido 290.298 hectares e a posição referente a junho de 2008 de 341.926 hectares e não os 275.800 hectares aludidos pela Conab. Tal fato implica um incremento produtivo no Estado de 17,78% no período enfocado ou, em outros termos, numa expansão de 51.628 hectares com cana-de-açúcar. Considerando tal fato, percebemos que a área com cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul quintuplicou, no interstício 1990-2008.

Nesse contexto, segundo o governador Puccinelli (2007)¹², Mato Grosso do Sul “tem potencial para ser responsável por 20% da produção de etanol no Brasil e abastecer 10% do mercado mundial em 30 anos, mas para isso teria que aumentar em 12 vezes a produção atual”¹³. Ressalta-se, nessa passagem, a empolgação do governo do Estado em implementar uma política voltada para industrialização mediante agroindustrialização da produção canavieira, fato que, segundo Albino Vieira¹⁴, não foge das marcas daquele político que, conforme nos chama atenção o entrevistado, “a característica do André, a qual tem buscado sustentar em seus mandatos, desde quando jovem ainda, são as obras faraônicas, símbolo de poder, embora não se preocupe tanto com aspectos sociais [...]”.

Esse cenário de expansão da monocultura da cana-de-açúcar e de implantação de novas unidades nos coloca atentos à possibilidade de haver um novo enquadramento de Mato Grosso do Sul na divisão territorial e internacional do trabalho. Tal fato incorreria numa mudança radical no que se refere à especialização da produção bovina e da soja, podendo, ainda, acarretar a redução de culturas de subsistência ou mesmo daquelas voltadas para a exportação, como é o caso da soja, o que se conforma como uma questão de ordem política e econômica, com reflexos na própria soberania alimentar do país. Isso nos confirmaria que a preocupação dos governantes não é com a garantia da produção alimentar e da promoção da reforma agrária.

Nesse caso, concordamos com Thomaz Jr (2007, p. 09), que assim se pronuncia:

¹² Cf. notícia publicada no Jornal *Diário MS*, de 28 de agosto de 2007, em matéria intitulada “MS pode produzir 20% do etanol do Brasil, diz André no Canasul”.

¹³ De acordo com palestra proferida por ocasião do I Canasul, em Campo Grande/MS, realizado entre os dias 27 e 28 de agosto de 2007, o qual teve por objetivo discutir a expansão da atividade canavieira, tendo em vista o cenário sócio-econômico.

¹⁴ Trata-se de funcionário público do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja atuação está ligada à educação. Entrevista realizada em 16 de maio de 2007.

O que é imprescindível para o conjunto da sociedade é objeto de controle de poucas empresas, que, ao seu sabor, decidem o perfil dos alimentos e redefinem hábitos alimentares aos moldes do que já definimos como macdonaldização, impondo novos mecanismos para engrossar as fileiras dos famintos com a iminente destruição da estrutura produtiva familiar e camponesa, em todo o planeta.

Vejamos, em termos territoriais, o caso da soja, para termos base sobre sua evolução no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

Quadro 3: Evolução da Área Plantada (hectares) com Soja no Brasil e no Mato Grosso do Sul entre 1990 e 2008 (mil)

Safra	Brasil	Mato Grosso do Sul
1990/91	37.893,7	1.727,9
1991/92	38.492,3	1.738,9
1992/93	35.621,3	1.704,4
1993/94	39.094,0	1.869,6
1994/95	38.538,9	1.829,5
1995/96	36.970,9	1.526,2
1996/97	36.574,8	1.584,4
1997/98	35.000,8	1.730,5
1998/99	36.896,2	1.804,2
1999/00	37.824,3	1.927,1
2000/01	37.847,3	1.872,9
2001/02	40.235,0	1.935,5
2002/03	43.946,8	2.416,2
2003/04	47.422,5	2.765,3
2004/05	49.068,2	2.949,0
2005/06	47.867,6	2.869,5
2006/07*	46.212,6	2.815,2
2007/08*	47.247,9	2.907,3

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal (2006).
Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008).

Com base no Quadro 3, destacamos que, embora tenha ocorrido a expansão do plantio da soja no Brasil entre 1990 e 2008, o ritmo de crescimento vem sendo alterado significativamente nas últimas 3 safras, com sinais de redução da área de abrangência da cultura. De outro lado, do ponto de vista estadual, verifica-se o crescimento da área plantada na série histórica 1990 – 2008, contudo é visível que a velocidade de ampliação vem sendo gradativamente menor nas últimas safras.

Outros exemplos podem ser observados no Mato Grosso do Sul, como no caso da mandioca, a qual, conforme dados do IBGE referentes ao levantamento de agosto de 2008, declinou 27%, ou seja, envolveu dos 39.552 hectares em 2007 para 28.697 hectares em 2008. Já o feijão, conforme o mesmo levantamento, apresentou queda de 66,62 % na produção de 2008, o que significa em termos concretos 2.755

* Dados preliminares.

* Dados estimados.

toneladas, quando em 2007 atingiu 8.253 toneladas. Ao nosso ver, isso pode revelar um prelúdio dos impactos da expansão canavieira na área de estudo, o que pode ser ainda mais significativo se estivéssemos considerando, nesse momento, o conjunto de cultivos realizados no Estado.

Sobre esse aspecto, não podemos omitir o parecer de Oliveira (2008, p.08), abaixo transcrito:

A cana, portanto, cresce sim sobre parte das terras que eram destinadas à produção de outros alimentos. E o principal efeito da expansão da cana, esse é o ponto primordial, é o sucessivo. Não se trata necessariamente de um efeito que irá se sentir de forma direta, entre um ano e outro. É um efeito que ao longo dos anos vai se somando.

Para o autor, isto pode ser mais bem dimensionado no país:

Se compararmos os dados do IBGE da produção agropecuária de 1990 a 2006, considerando-se somente os municípios que tiveram aumento na área plantada de cana e tomando como referência os municípios que cresceram em mais de 500 hectares essa área, o que encontramos? Uma redução de 261 mil hectares de área de feijão. E uma redução de 340 mil hectares de área plantada de arroz. (*ibidem*).

Em relação à expressividade do rebanho bovino nesse Estado da federação, podemos verificar suas características principais, comparando-o aos demais da porção centro-oeste do país e do Brasil, nos últimos anos (Quadro 4).

Quadro 4: Rebanho Bovino (mil) - Efetivo de Mato Grosso do Sul, do Centro-Oeste e do Brasil - 1990 a 2005

Ano	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	Brasil
2005	24.504	71.985	207.157
2004	24.715	71.169	204.513
2003	24.984	69.889	195.552
2002	23.168	65.567	185.349
2001	22.620	61.787	176.389
2000	22.205	59.641	169.876
1999	21.576	57.227	164.621
1998	21.422	56.402	163.154
1997	20.983	54.627	161.416
1996	20.756	53.398	158.289
1995	22.292	55.061	161.228
1994	22.244	53.420	158.243
1993	21.800	52.186	155.134
1992	20.395	48.788	154.229
1991	19.543	48.109	152.136
1990	19.164	45.946	147.102

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2006).
Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Observa-se que o efetivo bovino entre 1990 e 2005 expandiu significativamente, sendo que o maior destaque fica em termos absolutos para o

Brasil, o qual saltou de 147.102 cabeças em 1990 para 207.157 em 2005¹⁵. Contudo, vimos que, no Mato Grosso do Sul, de fato, ocorre uma redução do montante de gado o que pode indicar uma relação com a expansão canavieira uma vez que os proprietários/produtores rurais estão direcionando tais áreas para a atividade canavieira.

Enquanto expressão desse quadro setorial da atividade canavieira, é fato ainda os constantes rearranjos no âmbito das unidades processadoras, mediante o desenvolvimento das forças materiais e das relações de trabalho e de produção, ressaltando as marcas das estratégias e mecanismos de exploração e controle do trabalho, com vistas à elevação da produtividade e rebaixamento dos custos de produção, intimamente relacionados às imposições da reprodução ampliada do capital.

Nesse contexto, denota-se o conteúdo estratégico da implantação de agroindústrias canavieiras no Estado de Mato Grosso do Sul, visto que tal setor produtivo é um dos mais destacados da agropecuária brasileira e paulista, em particular, uma vez que envolve diferencialmente um conjunto de atores sociais numa cadeia produtiva que movimenta inúmeras atividades laborativas, elevado volume de negócios e, conseqüentemente, vantagens comparativas adicionais para os empresários.

Para melhor compreensão do cenário que tratamos, vejamos a territorialização das agroindústrias canavieiras em Mato Grosso do Sul (Tabela 4).

¹⁵ Segundo destaca Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2008), em entrevista concedida ao *Correio Cidadania*, em 11 de maio de 2008, embora o Brasil esteja se tornando um grande exportador de todo tipo de carne, é necessário perceber que o que está regulando a sua distribuição é a disputa de preços, o que significa dizer que quem pagar mais leva a mercadoria, independentemente da necessidade interna.

Tabela 4: Unidades Produtivas de Açúcar e Alcool Instaladas no Mato Grosso do Sul - 2008

	Municípios	Razão Social	Grupo Econômico	Plantio (ha)	Moagem (ton./ano)	Açúcar (ton./ano)	Alcool (litros/ano)	Empregos	Investimento
1.	Angélica	Angélica Agroenergia LTDA	Adecoagro	48.000	2.500.000	185.000	117.000.000	1.200	-
2.	Aparecida do Taboado	Alcoolvale/SA – Açúcar e Alcool	Unialco/AS Alcool e Açúcar	20.000	1.550.000	100.000	63.000.000	1.700	14.523.512
3.	Brasilândia	Debrasa/CBAA	Queiroz Bisneto	20.000	1.100.000	0	97.000.000	2.000	0
4.	Iguatemi	Dest. Centro Oeste Iguatemi LTDA (Decoil)	Nelson Donadel	8.500	600.000	-	40.000.000	1.200	15.000.000
5.	Maracaju	Tavares de Melo Açúcar e Alcool S/A (Ex- Usina Maracaju)	Louis Dreyfus Commodities (LDC)	20.000	1.700.000	135.000	57.000.000	4.500	602.455.320
6.	Naviraí	Usina Naviraí S/A – Açúcar e Alcool	INFINITY	30.000	2.700.000	170.000	105.000.000	6.000	10.991.770
7.	Nova Alvorada do Sul	Usina Santa Fé/Safi Brasil Energia	SAFI	8.100	900.000	0	7.200.000	1.600	0
8.	Nova Andradina	Energética Santa Helena LTDA	Benedito Coutinho	16.200	1.400.000	0	130.000.000	2.100	0
9.	Rio Brilhante	Tavares de Melo Açúcar e Alcool S/A (ex- Passatempo)	Louis Dreyfus Commodities (LDC)	20.000	1.650.000	160.000	50.000	5.354	7.643.406
10.	Rio Brilhante	Usina Rio Brilhante	Louis Dreyfus Commodities (LDC)	50.000	4.600.000	245.000	160.000.000	600	620.000.000
11.	Rio Brilhante	Usina Eldorado LTDA	Odebrecht	15.500	1.800.000	100.000.000	83.000	2.500	337.828.499
12.	Sidrolândia	Usina Santa Olinda S/A – Açúcar e Alcool	Queiroz Bisneto	11.500	930.000	63.000	35.000.000	3.500	139.000.000
13.	Sonora	Companhia Agrícola Sonora Estância	Giobi	15.000	1.200.000	47.500.000	75.000.000	2.200	92.083.967
14.	Vicentina	Central Energética Vicentina	Meneguetti	-	1.190.000	79.500	53.550.000	1.700	96.000.000

Fonte: Seprotur: 2007; Trabalho de Campo (2007/08).
Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008).

Os dados apontam, se atentarmos para as unidades já instaladas, para algumas transformações no âmbito institucional das agroindústrias canaveiras em funcionamento, quando percebemos a compra por grupos estrangeiros de agroindústrias nacionais. Podemos citar os seguintes casos: 1) as unidades Passatempo e Maracaju, adquiridas pelo grupo Tavares de Melo, no Mato Grosso do

Sul, que foram compradas pelo grupo Louis Dreyfus Commodities (LDC)¹⁶, 2) a usina Eldorado, antes pertencente ao grupo Benedito Coutinho, que foi adquirida pela organização Odebrecht, 3) a participação do grupo Infinity, em Naviraí, por meio da aquisição da Coopernavi¹⁷. Também devemos estar atentos ao fato da geração de empregos pelas unidades produtivas do Estado, na medida em que é possível verificar que, sobretudo as novas agroindústrias, sinalizam para redução do quadro de trabalhadores. Um exemplo é a Usina Rio Brilhante, que apesar de apresentar capacidade de moagem de 4,6 milhões de toneladas/ano e abranger uma área de cerca de 50.000 hectares, pretende empregar apenas 600 trabalhadores, o que nos remete à questão da modernização tecnológica das novas unidades processadoras e *pari passo* ao desemprego estrutural, ou seja, aqueles que são substituídos pelas máquinas e que não têm retorno.

Nesse contexto, nos valemos das reflexões de Raffestin (1993, p.143), que aponta ser “essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”, sendo que o território configura-se como um espaço onde se projetou um trabalho, fato este que reflete relações marcadas pelo poder. Dessa forma, o trabalho principal responsável pela transformação da natureza se apresenta como elemento de distinção frente aos interesses postos em jogo no sistema produtor de mercadorias, sistema metabólico, este em que os lucros são medidos a partir dos custos de produção.

Visto nesse sentido, percebemos o quão vantajoso é, para o capital em especial, o canavieiro apropriar-se das benesses de se ter no Brasil mão-de-obra em abundância, assim como da terra, a qual é equivalente de capital, além de pagar preços irrisórios pela força de trabalho, que após um longo processo histórico de expropriação e violência, muito bem traçado por Martins (1981), vende aquilo que é muitas vezes a sua única e mais valiosa mercadoria - a força de trabalho -, na medida em que, aos olhos do capital, o trabalhador é livre e responsável por seus próprios atos!

¹⁶ Conforme entrevista com funcionário da usina Passatempo, de Rio Brilhante, em 09 de novembro de 2007, a negociação envolveu apenas a unidade industrial, isto é, as terras continuam sobre a posse do grupo Tavares de Melo. É importante destacarmos que, conforme pudemos constatar, também por entrevista, com o sócio-proprietário da retífica Cometa de Dourados, Antonio, em 11 de dezembro de 2007, prestador de serviços para a agroindústria Passatempo desde a época em que a mesma pertencia aos Tavares de Melo, que tal transação se fez por um período de 10 anos, de forma que, após o referido período, a Tavares de Melo pode requerer as terras com canaviais arrendados para o grupo Louis Dreyfus. Inclusive, sobre esse aspecto, o entrevistado alertou que os contratos são realizados por períodos longos, que variam de 10 a 14 anos, pois não compensa contratos curtos para a empresa. Para mais informações, é interessante consultar matéria publicada pelo *Jornal Cana*, de 16 de fevereiro de 2007, intitulada “Louis Dreyfus compra usinas do grupo Tavares de Melo”.

¹⁷ Terra (2002) enfatiza o papel da modernização agrícola do município de Naviraí/MS, ressaltando o surgimento da Coopernavi como reflexo do Proálcool, em Mato Grosso do Sul.

Com isso, não podemos perder de vista o Estado capitalista que, conforme Smith (1988), tem por função social central o controle em favor da classe dominante, ou, em outros termos, como diria Antunes (2005, p. 121), que “o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário”.

Destarte, não podemos omitir que o Estado é um dos agentes desse processo mais geral, assim como a contradição capital X trabalho, um dos pontos cruciais para se entender o processo de expansão da cana-de-açúcar, em Mato Grosso do Sul.

Paralelamente, temos que estar atentos a outras contradições internas dessa relação de produção. Logo, amparados em Mészáros (1989), devemos dizer que o antagonismo capital x trabalho deve ser dimensionado, segundo alguns aspectos, sendo eles fundamentalmente relativos às circunstâncias sócio-econômicas locais, tal como ressaltamos anteriormente, a posição relativa de cada país na estrutura global da produção de capitais e a maturidade relativa do desenvolvimento sócio-histórico global.

Ressalta-se, nesse contexto, o processo em curso de instalação de novas agroindústrias canavieiras no Estado de Mato Grosso do Sul, assim como os rearranjos promovidos para a materialização de ações que sustentam a hegemonia do capital canavieiro, as quais passam por benefícios concedidos ao empresariado ao se instalar na área de estudo.

Vale ressaltar que a meta inicial do governo de Mato Grosso do Sul era a implantação de unidades produtivas em pelo menos 22 municípios, sendo que a preferência está naqueles de pequeno porte, os que representam elevado índice de desemprego e problemas sociais, entretanto a pesquisa que estamos realizando tem nos indicado que esse número deverá ser maior, uma vez que existem diversos projetos de instalação das agroindústrias, bem como, de unidades produtivas em negociação no Mato Grosso do Sul, com grandes chances de se consumir territorialmente.

No Brasil, e em particular, no Mato Grosso do Sul, verificamos verdadeiros jogos de interesses que envolvem a instalação de novas unidades de produção, o que pode ser comprovado pelas inúmeras mudanças dos projetos de usinas, os quais devido às imposições jurídicas, ambientais etc. deixam de se instalar em determinados municípios para se instalarem em áreas que concedem incentivos, incluindo nesse caso concessões ambientais.

Assim, refletindo esse ambiente, tivemos, em Maracaju, a instalação da usina Brilhante próxima ao perímetro urbano, mais precisamente a 8 quilômetros da

cidade, que foi alvo de protestos expressos da população local, através de um manifesto com adesão de mais de 7 mil pessoas, por um abaixo-assinado, o qual foi protocolado junto ao ministério público, tendo por imposições o esclarecimento da população e a contestação não apenas do local adquirido pela empresa como também um alerta em relação às possíveis queimadas.

Um outro exemplo que deve ser mencionado diz respeito ao caso do município de Caarapó, no qual está em andamento a implantação de uma usina de biodiesel pelos grupos Agrenco do Brasil S.A. e Egelte Engenharia LTDA. Nesse município, em particular, foram constadas irregularidades no processo de licenciamento ambiental do empreendimento¹⁸. Uma delas é a distância da unidade produtiva, uma vez que a empresa está localizada a menos de 500 metros do centro urbano, além de não ter apresentado o EIA/RIMA e ser acusada de realizar uma injusta audiência pública, contrariando o dever de ser “transparente, democrática e dar espaço para a palavra de todos os participantes, além da leitura clara dos estudos de impacto ambiental”, o que, segundo consta, “nada disso aconteceu”¹⁹.

Conforme o DECRETO Nº 1581 DE 25 DE MARÇO DE 1982 (ANEXO), o qual regulamenta a Lei nº 328, de 25 de fevereiro de 1982, que dispõe sobre a proteção e preservação do Pantanal sul-mato-grossense, é proibido a instalação de unidades produtivas de açúcar e álcool na referida área, como bem destaca o artigo seguinte:

Art. 3º - A proibição para instalar destilaria de álcool ou usina de açúcar e similares na área do Pantanal delimitada no artigo anterior, abrange todo o empreendimento, incluindo unidade industrial, áreas agrícolas e concentração habitacional.

Além disso, ainda temos outra normativa que prevê a limitação da capacidade, instalada em unidades já implantadas na referida área.

¹⁸ Vale ressaltar que existem três tipos de licença ambiental em que as usinas e destilarias, bem como demais empreendimentos causadores de impactos significativos na paisagem, podem obter 1) a Licença Prévia (LP), que deve ser solicitada na fase preliminar do planejamento da atividade. É ela que atestará a viabilidade ambiental do empreendimento, aprovará sua localização e concepção, e definirá as medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos do projeto; 2) a Licença de Instalação (LI), a qual é solicitada após a obtenção da licença prévia, quando se inicia então o detalhamento do projeto de construção do empreendimento, incluindo nesse as medidas de controle ambiental determinadas. Antes do início das obras, deverá ser solicitada a licença de instalação junto ao órgão ambiental, que verificará se o projeto é compatível com o meio ambiente afetado, 3) Licença de Operação (LO), que autoriza o interessado a iniciar suas atividades. Tem por finalidade aprovar a forma proposta de convívio do empreendimento com o meio ambiente e estabelecer condicionantes para a continuidade da operação.

¹⁹ Cf. Juiz substituto de Caarapó, Eduardo Lacerda Trevisan. Para mais detalhes, consultar Jornal *Diário MS*, de 31 de julho de 2007, em matéria intitulada “Juiz pára obras de usina em Caarapó”.

Art. 7º - as destilarias de álcool, já instaladas e em operação, não poderão ampliar seus projetos existentes no que diz respeito à capacidade instalada de produção de álcool.

Vale ressaltar, no entanto que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul aprovou, em agosto de 2007, projeto que permite a ampliação de usinas de álcool instaladas no entorno do Pantanal, isto é, das usinas que já estavam instaladas na bacia do rio Paraguai antes da lei de 1982, ou seja, a unidade agroindustrial de Sonora e de Sidrolândia, localizadas respectivamente no norte e no sul do Estado.

Conforme pudemos averiguar, o projeto encampado pelo ex-governador do Estado, Zeca do PT, em 2005, visava a liberar a construção de usinas e destilarias em 18 dos 33 municípios da região pantaneira, sendo que a cana-de-açúcar poderia ser plantada em uma região serrana que divide de norte a sul o Estado de Mato Grosso do Sul, a qual delimita as bacias dos rios Paraguai e Paraná.

Aliás, sobre esse fato, questionamos o presidente do STR de Sonora/MS, o qual nos disse, que, apesar da expansão das usinas em Mato Grosso do Sul, hoje, na porção da bacia do Pantanal, não existe a possibilidade do surgimento de novas agroindústrias e que, se fosse hoje, nem mesmo a Sonora teria sido montada na área. Para o sindicalista, não deve ser permitida a expansão de usinas no Pantanal, pois se trata de uma riqueza natural que deve ser preservada.

Nesse caso, devem ser lembrados os protestos realizados por ambientalistas, estudantes e população em geral, em frente à Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, contra a instalação de unidades produtivas de açúcar e de álcool no Pantanal, o que era defendido pelas autoridades, tendo em vista a geração de cerca de 15 mil empregos. Conforme reportagem realizada nesse evento, foram entregues às autoridades cerca de 10 mil assinaturas contra a mudança da lei de 1982 e respectiva instalação de projetos agroindustriais no Pantanal²⁰.

Para Bihl (1999), “a crítica ecológica pode levar o movimento operário a elaborar uma lógica alternativa contrária ao industrialismo capitalista²¹”. Todavia é necessária para tal êxito a unicidade orgânica do trabalho.

No Mato Grosso do Sul, há inúmeras unidades que já estão em execução, embora inicialmente a sua territorialização fosse duvidosa e, do mesmo modo, vimos uma grande especulação a cerca de alguns grupos canavieiros que estão ainda

²⁰ Ver matéria publicada no Jornal *Folha de S. Paulo*, em 22/09/2005, intitulada “Grupo protesta contra instalação de usinas de álcool no Pantanal”.

²¹ Cf. entrevista concedida pelo autor, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* (Caderno Mais), p. 5, em 10 de janeiro de 1999.

buscando o melhor lugar para se instalar, e/ou estão no aguardo da liberação das licenças previstas para instalação.

Isso pode ser expresso pelas unidades produtivas, a seguir (Quadro 5), as quais são as que até o momento já estão sendo constituídas, considerando-se o conjunto das agroindústrias no Mato Grosso do Sul.

Quadro 5: Unidades Produtivas em Fase de Instalação no Mato Grosso do Sul

Unidade	Município
Adeco Agropecuária	Ivinhema
Agrisson Bioenergia	Sidrolândia
Alavanca Bioenergia	Nova Alvorada do Sul
Araúna Agroindustrial	Paranaíba
Aurora	Anaurilândia
Brilhante	Maracaju
Cerona	Nova Andradina
Cerradinho	Costa Rica
Dourados	Dourados
Esmeralda	Sidrolândia
ETH – Dourados	Dourados
Extra Bioenergia	Nova Alvorada do Sul
Íaco Agrícola	Chapadão do Sul
Infinity Bio-Energia Brasil	Iguatemi
Itaguassu	Bataguassu
Itamarati	Nova Alvorada do Sul
Laguna	Batayporã
Laranjaí	Naviraí
Maracaju II	Maracaju
Monte Alegre - Ivinhema	Amandina
Monte Verde Agro Energética	Ponta Porã
Nova América Agroenergia	Caarapó
Pantanal Agro Industrial	Sidrolândia
Rio Paraná	Eldorado
Santa Adélia – Filial Vale do Aporé	Paranaíba
Santa Cândida – Vista Alegre	Maracaju
São Fernando	Dourados
Sociálcool	Camapuã
Sucral I	Inocência
Sucral II	Selvíria
Três Lagoas	Três Lagoas
Yporã Agroenergia	Batayporã

Fonte: Trabalho de Campo (2007/08) e CTC (2008)

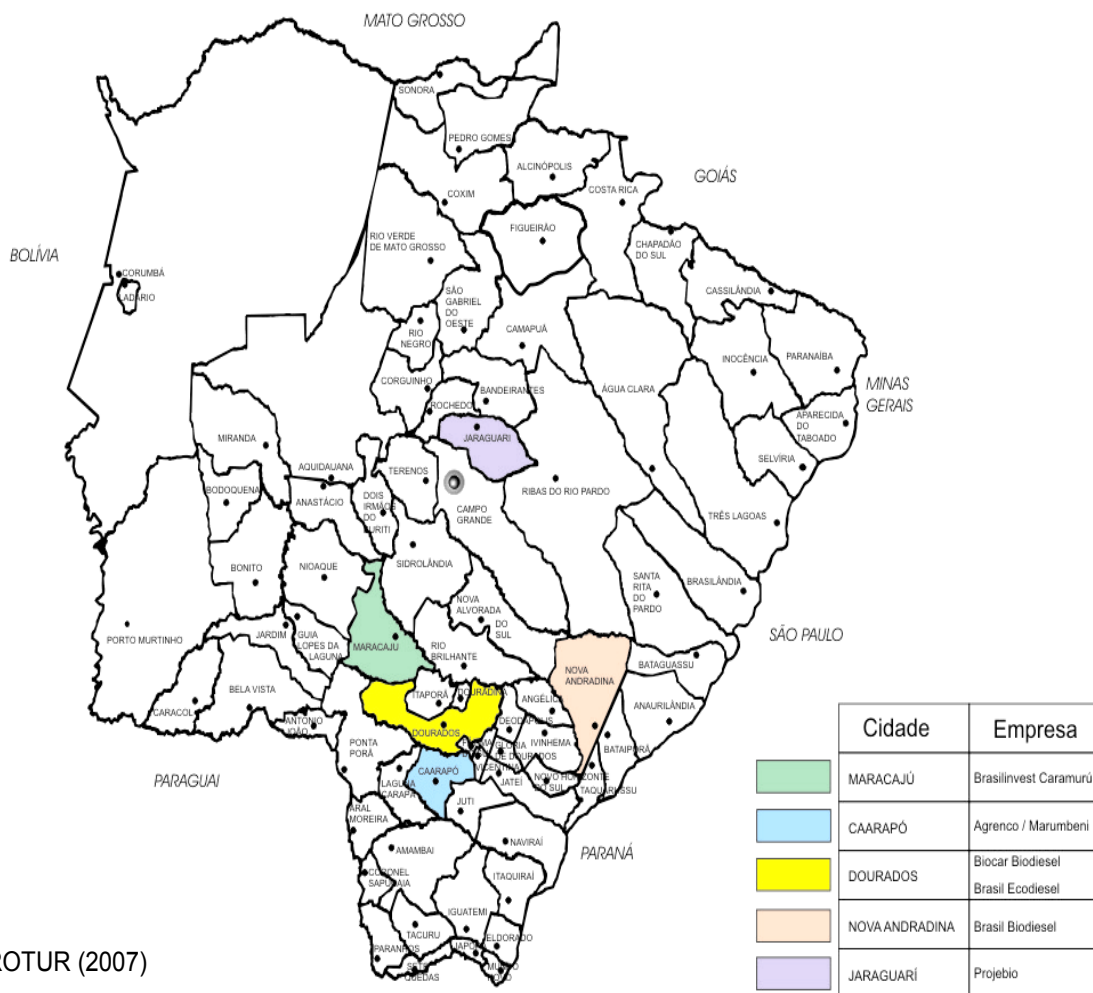
Devemos lembrar que algumas unidades estão com os projetos anunciados há alguns anos, apresentam sede no município onde irão desenvolver as suas atividades produtivas, mas estão com pendências com as questões de ordem burocrática, a exemplo, da unidade por nos visitada em Glória de Dourados (usina Glória), localizada na fazenda Alto Alegre, que pretende processar cerca de 2 mil toneladas de cana-de-açúcar a partir de uma área de 25.039 hectares.

É nesse contexto que se avalia, segundo a Seprotur, que até 2009 teremos 22 agroindústrias em funcionamento, no Mato Grosso do Sul.

É preciso apontar também para as usinas de biodiesel também em instalação no Mato Grosso do Sul, as quais processarão várias matérias-primas, tais como: oleaginosas – mamona, girassol, pião manso, soja, e/ou inclusive, o sebo

bovino. Nesse caso, conforme nos revela o Mapa 3, tínhamos a configuração de 5 unidades no Estado.

MAPA 3 : Unidades de biodiesel no Mato Grosso do Sul - 2007



FONTE: SEPROTUR (2007)
Org.: Azevedo, J. R. N. de (2008)

Contudo, já em 2008, no geral, pudemos identificar os seguintes projetos no Estado: Agrenco (Caarapó), Assafrá (Terenos), Biocar (Dourados), Brasil Bioenergia (Nova Andradina), Brasil Ecodiesel (Dourados), BrasilInvest (Maracaju), Projebio (Jaraguari) e Tecnodiesel (Sidrolândia), o que revela o crescente interesse na área.

Dentre as referidas unidades de biodiesel, a unidade Biocar já está em funcionamento desde janeiro de 2008, com produção diária de cerca de 30 mil litros de biodiesel, podendo atingir a marca de 180 mil litros de produção a partir da utilização

de óleo de fritura, girassol e soja.

Em Terenos, temos o funcionamento da usina de biodiesel formada pela Associação dos Agricultores e Agricultoras do município de Terenos (Assafra), o qual ocorre no PA Nova Querência desde 2007 e envolvem direta ou indiretamente cerca de 87 famílias que, a partir do amendoim e pinhão manso apresentam capacidade produtiva de 600 mil litros/dia. Já em Jaraguari, a Projebio investe desde 2006 na produção de biodiesel a partir da mamona que, assim como em outros projetos em curso no Mato Grosso do Sul, envolvem pequenos produtores, os quais, por sinal, são orientados a dedicarem entre 3 e 5 hectares de sua propriedade para a atividade e recebem a semente da oleaginosa, ficando com o compromisso de retribuir na safra o produto²².

A usina BrasilInvest, de Maracaju, por exemplo, conforme pudemos constatar, terá como matérias-primas essenciais a soja e o girassol, sendo que destacam-se nesse caso a parceria do grupo com os agricultores locais, os quais deverão entregar sua produção para esmagamento, haja vista sua capacidade de 360 mil litros/dia. Todavia, nos preocupa a dependência em curso desses agricultores da unidade produtiva²³.

Poderíamos também enfatizar o caso da unidade Brasil Bioenergia S.A., localizada em Nova Andradina, que terá como principal matéria-prima a soja, mas que, todavia, estuda a possibilidade de utilizar ainda o pião manso, produzido pelos produtores locais (em especial os assentados da área). Nesse empreendimento em particular, calcula-se o emprego de 140 trabalhadores diretamente, além de outros 3 mil indiretos.

A propósito, é necessário destacar que o biodiesel substitui o óleo diesel oriundo do petróleo, podendo ser misturado em diversas proporções ao mesmo. No Brasil, a intenção é que a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de 5% de biodiesel ao óleo diesel ocorra até 2010, todavia, tendo em vista a expansão desse tipo de produção, vimos a alteração no país de 2% para 3% já a partir de 1º de julho de 2008 – Regra estabelecida pela Resolução nº2 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), publicado em março de 2008 - o que reflete, segundo a propaganda do governo federal, sua preocupação em promover o uso de recursos

²² A respeito da usina de biodiesel Projebio, ver matéria publicada no *site* <http://mbdobrasil.com.br/modules.php?name=News&file=print&sid=76>. Acesso em: 3 set. 2008.

²³ Sobre a incorporação dos assentados aos projetos de produção de biodiesel, ver matéria intitulada "Assentamentos de MS vão produzir biodiesel", publicada em 8 de dezembro de 2005 no *site* <http://www.biodieseleooleo.com.br/noticias/modules.php?name=News&file=article&sid=929>.

renováveis no país²⁴.

Em se tratando das unidades em fase de instalação, devemos lembrar que os grupos que estão encabeçando o processo de territorialização das unidades produtivas, embora executando as atividades pertinentes à instalação e construção das plantas industriais, se encontram em diferentes estágios de finalização das obras, sendo que a maioria dessas unidades será concluída somente a partir de 2009/10²⁵.

Nesse cenário, queremos ressaltar alguns aspectos: 1) diversos municípios abrigarão mais de uma unidade de produção em seu território, o que poderá comprometer o desenvolvimento econômico-social em médio prazo; 2) expressivo número de empresas são oriundas do Estado de São Paulo, com destaque para o Oeste Paulista²⁶, a exemplo, das agroindústrias Nova América (Assis) e Unialcool²⁷ (Guararapes) etc. 3) A expansão da cana-de-açúcar no âmbito municipal deverá se sobrepor às demais culturas e/ou às áreas de pastagens, sobretudo naqueles em que estão se territorializando duas ou mais agroindústrias.

Vejamos o caso de alguns grupos em seu processo de territorialização no Estado:

Em se tratando do Grupo Nova América, observa-se que este tem ampliado sua atuação no Mato Grosso do Sul a partir da construção de novas unidades de produção. Em Caarapó, por exemplo, temos acompanhado a instalação de uma de suas filiais, na qual pretende investir cerca de R\$ 900 milhões entre a indústria e a parte agrícola, tendo em vista a produção de 4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano até 2017.

Nesse último caso, queremos destacar que, conforme entrevista com o gerente agrícola da usina Dourados, Francisco Carlos Devila, sediada no município de Dourados/MS, em 21 de novembro de 2007, que o grupo empresarial Unialcool cujo presidente é Luiz Guilherme Zancaner, também de São Paulo, tem ampliado sua

²⁴ Outro fato que corrobora para isso é justamente observar que a demanda em 2007 foi 6,2% maior do que a de 2006 e que, em janeiro de 2008, o incremento atingiu 9,7% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Para mais detalhes, consultar *Jornal Cana*, edição de maio de 2008.

²⁵ Em termos gerais, devemos destacar, amparados em matéria publicada no *Jornal Cana*, edição março de 2008, intitulada “BNDES vê com otimismo a expansão do setor”, que o Brasil conta com mais de 150 projetos de novas usinas, entretanto, apenas 80 destas devem realmente de confirmar em curto e médio prazo.

²⁶ Queremos observar que, sobre a atividade canavieira no Oeste Paulista, fizemos pesquisas em nível de iniciação científica e, posteriormente, para monografia de Bacharelado, entre os anos de 2001 e 2005, as quais nos permitiram perceber a expansão da cana-de-açúcar naquela área, bem como de usinas e destilarias, mediante a aliança entre os latifundiários, usineiros e o Estado, que aportava nessa atividade econômica uma forma de legitimação da posse da terra e, por conseguinte, a garantia do *status quo*.

²⁷ A primeira unidade do grupo foi fundada em 1980, através dos incentivos do PROÁLCOOL, no município de Guararapes, situado na porção noroeste do Estado de São Paulo.

participação no setor canavieiro. Mantém sociedade com Celso Dal Lago no referido empreendimento, no Mato Grosso do Sul, além da unidade de Aparecida do Taboado, fundada em 1981, e dos projetos em andamento em Itaporã/MS²⁸ com previsão para começar a primeira safra em 2011, e a de Suzanópolis/SP, que deverá moer em 2008.

Vejamos a Figura 1, que representa o local de instalação da agroindústria em Dourados, situada na fazenda Pinedo, cuja propriedade é do empresário Dal Lago.



Figura 1- Placa do empreendimento em Dourados no local onde será construída a planta agroindustrial.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

A participação do empresário Dal Lago, contudo, se ramifica ainda para empreendimentos como a usina Fátima do Sul Agro – Energética S/A, na qual mantém sociedade com outro usineiro, Daniel Gadotti. O referido empreendimento tem a perspectiva de angariar 25 mil hectares no município e geração de aproximadamente 750 empregos, entre indústria e agrícola.

Já no município de Aparecida do Taboado, foi confirmada em novembro de 2007 a instalação da usina Central Energética Aparecida do Taboado, de propriedade de B. Maganini – empresa WTB. A empresa investirá cerca de R\$ 230 milhões para execução do projeto, com previsão de funcionamento em 2011, a partir de uma área de aproximadamente 15 mil hectares com cana-de-açúcar e a produção de 900 mil toneladas da matéria-prima. Com tal empreendimento, Aparecida do Taboado amplia sua participação no agronegócio canavieiro, a exemplo de outros municípios do Mato Grosso do Sul.

Sobre a destilaria Centro Oeste Iguatemi, é importante destacar que a mesma concentra seus canaviais sobretudo nos municípios de Iguatemi e Itaquiraí,

²⁸ Devemos enfatizar que a área em que a agroindústria está se instalando, através da aquisição de terras, é predominantemente formada por pequenos e médios proprietários, o que pode se configurar como um sério problema nos próximos anos, com a possível desterroação dos mesmos.

perfazendo aproximadamente 9.500 hectares plantados com cana-de-açúcar, os quais são formados por terras próprias e arrendadas. Sobre estas, podemos perceber que eram utilizadas principalmente pela pecuária extensiva de baixa produtividade. Segundo morador de Iguatemi contactado por nós em visita a municípios vizinhos, “a região possui terras férteis que hoje estão deixando de abrigar o gado para dar lugar à cana, que parece que é mais lucrativa!”

É necessário chamar atenção para o fato de que, particularmente Itaquiraí, abrange área expressiva com cana-de-açúcar não perfazendo apenas matéria-prima para Dcoil, mas também para Usinavi. Nesse sentido, é possível observar a ampliação da área plantada, que saltou de 15.110 hectares em 2005 para 18.473 em 2007. A referida empresa, conforme divulgado em *site* visitado em 26 de novembro de 2007²⁹, pretende fazer o corte da cana-de-açúcar apenas de forma manual, empregando número crescente de índios nessa atividade. Assim, é anunciado que existem 40 trabalhadores indígenas na empresa e que, além destes, existe a possibilidade de ampliar o plantio da cana-de-açúcar, bem como da incorporação de trabalhadores assentados nas atividades da agroindústria.

Conforme entrevista com Cleonice Almeida Prado, do STR de Iguatemi, em 08 de janeiro de 2008, existem hoje cerca de 200 trabalhadores nas agroindústrias canavieiras de Iguatemi e Naviraí, que são filiados ao referido sindicato, inclusive trabalhadores acampados, com destaque para o Primeiro de Abril, e assentados, particularmente do PA Auxiliadora. Um problema ressaltado pela entrevistada se refere à localização da unidade produtiva Dcoil, a qual está sediada em Iguatemi, contudo se encontra mais próxima de Naviraí, o que faz com que as pessoas se estabeleçam nesse município.

A territorialização da atividade canvieira no Estado de Mato Grosso do Sul e a sua crescente expansão apontam para um reordenamento territorial importante, que tende a mudar o perfil da produção agropecuária no Estado, com repercussões na produção de outras culturas. Nesse caso, observa-se a ocorrência do zoneamento sócio-econômico e ambiental, promovido pelo governo estadual, com vistas a disciplinar o uso da terra, principalmente se considerarmos que diversos municípios sul-mato-grossenses receberão mais de uma unidade produtiva em seu território³⁰.

Em entrevista realizada junto ao secretário adjunto, Wilson Gonçalves (Seprotur), verificamos a postura permissiva do Estado. Isto é, não vai impedir a

²⁹ Trata-se da página: www.dcoil.com.br. Acesso em abril de 2008.

³⁰ Em área plantada com cana-de-açúcar, Mato Grosso do Sul apresenta atualmente um total de 261 mil hectares, o que representa 33% a mais em relação ao saldo da última safra.

expansão da cultura, embora pretenda incrementar um zoneamento agro-ecológico, previsto para ocorrer em nível nacional e no Mato Grosso do Sul.

Trata-se do projeto do governo federal que está fazendo o mapeamento do território brasileiro para se estabelecer áreas cujas potencialidades sejam adequadas para o plantio da cana-de-açúcar³¹, ou seja, o objetivo é expandir a cultura, excluindo das áreas prioritárias de investimento pelo capital as porções da Amazônia, do Pantanal, bem como as áreas que apresentem condições inadequadas de clima e de solo.

Essa medida, liderada pelo Ministério da Agricultura, é particularmente importante para o capital, pois possibilita que o mesmo planeje melhor a sua atuação no território, com o aval do Estado, além do que é preciso lembrar que muitos grupos empresariais aguardam o resultado das áreas passíveis de expansão, para implementar novos projetos agroindustriais. Tal medida está relacionada, segundo o Ministério da Agricultura, ao fato de o governo não aceitar as acusações de agressão ambiental, realizada ultimamente, e de desprivilegiar a produção de alimentos.

De acordo com ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, o plantio de cana-de-açúcar deverá ser incentivado em cerca de 80 a 90% das áreas que atualmente são ocupadas por pastagens degradadas, ou seja, os aproximadamente 200 milhões de hectares ocupados com pecuária no país, dos quais, algo em torno de 60 milhões são degradadas. Logo, teremos, então, o foco da expansão canavieira para as mesmas³².

Enquanto isso, nos Estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás, que lideram a expansão da atividade canavieira em nível nacional, a questão central é determinar as áreas consideradas como sendo de risco.

Nesse caso, nota-se que existem interesses em jogo no caso da permissão de efetuar-se a expansão da cana-de-açúcar no domínio do Pantanal, não só das unidades produtivas de açúcar e de álcool, mas daqueles que possuem áreas naquela porção, ou mesmo relações comerciais com algum “braço” do setor agroindustrial.

Outro problema alardeado pela expansão dos canaviais, em Mato Grosso do Sul, diz respeito à queima da palha de cana-de-açúcar, a qual está causando muitas polêmicas, como, por exemplo, a que temos acompanhado em Naviraí,

³¹Para mais detalhes, ver: http://www.canaweb.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao&secao=Cana%2DClipping&ID_Materia=281026/8/2007 11:57:00

³²No caso específico do Mato Grosso do Sul, conforme entrevista com Paulo Aurélio (Sindal), existem entre 8 e 10 milhões de hectares nessas condições.

município em que estão territorializadas a Usinavi e que se encontra próxima à Dcoil³³, resultando em diversas manifestações por parte das comunidades locais, na medida em que convivem em áreas onde estão sendo implantadas usinas e destilarias, ou mesmo que estão sobre sua influência direta, como, por exemplo, em Dourados, onde será permitida a queima da gramínea até 2009 e delimitado o raio de expansão em 20 km do espaço urbano.

Vejamos o slogan produzido para manifestar o repúdio contra a queima da cana-de-açúcar na área (Figura 2).

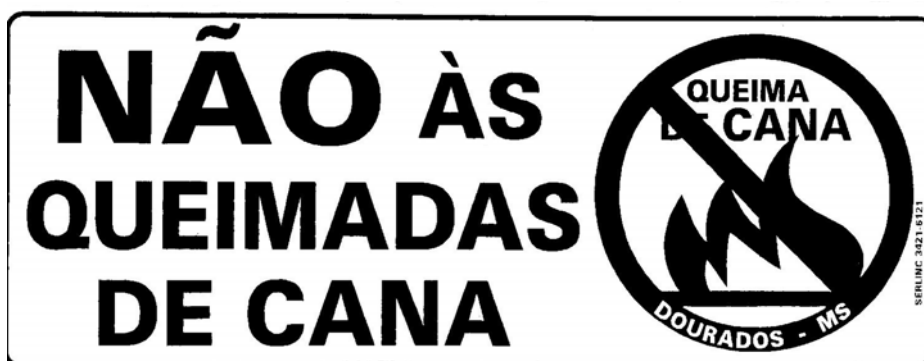


Figura 2. Slogan produzido em Dourados contra a queima da cana-de-açúcar.

Ainda em relação à problemática das queimadas, conforme Diário Oficial da União (DOU), em 09 de junho de 2007, ficou negada ou suspensa a queimada nos casos em que: I) Forem constatados e comprovados risco de vida humana, danos ambientais ou condições meteorológicas desfavoráveis; II) Após o início do processo de queima ficar comprovado excesso de poluição no ar; III) A fumaça exalada da queima puser em risco a visibilidade de vias públicas, que possam prejudicar as operações aeronáuticas, rodoviárias e de outros meios de transporte.

É fundamental, neste momento, não esquecermos que o maior exemplo da contestação a uma provável instalação de unidades produtivas de açúcar e álcool, particularmente no Pantanal, ocorreu em 2005, quando um ambientalista ateou fogo ao próprio corpo para demonstrar sua indignação com o projeto que estava em debate naquele momento.

³³ Nesse município, algumas pessoas, entre as quais os vereadores Vanderlei Chagas, Laurentino Pavão de Arruda e José Odair Gallo, têm proposto “discutir e apontar soluções visando a diminuir os problemas provocados pela queimada da cana-de-açúcar”, na tentativa de “impedir o aumento desenfreado da produção de cana”. Para maiores informações, consultar matéria publicada no Jornal Diário MS, de 29 de agosto de 2007, intitulada “Queimada da cana provoca problemas”.

Aqui apropriamos de Bihr (1999, p. 134), o qual aponta que “se qualquer luta anticapitalista conseqüentemente deve, hoje, integrar uma dimensão ecológica, inversamente qualquer luta no terreno ecológico deve logicamente desembocar em uma perspectiva anticapitalista”.

Está em jogo, no entanto, as condições sociais da existência da sociedade, ao passo que, se aderirmos à fragmentação da classe trabalhadora, estaremos concordando com o princípio da pilhagem e, conseqüentemente, indo na contramão da totalidade viva do trabalho, defendendo a separação entre os movimentos sociais e o próprio movimento operário composto pelos sindicatos, associações, partidos políticos etc., os quais devem ser encarados como face da mesma moeda, na luta anticapitalista.

Portanto, está em vigência a lógica destrutiva do capital, a qual age numa perspectiva individualista, sem se preocupar com a relação homem-natureza, onde o papel dos sujeitos se figura como marionetes nas mãos do capital que administra as questões sociais a seu favor, isto é, usam da expressão coletiva para modificar sua tática expropriatória, até porque, comumente, assim que a sociedade não mostra mais resistência às suas determinações, ocorre a efetiva concretização – agora mais cautelosa – de seus propósitos.

Sobre a lógica destrutiva do capital, Thomaz Júnior (2007 p. 07) destaca:

Cresce destruindo, ou seja, destrói o ambiente, destrói a natureza (os solos, os mananciais, as florestas nativas, os biomas), destrói a força humana que trabalha (elimina postos de trabalho, profissões, comunidades tribais, destrói culturas nativas etc.), destrói por meio das guerras, enfim, o sistema precisa destruir para poder avançar.

Todavia, no Mato Grosso do Sul, a propaganda a serviço do Estado e os próprios representantes do capital, personalizados na figura da empresa ou do sindicato patronal, alegam que, na verdade, não há ameaça da atividade canvieira ao meio ambiente. Nesse caso e a título de exemplo, Paulo Aurélio (Sindal), assim se pronunciou a respeito da problemática posta:

Não é uma ameaça ao meio ambiente, pois a SEMA (Secretária do Meio Ambiente) exige de todos os empreendimentos o cumprimento estrito de toda legislação vigente, além de ter um Ministério Público Estadual atuante e, principalmente pelas empresas que aqui estão instaladas e as que estão se instalando cumprirem todas essas exigências, muitas vezes se antecipando a essas exigências, criando áreas de preservações e observando estritamente as recomendações.

Entretanto, embora não possamos generalizar, temos que ressaltar a omissão do capital canavieiro a inúmeras situações colocadas pela “Lei”, a qual, por sinal, compreende os anseios e o poder de quem as cria, ou seja, da classe dominante. Temos, assim, com força preponderante nessa relação, os interesses dos capitalistas do agronegócio canavieiro, que conforme procuramos esclarecer na pesquisa, têm condições de mudar até mesmo a própria lei para beneficiar os seus interesses, até porque, conforme ressalta Menegat (2006) ao discutir sobre a barbárie, a lei não é a mesma para todos!

Nesse contexto, em se tratando do modo de produção capitalista, é interessante lembrar que o desenvolvimento dos meios técnicos aparece como fator preponderante na qualificação das relações sociais, uma vez que a classe trabalhadora se vê dependente do capital para garantir a sua sobrevivência e, de forma particular, a solução para os seus problemas, os quais não se fazem apenas mediante a exploração da mão de obra, mas também da captura da sua subjetividade³⁴ que, de acordo com Thomaz (2004), é um pré-requisito para o efetivo exercício do controle social³⁵.

Conforme Harvey (2005), o progresso da acumulação depende de três aspectos básicos: a) existência de um excedente de mão-de-obra; b) a existência no mercado de quantidades necessárias de meios de produção e, c) a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas.

Sabemos que tal configuração espacial, longe de ser resolvida, apresenta-se a partir de uma série de fatores determinantes, entre os quais podemos destacar: a) a necessidade de estoque de terras para sustentar a expansão da atividade canavieira em nível de país; b) preço da terra mais atrativo do que em Estados tradicionalmente produtores de cana-de-açúcar; c) uma organização sindical frágil e ainda em consolidação no Estado de Mato Grosso do Sul, em especial no caso da cana-de-açúcar³⁶; d) o interesse expresso por entidades públicas e privadas em sediar empreendimentos de natureza agroindustrial, tendo em vista a tão almejada industrialização do Estado etc.

Sobre esse aspecto, o secretário adjunto de Estado, Gonçalves (2007, p.10), assim se pronunciou durante entrevista:

³⁴ Para mais detalhes, consultar Antunes (1999).

³⁵ Esse assunto poderá ser mais bem explorado a partir das reflexões de Mészáros (1989), das quais estamos fazendo releituras, para ampliarmos nossos horizontes de entendimento.

³⁶ Essa colocação foi feita em entrevista realizada com dirigente sindical, em Anaurilândia (MS), o qual apontou a dificuldade momentânea em lidar com a chegada das usinas no Estado, suas implicações, bem como a necessidade de certo tempo para se familiarizarem com as suas demandas (março de 2007).

Você perguntou por que cana em MS. Primeiro, solo: mecanização até 100% o solo, rendimento. Aqui é plano, cai o custo da logística rural, chega a cair 15 % em relação a SP. E outra, sítio de 30 alqueires, 50 hectares, aqui é área de 300, 500, 1000, 5 mil hectares. Você pega uma área de cana de 2, 3 mil hectares numa área só, isso aí é uma economia danada, e as usinas fazem as contas... Eu vi esses dias, em SP, em Lucélia, a Central de álcool, eles têm 150 contratos com produtor de em média 20 alqueires, 10 hectares a 50 hectares. Aqui não passa de 10 contratos uma usina, contrato de 3, 5 mil. Tudo isso - clima, logística, proximidade com SP, apoio do governo - nós temos a melhor lei de incentivos do Brasil.

Em se tratando do capital, conforme já sinalizamos em outro momento desta dissertação, é fundamental a existência de possibilidades de domínio da situação, ou seja, o controle do território pelo capital ou, em outras palavras, a subordinação do trabalho ao capital.

Assim, é preciso refletir: a expansão e consolidação dos negócios e atividades produtivas no âmbito da atividade agroindustrial canavieira garantem a reprodução ampliada do capital e redimensionam novos desafios para o trabalho e para a classe trabalhadora?

Em outras palavras, pode-se pensar que a expansão dos 136 mil hectares de cana-de-açúcar plantados em Mato Grosso do Sul até 2005, 202 mil em 2007, para aproximadamente 700 mil hectares após a implantação de novos projetos e da injeção de um investimento de cerca de 5 bilhões de reais nos próximos anos, acarretará novas configurações para a sociedade, para o trabalho³⁷?

Se considerarmos as unidades previstas para o Mato Grosso do Sul, o impacto certamente será ainda maior. Do ponto de vista do trabalho, teremos a expansão da oferta de empregos, conforme destaca Ávilla (2007, p.06):

³⁷ Se considerarmos os projetos antigos, em consecução e em negociação, no que tange a instalação de unidades produtivas em Mato Grosso do Sul, a área ocupada deverá alcançar aproximadamente 1,2 milhões de hectares.

Hoje nos temos 71 usinas em processo entre as que já estão funcionando, instaladas e as que estão já aprovados em seu processo no conselho de desenvolvimento industrial e, as que já estão pleiteando aprovação entre todas elas nos temos 71 usinas no Estado, a média de trabalhador por usina é de 3870 trabalhadores então quando você soma 3870 vezes 71 usinas você tem em torno de 110 mil pessoas; a PEA desocupada segundo os dados da PNAD 2005 é de 8,5%, ou seja, 104 mil pessoas desocupadas no Estado pelos dados da PNAD que é o único indicador que nos temos oficial [...] significa dizer o seguinte: que só o setor sucroalcooleiro seria o suficiente para nos termos os anos gloriosos aqui em Mato Grosso do Sul.

Não podemos ignorar neste possível quadro a disponibilidade de força de trabalho existente no Estado de Mato Grosso do Sul já que embora seja possível incluir, segundo o entrevistado, toda PEA estadual, é notório que significativo número desta não queira desempenhar as atividades laborais que são oferecidas. Daí resulta que as unidades produtivas lançarão mão justamente dos migrantes, cuja prática é comum nessa atividade econômica e também dos índios.

Nesse contexto, devemos esclarecer com base nos dados fornecidos pelo Sindal/MS que é crescente os números de postos de trabalho no âmbito canavieiro, afinal, se considerarmos os últimos anos (safra), notamos a sua evolução no Mato Grosso do Sul, conforme demonstra o Quadro 6.

Quadro 6: Postos de Trabalho na Agroindústria Canavieira sul-mato-grossense entre 2003 e 2008.

Safra	Empregos Diretos	Empregos indiretos
2003/04	18.260	75.200
2004/05	20.650	82.600
2005/06	22.000	88.000
2006/07	23.100	92.400
2007/08	25.800	103.200
2008/09	35.000	140.000

Fonte: Sindal/MS (2007/08)
Org.: Azevedo, J.R.N. de (2008)

Destacamos, com base nos dados apresentados pelo Quadro 6 que os empregos gerados no setor abrangem os trabalhadores rurais, da indústria e da administração, sendo que para tal cálculo foi utilizada a metodologia aplicada pelo Sindal/MS, ou seja: a) Para obter o número de empregos indiretos multiplicou-se por 4 os empregos diretos; b) Para obter o número de trabalhadores envolvidos nos canaviais se considerou que, em média, a cada 10 hectares de cana-de-açúcar

plantados são gerados 1,5 empregos diretos, e para o cálculo dos empregos indiretos se considerou como parâmetro que para cada emprego direto temos 4 indiretos.

Devemos enfatizar, em relação ao Quadro 6, o nítido aumento da oferta dos postos de trabalho na agroindústria canavieira sul-mato-grossense, sobretudo na safra 2008/09 em que atingiu 35 mil empregos diretos, dos quais conforme entrevista realizada com Paulo Aurélio (2008)³⁸, “aproximadamente, 25 mil trabalham diretamente no corte da cana-de-açúcar e os outros 10 mil trabalham na área administrativa e na indústria”, o que evidencia e pode ser um indicador do peso que assume no Estado ainda hoje o corte manual da gramínea. Outro aspecto interessante fica por conta do fato do maior incremento estar justamente na última safra, quando novas unidades produtivas iniciaram seu processo de instalação no Mato Grosso do Sul.

Desse cenário, resulta, aliás, algumas dúvidas: Será que a exploração da força de trabalho indígena que atualmente é a principal mão-de-obra utilizada nas usinas e destilarias territorializadas em Mato Grosso do Sul vai engrossar as fileiras de trabalho juntamente com os migrantes, fundamentalmente nordestinos, e se curvar aos desígnios dos empresários? Ou mesmo, será que os trabalhadores terão uma concepção negativa de tais empreendimentos, um olhar realmente crítico ou, ao contrário, estarão ansiosos em vender a sua força de trabalho para os investidores, e serão satisfeitos com o emprego conseguido.

Sobre este aspecto vale ressaltar como exemplo, entrevista realizada com Emerson, trabalhador da usina Aurora de Anaurilândia em 29 de setembro de 2007, o qual nos disse é “muito bom a instalação da usina no município, é uma verdadeira vitória para todos, já que ela vai trazer emprego e movimentar o município, em todos os setores”. O trabalhador já está na empresa a 1 ano, na função de tratorista. Segundo ele neste início das obras estão em 30 funcionários, contudo a previsão seja contratar mais trabalhadores com a vinda das chuvas³⁹.

De acordo com o trabalhador eles estão ganhando na carteira R\$ 430,00, contudo, na realidade, eles recebem mensalmente em torno de R\$ 800,00, até R\$ 1000,00. Segundo ele:

³⁸ Entrevista realizada por *e-mail*, em 22 de setembro de 2008.

³⁹ Conforme entrevista realizada em 11 de novembro de 2007, no mesmo município, com o presidente STR local, para quem havia 85 trabalhadores no plantio de cana-de-açúcar, sendo que a meta da empresa, segundo funcionário da mesma, contactado nesse dia, era de 300 trabalhadores a serem contratados até dezembro de 2007.

O pessoal diz que não sai [a usina], mas já está tudo certo para instalação, já tem a terra cedida pela prefeitura, o Scalon tem terra, as licenças ambientais já foram concedidas, e se nada atrapalhar ainda começa montar a planta este final de ano. As pessoas falam que ele [o Scalon] vai vender o projeto para outro grupo, mas é tudo mentira, porque se ele fizer isso, perde o direito, que nem aconteceu em outro local com um tal de Gadotti. Teve que pedir a licença, fazer tudo de novo.

Vale ressaltar sobre esse último aspecto, isto é, em relação à dita venda de projetos após a liberação das licenças ambientais, que

muitas empresas, que nem têm tradição no setor ou que têm agulha no palheiro, estão dizendo que pretendem instalar usinas aqui no Mato Grosso do Sul, dando entrada em pedidos de licença e tudo mais. Só que isso tudo é só meio de ganhar dinheiro fácil, na verdade, é para vender o projeto para grupos estrangeiros que estão chegando por aqui [...] estes não estão para brincadeira.

Mais adiante, o entrevistado destaca:

Eu acho, por exemplo, que em Anaurilândia aquele pessoal da Aurora está com conversa: porque nós temos 150 mil cabeças de gado, temos fazendas no Pantanal, Naviraí, aqui em Taquarussu/Batayporã etc. Chegamos no Brasil no século passado [...] e estamos com dificuldades, já gastamos 10 milhões de reais. E você pode olhar que aparentemente não tem nada de concreto. Agora, imagina o Scalon, com umas 30 mil cabeças de gado e uma retífica em Prudente, querendo montar duas usinas, só pode ser para vender o projeto.

Associado a isto, temos a questão da “pressa” de algumas autoridades públicas do governo estadual em garantir a instalação dos empreendimentos no Mato Grosso do Sul. Ou seja, preferem pular etapas necessárias para instalação do empreendimento, a exemplo do licenciamento ambiental, o que pode ser visualizado no caso da atuação do Deputado Zé Teixeira (DEM), o qual contesta a exigência do referido documento pela SEMAC em área de Ivinhema, ao passo que acredita que apenas o licenciamento do imóvel seria suficiente, dado que a lei estaria atravancando o desenvolvimento estadual. Na verdade, temos nesse caso, o completo descaso para com a questão ambiental de um lado e, de outro, a defesa dos interesses de empresários e produtores rurais sedentos em auferir lucros da empreitada⁴⁰.

⁴⁰ Para maiores informações, consultar matéria publicada pelo MS Notícias, em 30/04/2008, intitulada “Zé Teixeira critica burocracia do licenciamento Ambiental”. Acesso em: 1º mai. 2008.

Aproveitando o ensejo levantado por Werner Semmelroth, Diretor agrícola da usina Laguna de Batayporã⁴¹, inquirimos se de fato era interessante para o empresário fazer essa manobra, e ele salientou: “com certeza, você gasta menos de 2 milhões e vende seu projeto por mais de 20 milhões, é um negócio e tanto”.

O referido entrevistado nos disse que a empresa comprou 2 plantadeiras de cana que fazem 25 hectares por dia e que vai encomendar algumas colheitadeiras para os próximos anos. Sobre isso, nos diz: “foi eu quem montou tudo, aquelas peças chegaram e eu debulhei aquilo, é coisa linda de se ver, está tudo lá na sede da fazenda!”

Emerson apontou, por fim, a ocorrência de parceria da usina com o Senar, para formação de mão-de-obra, sendo que uma destas seria na semana seguinte – início de outubro - para a formação de tratoristas e maquinistas, em geral: “é muito interessante, é tudo de graça, por conta da usina. E, aí, você pode ser chamado quando eles estiverem precisando e, caso não te chamem, você continua o seu serviço, porque eu vou falar - pagar igual a usina, por aqui, não tem e, além disso, você pode crescer junto”.

O funcionário disse que, antes de entrar na usina, trabalhou no Mato Grosso e 4 anos no laticínio local, sem contar o tempo de fazenda para o dono do Rancho Liderança, que lida com a pecuária e possui cartório na cidade.

A Figura 3 representa cartaz de divulgação do grupo Scalon, investidor em Anaurilândia na instalação das unidades de produção, Aurora e Santo Antonio, o qual possui algumas fazendas na área, o que proporcionou vantagens significativas para a escolha do local para produção de etanol.

⁴¹ É importante salientar, conforme entrevista realizada, que os empresários em questão possuem fazendas em diferentes porções do país, para fins agropecuários, bem como em países como o Paraguai.



Figura 3 - Cartaz de divulgação do grupo Aurora em exposição realizada no rodeio comemorativo de aniversário de Anaurilândia, em novembro de 2007.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Dentre os municípios sul-mato-grossenses que têm se destacado no cenário expansionista canavieiro, não podemos omitir a situação de Nova Alvorada do Sul e Rio Brillhante, os quais possuem áreas plantadas com cana-de-açúcar de respectivamente de 19.403 e 36.398 hectares, em 2007. Devemos destacar nesse caso que, enquanto Nova Alvorada do Sul ampliou sua área que perfazia 13.418 hectares em 2005 para 14.965 em 2006, enquanto no município de Rio Brillhante a cana-de-açúcar expandiu de 15.296 hectares em 2005 para 22.186 hectares em 2006, tendo sua expressão maior em 2007.

Conforme entrevista com chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Rio Brillhante, Márcio, o município é influenciado diretamente por quatro grupos agroindustriais canavieiros, na medida em que estão instalados na área:

- O grupo Safi, que possui uma área plantada de 8 mil hectares, sendo 1.700 hectares de produção própria da usina e 6.300 hectares de terceiros, representando uma moagem de 4 mil toneladas/dia de cana-de-açúcar com produção de 360 mil litros de álcool e a geração, entre indústria e campo, de cerca de mil empregos.

- Ocorre a influência da usina Passa Tempo, a qual está territorializada em Rio Brillhante, mas possui área plantada de 2.811 hectares no município de Nova Alvorada do Sul;

- Da usina Eldorado, também sediada em Rio Brillhante, mas que possui, segundo o chefe de gabinete, um total de 9.395 hectares de cana-de-açúcar e emprega 332 trabalhadores, no campo e na indústria, no município citado.

- Ainda, a influência da usina Louis Dreyfus, instalada em Rio Brilhante, mas que se territorializa numa área de 1.963 hectares de Nova Alvorada do Sul e gera cerca de 150 empregos.

A título de exemplo, tendo em vista dimensionar a expansão territorial de grupos canavieiros, podemos ver que, em 2006, conforme matéria publicada em 09 de outubro de 2007, tínhamos 15.3 hectares de cana-de-açúcar em Itaquiraí e 16 mil hectares em Naviraí, ambos sob o domínio da Usinavi.

Entretanto, com a expansão de outros grupos na área, vimos o crescimento dos canaviais em Iguatemi, onde se encontram 4.5 mil hectares, e em Eldorado 4.7 mil hectares. Nesse contexto, o município de Naviraí destaca-se com incremento, nos últimos anos, de 62% da evolução da cultura, ou seja, saltou da marca de 9.85 mil hectares para aproximadamente 16 mil hectares, em 2007.

Em resumo, a Tabela 5 demonstra a evolução da área colhida com cana-de-açúcar dos municípios produtores sul-mato-grossenses, entre 2000 e 2006.

Tabela 5: Área colhida (hectares) de cana-de-açúcar nos municípios produtores sul-mato-grossenses entre 2000 e 2006.

Município	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Anastácio	16	16	20	25	60	60	60
Angélica	-	-	-	-	-	366	1.800
Antonio João	-	-	-	-	4	8	5
Aparecida do Taboado	0	-	3.720	7.200	11.330	12.556	16.020
Aquidauana	31	35	25	25	50	50	50
Bandeirantes	-	-	-	-	10	5	-
Bela Vista	-	-	-	70	15	35	45
Bodoquena	20	-	-	10	10	10	10
Bonito	32	32	40	40	40	40	40
Brasilândia	8.021	7.401	8.751	8.751	8.751	6.697	5.961
Campo Grande	40	40	40	40	40	40	40
Cassilândia	-	-	200	300	-	-	-
Corguinho	20	20	20	20	20	20	20
Dois Irmãos do Buriti	537	2.055	782	1.638	1.648	1.211	1.220
Dourados	28.866	30.436	31.771	31.453	32.242	43.628	47.427
Guia Lopes de Laguna	18	10	10	10	20	20	20
Iguatemi	-	-	-	-	938	2.200	2.607
Itaquiraí	7.545	9.001	11.259	12.222	13.825	11.302	14.810
Jardim	8	4	5	10	20	20	20
Juti	-	-	-	-	293	293	703
Laguna Carapã	-	-	-	2	6	10	30
Maracaju	9.931	9.529	9.627	9.364	9.983	13.307	14.597
Miranda	40	40	40	40	10	10	10
Naviraí	9.850	8.796	10.605	11.721	9.827	11.732	12.843
Nioaque	50	3	5	10	15	15	15
Nova Alvorada do Sul	4.094	8.519	10.299	9.871	11.415	11.100	11.689
Nova Andradina	9.500	9.754	11.659	13.124	13.975	11.500	14.506
Paranaíba	-	-	-	-	-	-	143
Paranhos	-	-	-	4	-	-	-
Pedro Gomes	20	-	-	-	-	-	-
Ponta Porã	-	-	-	70	72	100	100
Porto Murtinho	-	-	-	-	30	40	40
Ribas do Rio Pardo	11.685	9.546	11.719	10.588	10.588	9.398	10.290
Rio Brilhante	14.841	12.388	11.845	12.146	10.469	18.810	20.303
Rio Negro	15	15	15	15	15	15	20
Rio Verde de Mato Grosso	-	10	10	10	11	11	11
Rochedo	-	2	2	13	13	13	13
Santa Rita do Pardo	11.685	9.546	11.719	10.588	10.588	9.398	10.290
Selvíria	-	-	480	600	596	1.120	1.120
Sidrolândia	9.029	8.426	5.974	7.823	10.102	7.957	7.293
Sonora	12.550	12.600	12.987	12.037	14.020	14.034	13.096
Tacuru	17	17	6	6	10	10	8
Terenos	1.028	1.414	1.955	2.729	2.739	2.688	3.189
Três Lagoas	19.706	16.947	20.470	19.339	19.339	16.095	16.251

Fonte Produção Agrícola Municipal- IBGE (2006).
Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008).

Observamos, a partir da Tabela 5, que inúmeros municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, que comparecem atualmente com produção significativa de cana-

de-açúcar, não aparecem na estatística do IBGE, o que implica no fato da sua produção iniciar-se a partir da safra 2006/07, com a expansão das unidades produtivas. Podemos citar, como exemplo, os municípios de Amambaí, Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Caarapó, Chapadão do Sul, Costa Rica, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu., entre outros.

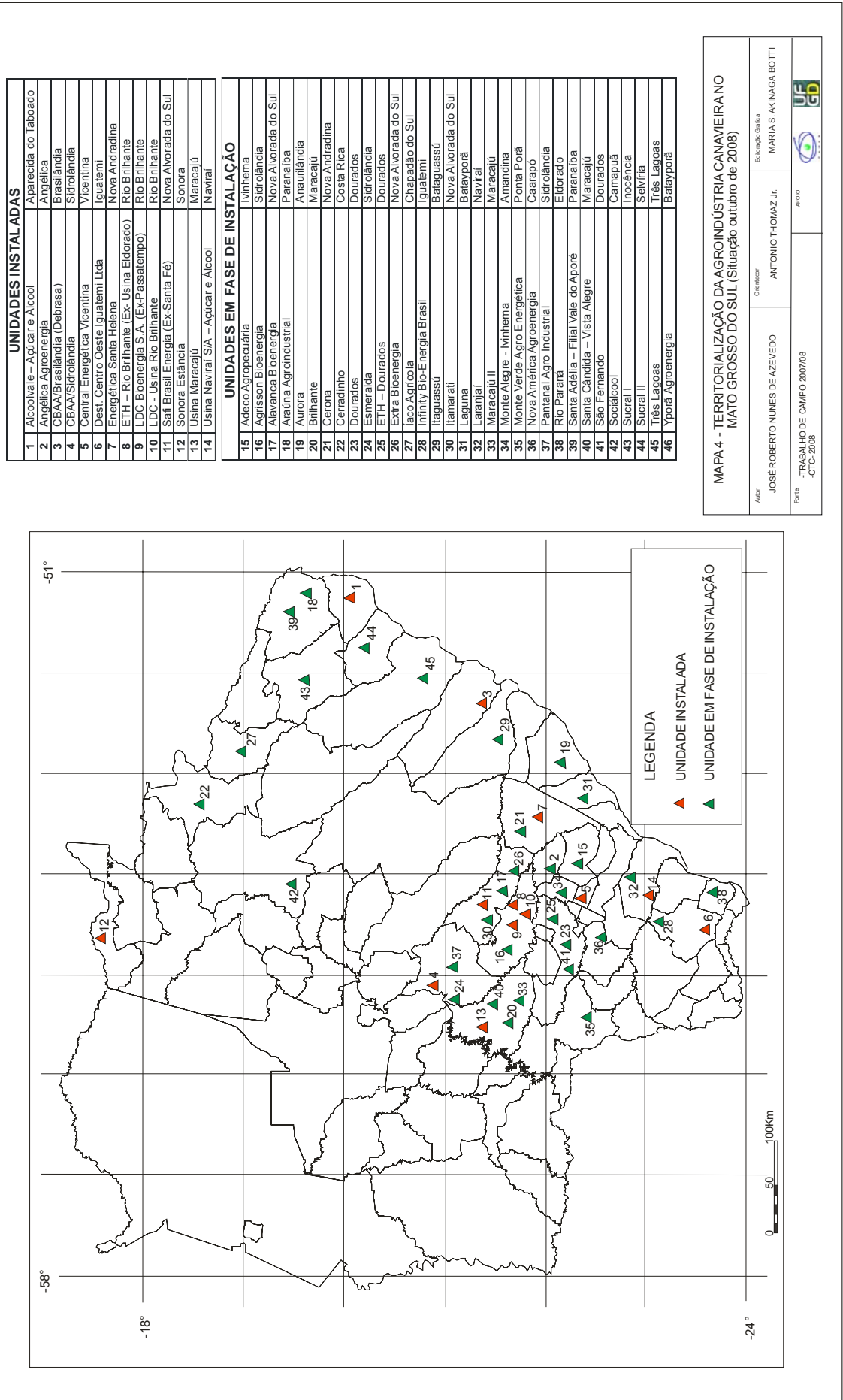
Também devemos alertar que nem todos os municípios presentes na tabela destinam sua produção para fins industriais, ficando restrito a forragem (alimentação de gado, sobretudo), como, por exemplo, os municípios de Antonio João, Bandeirantes, Bela Vista, Aquidauana, Bodoquena, Bonito, Jardim, Guia Lopes de Laguna, Laguna Carapã, Nioaque, Miranda, Porto Murtinho, Rio Negro, Tacuru etc. Inclusive, nesse caso, temos que lembrar a proibição do plantio de cana no domínio do Pantanal, o qual envolve 9 municípios do Mato Grosso do Sul.

Assim, segundo Thomaz Júnior (2002, p. 67), deve-se observar que:

Nas porções do território onde a cana -de- açúcar se apresenta mais concentrada, conformando-se em manchas contínuas, é onde também se concentra o maior número de empresas, englobando, ainda, municípios canavieiros que não contam com unidades agroindustriais, já que tal distribuição está diretamente ligada à “mancha da cana” e, portanto, não respeita as fronteiras político-administrativas adotadas pela divisão municipal [...].

Observa-se, então, conforme nota de Thomaz Júnior (2002), que o capital se espraia pelo território independentemente da institucionalização dos limites municipais, estando em jogo a garantia de matéria-prima para o processamento industrial. Daí vemos, como no exemplo acima, a espacialização da cana-de-açúcar nos arredores das usinas, seja no município sede ou não. Contudo, nesse caso, é preciso especificar que, conforme nos asseveraram inúmeros representantes de agroindústrias, não é compensatório obter a cana-de-açúcar em áreas afastadas, ou melhor, que se distanciem mais de 60 km, por exemplo, da planta industrial, haja vista os gastos com transportes. Observamos, no entanto, que têm sido cada vez mais tênues os limites entre a área de expansão da gramínea, seu raio de atuação, e a localização do empreendimento.

Vejamus por exemplo o Mapa 4 que sintetiza a reconfiguração espacial que está se constituindo no Mato Grosso do Sul a partir das unidades instaladas e em fase de instalação, o que nos permite de antemão visualizar a concentração dos empreendimentos sobretudo, no centro-sul do Estado.



UNIDADES INSTALADAS

1	Alcoolvale - Açúcar e Alcool	Aparecida do Taboado
2	Angélica Agroenergia	Angélica
3	CBAA/Brasília (Debrasa)	Brasília
4	CBAA/Sidrolândia	Sidrolândia
5	Central Energética Vicentina	Vicentina
6	Dest. Centro Oeste Iguatemi Ltda	Iguatemi
7	Energética Santa Helena	Nova Andradina
8	ETH - Rio Brilhante (Ex- Usina Eldorado)	Rio Brilhante
9	LDC Bioenergia S.A. (Ex-Passatempo)	Rio Brilhante
10	LDC - Usina Rio Brilhante	Rio Brilhante
11	Sati Brasil Energia (Ex-Santa Fé)	Nova Alvorada do Sul
12	Sonora Estância	Sonora
13	Usina Maracaju	Maracaju
14	Usina Navirai S/A - Açúcar e Alcool	Navirai

UNIDADES EM FASE DE INSTALAÇÃO

15	Adeco Agropecuária	Ivinhema
16	Agrisson Bioenergia	Sidrolândia
17	Alvance Bioenergia	Nova Alvorada do Sul
18	Arauna Agroindustrial	Paranatoba
19	Aurora	Anauniândia
20	Brilhante	Maracaju
21	Cerona	Nova Andradina
22	Cerradinho	Costa Rica
23	Dourados	Dourados
24	Esmeralda	Sidrolândia
25	ETH - Dourados	Dourados
26	Extra Bioenergia	Nova Alvorada do Sul
27	Iaco Agrícola	Chapadão do Sul
28	Infinity Bio-Energia Brasil	Iguatemi
29	Itaguassu	Bataguassu
30	Itamarati	Nova Alvorada do Sul
31	Laguna	Batayporã
32	Laranja I	Navirai
33	Maracaju II	Maracaju
34	Monte Alegre - Ivinhema	Amandina
35	Monte Verde Agro Energética	Ponta Porã
36	Nova América Agroenergia	Cazapó
37	Pantanal Agro Industrial	Sidrolândia
38	Rio Paraná	Eldorado
39	Santa Adélia - Filial Vale do Aporé	Paranatoba
40	Santa Cândida - Vista Alegre	Maracaju
41	São Fernando	Dourados
42	Socialcool	Carnaubá
43	Sucral I	Inocência
44	Sucral II	Selvíria
45	Três Lagoas	Três Lagoas
46	Ypora Agroenergia	Batayporã

MAPA 4 - TERRITORIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANNAVIEIRA NO MATO GROSSO DO SUL (Situação outubro de 2008)

Autores: JOSÉ ROBERTO NUNES DE AZEVEDO / ANTONIO THOMAZ JR. / ELISABETH CALDEIRA / MARIA S. AKINAGA BOTTI

Fonte: -TRABALHO DE CAMPO 2007/08 -CTC-2008

Algumas unidades produtivas afirmam que o raio economicamente viável para se deslocar a matéria-prima é de até 50 km, a exemplo da usina Dourados, embora a mesma, assim como outras unidades em construção no Estado, estejam levando a gramínea para espaço muito maiores, neste primeiro momento, haja vista que suas plantas industriais não estão concluídas. Aliás, em se tratando da usina Dourados, a mesma está vendendo sua produção para a usina de Maracaju, distante 112 km, o que se configura, segundo o engenheiro agrônomo Francisco Carlos, como uma perda significativa, pois “mais da metade do que é ganho na operação é descontada no frete até a unidade compradora”.

Logo, verificamos que as atividades de circulação são imprescindíveis para o fluxo de produtos e permitem o aprofundamento da divisão territorial do trabalho ou, em outra escala, a especialização produtiva dos territórios. Sendo assim, conforme Santos (2008, p. 290), “cada empresa, cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência”, ao passo que, para o autor, o território “é objeto de divisões de trabalho superpostas”.

Nesse cenário, devemos lembrar o processo de internacionalização do capital, na medida em que as empresas produzem uma lógica territorial, que pode ser apreendida na área de estudo, mediante alguns exemplos que veremos no item 1.1.

1.1 Exemplos de Internacionalização do Capital Canavieiro no Mato Grosso do Sul

A territorialização da agroindústria canavieira, no Mato Grosso do Sul, traz em seu bojo o processo de internacionalização do capital, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo implica diretamente na concentração de capital a nível global, o que pode ser apreendido em nossa pesquisa pelo fortalecimento de grupos econômicos que se instalaram ou que estão em vias de se territorializar no Estado.

Tal processo ancora-se em operações de compra (aquisição) pelos grupos econômicos – tanto os já com tradição no ramo canavieiro como os que vêm como lucrativo participarem desse mercado – das pequenas e médias agroindústrias, como também através das fusões de empresas ou mesmo na participação acionária de várias personalidades jurídicas em um único empreendimento.

Nesse caso, verificamos, conforme ressalta Santos (2008, p.292), os denominados pontos de interesse, os quais “ultrapassam o âmbito da própria firma para se projetar sobre as empresas fornecedoras, ou compradoras, ou distribuidoras” e que estão vinculados a “uma posição vantajosa em relação ao nível internacional no qual ela opera” (ibidem).

Temos em jogo também a própria mobilidade que o capital adquiriu no atual meio técnico-científico-informacional, isto é, abriu-se um leque de possibilidades para o capital multinacional se ramificar a partir de condições seguras de acumulação, o que implica, inclusive, na fragilização do poder dos sindicatos em negociar frente a precarização do trabalho e, conseqüentemente, dos grupos empresariais “reformular as relações de produção de acordo com os seus interesses” (SINGER: 2006, p.28).

De fato, temos um ambiente propício para a mundialização financeira do capital, sobretudo na atual conjuntura neoliberal, a qual, conforme Boito Júnior (1999, p.41),

além de modelar as economias latino-americanas de acordo com os interesses do capital financeiro dos países centrais, o neoliberalismo visa, em segundo lugar, adequar tais economia aos interesses das grandes empresas industriais estadunidenses, européias e japonesas

Iniciemos este assunto destacando o fato da recente operação financeira envolvendo o grupo Unialco e seus sócios, ou seja, estamos nos referindo à aquisição por parte da Clean Energy Brazil PLC de 33% das três unidades situadas no Mato Grosso do Sul, quais sejam: Alcoolvale, de Aparecida do Taboado; Usina Dourados, que está em construção; e da Canavale, que se configura como empresa agrícola da Unialco. Assim, de acordo com a reportagem que foi publicada pela Folha de Dourados, em 12 de dezembro de 2007, o grupo Unialco recebeu o valor de US\$ 37 milhões, em dinheiro, bem como, US\$ 27 milhões correspondentes a 13.8 milhões de ações da companhia em questão.

Segundo matéria publicada pela *Revista Exame*, em 18 de junho de 2007, “desde a grande onda das privatizações, na década de 1990, o Brasil não registra um volume tão grande de investimentos estrangeiros diretos”, sendo que, segundo o Banco Central, somente no primeiro triênio de 2007, entrou no país um volume de recursos da ordem de U\$ 6,5 bilhões.

Isto pode ser entendido em parte pela incorporação de empresas do setor canavieiro via fusões e aquisições, ou seja, parcerias, operações de compra e ainda fundos de investimentos (consórcio de empresários), sequiosos em territorializar o seu

dinheiro na produção de etanol no Brasil e, nesse sentido, transformá-lo em capital apto a se reproduzir em escala ampliada, na medida em que, “o capitalista que produz a mais valia, isto é, que extrai diretamente dos trabalhadores trabalho não pago, materializando-o em mercadorias, é quem primeiro se apropria dessa mais valia” (Marx:1987, p. 658), sendo que, “quando ocorre de fato a acumulação, é porque o capitalista conseguiu vender a mercadoria produzida e reconverter o dinheiro recebido em capital” (ibidem).

Entre os fatores que estimulam o interesse de estrangeiros pelo setor, encontram-se as elevações dos preços de açúcar e do álcool, nos últimos anos, bem como o fato do contrato de açúcar ter crescido mais de 100% entre o início de 2005 e 2006, enquanto a demanda por álcool aumentou com a alta da cotação do petróleo⁴².

Em se tratando de grupos estrangeiros em atuação no setor canavieiro no Brasil, os primeiros que buscaram ampliar os seus investimentos no país foram os franceses Tereos e Louis Dreyfus, em 2000, os quais, conforme veremos adiante, são detentores de 2 unidades em Mato Grosso do Sul.

Matéria divulgada pelo *Portal Exame*, em 14 de junho de 2007⁴³, no caso do setor canavieiro, confirma isso:

Os estrangeiros que estão de olho nesse potencial de crescimento dividem-se em dois tipos: de um lado estão consórcios de empresários e fundos de investimento internacionais, interessados em aplicar recursos num negócio promissor, mas sem envolvimento direto na operação; de outro estão empresas que já atuam no setor sucroalcooleiro lá fora e *tradings* que participam ou querem participar mais ativamente do comércio internacional de álcool.

Segundo o *Jornal Valor Online*, em matéria publicada em 18 de maio de 2007, intitulada “Investido estrangeiro mostra os músculos”, aponta que, dentre os diversos grupos interessados em expandir seu potencial produtivo no Brasil, destaca-se como maior fundo para investimentos em etanol o Brasil Energy, que congrega sócio brasileiro e americano interessados em participar de toda a cadeia da cana-de-açúcar, isto é, do plantio até a exportação da matéria-prima. Segundo a reportagem, “administrado pelo ex-presidente da Petrobras, Henri Phillip Reichstul, o fundo tem

⁴² Conforme matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, em 24 de agosto de 2006, caderno Dinheiro, intitulada “Cresce fusão nos setores de álcool e açúcar”.

⁴³ Cf. http://portalexame.abril.com.br/static/aberto/anuarioagronegocio/edicoes_0895/m0131026.html. Acesso em julho de 2007.

recursos de James Wolfenson, ex-presidente do Banco Mundial, Vinod Khosla, fundador da Sun Microsystems e Steve Case, criador da América Online⁴⁴.

Nesse contexto, o primeiro a fazer investimentos no Brasil foi o grupo Infinity Bio-Energy, o qual ocorreu a partir do fundo Kidd et Company, que foi incorporado pelo grupo⁴⁵.

A Infinity Bio-Energy é proprietária de 3 unidades produtivas de açúcar e álcool e tem ampliado os seus negócios em Mato Grosso do Sul⁴⁶, onde adquiriu, em 1998, 84% da Usinavi, a qual é originária da transferência dos ativos fixos e operacionais da antiga Coopernavi, em 2006. Na verdade, além da aquisição da agroindústria, ocorreu a compra de cerca de 660 mil toneladas de cana-de-açúcar plantada, somando US\$110 milhões, bem como 1,1 milhão de toneladas da gramínea plantada por agricultores cooperados da Coopernavi, totalizando outros US\$ 26 milhões⁴⁷.

Inclusive, conforme entrevista com presidente do STR de Naviraí, Alexandre Gomes da Silva, em 09 de janeiro de 2008, ocorreu uma greve em meados de agosto de 2007, em circunstância da diminuição do pagamento aos funcionários na transição de donos da agroindústria, ao passo que “antes a Coopernavi pagava mais que as outras usinas aos funcionários, mas a Infinity Agrícola, quer padronizar e pagar o mesmo que as outras empresas pagam aos funcionários”. Nesse caso, a categoria principal envolvida foi a dos motoristas, que reivindicavam piso salarial de R\$ 1.300 reais, já que, quando eram vinculados à Coopernavi, recebiam R\$1.200,00 e atualmente ganham entre R\$800,00 e R\$1.000,00 mensais. Segundo o presidente do STR, a empresa atendeu ao pedido dos trabalhadores, sendo que a mesma alegou “que como tinha adquirido a usina há pouco tempo estava com dificuldades financeiras”, o que, de fato, configura-se como uma verdadeira “piada” diante das pretensões de um grupo que quer se destacar internacionalmente no âmbito do agronegócio canavieiro.

Contudo, ainda segundo o sindicalista, esta não foi a única greve ocorrida na agroindústria, já que em 1990, durante 10 dias, os trabalhadores paralisaram as suas atividades, reivindicando melhores salários, condições de trabalho etc. Embora, na entrevista com Alexandre Gomes da Silva o mesmo tenha destacado o descontentamento dos motoristas e serviços gerais da Usinavi, vimos, através da

⁴⁴ Endereço eletrônico AOL.

⁴⁵ Para mais informações sobre o referido grupo, ver matéria intitulada “Infinity pode fazer novas aquisições”, publicada no *Jornal Cana*, em maio de 2007, p. 21.

⁴⁶ A pretensão do grupo é somar 4 unidades produtoras em Mato Grosso do Sul. Em termos gerais, objetiva para safra 2008/09 13 unidades produtivas em funcionamento, com capacidade de 9 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano.

⁴⁷ Cf. o site: www.infinitybio-energy.com.br. Acesso em: 26 dez. 2007.

mídia, que a movimentação por melhores salários encontrou respaldo ainda junto aos canavieiros, apontadores, carregadores, tratoristas, engatadores e desengatadores de caminhão, o que demonstra, portanto, que o descontentamento dos trabalhadores locais é maior do que o anunciado pelo sindicalista.

Além desses negócios, chama atenção ainda os investimentos em curso, em Mato Grosso do Sul, pelo megainvestidor internacional Georges Soros, o qual é o maior acionista da Adecoagro⁴⁸, que, por sua vez, investe algo em torno de 1 bilhão de dólares em unidades produtivas no país, tendo em vista a capacidade de produção de aproximadamente 900 milhões de litros de álcool.

Conforme a já citada matéria da Revista Exame, estão interessados no mercado brasileiro de etanol o “Pacific Ethanol, que tem como sócio o bilionário Bill Gates, fundador da Microsoft, o grupo NordZucker SudZucker⁴⁹, que atua no setor de açúcar na Europa, e a indiana BHL, proprietária de usinas em seu país”.

Nesse cenário, não poderíamos deixar de mencionar o caso do grupo Cerona, fundado em 2006 e controlado pela empresa de investimento Brazilian Energy Partners (BEP LLC), e por outros investidores institucionais, dos quais, os gestores locais possuem 5% do capital das empresas. O referido grupo está em fase de instalação de unidades produtivas de açúcar e álcool, em Nova Andradina e Batayporã, onde, segundo matéria publicada pelo *Procana*, em 12 de junho de 2008, já se iniciou o plantio de 125 mil hectares de cana-de-açúcar⁵⁰.

No entanto, temos que ressaltar que o processo de internacionalização em questão atinge inclusive as unidades de biodiesel em construção, tal como observamos em alguns casos: a) Verifica-se na usina Biocar (Dourados), a parceria do empresário José da Silva Carreiro com o grupo italiano Aquagroup Holding Luxemburgo, que, por sinal, investe no ramo de produção alimentícia na Europa e possui negócios no continente asiático⁵¹; b) A usina Agrenco (Caarapó), de origem holandesa, compõe seu capital juntamente com a japonesa Marubeni Corporation; c) A

⁴⁸ Vale ressaltar que, além dessa participação, o empresário possui um fundo de investimento, denominado Quantum.

⁴⁹ Segundo matéria da *Revista Isto É*, de setembro de 2007, o referido grupo já atua no Brasil desde março de 2007; aliás, o grupo, que é o maior produtor de açúcar do mundo, com um universo de 42 usinas em atividade na Europa, fundou uma subsidiária no Brasil, chamada Hosa (Hottlet South América), a fim de distribuir açúcar para consumidores fora da Europa.

⁵⁰ Conforme matéria intitulada “Cerona planeja duas unidades em Mato Grosso do Sul”.

⁵¹ Para maiores informações sobre a operação de fusão, veja matéria disponível no *site* <http://www.dourados.ms.gov.br/Default.aspx?Tabid=425&ItemID=16756>. Acesso em: 1º set. 2008.

BrasillInvest (Maracaju) formada pela associação de 80 “parceiros” de 25 países, sendo considerada uns dos 150 maiores conglomerados empresariais do Brasil⁵² etc.

Semelhante panorama marca um conjunto de transformações no âmbito econômico das agroindústrias canavieiras, as quais passam a integrar relações intrínsecas com o mercado financeiro, que passa a ser um elemento definidor no seguimento produtivo, ao passo que os investimentos não estão apenas no âmbito da produção em si, mas também no processo de circulação de capitais, ou seja, o circuito financeiro passa a ser “a bola da vez” no momento de se definir os rumos do capital. Como exemplo, dessa conjuntura, temos hoje o grupo Cosan, o qual colocou no mercado financeiro um total de 100 milhões de ações, revertendo os mesmos com êxito⁵³.

Usando das palavras de Chesnais (2000), poderíamos apontar que o capital financeiro está no comando das operações.

Ou então, apropriando-se das preposições de Alves (1999, p. 07/08), temos o seguinte:

Sob a mundialização do capital, ocorre um deslocamento da base “material” e institucional do novo regime de acumulação que torna-se predominantemente financeiro, rentista e parasitário, centrado não mais no setor industrial, mas sim nos mercados financeiros que “dão o tom” ao regime de acumulação através do ritmo e da orientação que imprimem ao investimento, mas também à partilha das riquezas e do trabalho.

A Tabela 6 demonstra algumas das fusões e aquisições ocorridas no país nos últimos anos:

⁵² Conforme matéria publicada pelo Jornal *Progresso*, em 20 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.progresso.com.br/not_view.php?not_id=32962. Acesso em: 2 set. 2008.

⁵³ Cf. *Isto É* de setembro de 2007.

Tabela 6: Fusões e Aquisições Ocorridas nas Agroindústrias Canaveiras (1996 a 2008).

Empresa	Estado	Ano	Comprador
Usina Santa Olinda	MS	1996	José Pessoa
São Geraldo	SP	1997	Usina Santa Elisa
São Alexandre	SP	1997	Ipiranga
Usina Adelaide	SP	1998	Usina da Barra
Usina Iracema	SP	1999	Usina São Martinho
Usina Sanagro	SP	1999	José Pessoa
Usina Rafard	SP	2000	Cosan
Ipaussu	SP	2000	Union de Sucrieries Agricoles
Usina Santa Rosa	SP	2000	Usina da Pedra
Usina Benálcool	SP	2000	José Pessoa
Usina Delta	MG	2000	Carlos Lyra
Usina Cresciumal	SP	2000	Coinbra/Dreyfus
Usina Luciânia	MG	2001	Coinbra/Louis Dreyfus
São Carlos	SP		Coinbra/Louis Dreyfus
Destilaria Vale do Rio Turvo	SP	2000	Silveira de Barros
Alcovale	MS	2001	Unialco
Usina Porbello	SC	2001	Glencore Ontl AG
Da Serra	SP	2001	Cosan
Usina Diamante	SP	2001	Cosan
Usina Alcomira	SP	2001	Márcio Pavan
Univalem	SP	2001	FDA Fr. Brasileira (Cosan, Tereo, Sucden)
Gasa	SP	2001	Cosan
Destivale (Destilaria Vale do Tietê)	SP	[2001?]	Cosan
Destilaria Água Limpa	SP	2001	Grupo Petribu
Usina Guarani	SP	2001	Eridania Beghin Say
Usina São José (Rio das Pedras)	SP	2001	Antonio Farias
Alcoazul	SP	2002	José Pessoa
Delta	MG	2002	Carlos Lyra
Usina Bela Vista	SP	2002	Bazan
Guanabara	SP	2002	Cosan
Usina Santa Cruz	RJ	2002	José Pessoa
Usina Maluf	SP	2002	Dulcini
Usina Gantus	SP	2002	Toledo
Usina da Barra	SP	2002	Cosan
Usina Quissaman	SP	2003	José Pessoa
Alcana	MG	2005	Evergreen
Usina Monte Alegre	MG	2005	Adecoagro
Copernavi	MS	2005	Kidd & Company
Central Energética do Vale do Sapucaí (CEVASA)	SP	2006	Cargill
Passatempo	MS	2007	Louis Dreyfus
Maracaju	MS	2007	Louis Dreyfus
Esmeralda (Projeto)	MS	2007	Louis Dreyfus
Agroindustrial Santa Juliana	MG	2007	Bunge
Vale do Rosário	SP	2007	Bunge
Destilaria Paraguaçu	SP	2007	Nova América
Usasiga	PR	2007	Clean Energy Brazil (CEB)
Destilaria Alcídia	SP	2007	Odebrecht
Petribu	SP	2007	Noble Group do Brasil
Benálcool	SP	2008	Cosan
Eldorado	MS	2008	Odebrecht
Monteverde Agroenergia	MS	2008	Bunge

Fonte: Nascimento (2001); Jornal Cana (Vários Números); Única (Vários Números); Gazeta Mercantil (2003); Trabalho de Campo (2007/08).

Através da leitura da Tabela 6, é possível perceber que a maioria dos compradores de usinas e destilarias, no Brasil, no período 1996 a 2007, são capitais

estrangeiros, com expressivo número de fundos e corporações que atuam em vários ramos produtivos, sobretudo no âmbito da agropecuária, como é o caso, por exemplo, da Cargill, Bunge, Odebrecht etc.

É oportuno, neste momento, apropriar-se da reflexão de Santos e Silveira (2008, p.293):

A presença numa localidade de uma grande empresa global incide sobre a equação do emprego, a estrutura do consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso das infra-estruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, a estrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos.

Observamos, então, que a lógica territorial das empresas e grupos econômicos está inserida num complexo contexto de fatores, os quais são analisados em sua diversidade, incluindo, ainda, conforme Santos e Silveira (2008, p.293), “as inflexões exigidas da política nos planos federal, estadual e municipal para atender às necessidades de instalação, permanência e desenvolvimento das empresas”.

Queremos destacar o caso do grupo Odebrecht, o qual se configura como uma corporação que atua em escala mundial – América, Ásia, África, Europa - e em setores diversos da economia, como engenharia, infra-estruturas, petroquímica, mineração, petróleo etc., e que recentemente adquiriu 85% da destilaria Alcídia⁵⁴, localizada em Teodoro Sampaio, pelo valor de 264 milhões, sendo que pretende ainda investir cerca de 20 milhões na modernização e ampliação do processamento da cana-de-açúcar e que está construindo 2 unidades em Nova Alvorada do Sul, conforme pudemos verificar em Trabalhos de Campo realizados nesse município, em 05 e 13 de dezembro de 2007⁵⁵.

Recentemente, a Odebrecht adquiriu a unidade Eldorado, situada em Rio Brillhante, que pertencia ao grupo Benedito Coutinho. A operação foi comandada pela ETH Bioenergia, a qual é um braço da multinacional e que, em 2007, se associou a *trading* Sojitz, que comprou 33,3% das ações da empresa, o que permitiu ampliar a expansão da Odebrecht no âmbito canavieiro. Tal operação vem a calhar para o

⁵⁴ Sobre a destilaria Alcídia, ver J.R.N. AZEVEDO. Expansão da cultura de cana-de-açúcar e suas implicações para as Relações de Trabalho no Município de Iepê (SP). Relatório Final de IC/CNPq/PIBIC, 2003. (Mimeografado).

⁵⁵ As unidades produtivas da Odebrecht, em Nova Alvorada do Sul, estão em fase de plantio de mudas, na área agrícola, e de início da montagem da planta fabril, na parte industrial. É válido lembrar que, em 19 de dezembro de 2007, tivemos a ocorrência de audiência pública, tendo em vista as licenças ambientais necessárias à consecução das obras.

capital, na medida em que permite a expansão do grupo numa área de fronteira da cana-de-açúcar, tal qual ocorre no Mato Grosso do Sul, além de que, no Pontal do Paranapanema, a perspectiva é legitimar a posse da terra e, ao mesmo tempo, possibilitar a expansão canavieira⁵⁶.

Já no caso Bunge⁵⁷, devemos lembrar o interesse da mesma em ampliar os seus investimentos em Mato Grosso do Sul, particularmente em Dourados, onde possui unidade processadora de soja, uma vez que tem realizado visitas a área com empresários da região, para avaliar as benesses de um provável investimento⁵⁸ via associação de capitais com grupos que estão se instalando na área, o que, de fato ocorreu em setembro de 2008 com a unidade produtiva Monteverde, de Ponta Porã, de propriedade do Flávio Wallauer, do qual adquiriu 60% do capital da usina. Isso fortalece a sua atuação no âmbito do agronegócio e amplia a relação de dominação do espaço brasileiro por corporações internacionais, principalmente em setores como a agropecuária, onde vimos fortes interesses de mercado, entre os quais os relacionados à comercialização e distribuição de produtos, bem como a expansão de produtos transgênicos em franca expansão no território nacional.

Assim, conforme Antunes (1999, p.115), em se tratando do caráter transnacionalizado do capital, podemos dizer que “sua configuração local, regional e nacional se amplia em laços e conexões na cadeia produtiva, que é cada vez mais internacionalizada”, ou seja, temos a ocorrência de uma “reconfiguração, tanto do espaço quanto do tempo de produção, dado pelo sistema global do capital”, o qual implica “um processo de re-territorialização e também de des-territorialização”.

Além das inúmeras aquisições no setor canavieiro no país, temos visto ocorrer em ritmo crescente o número de fusões nesse ramo econômico, o que se explica pela elevada demanda do produto no plano internacional, com vista à substituição dos combustíveis fósseis, por exemplo, no caso de países como os Estados Unidos e de alguns da Europa, que dependem em grande medida desse tipo de energia.

Sobre isso, Thomaz Júnior (2007, p.02), assim se pronuncia:

⁵⁶ Segundo matéria veiculada pelo *Procana*, em 12 de março de 2008, intitulada “Grupo Odebrecht anuncia nova aquisição”, a produção das unidades Alcídia e Eldorado juntas deverá somar, na safra 2008/09, cerca de 3,8 milhões de toneladas processadas.

⁵⁷ Trata-se de um dos maiores símbolos do agronegócio internacional. Fundada em 1818, na Europa, e atuando no Brasil há mais de 100 anos, possui uma teia de relações comerciais que envolve centenas de países em todo o mundo. Destaca-se na comercialização e processamento/industrialização de alimentos, oleaginosas, grãos, fertilizantes etc.

⁵⁸ Sobre esse assunto, consultar matéria publicada no *Jornal Diário MS*, em 10 de janeiro de 2008, intitulada “Bunge quer liderar a produção de etanol na região”.

A intensidade do crescimento da atividade agroindustrial canavieira, no Brasil, nos últimos três anos, tem demonstrado que, mais do que uma sinalização, sua expansão para as áreas novas bem como a consolidação para as áreas tradicionais demarcam um campo específico e expressivo de novos investimentos, conforme nota da ÚNICA, 15 U\$ bilhões até 2001, tanto por meio de novas unidades, quanto pela via das reformas incrementais das já existentes.

É possível observar neste contexto o fato do Brasil se apresentar atualmente do ponto de vista internacional com um novo significado no que tange a divisão internacional do trabalho, isto é, se figuram a partir da febre do etanol novos mercados em disputa e fundamentalmente averiguam-se novos e velhos atores em cena, os quais após destruir /consumir parte considerável de suas reservas naturais, a exemplo, das fontes de energia: carvão e petróleo, bem como, das riquezas naturais dos países que estavam na sua esfera de controle via política imperialista, vê nas potencialidades econômicas da cana-de-açúcar que se configura essencialmente como uma nova forma de garantir o progresso do desenvolvimento econômico a partir de uma velha forma de acumular capitais, cuja já demonstrou outrora os seus efeitos maléficos.

Entretanto desta feita, a situação parece mais grave na medida em que o território em disputa não está mais nas mãos de um único pretendente, mas na de várias potências as quais não são necessariamente países como antigamente, mas grandes corporações que possuem imensurável peso nos rumos de países ainda hoje dependentes de políticas externas de financiamento e que a pesar de sua expressão territorial e produtiva continua buscar em outros rincões aquilo que poderia obter em seu próprio território.

Segundo Thomaz Júnior (2007, p.02):

Diante do horizonte do assunto dos biocombustíveis, temos a reiteração da prática da usura e o fortalecimento do modelo produtivo/destrutivo energético, já sobejamente conhecido. Mas o que está por revelar, ainda – o que somente as pesquisas nos permitirão desvendar – são os conteúdos das alianças em todas as escalas nas quais se explicitam (local, regional, nacional, internacional), que já mobilizam setores diversos do capital, com atuações específicas ou conjuntas quando se considera o urbano e o rural, proprietários de terra e também segmentos dos trabalhadores.

Assim, continuamos amparados por um processo de dominação do capital e subordinação do trabalho que em pleno século XXI toma novas feições embora os

mecanismos que levam a semelhante situação sejam próprios da sua origem, via de regra pela participação e aquisição de empresas nacionais e, que não são outra coisa, senão fruto da internacionalização do capital⁵⁹, que atinge campo e cidade, indústria e agricultura, e permite que o processo de produção do espaço seja desigual e contraditório às expensas das possibilidades ilimitadas de muitos países, entre eles o Brasil, de se conformar enquanto desenvolvidos plenamente.

De acordo com levantamento da UNICA destacado em matéria do *JornalCana* de maio de 2007 “a participação dos grupos estrangeiros na produção de cana do país ainda é pequena, com cerca de 5% da produção total, de um total de 425 milhões de toneladas no ciclo 2006/07, mas a fatia pode dobrar até 2012”.

Portanto, temos atualmente um cenário marcado pelo domínio dos grandes grupos econômicos, isto é, por exemplo, no caso da cana-de-açúcar representada pela Cosan, a qual é a maior produtora mundial de açúcar e álcool, a partir de um processamento de 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, seguida, pela não menos importante Santa Elisa Vale S/A, a qual com a fusão das duas empresas do grupo, tornou-se a segunda em produção de cana-de-açúcar no Brasil. Ainda vale ressaltar que da nova empresa que resultou da fusão da Companhia Energética Santa Elisa com a Companhia Açucareira Vale do Rosário faz parte também a líder nacional em exportação de álcool: a Crystalsev.

Vejam, no item 1.2, o papel desempenhado pelo Estado na agroindústria canavieira.

1.2 O papel do Estado na Agroindústria Canavieira no Mato Grosso do Sul

O instituto (IMAM) libera certidão ambiental, nós fazemos um estudo fiscalizado, no sentido de ver se estão cumprindo o EIA/RIMA, então, a partir da sua análise, a gente libera a certidão. Os EIA/RIMA que vieram para nós até agora são, na teoria, muito bons, quando não está bom, se tem alguma falha, a gente não libera, pede para eles fazerem alguma coisa que está faltando. (Entrevista colhida junto ao IMAM – Dourados, em Trabalho de Campo realizado em agosto de 2007)

⁵⁹ Conforme Dreifuss (1997, p.133), “no século XX a internacionalização foi sustentada pelo ímpeto de atores empresariais que marcaram presença não só como agentes centrais da produção, mas como atores políticos junto a suas contrapartidas mutuamente implicadas com o Estado funcionando como variável de ajuste da atuação empresarial”.

É imprescindível refletirmos sobre o papel do Estado no reordenamento territorial do Mato Grosso do Sul, principalmente quando levamos em conta a sua possível mudança de enquadramento no âmbito da divisão territorial do trabalho.

Conforme nos destaca Ribeiro (2001, p.198), o “Estado esteve sempre atrelado às sociedades centradas nos atores dominantes, ainda que não necessariamente às de classes capitalistas, como também as estamentais, escravistas etc.”, sendo que a sua dimensão espacial se faz ver em todos os setores da vida social, seja direta ou indiretamente.

Em se tratando da sua realização no campo, temos, pois, um palco privilegiado de sua envergadura econômico-política na medida em que, no Brasil, por exemplo, sua ação remonta ao período colonial, quando se via o estreito relacionamento das elites brasileiras às estruturas de poder européias e portuguesas, em particular, encimadas na política de dominação e compadrio, figurando, como dizia Rangel (2005), em verdadeiros “pactos de poder”.

É interessante apontar neste início de discussão sobre a expansão do capital canavieiro que, a atividade canavieira, conforme Andrade (1994, p.17), “marca o processo de formação e consolidação do país desde o período colonial”, sendo de fundamental importância para a compreensão da gestão empreendida no território, no decorrer do tempo.

Nesse percurso histórico, temos a presença constante do Estado como agente interventor no setor produtivo, sendo elemento crucial para seu desenvolvimento. Segundo Bray; Ferreira; Ruas (2000, p.55), “a interferência do Estado num país que se encontra numa economia capitalista periférica, apoiado, na industrialização, busca romper as barreiras herdadas que atravancam a transição do tradicional para o processo capitalista de produção”.

Vian e Belik (2003) destacam que o Brasil tem uma longa tradição na participação do Estado na definição de políticas e, por outro lado, na atuação dos grupos econômicos junto ao mercado, buscando acumular privilégios ou melhorar a posição em relação aos concorrentes.

Já Szmerecsányi (1979) compreende a atuação do Estado enquanto órgão planejador da atividade canavieira, cuja participação norteou a sua performance produtiva atual. Nesse sentido, vale dizer que a configuração da atividade canavieira revela a constante amarração aos imperativos da política nacional, consorciados aos interesses dos Estados e empresários do país.

Neste contexto, Oliveira (2001, p. 13) destaca que “hoje a articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação”.

Faz-se importante mencionar tais apontamentos, tendo em vista que a participação do Estado capitalista na produção de mercadorias tem se dado em consonância com os interesses e prerrogativas do mercado internacional, mesmo quando pensamos numa escala local/regional como a que nos propomos evidenciar em Mato Grosso do Sul, uma vez que, conforme Mészáros (1989), a dominação do trabalho pelo capital é crescentemente um fenômeno global.

O Estado brasileiro, que por um longo período subsidiou a atividade em questão, através do Programa Nacional do Alcool⁶⁰, e que, na década de 1990, desencadeou o processo de desregulamentação do setor, na atual conjuntura, reacende sua participação e incentivos marcados por novas ações e conteúdos estratégicos.

No que diz respeito à participação do Estado, Thomaz Júnior (2002) destaca que o mesmo tem a intenção deliberada de não admitir a existência de lutas de classes no campo, atuando com o intuito de harmonizar as relações entre capital e trabalho. Aliás, segundo Lênin (2007, p. 25), o Estado reflete o denominado “antagonismo inconciliável das classes”, assim, para o autor, “o Estado aparece onde e na medida em que tais antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são irreconciliáveis”. Nota-se, portanto, que o conflito capital x trabalho não foge à regra quanto aos interesses de classes distintas, cujos interesses são contraditórios.

Assim, Ribeiro (2001, p. 213) argumenta:

O Estado, ou melhor, os aparelhos de Estado, representam uma verdadeira orquestra sócio-política regida preponderantemente por maestros capitalistas que conferem as notas a serem seguidas pelo restante da sociedade, que *pretendem* expectadores passivos. São verdadeiras redes de relações materiais e imateriais que garantem sustentabilidade e reprodução à ordem reinante, pondo à margem qualquer som destoante à sua harmonia.

Particularmente, podemos notar no Mato Grosso do Sul que a expansão canavieira e os incentivos para a glória produtiva da referida atividade ocorrem a par dos interesses dos empresários que, com o apoio dos representantes de Estado,

⁶⁰ O PROÁLCOOL é um programa estatal criado em novembro de 1975, através do Decreto 76.595, pelo então Presidente da República general Ernesto Geisel, com o aparente e estratégico objetivo de incentivar a produção do álcool, visando alternativas para enfrentar a crise do petróleo, haja vista que, em 1973, os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) elevaram abruptamente o preço do barril do petróleo, causando, desse modo, um abalo inexorável na economia de todos aqueles países importadores de petróleo, entre os quais o Brasil.

assumem o compromisso de impor uma nova forma de acumular capitais, modificando, por sinal, a base de sustentação da economia e promovendo, pela propaganda ideológica constante, a aprovação dessa situação pelos habitantes.

Buscando fazer uma leitura mais ampla dos acontecimentos, apropriamo-nos novamente de Mészáros (2002, p. 09), o qual nos diz que “o capital, no século XX, foi forçado a responder às crises cada vez mais extensas [...] sob a forma de uma sempre crescente intromissão do Estado no processo sócio-econômico de reprodução”. Devemos lembrar que tal intromissão assume outra perspectiva a partir da última década desse século, quando o Estado viabiliza o maior domínio do capital sob a sua forma dinheiro, o que não significa que a sua participação não ocorra, mas que novas condicionantes entram em cena para que o regime de acumulação persiga sua trajetória.

Observemos, a seguir, exemplos da atuação do Estado na esfera agroindustrial.

A questão do incentivo à industrialização, em Mato Grosso do Sul, merece ser lembrado no contexto do atual processo de territorialização do capital canavieiro no Estado, uma vez que envolve possíveis mudanças no panorama estadual e repercute diretamente no âmbito municipal, quer seja, pela atração de trabalhadores de outras regiões do país, quer seja pelo incremento da sua economia, das mudanças no enquadramento dos trabalhadores nos setores econômicos etc.

Assim, objetivamos neste momento colocar alguns aspectos da questão, na medida em que as relações traduzidas no território são integrantes desse processo em curso de industrialização, ou seja, desde as últimas décadas do século passado o Estado de Mato Grosso do Sul vê, na possibilidade da industrialização, a condição necessária para se avançar economicamente.

É importante apontar, neste momento, que o território é marcado por relações de poder, pois reflete os interesses de classes antagônicas, cujas reivindicações possuem bases distintas, cindidas através de alianças entre setores da mesma classe, como, por exemplo, capital financeiro e capital industrial ou no conflito de interesses numa mesma classe social, como aparentemente ocorre entre a classe dos latifundiários que vêem possibilidades diferentes nos cultivares de soja, gado versus cana-de-açúcar, em Mato Grosso do Sul.

Oliveira (2003, p.213), assim explica:

Até o final dos anos setenta, a industrialização não fazia parte dos interesses econômicos e políticos cravados no Estado recém-criado. O consumo de produtos manufaturados semi-elaborados e elaborados era, por inteiro, pelo centro dinâmico da economia brasileira. A característica do Mato Grosso do Sul estava claramente definida: Um Estado produtor de produtos primários, com alto poder competitivo, nos mercados nacionais e internacionais.

No Mato Grosso do Sul, percebe-se que o governo está interessado em garantir a expansão da cana-de-açúcar e, por conseguinte, o fortalecimento dos grupos empresariais no seu território, uma vez que acredita ser uma das formas de “modernizar” a mudança da produção estadual, ou seja, uma base mais diversificada, não ficando refém simplesmente do binômio boi-soja.

Segundo Oliveira (2003), existiram três leis de incentivo à industrialização, em Mato Grosso do Sul, que são a 440, de 20 de março de 1984, a 701, de 06 de março de 1987, e a 1239, de 18 de dezembro de 1991, as quais refletem todo um movimento exposto pela dinâmica das relações sócio-políticas engendrado no contexto estadual.

O referido autor aponta críticas fundamentais sobre essa situação, que, a saber, perpassam pelo descuido em não vincular os incentivos a um programa de renovação da maquinaria, direcionada principalmente para o consumo de energia, a qualidade e o aumento da produtividade industrial, e também pela leitura superficial quanto à condição espaço-geográfica do Mato Grosso do Sul, em relação aos países fronteiriços e ao próprio Mercado Comum do Sul (Mercosul), o qual, na sua opinião, deveria ser considerado como um todo.

A título de exemplo, devemos lembrar, conforme ressalta Oliveira (2003, p. 41), que

o primeiro ano de existência do novo Estado (1979) registrava nada além de meia dúzia de indústrias com peso significativo na arrecadação: dois matadouros, uma indústria de cimento na cidade de Corumbá, duas destilarias (incentivadas pelo Proálcool) nas cidades de Pedro Gomes e Rio Brilhante, e as ultrapassadas indústrias extrativas da morraria do Urucum.

A partir de 2005, se materializam estímulos internos, ou seja, oriundos do próprio Estado, através de programas de incentivos fiscais – Programa MS Empreendedor - e de crédito, como, por exemplo, Fundo Constitucional de

Financiamento do Centro-Oeste (FCO⁶¹), BNDES, FINAME, PROGER, BID, bem como de políticas de cunho regional/municipal, as quais estão atraindo investimentos nesse segmento produtivo, viabilizando dessa forma a territorialização de novas usinas e destilarias, no Mato Grosso do Sul. Por outro lado, conforme Wilson Gonçalves, em entrevista concedida em junho de 2007, temos alguns benefícios, tais como: a) doação de áreas em núcleos industriais; b) obras de infra-estrutura; c) Isenção de IPTU e ISS; d) capacitação de mão-de-obra, etc.

Desse modo, segundo consta na política industrial do Estado de Mato Grosso do Sul, no caso dos municípios, estes podem conceder ainda às empresas os seguintes benefícios fiscais: doação de áreas em núcleos industriais, terraplanagem, isenção de IPTU e ISS, além de capacitação de mão-de-obra.

Para termos a dimensão dessas medidas estabelecidas pelo governo do Mato Grosso do Sul, é importante destacar que, no caso do Programa MS Empreendedor, o qual foi instituído ainda em 2001, o Estado oferece isenção de até 67% do ICMS, por até 15 anos às indústrias que se instalam ou ampliam suas instalações no Estado.

No caso dos recursos provindos FCO, deve ser lembrado que, em 2007, a Região Centro-Oeste pleiteou um montante de R\$7,7 bilhões, enquanto o Estado de Mato Grosso do Sul R\$ 1,6 bilhão desse total, sendo que um destaque incontestável no tocante ao recebimento de tal benefício é a agroindústria canvieira.

Conforme matéria publicada em 25/10/2007, pelo informativo Notícias MS, do governo do Estado, intitulada, “Região Leste já demandou R\$101,4 milhões do FCO”, o Conselho Estadual do Fundo prioriza ações que vão ao encontro dos anseios regionais, tendo em vista o beneficiamento das micro-regiões, com projetos em curso, tal como ocorre na região leste de Mato Grosso do Sul, composta pelos municípios de Bataguassu, Anaurilândia, Batayporã, Taquarussu, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Angélica, Ivinhema.

Na contramão desse cenário, temos a existência de desafios por parte do poder público, dentre os quais podemos chamar a atenção para aqueles relativos ao desenvolvimento rural e urbano dos municípios que recebem tais empreendimentos. Há necessidade de se garantir para a população local, incluindo os migrantes, acesso à educação, segurança, lazer, saúde, saneamento básico (água, esgoto), habitação, transporte etc. Ou seja, a atividade canvieira, ao gerar empregos, traz consigo a obrigatoriedade de amparar os trabalhadores envolvidos no setor, haja vista que estes

⁶¹ O referido fundo tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, a partir de financiamentos destinados às atividades produtivas, como, por exemplo, aquelas de caráter industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços.

se deslocam no território em busca de garantir sua existência e, sozinhos ou em família, carecem de recursos para se manterem.

Em se tratando de ações, tendo em vista a territorialização de grupos empresariais, no Mato Grosso do Sul, podemos eleger alguns exemplos, os quais demonstram benefícios em prol do agronegócio, como é o caso da usina Passa Tempo, de Rio Brilhante, em 2005, que recebeu R\$ 21,3 milhões do BNDES para projeto de expansão e modernização agroindustrial, tendo em vista o aumento da capacidade de moagem em 250 mil toneladas por ano, bem como o plantio de 8 mil hectares com cana-de-açúcar, o que contribuiria para ampliação de 299 empregos⁶².

Por outro lado, devemos destacar o caso da Usina Angélica Agroenergia, localizada em Angélica/MS, que teve aprovada, para “modernização” tecnológica para a produção de energia (Co-geração e venda de excedente) e para ampliação da área de plantio dos seus canaviais, a importância de R\$ 151 milhões. Vale ressaltar que, segundo matéria publicada pelo *site* Informe MS, em 02 de dezembro de 2007, “a participação do BNDES no projeto equivale a 29% dos investimentos a serem realizados até 2009, de R\$ 526,7 milhões”.

Outros fatos semelhantes se notam no caso de unidades em constituição, como as que seguem elencadas: a) Usina Aurora, que recebeu R\$ 47,9 milhões para proceder à montagem da unidade processadora⁶³; b) Usina Vista Alegre, que obteve crédito junto ao BNDES de R\$132,3 milhões para construir a planta industrial, no município de Maracaju; c) Grupo Breco, que recebeu 1,2 bilhões de reais para implantação de 4 unidades produtivas, sendo que uma delas se localiza em Costa Rica.

Ainda sobre esse panorama, devemos chamar atenção para o fato de o BNDES ter desembolsado R\$ 3,7 bilhões no âmbito do setor canavieiro, em 2007, sendo que, desse total, R\$1,8 bilhão foi direcionado à ampliação da capacidade produtiva das agroindústrias canavieiras⁶⁴. Enquanto isso, em 2008, a previsão é de aumento do financiamento do setor canavieiro, isto é, deverá atingir R\$ 4,5 bilhões neste ano, o que representa um acréscimo de 20% se comparado ao ano anterior. Tal panorama se explica pelas atuais perspectivas do mercado, que entende ser um negócio seguro e promissor para os próximos anos, ao passo que a previsão é de

⁶² Conforme matéria publicada no *Jornal Tribuna Popular*. Para maiores informações, consultar o *site* www.tribunapopularnews.com.br/news.php?newsid=1892. Acesso em: 12 jan. 2008.

⁶³ Conforme o *site* <http://www.integração.gov.br/saofrancisco/opinioes/opinioao.asp?id=44521>. Acesso em 19 jun. 2008.

⁶⁴ Conforme matéria publicada no *Jornal Cana*, edição de março de 2008, intitulada “BNDES vê com otimismo a expansão do setor”.

crescimento de 10% ao ano até 2015 e de 5% ao ano no que tange ao mercado externo⁶⁵.

Thomaz Júnior (2002, p. 359) aponta para o nascimento de uma nova alternativa no cenário atual, tendo em vista a

(re)edificação do projeto estratégico do capital, que ultrapassa os limites do discurso neoliberal, quando de forma ambígua pressiona pela saída do Estado do setor, reivindicando ser providencial sua desregulamentação, e ao mesmo tempo, requer novas linhas de crédito e subsídios especiais oriundos de instituições públicas como o BNDES e Banco do Brasil.

Vale ressaltar, entretanto, que tais situações não condizem apenas com o caso da atividade canavieira, apesar de este ser um dos principais focos em se tratando de investimentos, no Estado, com vistas ao (des)envolvimento do agronegócio no Mato Grosso do Sul, perfazendo ainda os casos do couro e da madeira significativos exemplos de tais iniciativas economicistas⁶⁶.

Um interessante exemplo da disposição do Estado em receber investimentos pode ser apreendido por meio do discurso realizado por Puccinelli (2007), governador do Estado, a empresários paulistas, em São Paulo, no qual destaca as oportunidades e benefícios para investir-se no Mato Grosso do Sul. Vejamos:

Mato Grosso do Sul é um dos melhores destinos para novos investimentos, não apenas em função do seu potencial econômico, mas também por causa da localização estratégica, situada entre os principais pólos de desenvolvimento e os mercados do Mercosul⁶⁷

⁶⁵ Conforme matéria publicada pelo *Procana*, em 16 de abril de 2008, intitulada “BNDES aumenta financiamento para setor sucroalcooleiro”.

⁶⁶ Percebemos a existência de alianças de poder entre setores do agronegócio e o governo estadual investido, pois, de poder de negociação, consentimento e transformação das condições vigentes, tal qual ocorre em Mato Grosso do Sul. Recente matéria publicada pela Revista Suporte, em 23 de novembro de 2007, intitulada “Ex-ministro da agricultura destaca estratégia do governo para MS”, revela o caráter dessa relação, ao passo que busca a constituição de uma “estratégia nacional para o agronegócio”, correndo o risco de “perder o trem da história”, o qual passaria pela criação de mercados, por exemplo.

⁶⁷ Conforme matéria publicada no Jornal *Diário MS*, de 4 de setembro de 2007, intitulada “André diz que MS é melhor destino para investimentos”, p.03.

Observa-se que entre os aspectos positivos ressaltados pelo governador – aliás, só são demonstrados estes - o fato da localização estratégica toma corpo como importante argumento na medida em que está próxima aos mercados consumidores e também ao provável Mercosul, o qual configurar-se-ia como importante comprador das mercadorias produzidas na área a jusante, aspecto este crucial, pois, “a primeira condição da acumulação é o capitalista conseguir vender suas mercadorias e reverter a maior parte do dinheiro por elas recebido em capital” (MARX, 1987 p. 657/658).

Na mesma matéria o governador esclarece:

O interesse dos empresários é crescente e não apenas em função do nosso potencial. Há uma visão mais clara da necessidade de infraestrutura e de incentivo e, como estamos nos credenciando para atender essas demandas temos a certeza de que estamos no caminho certo. Mato Grosso do Sul é uma terra de oportunidades e o governo um parceiro pro - ativo dos investimentos⁶⁸.

Destacamos, neste trecho, o fato de a referida parceria proclamada entre Estado e empresários, o que nos permite pensar em alianças estratégicas entre os entes da classe dominante para com isso obterem maiores vantagens. Assim, faz-se necessário ressaltar o não desconto do Fundersul⁶⁹, em 2007, como forma de estímulo ao setor canavieiro, o que significa que não haverá a sobretaxa sobre combustíveis, e também o recolhimento de 19% de uma Uferm – Unidade Fiscal de Referência de Mato Grosso do Sul – sobre cada tonelada de cana-de-açúcar, o que representa, de longe, algo em torno de R\$ 26,6 milhões anuais.

No tocante à atividade canavieira, em particular, além desses incentivos já mencionados ficou estabelecido, através do artigo 4 da Lei 3.404, de 30 de julho de 2007 (ANEXO), a possibilidade de obter benefício fiscal adicional à indústria de açúcar e ou álcool etílico carburante, nas seguintes condições:

I - adquirir de terceiros, agricultores locais, localizados no Estado, no mínimo 30% (trinta por cento) de matéria-prima (cana-de-açúcar) utilizada no seu processo produtivo;

II - estabelecer-se, incorporando ao seu processo produtivo, para o cultivo de cana-de-açúcar, o aproveitamento de áreas degradadas;

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ O Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul foi criado pela lei n. 1.963 de 11 de junho de 1999. Para mais detalhes, consultar: <http://www.pge.ms.gov.br/legislacao/Leis/LEI%20N%BA%201963%20DE%2011%20DE%20JU%20NHO%20DE%201999.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2007.

III - eliminar a queima de palha de cana-de-açúcar em prazo inferior ao estabelecido no art. 3º;

IV - implementar programas de proteção aos seus trabalhadores.

Também, não poderíamos ficar alheios, nesse cenário, às relações de poder envolvendo os usineiros e o Estado, as quais refletem o “poder de fogo” das empresas, dados os interesses políticos-econômicos das partes.

Assim, em relação ao estabelecimento da agroindústria canavieira, a recente lei 3.404/2007 determinou:

Art. 1º O estabelecimento industrial destinado à produção de açúcar e ou álcool etílico carburante, a ser instalado no Estado a partir da publicação desta Lei, somente poderá ser contemplado com incentivos ou benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), caso a unidade fabril seja construída a uma distância mínima, em qualquer direção, de vinte e cinco quilômetros de outros estabelecimentos da mesma espécie ou natureza, e satisfaça as demais condições estabelecidas na presente Lei.

Esse aspecto, conforme pudemos acompanhar, foi amplamente debatido, sendo alvo de inúmeras controvérsias, inclusive porque algumas agroindústrias já estarem territorializadas em áreas inferiores ao colocado pela lei, ou seja, a 25 Km de outros estabelecimentos. Além disto, chamou a atenção também a implantação de unidades produtivas próximas aos centros urbanos.

Exemplo desse fato é o caso que envolveu a prefeitura municipal de Dourados e o grupo Bertin⁷⁰, em parceria com o grupo São Marcos Energia, o qual está localizado a 15 Km da cidade e que não obedece a lei que limita esse tipo de empreendimento a 20 Km, sendo que, conforme destaque da empresa, “fomos pegos de surpresa pelo projeto; há um ano, quando iniciamos o processo de implantação, não havia nenhuma discussão sobre o assunto”. Nesse aspecto, ainda chama atenção que, “se tivéssemos conhecimento disto, teríamos procurado outra cidade para investir”⁷¹.

⁷⁰ O referido grupo é um *holding* de capital inteiramente nacional, que atua nos setores de agroindústria (alimentos, frigoríficos), infra-estrutura (construção civil, rodovias) e energia (biodiesel), e possui 30 unidades produtivas, distribuídas pelo território nacional. Para mais detalhes, consultar o *site* www.bertin.com.br.

⁷¹ Cf. matéria publicada pelo Jornal *Diário MS*, em 19 de julho de 2007, intitulada “Bertin quer manter usina de álcool em Dourados”.

A referida polêmica, contudo, foi resolvida a favor dos empresários, que conseguiram dos vereadores aprovação de uma emenda que libera a distância limite da cidade para as usinas que já estejam em processo de implantação no município⁷².

É nesse cenário que vimos, antes mesmo de 1 ano de criação, a derrubada da Lei 3.404/2007⁷³, que representava um empecilho para os interesses econômicos em jogo no Estado do Mato Grosso do Sul, os quais perpassam a expressiva expansão da produção alcooleira – visa-se ao incremento de 78% -, além da preocupação em alcançar uma produção que justifique a construção do alcoolduto entre Mato Grosso do Sul e o Porto de Paranaguá/PR. Tal medida, mais uma vez, vem ao encontro dos interesses empresariais que, a partir desse fato, podem implementar sem sanções mais de uma unidade produtiva por município, no Estado.

A limitação de áreas para o plantio de cana-de-açúcar, entretanto, pode ser vista como uma alternativa à expansão desenfreada da gramínea pelos municípios brasileiros, sobretudo nas áreas de fronteira agrícola, em que o capital avança e expropria a natureza local para permitir o avanço da monocultura de exportação.

Devemos lembrar que o controle da expansão canavieira tem sido destaque em algumas porções do país, na medida em que temos imposições locais (comunidade, poder público) que buscam evitar o domínio exclusivo de uma única atividade econômica em seu território. É nesse sentido que, de forma pioneira, a prefeitura municipal de Rio Verde de Goiás estabeleceu a Lei Complementar 5.200/2006, a qual, em seu Art. 1º, assim determina: “Fica limitada em 10% de cada propriedade agricultável, por safra, o plantio de cana-de-açúcar no município”.

Desse modo, devemos destacar a ação da Câmara Municipal de Laguna Carapã/MS, que limitou a área de plantio da cana-de-açúcar a 15% da porção agricultável do município, bem como, determinou regras para as queimadas nos canaviais, ou seja, as queimadas poderão ser efetuadas nas seguintes proporções: 50% em 2008, 35% na safra 2009 e 10% na safra de 2010. Ainda, pelo mesmo decreto de Lei, ficou proibida a queima da cana-de-açúcar nas áreas que se localizam a menos de 5 km do perímetro urbano, dos distritos e povoados, o que, de fato, está de acordo com a Lei Estadual nº 3.404, de 30 de julho de 2007.

Também, no Mato Grosso do Sul, devemos destacar o caso de Três Lagoas, município no qual vimos a tentativa, por parte de alguns políticos e comunidade local, em limitar o plantio de cana-de-açúcar por meio de um Projeto de Lei de autoria do vereador Antonio Rialino, que restringia a 10 mil hectares a área com

⁷² Cf. matéria publicada no Jornal *Diário MS*, em 16 de agosto de 2007, intitulada “Com emenda, Bertin confirma usina de R\$ 350 milhões”.

⁷³ Cf. matéria intitulada “Projeto acaba com distância mínima entre usinas de álcool”, publicada em 11 de junho de 2008, no *site*: www.al.ms.gov.br. Acesso em: 11 ago. 2008.

a gramínea, bem como disciplinava o plantio, mão-de-obra e a eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar. Contudo, o referido Projeto de Lei foi vetado pela Prefeita Simone Tibet, que contou com o apoio do Sindicato Rural de Três Lagoas, apostando na geração de empregos pelas indústrias que estão se instalando na área.

Ainda outras ações podem ser observadas, no cenário nacional, em relação à expansão da monocultura da cana-de-açúcar, a exemplo de fóruns regionais sobre o assunto, tal qual pudemos acompanhar em Presidente Prudente/SP, ocorrido no Pontal do Paranapanema, onde movimentos sociais, entidades de classes, universidades e outros discutiram, em agosto de 2007, possíveis cenários e soluções para a região, frente à expansão do capital canavieiro.

Por outro lado, não podemos omitir o fato de o projeto aprovado ser do deputado Dagoberto Nogueira, do PDT, ex-secretário de produção do Governo “Zeca do PT”. Vale ressaltar, conforme a mesma matéria, que o referido deputado recebeu R\$ 333.000,00 para a campanha política de 2006, o que representa 33,6 % do valor total arrecadado na sua corrida pela eleição junto às agroindústrias canavieiras, sendo que somente na usina Sonora foram arrecadados R\$ 95.000,00. Tal fato revela estreita ligação entre usineiros e políticos, os quais, por sinal, enquanto representantes do povo, zelam pela garantia da manutenção dos privilégios daqueles que estão estabelecidos, ou seja, no domínio dos meios de produção, na condição, portanto, de subjugador dos desfavorecidos.

Todavia, tal situação é mais crítica do que parece, haja vista que, de acordo com o Jornal Campo Grande News⁷⁴, são vários os deputados estaduais que recebem apoio de usineiros no Estado. Alguns deles são: José Teixeira (DEM), Ary Rigo (PDT), Reinaldo Azambuja (PMDB), Junior Mochi (PMDB), Youssef Domingos (PMDB), Maurício Picarelli (eleito pelo PTB), Onevam de Matos (PDT), Paulo Correa (PR) e José Ivan de Almeida (sem partido).

É digno de nota, ainda, o noticiado pelo próprio jornal citado:

Os nove deputados que compõem a “bancada usineira” receberam, juntos, R\$ 655 mil. Os usineiros também teriam doado R\$ 720 mil para a campanha do governador. André Puccinelli já encaminhou projeto de Lei regulamentando incentivos para as usinas em processo de instalação no Estado. (*op. cit.*)

Vê-se, portanto, que tal aliança vai além dos deputados, chegando inclusive no governador do Estado, e ampliando para os prefeitos e vereadores de

⁷⁴ Para maiores informações, consultar o site <http://www.folhadedourados.com.br/view.php?cod=6637>. Acesso em: 11 jan. 2008.

Mato Grosso do Sul, conforme pudemos apreender em vários momentos da pesquisa de campo por nós realizada, em 2007.

Vale ressaltar a leitura de Avelino Júnior (2003), que, amparado em Bittar (1998), aponta para uma relação histórica quanto à formação de Mato Grosso do Sul e o predomínio de relações agrárias de produção, num contexto que se caracteriza pelo revezamento de latifundiários à frente do poder político do Estado.

De acordo com matéria intitulada, “André convida indústrias a ‘conversar sobre investimentos’”, publicada pelo Jornal *MS Notícias*, em 2 de agosto de 2007, fica nítida a opção por atrair novas indústrias para Mato Grosso do Sul, conforme expressa o seguinte relato:

André pediu que os representantes das empresas repassem convite para que dirigentes venham a Mato Grosso do Sul e conheçam o potencial do Estado como sede de investimentos. No estande da Gerdau, ele fez um breve relato da atuação das mineradoras Corumbaense Reunida e Rio Tinto e comentou o início da produção de ferro-gusa a partir de setembro. “Quem quiser conversar com o governo, que venha”, convidou⁷⁵.

Em outras passagens, podemos perceber ainda a ideologia desenvolvimentista que associa a industrialização ao progresso, como percebemos quando Puccinelli (2007) diz: “Venham para o Estado aqueles que sabem empreender e que pretendem colaborar com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, gerando empregos e renda”. Ou mesmo quando se coloca a serviço do empresariado e dos seus condicionantes, sem contestar os efeitos de sua política econômica para a sociedade, quando destaca: “tudo será feito para agilizar o processo de implantação das indústrias”.⁷⁶

Conforme Oliveira (2003, p. 226), “a industrialização representa, dialeticamente uma extensão das condições de exploração do trabalho e uma elevação dos padrões de vida”, entretanto, entendemos que não podemos generalizar essa assertiva, com o risco de nos desiludirmos, sobretudo quando se trata da agroindústria canavieira.

Sinalizamos, nesse cenário, para a proposta do vereador Elias Ishy (PT), recentemente aprovada, durante a Conferência Municipal de Meio Ambiente, em

⁷⁵ Para mais detalhes, consultar: <http://www.msnoticias.com.br/?p=ler&id=241040>. Acesso em: 2 ago. 2007.

⁷⁶ Conforme o site: http://www.ms.gov.br/templates/template18/print/print.php?template=18&id_comp=10. Acesso em: 10 jun. 2007.

Dourados, a qual condena os favorecimentos do governo estadual junto aos empresários canavieiros. Segundo o vereador, não é correto o governo de Estado beneficiar apenas um grupo de investidores quando, na verdade, todo o conjunto contribui com impostos, tais como, Fundersul e ICMS. A situação é mais grave quando se considera o custo-benefício da territorialização de tais obras, bem como que os empresários beneficiados são principalmente grandes grupos empresariais, multinacionais⁷⁷ etc.

Dessa forma, “a idéia de desenvolvimento, no interior da sociedade produtora de mercadorias em que vivemos, nos remete à subordinação estrutural do trabalho ao capital” (GÓMEZ:2002, p. 30).

Concordamos com Ribeiro (2001, p.289), quando destaca que “o capital está mais forte por ser tão mutável, maleável. Como um camaleão assume a *forma* necessária para perseguir seu *fim* (projeto teleológico e pragmático)”. Daí ser “impossível negar, em meio às contradições criadas pelo próprio capital, a sua capacidade para absorver tais idiosincrasias” (p.290).

Para Ribeiro (2001), portanto, o capital re-inventa meios que permitirão a sua modernização, sendo que, nesse caso, o Estado participa “não apenas para amainar as reivindicações populares, mas porque também vê meios de com elas aumentar a massa de capital” (p.290).

Tais investimentos refletem os atrativos oferecidos pelo Estado nesse setor, uma vez que, além de incentivos fiscais, dispõe de boas condições de infraestrutura, proximidade com o mercado consumidor, expressivo estoque de terras, bem como preço reduzido, em comparação com outras regiões do país, topografia plana e clima propício ao cultivo da gramínea etc.

Aliás, sobre a questão da infra-estrutura, conforme nos apontou Secretário Adjunto de Estado, Wilson Gonçalves, em junho de 2007, estão sendo pleiteadas diversas ações, com o objetivo de facilitar a circulação de mercadorias e serviços, entre as quais, pavimentação da MS 040, duplicação/estadualização das BR's 163 e 267, implantação de terminais intermodais de transporte, implantação do poliduto MS-PR etc.

Nesse contexto, vimos dia a dia a continuação do processo de dominação do capital que, na atual fase do capitalismo, configurado como rentista, no dizer de Alves (1999), e ao se arrastar por séculos de exploração do trabalho, vem se fortalecendo e tornando hegemônico, sem, contudo, deixar sinais (fissuras) de sua esgotabilidade. Aliás, tal aspecto tem sido objeto de análise de diferentes autores, dos

⁷⁷ Para mais informações, consultar matéria publicada no Jornal *Diário MS*, em 03 de março de 2008, intitulada “Ishy condena ajuda a usina”.

quais destacamos Mészáros (2000), para o qual o capital está vivendo uma crise estrutural em que “como um sistema orgânico global, garante sua dominação, nos últimos 3 séculos, como produção generalizada de mercadorias” (p.08). Daí termos o capital como um sistema de controle do metabolismo social, no qual ocorre o “imperativo fetichizado do valor de troca quantificável e sempre expansível” (*ibidem*).

Concordamos com Souza (2004, p. 02), quando destaca que “o capital é um modo totalizante e dominante de desenvolvimento da ordem produtiva articulado a uma configuração institucional das relações de poder e a práticas sociais determinadas”, uma vez que a atuação do capital se faz de forma expansível, tendo em vista a completa apropriação das capacidades motoras, psíquicas, criativas etc. E, quando este não lhe recompensa mais, em termos de geração de lucros, é descartado, sendo relegado à exclusão social, que, segundo Martins (1997, p.20), configura-se como uma “inclusão estritamente em termos daquilo que é mais conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital”.

Sobre esse aspecto, Dias (2003, p. 45) explica que “o fetichismo da mercadoria demonstra como a relação mercantil oculta, no mais simples ato produtivo, a estruturação do poder, presença das classes e sua organização/desigualdade estrutural”.

Apesar desses diversos aspectos positivos em relação à possível expansão canavieira em Mato Grosso do Sul, não podemos deixar de ressaltar, no entanto, a existência de muitos obstáculos relacionados à atividade econômica em jogo, dentre os quais devemos chamar atenção para: 1) desenvolvimento tecnológico (Estado ainda é dependente de outros pólos agroindustriais para suprir suas demandas, tal qual no caso de peças para montagem de usinas – caldeiras etc., as quais são adquiridas principalmente de Sertãozinho/Piracicaba, onde temos localizada a Dedini); 2) Barreiras comerciais, devido a questões ambientais e sociais, visto que para o capital se torna viável a fluidez no território; 3) Zoneamento agro-ecológico, tendo em vista o ordenamento territorial para fins de expansão da cana-de-açúcar; 4) Plano de Logística e transportes mais eficaz e abrangente, inclusive, vale destacar que tais aspectos são um dos principais determinantes para a instalação dos grupos empresariais no Estado em questão.

Nesses termos, como exemplo inquestionável do metabolismo do capital, vimos a preponderância que assume o agronegócio, que, conforme observaremos, é o braço forte do capital na agricultura atual, a qual, como o próprio capitalismo, é marcada por relações desproporcionais, com desigualdades técnicas/ tecnológicas ou de cunho institucional.

Os interesses de se ampliarem as possibilidades de investimento em Mato Grosso do Sul podem ser vistos em depoimento de representante da FUNTRAB, Cícero Ávila (2007, p. 02), ressaltando, em entrevista por nós realizada, que

o grande desafio desse governo é justamente trabalhar a questão da diversificação da matriz econômica, expandindo a atividade industrial. [...] a atividade industrial é o motor da economia capitalista, quando ela cresce, você tem um impacto no setor primário da economia, porque você tem uma demanda maior de insumos, e você também, quando ela cresce, você demanda um conjunto de serviços, enfim, as atividades do setor terciário da economia. Você agrega um conjunto de serviços no entorno dessa cadeia e você também acaba impactando muito no comércio, porque a massa salarial que é jogada amplia o consumo e, portanto, você tem um crescimento muito significativo em termos de mercado de trabalho [...] a questão das usinas de álcool e açúcar e do biodiesel, né? é uma coisa nova, e que tem, de fato, trazido um impacto muito significativo para o Estado.

Dessa maneira, vimos formas escassas de ações no território que visem propriamente à liberdade do homem. Ao contrário, presenciamos o arrocho das formas de subsunção do trabalho ao capital e a agonia dos destituídos da propriedade privada – terra e bens, em geral – se tornarem alvos de empresas e grupos econômicos fortalecidos pela política governamental brasileira, que, por sua vez, está concatenada aos ditames internacionais e, como tal, não cria formas autônomas que abranjam o conjunto da sociedade.

Nesse cenário, é importante destacar o papel do capitalismo no momento vigente, o qual seria caracterizado por se tornar um verdadeiro complexo, que pode ser lido como um modo de vida, por ser um fenômeno político e econômico e, com perfil multidimensional, o qual “tem em seu centro nervoso o capital espacialmente hegemônico, concatenando recursos, objetos, homens e idéias ao seu projeto econômico” (RIBEIRO, 2001, p.189). Ou seja, o capitalismo é marcadamente o “período de reinado do capital, isto é, o momento histórico-espacial de realização soberana do tipo de relações e compostos que definem o capital” (p. 191). Logo, para o autor, apesar do capital sempre existir em formações espaciais anteriores, a fase atual é seu principal expoente.

Vejamos, no capítulo 2, alguns aspectos dessa realidade e suas proporções espaciais no âmbito do agronegócio.

CAPÍTULO 2 O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO

Eles falam que cana é bom, mas é bom para o grupo que coloca a usina, para os funcionários..Até outro dia tava a matéria aí que estavam fazendo greve. Agora, você imagina só o seguinte: se fosse bom para nós aqui no Estado o álcool, o plantio da cana, quanto nós podia tá pagando no litro do álcool? 60 centavos. Não é nós que produz? Não é do nosso Estado? Que ICMS está sobre isso daí? O álcool podia tá lá embaixo, mas, e aí esse álcool não vai ficar para nós, pode construir milhões e milhões de litros de álcool, mas não vão ser os carros das pessoas aqui do Estado que vai consumir isto aí. Tudo vai embora, quer dizer que só vai ficar com o prejuízo. (Depoimento de representante dos quilombolas, em Dourados, em 31 de agosto de 2007).

O agronegócio tem-se caracterizado como um dos mais perversos meios de territorialização do capital no campo, evidenciando a construção de uma marca político-estratégica que garante sua hegemonia, uma vez que reflete a imposição do pensamento único e o entendimento do mundo sem contradições⁷⁸.

Na verdade amparados novamente em Ribeiro (2001, p. 316), “é quando a idéia ou a ideologia deixa de ser unicamente potencialidade, sonho ou devir, transformando-se em práxis, direcionando mentalidades e comportamentos. Regendo a vida do corpo social”.

Assim é para Ribeiro (2001, p. 320):

A proposta da ideologia é a de se tornar um *condicionante* à realização do reordenamento da tessitura social, dinamizando o ritmo do processo de superexploração do trabalho dos que são contemplados por sua projeção, diretamente ou indiretamente. E, na principalidade do processo, obter o consenso inconsciente de lideranças políticas, como as sindicais, que não demonstram capacidade de leitura da malha social em que estão presentes, por mais que se digam defensores da causa operária.

Nesse caso, nós nos baseamos em Chauí (1990, p.86), que lembra o fato

⁷⁸ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007b.

de a ideologia ser "um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados".

No caso do agronegócio, podemos dizer que a sua importância está vinculada a sua representação econômica, a exemplo do agronegócio canavieiro.

Contudo, é preciso esclarecer:

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde o princípio do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem. (FERNANDES, p. 02, 2004⁷⁹).

A construção desse conceito está circunscrita à lógica do capital, que busca incessantemente garantir as condições de produção convenientes para sua necessidade ampliada de acumulação, apelando para a exploração do trabalho como chancela para sua apropriação e controle do território, na medida em que "para acumular é necessário transformar parte do produto excedente em capital" (MARX:1987, p. 676).

É preciso atentar também para a teia de relações de dominação política, que tem como elo de sustentação o Estado e, como principais sujeitos sociais envolvidos e prejudicados, os trabalhadores, os quais são utilizados enquanto mão-de-obra barata para o capital. Sendo assim, é importante estabelecer relações como, por exemplo, no caso da usina Dourados, pertencente ao grupo Unialco, onde temos a utilização de mão-de-obra indígena, da aldeia Bororó, das etnias Guarani e Caiuás⁸⁰.

Conforme nos relataram alguns trabalhadores indígenas, em particular, Nelson, Sílvio e Daniel, eles "trabalham por que é preciso. Se não tiver emprego, não tem crediário, não dá pra comprar coisas na cidade". Eles asseveram, contrariamente ao gerente agrícola da empresa (que tem uma história de mais de 22 anos com o setor canavieiro), que "é sofrido, não dá para tirar quase nada, mas é o que tem pra nós". Entretanto, nos é apontado que os ditos trabalhadores tiram em torno de R\$ 850,00 ou

⁷⁹ Cf. http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/agronegocio_bernardo.htm. Acesso em outubro de 2007.

⁸⁰ Devemos acrescentar que os indígenas, alvos diretos do processo civilizatório, são fragilizados pelo modo de vida dominante e têm a cada dia sido relegados a guetos onde são obrigados a (sobre)viver com migalhas de terras, as quais naturalmente são suas, o que repercute enquanto aspecto importante na leitura da situação de miséria em que se encontram, além de refletir os conflitos por eles vividos. Nesse contexto, vimos, pois a sua dizimação enquanto sujeitos livres e a sua condenação do ponto de vista do trabalho que lhe é reservado na sociedade. Sobre tais aspectos, é interessante consultar matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 08 de janeiro de 2008, intitulada "Assassinato de índios cresce 214% em MS".

mais mensalmente, enquanto, de outro, vimos que os mesmos recebem salários na maioria das vezes inferiores a R\$ 300,00.

É interessante observar que os mesmos trabalhadores sabem que estão sendo explorados, mas se vêm atrelados à atividade canavieira, devido à mesma ser uma das poucas que emprega a maior parte do ano e, embora seja uma cultura sazonal, gera empregos na entressafra, nas atividades de capina e trato cultural em geral, o que permite a muitos deles a manutenção dos empregos.

Sobre a exploração no trabalho e as péssimas condições a que estão expostos na labuta diária dos canaviais, tendo em vista obterem a meta estipulada pela empresa, os entrevistados revelam:

A gente, às vezes, conforme o tipo de cana, consegue cortar até bastante, mas é descontado de noventa a noventa e cinco reais da alimentação, depende, incluindo o domingo que a gente não trabalha, mas eles cobra, e outras coisas que nós nem sabe. No fim, tem vez que recebemos duzentos, trezentos reais [...]. Mas quando o cara é bom, dá pra tirar até R\$ 400,00.

Contudo, é notável dizer que o piso salarial dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul é de R\$ 430,00, conformando-se ilegalmente o pagamento de tais valores. É válido apontar, ainda, conforme constatado neste trabalho de campo, realizado em 21 de novembro de 2007, e destacado por um dos trabalhadores, que, apesar das dificuldades e formas de agressões sofridas, “não pode reclamar, porque senão eles manda embora [...]. Outro dia, mandaram um de nós porque reclamou do preço da cana. Tem que ficar quieto”.

Na verdade, o que se percebe é uma forma de controle físico e moral dos trabalhadores pela empresa, que se aproveita das condições precárias a que estão expostos esses indígenas para ampliar sua dominação.

Por fim, é interessante observar a declaração do engenheiro agrônomo e gerente agrícola, que nos encaminhou, quando íamos a campo: “Não se assuste com o que os índios dizem, porque eles têm o hábito de reclamar de tudo, falam mal de tudo, nada está bom [...] vocês vão ver”.

Tal aviso pode ser interpretado como uma justificativa dos atos da empresa em relação aos trabalhadores em questão, ou seja, busca-se falsear a realidade com o intuito de denegrir a pessoa do trabalhador e enaltecer a empresa.

A respeito da relação entre trabalhadores indígenas e usina – trabalho x capital – temos, na Dissertação de Ribeiro (2001, p. 218), uma interessante leitura do

fato:

Branco e não-branco ou índio (especialmente a boa parte daqueles da reserva de Dourados) e não índio, nesse contexto, são inseridos na universalidade dos valores e fetiches sociais instaurados pela ditadura das relações sociais capitalistas. Participam e as exprimem, de certa forma; quase sempre como receptores passivos, sem poder de vocalização de ao menos expor seus mais modestos interesses. E quando exigem expô-los, o conflito está armado.

A questão está colocada na desqualificação dos indígenas, a qual perpassa pela acusação de serem os mesmos sujeitos lerdos e/ou preguiçosos, conforme pudemos presenciar em alguns momentos da pesquisa. No entanto, Ribeiro (2001, p. 315) nos esclarece:

Valendo-se de um discurso já secular, as empresas e agentes dominantes passaram a assinalar como um dos fatores para a situação de atraso sócio-econômico dessa região, ante as demais, a inclinação inata da personalidade do indivíduo sulmatogrossense à preguiça.

A referida empresa, que estava em fase de preparação da planta fabril (terraplanagem), com plantio adiantado de cana-de-açúcar destinada à usina de Maracaju, até completar a área total para funcionamento, que será de 40 mil hectares em 2009, nos assegurou: “se não for índio, não vamos contratar ninguém, já falamos isto. E aí vamos mecanizar tudo. É uma pena, porque nós [...] pelo menos eu penso assim, que é importante garantir o emprego para essa gente. Então mecanizaremos tudo e vão fazer o quê essas pessoas que tiram um salário digno hoje?”.

De acordo ainda com Kautsky (1968, p. 56), “sob o regime da produção capitalista, a máquina não tem por função realizar economias da força de trabalho, mas de salário”, sendo que, “quanto mais baixos os salários, tanto mais difícil a introdução de máquinas”.

Como ressaltamos há pouco, existe um rígido controle social imposto pela mecanização do território. Logo, podemos nos remeter à interessante artigo de Moraes (2004), no qual aponta um pronunciamento de trabalhadora do corte de cana-de-açúcar: “se eu pudesse, quebraria todas as máquinas”. Nesse depoimento, a trabalhadora descarrega toda sua indignação com a situação colocada para os milhares de trabalhadores desse ramo produtivo, sobretudo na região de Ribeirão Preto (SP).

No Mato Grosso do Sul, particularmente, esse aspecto é menos destacado, uma vez que a atividade canavieira ainda não possui a mesma envergadura que outras áreas produtoras do país, entretanto não deixa de comparecer no discurso dos usineiros e de seus representantes, sejam eles os que já estão territorializados no Mato Grosso do Sul, seja os que estão em vias de instalação⁸¹.

Nesse caso, a título de exemplo, destacamos a situação da Energética Santa Helena, no município de Nova Andradina, onde, segundo o Gerente Agrícola, Adalberto, existe a perspectiva para o ano de 2008 em mecanizar 20% do plantio, o que está atrelado à compra de 2 máquinas, e já para os próximos anos a aquisição de 8 novas colhedeiças de cana-de-açúcar. Contudo, nos parece que existe certa resistência em relação à efetivação dessa tarefa, pois existe maior dificuldade em introduzir as máquinas conforme o padrão salarial se apresente mais ou menos elevado, afinal entendemos que é pouco expressivo em Mato Grosso do Sul.

Nesse quesito, conforme o trabalhador rural José, de uma das unidades produtivas entrevistadas, “não será possível mais controlar as máquinas, pois, conforme falou no globo rural, vai mecanizar tudo”. O entrevistado acredita que a mudança será radical e eliminará os trabalhadores das suas funções manuais, sendo necessário buscar outras funções e atividades com as quais têm familiaridade, para não passarem fome. José lembra que, na maioria das vezes, toda família corta cana, logo, o impacto será sobre todos, sendo que, no seu caso, sua mulher “cata” bituca e seus 2 filhos, Rogério e Felipe, também cortam cana.

Para ele [o entrevistado], só está bom para empresa enquanto se está dando lucro, começou a dar problema, a usina não quer mais. Seria este o problema central que tem levado as empresas a comprarem máquinas para substituir os cortadores que dão trabalho. Nesse sentido, destaca que, na sua turma, tem 4 cortadores afastados do trabalho, justamente aqueles que cortavam bastante cana-de-açúcar. Todavia, percebemos a sua alienação, enquanto questiona: “eu não sei como a usina agüenta semelhante situação”.

Na verdade, o trabalhador não percebe que a empresa extrai dele e dos demais operários envolvidos no processo de produção a mais-valia, e que esta, por sua natureza, supera qualquer questão menor, pois envolve além do trabalho necessário na produção da mercadoria também o trabalho excedente, que, segundo

⁸¹ Segundo o Diretor do Sindicato do Alcool no Mato Grosso do Sul, Paulo Aurélio Vasconcelos, seriam necessárias pelo menos 122 máquinas para se fazer o corte da cana-de-açúcar no Estado, quando a produção nacional pelas indústrias é de cerca de 425 unidades/ano, ou seja, não é possível nesse ritmo atender todos os estados que vêm expandindo os seus canaviais.

Marx (1985, p. 190), é “destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção”.

Cabe, neste momento, uma reflexão de Antunes (1999, p. 218), o qual confirma a centralidade do trabalho, num momento em que “a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável”.

Mas exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. Portanto, uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que eliminando o trabalho vivo o capital possa continuar se reproduzindo. (ibidem).

Nessa passagem, podemos perceber que, no capitalismo, o controle do trabalho e dos trabalhadores é feito mediante pressão, que, no caso específico da atividade canavieira, sinaliza para mecanização do processo produtivo.

Não podemos omitir o fato que cimenta a relação inicialmente destacada, ou seja, o Estado que financiou 80% do empreendimento da Usina Dourados, o que deve ser visto com atenção, já que o próprio gerente agrícola confessa: “não é fácil conseguir apoio, nós conseguimos porque tínhamos terra para dar de garantia, o que não acontece com muitos grupos por aí. Só que eu acho pouco ainda, tinha que ajudar mais, afinal vai beneficiar todos de Dourados e região”. Vê-se, nesse caso, a ampla relação entre as esferas estatais e empresariais, a qual sustenta as teias de dominação do capital que, segundo Ribeiro (2001, p. 284/285), passa pela

concatenação de novas formas de realização do valor amparadas na subjugação ou capitalização de formas de relações de trabalho preexistentes ou coexistente ao capitalismo “moderno”; nestas novas formas de auto-realização do valor (especulação) se fundem as “arcaicas” e ou que se sustentam no trabalho acumulado (como a escravidão dos índios, exploração da agricultura camponesa, de mulheres, aumento do trabalho terceirizado, precarizado e “informal”, etc.), seja pela extração da renda ou outras formas de expropriações da mais-valia do trabalhador que se conectam a economia global [...]

Sendo assim, podemos entender o agronegócio como o atual meio de mistificação do capital, o qual faz alusão a um processo de dominação historicamente

constituído e que no atual momento se reveste de modernidade para expressar velhos personagens, ou seja, estamos nos referindo, por exemplo, à utilização de trabalho forçado nos canaviais sul-mato-grossenses.

Segundo Oliveira (2003, p.120), a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio está ligada ao seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado, sendo que é respondendo a essa lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar⁸². Portanto, "o agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial”.

Podemos observar a posição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir de suas colocações, conforme é exposto a seguir:

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país⁸³.

A ideologia do agronegócio pode ser percebida no contexto do tripé terra /capital/ trabalho, sendo este a chave dessa forma moderna de territorialização do capital. Desse modo, a terra é o estrato que comporta a produção; o capital o agente impulsionador da investida na produção e o trabalho o responsável direto pela produção de mercadorias.

Vejamos, a seguir, algumas das principais características do agronegócio: a) destino da produção - mercado externo; b) forma por excelência da produção - latifúndio; c) mercadorias exigidas - produtos com valor agregado e altamente valorizados no mercado. Ramos (2007, p.36) corrobora, ao atestar que a agroindústria canavieira historicamente está encimada no tripé latifúndio-escravismo-monocultura “, sendo que “a este tripé estrutural esteve associado – e, em boa medida, ainda está – uma determinada forma de crescimento da produção canavieira [...] marcada pelo

⁸² A expectativa em Mato Grosso do Sul é que, da produção total de álcool, com a implantação das novas unidades produtivas, 80% sejam destinados para o mercado externo e 20% restantes ao mercado interno.

⁸³ Conforme o *site*: www.mda.gov.br . Acesso em: 25 set. 2007.

expansionismo extensivo, itinerante e predatório de recursos naturais (solo, matas, água)”.

Thomaz Júnior (2007, p. 11) aponta:

E o que é central, nesse esquema de dominação, é que o agronegócio é controlado por empresas, genericamente denominadas de *tradings*, que centralizam o processo produtivo e de distribuição/comercialização/agroindustrialização de grãos, estando consorciadas a tantas outras empresas processadoras e mesmo do D1, sobretudo quando se põe em destaque os diferentes produtos, no arco de abrangência da cadeia agro-químico-alimentar.

Dessa forma, o agronegócio condiz com uma “uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias”⁸⁴ (FERNANDES, 2006, p.02).

É interessante ressaltar matéria publicada pelo Jornal The New York Times, assinada pelo colunista Roger Cohen, intitulada “O etanol é para todos?”⁸⁵, na qual o mesmo ressalta que, embora persistam alguns problemas como os relativos ao trabalho na atividade canvieira, o país se tornou o reino do etanol. Cohen (2008), assim se refere ao Brasil:

Da terra pouco séria de samba, favelas, futebol e florestas tropicais incendiadas, (o Brasil) se tornou o reino da produção de etanol a frente de seu tempo, carros flexíveis rodando com qualquer combinação de etanol e gasolina, e uma revolução do biocombustível que poderia distribuir ao mundo, onde o barril de petróleo custa US\$ 100.

Vê-se que existe embutido na citação o preconceito em relação às características da sociedade brasileira, a qual é lembrada enquanto sinônimo de suas ditas “paixões nacionais”, sendo, pois, o álcool a salvação para os seus problemas, o que reforça o agronegócio canvieiro enquanto positivo e coloca o Brasil como exemplo a ser seguido nesse quesito.

Concordamos com Poulantzas (2000), quando destaca que a ideologia não

⁸⁴

Cf.:

<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflitoagronego cio.pdf>. Acesso em novembro de 2007.

⁸⁵ Divulgado em 11 de janeiro de 2008 pela UNICA.

se restringe a um sistema de idéias na medida em que é capaz de moldar uma série de práticas materiais, as quais estão vinculadas às próprias práticas políticas e econômicas. Assim, para o autor, “as relações ideológicas são em si essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção” (POULANTZAS: 2000, p.27).

Podemos fazer uma analogia com as características do próprio sistema de produção vigente no Brasil, em seu período de colonização, quando, segundo Caio Prado Júnior, tínhamos a tríade monocultura, latifúndio e trabalho escravo - *plantation* - o qual não se diferencia essencialmente das características do agronegócio, ao passo que este se alicerça na exploração sem precedentes dos trabalhadores, inclusive enquanto trabalho escravo, pois em inúmeras fazendas, em todo o país, em especial nas áreas de fronteiras, verificamos a ocorrência do cerceamento da liberdade de ir e vir dos trabalhadores e, somado a este, o sistema de barracão, caracterizado pela dívida impagável dos sujeitos, contraída junto aos seus patrões⁸⁶.

É interessante, nesse sentido, apresentar alguns dados que expressam os conflitos trabalhistas do campo no Brasil (Tabela 7).

Tabela 7: Conflitos Trabalhistas no Campo (1998-2007)⁸⁷.

Conflitos Trabalhistas	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ocorrências de Trabalho Escravo	14	16	21	45	147	238	236	276	262	265
Assassinatos	-	-	1	4	1	-	2	-	3	1
Pessoas envolvidas	614	1.099	465	2.416	5.559	8.385	6.075	7.707	6.930	8.653
Ocorrências de Superexploração e desrespeito Trabalhista	56	28	33	25	22	97	107	178	136	151
Assassinatos	5	-	-	1	-	2	-	-	1	-
Pessoas Envolvidas	366.720	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202	3.958	8.010	7.293

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT, 15/03/2008.
Org.: AZEVEDO, J.R. N. de (2008).

Por meio da Tabela 7, percebemos que ocorreu aumento de trabalho escravo e formas assemelhadas, entre 1998 e 2007, bem como das pessoas envolvidas. Também é constatado que a ocorrência de superexploração e desrespeito trabalhista quase triplicou na série temporal analisada, ao mesmo tempo em que assistimos à queda violenta do número de pessoas envolvidas, comprovado pelas 366.720 ocorrências em 1998, enquanto em 2007 são 7.293 casos. Acreditamos estar isto relacionado à ação do Ministério do Trabalho na coibição da exploração do

⁸⁶ Sobre este aspecto, vale consultar a denominada “lista suja”, a qual aponta os focos do trabalho escravo, no Brasil, incluindo alguns nomes de empresários sul-mato-grossenses do ramo canavieiro.

⁸⁷ Cf. <http://www.cptnac.com.br/pub/publicacoes/aa925a43f7416418691938c0a2722a16.xls>. Acesso em: 23 jul. 2008.

trabalho em todo território nacional.

Em se tratando de exploração do trabalho e particularmente em relação ao que tem se denominado como sendo “trabalho degradante”, é preciso esclarecer que pode ser entendido como tal aquele tipo de trabalho em que o empregado possui o direito de ir e vir, mas que tem a sua prestação de serviços condicionada, geralmente, a locais insalubres, jornadas excessivas, sem o fornecimento de alimentação de qualidade, de equipamentos de segurança etc.

Por outro lado, o chamado “trabalho escravo” diz respeito ao conjunto formado pelo trabalho degradante e o cerceamento da liberdade, isto é, perda do direito de ir e vir, tal qual nos é assegurado pela constituição em seu artigo 5º. Por fim, devemos ressaltar outra forma de exploração denominada como sendo “trabalho forçado”, a qual, segundo a Convenção nº 29 da OIT de 1930, se refere a “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”.

Concordamos com as proposições de Sakamoto (2008, p. 02):

A utilização de trabalho escravo contemporâneo não é resquício de modos de produção arcaico que sobreviveram provisoriamente à introdução do capitalismo, mas sim um instrumento utilizado pelo próprio capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão. A superexploração do trabalho, da qual a escravidão é sua forma mais cruel, é deliberadamente utilizada em determinadas regiões e circunstâncias como parte integrante e instrumento do capital. Sem ela, empreendimentos mais atrasados em áreas de expansão não teriam a mesma capacidade de concorrer na economia globalizada⁸⁸.

Vale ressaltar que, conforme Art. 149, do Código Penal, reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, acarreta reclusão de dois a oito anos e multa, além de pena correspondente à violência⁸⁹.

Ainda, segundo o artigo:

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I- cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

⁸⁸ Cf. artigo intitulado “Por que, afinal, existe trabalho escravo no Brasil?”, publicado pelo Repórter Brasil, em 15/04/2008. Acesso em: 17 abr. 2008.

⁸⁹ Caput e pena com a redação dada pela lei nº 10.803, de 11-12-2003.

II- mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I- contra criança ou adolescente;

II- por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

- §§ 1º e 2º acrescidos pela Lei nº 10.803, de 11-12-2003.

Entendemos que tais formas de exploração do trabalho pelo capital são reais no território brasileiro, embora para o agronegócio canavieiro, em particular, isto não se justifique na dimensão posta por órgãos como o Ministério Público, ao passo que “inúmeras ações de responsabilidade social têm sido desenvolvidas por pelo menos uma centena de cerca de 450 usinas em atividade atualmente no país⁹⁰”

Todavia, procuram camuflar a realidade dizendo que foram encontradas evidências de trabalho escravo/degradante em áreas esporádicas do país, a exemplo dos casos anunciados no Pará e em Mato Grosso, embora saibamos que tais Estados lideram a lista de trabalho escravo. Nesse contexto, segundo a matéria citada, encabeçam a lista de unidades da federação com problemas quanto ao trabalho escravo os seguintes Estados: Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso e Pará, sendo que Mato Grosso do Sul assumiu, este ano, a 6º posição.

Contudo, em se tratando particularmente do caso ligado à exploração do trabalho nos canaviais, ou melhor, de libertação de trabalhadores que estavam em situação de escravidão, temos outra situação, no Mato Grosso do Sul, que ocupa a 2º posição no cenário nacional, ficando atrás apenas do Pará.

Para termos uma idéia da realidade do trabalho escravo nos canaviais, devemos lembrar que mais da metade dos trabalhadores resgatados em situações análogos à escravidão em 2007 estavam envolvidas no cultivo da cana-de-açúcar.

Conforme matéria divulgada pelo Repórter Brasil, em 31 de janeiro de 2008, intitulada “Grandes libertações de trabalhadores em canaviais dominam 2007”, somente em 4 usinas foram libertos nesse ano 2.947 trabalhadores, sendo elas: usina Pagrisas em Ulianópolis (PA), CBAA, em Brasilândia (MS), DCOIL, em Iguatemi (MS), Coruripe, em Iturama (MG). Tais ações de luta contra o trabalho escravo permitiram a libertação de 5.877 trabalhadores em 2007.

⁹⁰ Conforme Editorial do *Jornal Cana* edição 167 de novembro de 2007, intitulada “Sujou, limpou, molhou, secou”.

Diante desse quadro, gostaríamos de apontar, baseados em matéria publicada pelo Repórter Brasil, em 14/03/2008, intitulada “Palco de libertações, setor sucroalcooleiro conta com isenções”, que, apesar do desrespeito às condições de trabalho recorrentes nas agroindústrias canavieiras do Mato Grosso do Sul, o governo do Estado continua beneficiando os empresários.

A título de exemplo, a matéria destaca os benefícios concedidos à Debrasa e à Dcoil, que por sua vez, foram alvos de denúncia quanto à exploração do trabalho. Ainda, conforme a mesma matéria, o orçamento estadual prevê a renúncia de R\$ 48,5 milhões na arrecadação de impostos que incidiriam sobre as empresas de álcool combustível em 2008. Isto representa diretamente no benefício de 43 novas usinas no Estado, das quais 16 estão em construção, segundo dados do governo de Mato Grosso do Sul.

Observamos que tal política estadual está engajada àquelas efetivadas no âmbito federal, pois caminham no sentido de legitimar o agronegócio. Vejamos um trecho da matéria retratando este cenário⁹¹: “nunca neste país, como diria o Lula, o setor de energia renovável – com o Brasil à frente – teve tantas possibilidades internacionais à mão e nunca ele foi tão atacado, inclusive pelo exterior, por meio de mentiras, calúnias e falácias”. Vê se que o fato do presidente da República ter chamado os usineiros de heróis é mote para os empresários do setor canavieiro legitimarem a sua ação/expansão no território. Mas vejamos um trecho da matéria citada, para dimensionarmos a relação:

Segundo Lula, “os usineiros da cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias”.

A defesa do governo Lula ao agronegócio canavieiro está ligada, aparentemente, ao fato da fonte de energia em questão ser limpa e contribuir para amenização de questões de cunho ambiental, além de ser uma alternativa para países em desenvolvimento, dado que permite aos mesmos a denominada “autonomia energética”, da qual nenhum país pode se privar. Assim, para o presidente do Brasil, o agronegócio canavieiro tem a capacidade de “gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar”, além de poder “equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis⁹²”.

Assim, fazendo das palavras de Tamás Szmerecsányi as nossas, “embora

⁹¹ Conforme matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 20/03/2007, intitulada “Presidente Lula chama usineiros de heróis”.

⁹² Conforme matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 25/09/2007, intitulada “Lula defende biocombustíveis e critica subsídios agrícolas de países ricos”.

reconheçamos o potencial do álcool, não vejo nele uma panacéia capaz de resolver todos os nossos problemas de subdesenvolvimento e de dependência⁹³” (p.03).

Não acreditamos nessa situação, conforme temos buscado demonstrar no transcorrer do texto, e, embora saibamos da importância da diversificação da matriz energética, não acreditamos que a mesma será em benefício da população, em geral, mas, em primeira instância, para atender aos interesses das próprias unidades produtivas, que necessitam garantir o mínimo necessário para pleno funcionamento e ainda racionalizar seus custos de produção, tornando-se pouco dependentes de outros órgãos.

Dessa maneira, para Thomaz Júnior (2007, p.11),

[...] os vínculos políticos e estratégicos, e os interesses econômicos do capital, revelam quão complexo é o território de operações da produção-comercialização-consumo de combustíveis renováveis e biocombustíveis, tendo em vista que a verdadeira intenção do grande capital é dar o *start* para a construção do mercado global de biocombustíveis.

No Brasil, conforme a SPAE, a produção canavieira tem crescido em média à uma taxa de 11% ao ano, nas últimas safras, sendo que a produção do álcool teve incremento de 20% na safra 2007/08, fato esse ligado à venda de carros cambiáveis. Vejamos, a título de ilustração, a crescente expansão das vendas de tais veículos, visto que temos a produção de 4.624 carros movidos a álcool em 1979 e atingimos, no Brasil, a marca de 83.259 nos anos 1990, sendo que, em 2007, se atingiu o montante de mais de dois milhões de unidades vendidas (Quadro 7).

⁹³ Conforme entrevista de Tamas Szmerecsanyi ao *site Correio Cidadania*, em 11 de maio de 2008 (Entrevista concedida).

Quadro 7: Venda de Veículos a Álcool no Brasil

Ano	Unidades Vendidas
2007	2.003.090
2006	1.430.334
2005	812.104
2004	328.378
2003	48.178
2002	55.961
2001	19.032
2000	10.106
1999	11.314
1998	1.451
1997	1.273
1996	7.732
1995	40.484
1994	142.760
1993	264.651
1992	193.441
1991	150.877
1990	83.259
1989	398.275
1988	569.310
1987	460.555
1986	699.183
1985	642.147
1984	560.492
1983	592.984
1982	237.585
1981	128.828
1980	254.015
1979	4.624

Fonte: ANFAVEA (2007/08).

Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Nesse cenário, faz-se necessário, pois, observar a expressão do agronegócio canavieiro no Brasil, com destaque para a atividade canavieira, mediante sua representabilidade sócio-econômica, considerando-se, para isso, os seus rebatimentos para o mundo do trabalho.

2.1 Agronegócio e Relações de Produção e de Trabalho

Conforme dados da União das Agroindústrias Canaveiras (UNICA), o agronegócio canavieiro movimenta cerca de R\$ 50,00 bilhões por ano, o que corresponde a aproximadamente 1,5% do PIB nacional. Sendo responsável ainda pela geração de 3,6 milhões empregos diretos e indiretos, além de congregar em torno de 72 mil agricultores em todo o país.

Assim, o Brasil é hoje o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, açúcar e álcool. Contudo, para tal cenário, deve-se considerar que o país apresenta o menor custo de produção, o qual gira em torno de U\$ 0,22 por litro de etanol, enquanto os Estados Unidos, a partir do milho, alcança U\$ 0,30 e a União Européia U\$ 0,53. Entretanto, para alcançar tal marca, temos intensa exploração da mão-de-obra, na apropriação da renda territorial da terra e no preço da terra os seus principais aspectos e, ainda, uma avassaladora degradação ambiental.

Nesse contexto, não podemos esquecer de apontar uma das conseqüências da expansão canavieira em Mato Grosso do Sul, que é justamente a elevação do preço da terra, a qual, por sua vez, devido à grande procura pelos industriais da cana-de-açúcar, elevam o preço dos imóveis rurais, conforme temos constatado pelos municípios em que visitamos.

Na verdade, devemos ressaltar que, historicamente, ocorre a utilização da terra como reserva de valor, sendo uma das características mais marcantes do campo brasileiro. Inclusive, no caso do Mato Grosso do Sul, Avelino Júnior (2003, p. 04) destaca que “a terra, passa a ter uma importância fundamental a partir da década de 1970, pois passou a ser usada como garantia dada aos bancos para obtenção de financiamentos agrícolas.”

Corroborando essa perspectiva, o presidente da Famasul destaca: “sabemos que existe uma procura maior por terras no Estado por conta da cana-de-açúcar e da vinda de usinas, e por essa razão o preço também tende a aumentar (SILVA JÚNIOR:2007)⁹⁴.

Segundo a mesma matéria, a valorização das terras atinge, em algumas áreas, mais de 50% por hectare, sendo que, em municípios como Chapadão do Sul, terras que eram avaliadas em média por seis ou sete mil reais, atualmente são cotadas acima de 15 mil reais.

Verificamos casos semelhantes em municípios como os de Nova Andradina, em que o preço da terra está em torno de 15 mil reais o hectare e que, tal como Rio Brilhante, possuía, há pouco tempo, valores inferiores a 5 mil reais o hectare.

Corroborando com essa realidade, vimos, a seguir, um diagnóstico encontrado no Relatório de Impacto Ambiental da usina Ceron no município de Batayporã.

⁹⁴ Cf. matéria intitulada “Plantio de cana-de-açúcar valoriza terras”, publicada pelo jornal *Capital do Pantanal*, em 12/06/2007. Devemos destacar que, segundo a matéria, a valorização das terras ocorre a nível nacional, sendo que a maioria destas se faz devido à expansão canavieira e/ou do café.

Nos meses de junho e julho de 2007 as terras agricultáveis utilizadas para o plantio de soja e cana em Batayporã eram comercializadas, em média, entre R\$5.000,00 e R\$10.000,00 o hectare (caso extremo). A média em novembro de 2007 estava em R\$8.000,00. No início de 2006 estava na frequência de R\$4.000,00 a R\$5.000,00 o hectare, verificando-se assim que a valorização deu-se na frequência entre 25% e 60%, desprezando-se o preço de R\$10.000,00 por ser um único caso e seu parâmetro fugir às regras usuais. (p.60).

Contudo, é importante lembrar que tal especulação não se resume às terras, na zona rural, já que atinge ainda o setor de imóveis urbanos, ou seja, a disputa por casas (cômodos em geral) tem crescido nas cidades que recebem unidades produtivas, bem como, nas áreas próximas (distritos e bairros), e repercutindo diretamente no preço dos aluguéis. Este aspecto foi particularmente observado em municípios como Rio Brillhante, Maracaju, Dourados, Deodápolis, Nova Andradina, Anaurilândia e Bataguassu, nos quais pudemos constatar o fato no decorrer dos Trabalhos de Campo.

A título de exemplo, podemos citar o município de Rio Brillhante, onde, segundo Jango, trabalhador do setor terciário, ocorre uma procura incessante por casas de aluguel. Segundo o entrevistado, qualquer cubículo gira em torno de R\$250,00. Além disso, destacou o fato de as usinas estimularem o movimento do comércio e bancos, devido ao maior fluxo de pessoas e dinheiro na praça.

Vejamos a Figura 4, que representa exemplo de especulação imobiliária, no município de Dourados, onde, segundo o representante da secretária da agricultura, Amaral, em entrevista realizada em 08 de novembro de 2007, existiam 11 mil hectares plantados com cana-de-açúcar, dos quais, aproximadamente 10 mil hectares são pertencentes a Celso Dal Lago e 1 mil hectare do grupo Bertin⁹⁵. A meta das usinas, segundo Amaral, é ocupar cerca de 15 mil hectares no município, o que não prejudicaria as demais atividades produtivas, tais como a soja.

⁹⁵ Conforme o entrevistado, o grupo Bertin está localizado numa área cercada por fazendas que, a princípio, não deixarão de lidar com a soja, que é sua atividade tradicional, o que pode impedir o avanço da cana-de-açúcar nas suas mediações, tendo o mesmo que buscar áreas mais distantes da planta fabril para expandir o plantio de cana-de-açúcar.



Figura 4 - Anúncio de Venda de Propriedade em Dourados.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2008).

No entanto, não é isso que podemos constatar em matéria publicada pelo Jornal Diário MS, em 28 de fevereiro de 2008, intitulada “Dourados tem quatro usinas em processo de instalação”. De acordo com tal matéria, só a usina Dourados e a São Fernando, do grupo Bertin, terão uma área com cana-de-açúcar no município de 30 mil hectares cada, além de que, há previsão de duas unidades do grupo Benedito Coutinho⁹⁶ (Eldorado) a serem construídas no distrito de Macaúba e Itahum, a partir de 2010, as quais deverão abranger 120 mil hectares. Logo, no cômputo geral teremos, em Dourados, cerca de 180 mil hectares com a cana-de-açúcar, se tais fatos se confirmarem, ou pelo menos 60 mil, se as unidades em consecução cumprirem o plano inicial.

Observa-se, de maneira geral, que a procura é mais intensa nas porções de terra de fertilidade maior, haja vista que é possível obter maiores rendimentos, tal qual ocorre nos municípios de Dourados, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Maracaju etc. Também não restam dúvidas de que áreas próximas a propriedades já pertencentes aos grupos investidores atraem maior interesse dos usineiros, que vêem a possibilidade de ampliar os canaviais em extensão, sem, no entanto, quebrar a continuidade dos mesmos, o que, de fato, implica novamente mais lucros, na medida em que temos um duplo mecanismo de acumulação via concorrência, ou seja, subtrai-se a renda diferencial I, a advinda da fertilidade do solo e, paralelamente, a referente à localização.

Assim, conforme Oliveira (1986, p. 74), “a renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo”, ou melhor, “da diferença entre o preço individual de produção do capital particular que dispõe de uma

⁹⁶ Essa informação foi confirmada por representante do grupo Benedito Coutinho, em trabalho de campo realizado em 2007.

força natural monopolizada e o preço de produção do capital empregado no conjunto do ramo de atividade empregado” (p.74). Por outro lado, conforme perceberemos no decorrer da dissertação, as unidades produtivas lançam mão ainda da renda diferencial II que “é oriunda dos investimentos de capital no solo para melhorar a sua produtividade e/ou localização” (p.75).

Nota-se que uma estratégia para venda de propriedade, em Mato Grosso do Sul, tem sido justamente a localização, ao passo que tem sido constante associar a propriedade a sua localização e, nesse sentido, apontar para a possibilidade de arrendamento das mesmas terras para unidades produtivas construídas na área ou em fase de constituição, o que, de fato, implica maior valorização, pois, teoricamente, é investimento para o comprador e, conseqüentemente, auferimento de lucros em curto período⁹⁷.

Vale ressaltar, no entanto, que tal posicionamento não é compartilhado por Paulo Aurélio Vasconcelos (Sindal), o qual nos alegou que o preço da terra independe da proximidade das usinas, porque o padrão de remuneração é estabelecido pelo Consecana, que, com base no ATR, paga mais ou menos ao proprietário rural. Contudo, não podemos negligenciar o fato de as áreas mais visadas serem as localizadas na porção meridional de Mato Grosso do Sul, as quais são comprovadamente as mais férteis.

Conforme temos apreendido em diversos momentos da pesquisa, uma das transformações que podem acontecer em decorrência do arrendamento de propriedades rurais em Mato Grosso do Sul é o empobrecimento de proprietários e produtores rurais, que, devido à sedução pela proposta de ganho fácil, arrendam a totalidade de suas terras, mediante contratos em geral longos, podendo chegar a 14 anos. Isso é interessante para os empresários, dadas as características do solo, mas, do ponto de vista dos donos da terra, pode configurar uma armadilha, podendo este se arrepender do negócio tendo, então, que arcar com grande prejuízo. Além disso, muitos proprietários recebem adiantado os rendimentos da usina, podendo culminar, caso não se re-invista novamente em fatores de produção, em posteriores endividamentos.

Segundo o agrônomo da Secretária da Agricultura de Dourados, a soja não ofereceria tamanho risco, embora nesse momento seja menos lucrativa que a cana-de-açúcar. Por outro lado, a tendência é de que ocorra crise no cenário agrícola, pois ela atrai produtores cujos investimentos se fixam na área enquanto os empresários

⁹⁷ Esse aspecto pode ser apreendido de forma bastante precisa nas imobiliárias de terras espalhadas pelo país e, particularmente, as sediadas no Mato Grosso do Sul, na medida em que os anúncios promovidos pelas mesmas são carregados de ralações entre a sua localização, a fertilidade da terra e o processo de expansão da cana-de-açúcar no Estado.

canavieiros não são dessa natureza.

Vale ressaltar o depoimento de Elio Ângelo Coelho (2007, p.02), Secretário Municipal de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico Sustentável de Batayporã, sobre a expansão da cana-de-açúcar no Estado:

Eu acho que não seria nenhum Eldorado. Eu vejo dessa forma, mas, por outro lado, do lado político-social é interessante, e de uma maneira ou de outra vai estar gerando mão-de-obra. Você entendeu? Vai movimentar o comércio, vai movimentar diversos setores que então trazem benefícios. Uma outra vantagem que eu tenho visto da cana na nossa região, ela está sendo um produto de diversificação, isso porque nós estamos muito naquele binômio boi-grão. Então, quer dizer, a cana entrou, ela, a partir do momento que ela entrou, ela já criou, ela já mexeu com o agronegócio do lugar, quer dizer, o grão valorizou, o boi valorizou. Quer dizer, é aquele sistema da oferta e da demanda, ou melhor, da procura, quer dizer, você tem menos produto, conseqüentemente, a coisa boa para região e para os próprios produtores que hoje têm mais um produto para tá brigando aí. Eu acho isso aí interessante. Por outro lado, tem aquela polêmica da questão ambiental, eu acho que faltava mais algum estudo sobre a nocividade ao solo, que está muito atrás das cortinas ainda. Então, como todo negócio que impacta no lugar tem seus prós e seus contra, e não tem aquele negócio de achar que isso aqui é a salvação.

Vê-se, pelo depoimento do entrevistado, que a expansão da cana-de-açúcar se mostra impactante sobre a área de abrangência, pela qual se espacializa e provoca o que denominamos reordenamento territorial, bem como acarreta desconfiância em uma parcela dos atores políticos direta e indiretamente atingidos quanto ao seu real custo-benefício para o conjunto da sociedade.

Destarte, as transformações de grande vulto que têm ocorrido no campo brasileiro estão repercutindo diretamente tanto na estrutura produtiva como nas relações de trabalho. Os rebatimentos das alterações instituídas no processo produtivo materializam-se, pois, na exploração do território pelo capital a partir de relações de dominação e controle sobre o trabalho que, ao mesmo tempo em que determinam os níveis de sua reprodução ampliada, também referenciam a reação dos trabalhadores, os quais, segundo Marx (2006, p. 66), “transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador”.

Contudo, conforme nos lembra Dias (2003, p.46), “a história sob o capitalismo aparece como a história natural do capital, das técnicas, da produção, nunca do trabalho”.

Sendo assim, podemos afirmar que, concomitantemente ao fluxo de capitais, há direcionamento de investimentos, preferencialmente para determinadas áreas mais competitivas e promissoras economicamente. Fato este que está atrelado ao acirramento de uma política de incentivo à exportação dos subprodutos da cana-de-açúcar e ao investimento em produtos diferenciados como a cana-de-açúcar e o açúcar orgânico e, ainda, aos novos referenciais tecnológicos e ambientais, como a certificação ambiental, os projetos voltados para o melhoramento genético, a co-geração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar e o seqüestro de carbono. Nesse caso, temos que concordar com Chesnais e Serfati (2003, p.05), quando apontam que o capital transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou a degradação de recursos, como a água e o ar, em 'mercados', isto é em novos campos de acumulação.

De acordo com dados fornecidos pelo governo federal, as exportações do agronegócio no Brasil registram, no período de 2002 a 2006, crescimento de 99%, apesar da crise nas duas últimas safras. Conforme dados da Secretária de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Ministério da Agricultura, as vendas externas do setor aumentaram de US\$ 24,8 bilhões para US\$ 49,4 bilhões nesses 4 anos. Contudo, é preciso não esquecer de que esse capital está concentrado nas mãos de uma minoria.

Vejam os principais destinos do açúcar e do álcool brasileiro, conforme informações disponibilizadas pela Unica (Quadros 8 e 9).

Quadro 8: Exportações Brasileiras de Açúcar por País de Destino – 2007 (Milhares de Toneladas)

Ordem	Países	2007
1.	Federação da Rússia	4.197,2
2.	Emirados Árabes Unidos	1.283,4
3.	República Islâmica do Irã	1.133,0
4.	Nigéria	1.119,4
5.	Arábia Saudita	1.072,3
6.	Argélia	927,6
7.	Malásia	919,1
8.	Canadá	854,8
9.	Egito	722,3
10.	Marrocos	656,7

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior- Secex/ ÚNICA (2008).
Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008).

Através da leitura do Quadro 8, verifica-se que os maiores compradores do açúcar produzido no Brasil se localizam no continente asiático e africano, respectivamente, sendo que a Rússia é justamente o mais significativo importador dessa mercadoria.

Por outro lado, no tocante ao álcool, conforme demonstra o Quadro 9, nota-se a preponderância de países americanos, seguidos pelos demais continentes. Vê-se que, em primeiro lugar, encontram-se os EUA, que são os maiores produtores de álcool provindo do milho, que são também grandes investidores nesse produto no Brasil.

Quadro 9: Exportações Brasileiras de Álcool por País de Destino – 2007 (Milhões de Litros).

Ordem	Países	2007
1.	Estados Unidos	849,7
2.	Países Baixos	800,9
3.	Japão	367,2
4.	Jamaica	312,1
5.	El Salvador	226,8
6.	Costa Rica	172,2
7.	Trinidad e Tobago	160,5
8.	Suécia	128,5
9.	Nigéria	124,2
10.	Coréia do Sul	67,4

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior- Secex/ ÚNICA (2008).
Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008).

Em relação aos principais compradores da produção de Mato Grosso do Sul, no contexto nacional, destacam-se os Estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, mediante transporte rodoviário, uma vez que o consumo dentro do próprio Estado é pequeno diante da produção.

Embora se verifique a presença de áreas mais requisitadas pelo capital agroindustrial canavieiro, tendo em conta a logística requerida pelo setor produtivo, em particular a concentração industrial e a magnitude do mercado consumidor, deve-se considerar, no caso da expansão da atividade canavieira para o Centro-Oeste, a contradição entre a modernidade das relações de produção, de um lado, e a precariedade nas relações de trabalho de outro⁹⁸.

Se nessa região esse fato se fortalece e se amplia, nas áreas tradicionalmente produtoras da matéria-prima e do processamento agroindustrial não é diferente, embora percebamos que, nas áreas tradicionalmente produtoras da cana-de-açúcar, incidem com maior rigor sistemas de fiscalização que forçam os usineiros à “andar na linha”, pelo menos aparentemente, já que os mesmos sempre encontram formas de burlar a fiscalização, sem, no entanto isto ser facilmente diagnosticado pelo Estado.

⁹⁸ Sobre este aspecto, conforme pudemos verificar em entrevista realizada junto à Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, através do professor Maucir Pauletti (UCDB/Campo Grande), é visível nas usinas e destilarias de Mato Grosso do Sul o descumprimento das relações de trabalho, as péssimas condições de trabalho e de qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos, mesmo sendo um objetivo da comissão denunciar tais situações de abuso à dignidade humana.

Esse aspecto é ressaltado por Pauletti (2007, p. 04), ao chamar a atenção para a relação entre o número de fiscais necessários e o conjunto de atividades produtivas que necessitam ser fiscalizadas no Mato Grosso do Sul:

Nós não temos fiscais, nós não temos, hoje. Nós saímos, nós precisaríamos de no mínimo 50 fiscais, porque não é só usina, nós temos aqui 5 siderúrgicas se instalando, cada siderúrgica dessa precisa, no mínimo, de 50 mil hectares de eucalipto e eles não estão plantando. Vão começar a derrubar a mata do pantanal, vai virar um caos isso aí, então [...] Mas, veja bem: como não há fiscalização, o pessoal tá [...] Como não tem muito plantio, eles vão precisar do eucalipto, e vão para as áreas verdes, aí aquece a demanda [...]

O entrevistado resalta também que a dificuldade de fiscalização é ainda maior nesse momento de transição entre a aprovação dos projetos agroindustriais e a área de instalação, bem como do mapeamento das áreas de plantio da cana-de-açúcar. Vejamos um trecho do seu depoimento:

Às vezes, onde está montando a indústria, você vai lá e é barrado. É 20-30 km 40km, a cana é levada sem controle. Então, essa é uma situação que causa muita preocupação. Nós chegamos em uma fazenda [...], encontramos 150 trabalhadores sem registro, porque não existe usina, não existe local, então a fiscalização... O que o pessoal faz nesse período de transição de plantio [...], o Estado dá uma série de subsídio [...] Mesmo o pessoal da indústria, pra você treinar, agora que começa o primeiro ensaio, os primeiros do Estado. Na verdade, nós estamos sendo matéria de aluguel (ibidem).

A referida situação é ainda particularmente complicada do ponto de vista da fiscalização, quanto às áreas de expansão, na medida em que estas nem sempre são de fácil acesso e localização, tornando-se um meio propenso a irregularidades. Inclusive, para Pauletti (2007), algumas áreas são apropriadas pelo capital de forma premeditada, tendo em vista as dificuldades de acesso.

Ao questionarmos sobre a identificação da empresa, nos casos em que a fiscalização chega ao local da denúncia e encontra trabalhadores em situação irregular, Pauletti (2007, p.05) comenta a dificuldade dos mesmos revelarem quem são os responsáveis, já que ninguém quer se comprometer. Vejamos o depoimento do referido entrevistado:

E qual é o discurso deles, a alegação?

Estão terminando, é só este pedacinho aqui [...], quer dizer, esta mão-de-obra é toda terceirizada... Quer dizer, eles criam as chamadas agrícolas porque a usina é uma coisa e é como se aí tem um lance de pagar menos impostos e, então, todas elas criaram as chamadas empresas agrícolas [...] A empresa agrícola que contrata, e aí muitas vezes eles superlotam as instalações e se a fiscalização chega eles pagam, e se não chegam eles não pagam, e aí, no plantio, como o processo demora de 3-4 anos para ficar pronto, a instalação completa da usina, e aí eles pegam 300 homens e plantam isso 40-50 minutos, eles preparam toda a terra, terceirizam o plantio [...] quem está prestando o serviço? Eu não sei.

Portanto, verificamos o quanto é complexo o diagnóstico e a própria punição da empresa, mesmo quando ela é localizada, ou seja, existem mecanismos múltiplos de controle do capital e conseqüente subordinação dos trabalhadores envolvidos no processo de produção, sendo que a criação das “empresas agrícolas” se configuram como uma das mais usadas pelo capital.

Aliás, para Mézáros (1989, p. 52), “a crescente equalização das taxas diferenciais de exploração como tendência geral do desenvolvimento do capital mundial” é uma lei fundamental que por sinal não são alteradas pelas taxas de exploração e de lucro, embora “no interior do círculo do capital, negador da historicidade do trabalhador, o trabalho parece não ter vida própria” (DIAS: 2003, p.46).

No plano internacional, é flagrante a importância que o Brasil assume em relação à produção canavieira, ao passo que o país é o maior produtor mundial da matéria-prima e, conseqüentemente, o mais expressivo exportador de açúcar e álcool, mediante o consorciamento de alta tecnologia e formas renovadas de controle e gestão do processo de trabalho à base de práticas regressivas, para garantir os ganhos de produtividade e demais vantagens comparativas.

Marx (1987, p. 584) explica a ação do capital sobre o trabalho, lembrando-nos que “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia”, sendo que “o trabalhador não produz para si, mas para o capital”.

Nesse quesito, isto é, em relação à produtividade da cana-de-açúcar, no Brasil, podemos apreender suas características principais (Tabela 8).

Tabela 8: Evolução da Produtividade da Cana-de-açúcar no Brasil

Safras	Produção	Rendimento
	Milhões de toneladas	Toneladas/hectares
2006/07	457,98	74,05
2005/06	419,56	72,83
2004/05	416,26	73,88
2003/04	389,85	72,58
2002/03	363,72	71,31
2001/02	344,28	69,44
2000/01	325,33	67,51
1999/00	331,71	68,41
1998/99	338,97	68,18
1997/98	337,20	69,10
1996/97	325,93	67,52
1995/96	303,56	66,49
1994/95	292,07	67,23
1993/94	244,30	63,24
1992/93	271,43	64,61
1991/92	260,84	61,94
1990/91	262,60	61,49
1989/90	252,29	62,02
1988/89	258,45	62,78
1987/88	268,58	62,31
1986/87	238,49	60,44
1985/86	246,54	63,22
1984/85	241,39	62,55
1983/84	216,45	62,16
1982/83	186,38	60,47
1981/82	153,78	54,86
1980/81	146,23	56,09
1979/80	139,27	54,79
1978/79	129,06	54,04
1977/78	120,01	52,93
1976/77	102,77	49,43
1975/76	88,92	46,82

Fonte: IBGE (2007).

Org.: AZEVEDO, J.R.N. DE (2007).

A produtividade⁹⁹ vem crescendo nas últimas três décadas, baseada na ampliação da área plantada/colhida de cana-de-açúcar no país e, conseqüentemente, no aumento da produção da matéria-prima, expressa a partir da incorporação de novas áreas não tradicionalmente produtoras da matéria-prima em questão.

Esse cenário, portanto, deve ser observado tendo em vista o emprego de técnicas que permitiram o aprimoramento das relações de produção pelas empresas agroindustriais canavieiras e, fundamentalmente, através dos mecanismos coercitivos destas mesmas, as quais impõem sobre a classe trabalhadora um “fardo” de obrigações para se alcançar um salário capaz de responder pelas necessidades imediatas do trabalhador e sua família que, vistos no contexto histórico marcado pelas transformações, permitem-nos apreender que os trabalhadores, ao se emanciparem, “só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus

⁹⁹ Segundo Marx (1987, p. 702), “com a produtividade do trabalho aumenta a quantidade produzida em que se corporifica determinado valor e, portanto, dada magnitude de mais valia”.

meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam a sua existência” (MARX, 1987 p. 830).

Assim, se por um lado o setor é importante, do ponto de vista da economia, sobretudo para a geração de renda e empregos para os trabalhadores, por outro lado, representa a personificação de práticas descumpridoras de acordos trabalhistas e da legislação em vigor, tais como os expedientes que consomem os casos de superexploração do trabalho, formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, a utilização de mão-de-obra indígena na atividade canavieira, em usinas de Mato Grosso do Sul¹⁰⁰. Ou mesmo quando atentamos para as carvoarias espalhadas pelo referido Estado, as quais, conforme diversas entidades apontam¹⁰¹, são pontos centrais de exploração do trabalho¹⁰².

Para Kudlavicz, Mota e Camacho (2007, p.15), desde meados dos anos 1980, algumas unidades processadoras de Mato Grosso do Sul já apareciam em denúncia de exploração do trabalho:

A comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso do Sul já em 1984 denunciava a “escravidão Branca” na Debrasa, município de Brasilândia, através do Boletim Vida Diocesana de Três Lagoas (Vida Diocesana, agosto de 1984). A empresa, segundo a CPT, se utilizava inclusive da coação armada praticada por jagunços que tinham a tarefa de “acalmar os descontentes e o rio Taquarussu serve como “geladeira” (grifo deles) para esfriar as cabeças quentes”.

Tais mecanismos de coerção utilizados pelos usineiros devem ser apreendidos num contexto em que, segundo diversos entrevistados durante a pesquisa, eram feitas vistas grossas à precarização do trabalho, ao passo que as relações de poder eram ainda mais ferrenhas, dado que a mobilização dos organismos de proteção aos trabalhadores, tais como os sindicatos, eram praticamente inexistentes, além da própria dificuldade de fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e demais órgãos competentes.

Nesse cenário, não podemos omitir caso semelhante ao ocorrido em Brasilândia, porém desta feita relativo ao município de Nova Andradina, onde,

¹⁰⁰ A esse respeito, Ribeiro (2001) retratou o caso específico da usina Debrasa, situada em Brasilândia (MS), pertencente ao grupo J. Pessoa, um dos maiores grupos agroindustriais canavieiros do país, conforme veremos adiante.

¹⁰¹ Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs), Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB) etc.

¹⁰² Sobre este assunto, ver a dissertação de Pereira (2007), abordando a relação capital x trabalho nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, com destaque para o município de Ribas do Rio Pardo (MS).

conforme relato de antigo morador da área¹⁰³, nos princípios da territorialização da unidade Santa Helena, aos trabalhadores (por questões trabalhistas) e proprietários rurais (posse da terra roubada, já que muitos não tinham escritura da área – posseiros) resistentes ao empreendimento era reservada a “Lagoa do Sumiço”, a qual não por acaso recebeu essa alcunha.

Outros exemplos podem ser lembrados por Kudlavicz, Mota e Camacho (2007, p.15), que chamam a atenção para o seguinte fato:

No ano de 1991 no Estado do MS ocorreram ações violentas contra trabalhadores da cana denunciados pela CPT nas usinas de Cachoeira e na Usina Passa Tempo no município de Rio Brillhante, com assassinatos de cortadores de cana (Diário da Serra, 29/08/91). Anteriormente a DRT (Delegacia Regional do Trabalho) já havia constatado que a destilaria Cachoeira mantinha trabalhadores em condições de semi – escravidão, motivando inclusive a criação de uma CPI na assembléia legislativa para averiguar as condições de alojamento e trabalho deste segmento social “in loco”. (*Diário da Serra*, 14/09/91).

Depreende-se disso a circunstância de a exploração do trabalho ser antiga, no Estado do Mato Grosso do Sul, bem como o conflito capital x trabalho na atividade canvieira. A respeito desse problema, envolvendo as antigas unidades produtivas do Estado, tem-se um extenso material para consulta em Campo Grande, onde visitamos em trabalho de campo, em meados de julho de 2007, mostrando, em um acervo rico, com recortes de jornais, revistas, fotos etc., os diversos conflitos entre capital x trabalho não exclusivamente na cana-de-açúcar, mas também em relação às carvoarias.

Sobre tais aspectos, é digna de nota matéria do *Jornal MS* de 16 de novembro de 2007, que demonstrou auditoria realizada na Debrasa, em Brasilândia, na qual foram encontradas novamente condições degradantes de trabalho, como, por exemplo, falta e precariedade dos EPIs, atraso de pagamento de funcionários, problemas no recolhimento do FGTS dos mesmos, condições de insalubridade nos alojamentos – isto é, falta de ventilação, forte odor, falta de higiene etc. –, transporte precário, caldeiras da indústria sem sistema de combate a incêndios, poluição sonora na planta fabril acima do normal, transporte do bagaço da cana-de-açúcar realizada de

¹⁰³ Nesse caso, preferimos preservar a identidade do entrevistado, o qual conhecemos eventualmente, em um trabalho de campo feito em Glória de Dourados, onde o mesmo tem parentes. Vale ressaltar o fato de o informante, após meados da década de 1980, ter-se mudado para o sul de Mato Grosso do Sul, onde não se acostumou, situação essa que o levou a procurar emprego no Estado de São Paulo, onde se instalou definitivamente.

maneira inadequada, o que acarretou mais de 120 autos na referida empresa, ultimamente, além do que se constatou o uso de agrotóxicos de forma perigosa.

A empresa foi interditada até resolver as pendências, sendo solicitada a rescisão indireta dos 800 trabalhadores que se encontravam no local, provindos de quatro aldeias do sul do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como interdição do alojamento, além de outras sanções. Interessante notar que o advogado da Debrasa destacou que a empresa passa por dificuldades financeiras, no entanto, esta faz parte do grupo José Pessoa, proprietário da CBAA, que se formou na segunda metade da década de 1980, a partir da usina João de Deus, em Alagoas, sendo que atualmente detém sete unidades produtivas de açúcar e álcool, no Brasil¹⁰⁴.

Devemos lembrar que agendamos visita junto à referida unidade de produção, mas, na data marcada, não fomos atendidos, o que implicou nossa visita apenas à área agrícola da empresa.

É relevante observar o depoimento de Pauletti (2007, p.06/7), o qual nos colocou a sua impressão em relação à unidade produtiva de Brasilândia, ao inquirirmos sobre as unidades antigas instaladas no Estado de Mato Grosso do Sul:

Brasilândia é nosso calcanhar de Aquiles, em que pese o seu tamanho, alojamento é zero, a forma como lidam com os trabalhadores é zero.

– Mesmo depois de tantas denúncias...

– Mesmo tantas denúncias, tantas multas, talvez o relatório que foi feito recentemente, há uns 15 dias, por um grupo de fiscalização [...] e a situação que nós tínhamos lá em 90-91 não mudou nada.

A Debrasa, atual CBAA – Brasilândia, foi adquirida em 1991 pelo grupo J. Pessoa, mas sua trajetória remonta a fins da década de 1970, auge do Proálcool, assim descrita por Ribeiro (2001, p.305):

Com tantas facilidades, somatória de interesses políticos do Estado e de empresários de expressão e atuação local/regional e nacional, entra em cena o projeto de um proprietário de terras da região de Brasilândia, o Sr. Arthur Hoffig, que pretendia a instalação de uma unidade agroindustrial à base de álcool carburente. Um proprietário de terras cuja influência corroborou na fundação de Brasilândia, município em 1963.

¹⁰⁴ São unidades do grupo: CBAA - Brasilândia (Debrasa) - Brasilândia/MS; CBAA – Sidrolândia/MS; CBAA – Icem/SP; Everest – Penápolis/SP; Benálcool Açúcar e Álcool – Bento de Abreu/SP; CBAA Japoatã – Japoatã/SE; CBAA – Campos de Goytacazes/RJ.

É nesse contexto que é efetivada a sua constituição, através da “associação do Sr. Hoffig ao grupo Lamartine Navarro Júnior”, em 1978, com a primeira safra comercial em 1983, a partir da produção de 23 milhões de litros de álcool. Assim, neste caso em particular, temos a incorporação de consórcios com a usina Santa Elisa S/A, Zanini S/A, e, posteriormente, do grupo José Pessoa que, conforme esclarece Ribeiro (2001, p.307), desde 1992 detém o controle majoritário da empresa, sendo “definida a participação dos acionistas: com 95% das ações, J. PESSOA DE QUEIROZ & CIA LTDA.; representando 3% destas: José Pessoa de Queiroz Bisneto, e, com 2%, Rosa Maria Lyra Pessoa de Queirós”.

Queremos salientar, nesse sentido, que o presidente da CBAA, José Pessoa de Queiroz Bisneto, neto do usineiro José Queiroz de Pessoa, que desponta como um dos mais expressivos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Brasil, que, por sinal, entre outras “funções”, no âmbito do agronegócio canavieiro, destaca-se como presidente do Sindal/MS, vice-presidente do Sindaçucal/SE, da FIEMS, diretor do Sindaaf/RJ, conselheiro da Alco, da Unica, do Instituto Ethos de Ética e Responsabilidade Social Empresarial, da ONG Junior Achievement de Protagonismo Juvenil, sócio da fundação Abrinq etc.

Esse homem vem demonstrando uma verdadeira teia de relações que dão suporte ao agronegócio, que, apesar da sua natureza predominantemente exploratória, na medida em que está ligado a entidades de Estado, de classe, filantrópicas ou não, mascaram as suas ações reais sobre trabalhadores e trabalhadoras envolvidas com a atividade canavieira no Brasil.

Conforme Thomaz Júnior (2002, p.119-120):

Os empresários sucroalcooleiros lançam-se a um outro nível de enfrentamentos e disputas, mais diretamente ligados ao setor econômico no qual estão inseridos. Em consequência, delinearão-se por todo o país formas específicas de organização dessa fração do capital agroindustrial, agora sob a referência da multifiliação, na tentativa de unificar interesses entre diversas entidades, não excluindo, pois, as relações formais em nível das entidades sindicais com as demais instâncias de organização.

A título de exemplo, devemos lembrar que, em se tratando dos novos projetos de agroindústrias em consecução no Estado de Mato Grosso do Sul, foram encontrados 222 trabalhadores em condições precárias de trabalho, na Fazenda Ribeirão, numa operação conjunta realizada pelo MPT, SRT e PMA, em abril de 2008,

na usina Iaco Agrícola de Chapadão do Sul.

De acordo com matéria publicada pelo Jornal *Dourados News*, em 28 de abril de 2008, os trabalhadores eram migrantes arregimentados principalmente nos Estados de Piauí, Maranhão, Alagoas, Pernambuco e Mato Grosso, o que, aliás, reflete a realidade das migrações em curso para as demais unidades produtoras de açúcar e álcool do Mato Grosso do Sul.

A respeito da situação encontrada na ocasião, o Procurador do Trabalho, Cícero Rufino Pereira, revelou que “as condições de trabalho na fazenda Ribeirão eram péssimas e havia irregularidades trabalhistas graves como a terceirização ilegal, por meio de empreiteiros, subempreiteiros ou ‘gatos’”¹⁰⁵. Além desses aspectos mencionados, com base nas informações do MPT, é possível notar que os trabalhadores não tinham atendimento de saúde pela usina, ficavam em alojamentos em condições precárias, além de reclamarem quanto à insuficiência alimentar.

Dos 222 trabalhadores envolvidos, 128 foram retirados da fazenda e os outros 94 permaneceram, após a regularização de sua situação na empresa, isto é, “anulação dos contratos ilegais firmados com os ‘gatos’, a regularização dos contratos, com anotação retroativa na carteira de trabalho e o pagamento de todas as verbas rescisórias”¹⁰⁶.

Tal situação dista, entretanto, daquela apontada por Paulo Aurélio Vasconcelos, gerente-executivo do Sindal/MS, que sustentou: “Não existe em nosso Estado aliciamento de trabalhadores, o que há é carteira assinada, alojamento ou casa alugada na cidade, alimentação garantida com administração paga pela usina e com fiscalização do MPT”¹⁰⁷. Concordamos, de fato, com a maioria das situações descritas, mas discordamos de maneira absoluta sobre a questão relativa ao aliciamento, além de duvidar da qualidade e abrangência dos demais elementos, uma vez que constatamos outra realidade, a partir dos trabalhos de campos e entrevistas realizados. Em outras palavras, poderíamos afirmar, nos casos que envolvem alojamento e a alimentação dos trabalhadores, a precarização e o descaso das condições em que se realizam tais serviços.

Contrapondo às inúmeras situações em que observamos uma verdadeira lentidão, no momento de apurar os fatos, seguida pela não punição dos empresários envolvidos com a exploração do trabalho, no país, assistimos, em julho de 2008, à exclusão das empresas do grupo José Pessoa do pacto contra a escravidão, porque

¹⁰⁵ Conforme o *site* <http://www.pgt.mpt.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2008.

¹⁰⁶ Para maiores esclarecimentos, consultar o *site*: <http://www.douradosnews.com.br/leitura.php?id=10138>. Acesso em: 29 abr. 2008.

¹⁰⁷ Conforme entrevista realizada em 18 de junho de 2007.

ocorreu a reincidência de trabalho degradante, sendo que, desta vez, foram flagrados trabalhadores submetidos à servidão por dívida em Icém/SP, sob a responsabilidade da empresa Agrisul.

Nesse sentido, poderíamos sintetizar, assumindo que, num dos setores considerados mais modernos do agronegócio, no Brasil, são usuais as formas de dominação do capital sobre o trabalho, as quais repercutem diretamente na precarização das relações de trabalho, nos baixos salários, no descumprimento das leis trabalhistas e dos acordos coletivos, nas experiências de trabalhadores escravos ou em formas análogas.

Aliás, essa é uma preocupação do presidente do STR de Nova Andradina, Adilson Remelli, que, em entrevista realizada em 18 de março de 2008 (por *e-mail*), frisou que, embora acredite que a expansão canavieira no Mato Grosso do Sul seja “muito boa”, tem um indisfarçável temor:

Virar monocultura e desemprego em massa, devido á mecanização, preocupação quanto à questão de terceirização de serviços das destilarias, trabalhadores ficando à margem de empresas fantasmas, numa escravidão legalizada e muito discreta.

O sindicalista ressaltou, em sua fala, as condições de trabalho a que estão expostos os trabalhadores, e alegou ser preocupante justamente a terceirização dos trabalhadores, que, segundo Boito Júnior (1999, p. 51), se revela uma “prática que permite que o conjunto da burguesia tenha acesso, democraticamente, à exploração sem freios dos trabalhadores”, ou seja, as empresas capitalistas fazem uso da redução de custos sociais e dos próprios direitos sociais da massa de trabalhadores.

No caso do setor canavieiro, Remelli (2008, p.01) enfatiza:

Nas empresas que contratam diretamente, como a Santa Helena, são boas, mas a preocupação é de fazendeiros que plantam a cana para vender às destilarias, acabam contratando empresas de prestação de serviços, colocam em uma casa na cidade, amontoados, terminam os serviços, as empresas somem e você não as vê [...]

Nesse caso, é digno de nota o fato das contratações de trabalhadores por parte dos fornecedores de cana-de-açúcar, na medida em que os mesmos, sendo responsáveis pelos tratos da lavoura e posterior entrega da matéria-prima para a unidade processadora, procuram repassar as obrigações a terceiros, conhecidos como

prestadores de serviços, sem considerar para tanto a qualidade das relações de trabalho, ou melhor, o cumprimento das regulamentações necessárias, o que, na verdade, é um “prato cheio” para a ocorrência de infrações trabalhistas.

2.2. Exemplos de Formas Degradantes de Trabalho no Mato Grosso do Sul

Pudemos constatar, por meio de vários Trabalhos de Campo, nos meses de outubro e dezembro 2007, na porção sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul, outros exemplos de exploração do trabalho, tal como identificamos no trecho que liga Bataguassu a Santa Rita do Pardo, onde se encontravam trabalhadores indígenas, alojados em péssimas condições em um antigo posto abandonado, que foi alugado para abrigar tais trabalhadores pelo grupo Itamarati¹⁰⁸, particularmente para desenvolver atividades de plantio e colheita de mudas para expansão dos canaviais da usina Itaguassu, sediada no município de Bataguassu.

A propósito, nesse sentido, devemos mencionar a entrevista realizada com a Sra. Sueli, ex-moradora de Anaurilândia, a qual se mudou para o município de Bataguassu “iludida” pela propaganda local de “progresso e desenvolvimento” na área, em razão da instalação da agroindústria. Conforme o seu relato, a entrevistada conseguiu ocupação na produção de marmitejão junto a um estabelecimento comercial do município de Bataguassu, que fornecia a alimentação para os trabalhadores, sendo que, apesar de relatar o seu zelo e higiene com a confecção da refeição, isso não alcançava o dia-a-dia dos trabalhadores, dado o descompromisso dos encarregados, o que implicava a qualidade da comida, pois a mesma “costuma chegar azeda, tem casos de se encontrar até bigatos na comida dos pobres coitados que são empregados porque são ótimos trabalhadores, pois não reclamam da situação,

¹⁰⁸ O referido grupo, que surgiu em 1980 e fez sua primeira safra em 1983, a partir da sua unidade sediada em Olímpia/MT, está em franca expansão dos seus negócios na seara canavieira, o que é revelado pelos investimentos em curso no Estado de Mato Grosso do Sul, a exemplo das unidades de Bataguassu e Nova Alvorada do Sul. Isso não condiz, contudo, com a anunciada crise financeira por que passa o grupo, que tem por proprietário Olacyr de Moraes, dono de uma das maiores fortunas do país, conforme assinala M. Andréa., em artigo intitulado “Império à venda”, publicada pela *Revista Isto é*, em 7 de agosto de 1996. Para mais detalhes, consultar o site <http://www.terra.com.br/istoe/economia/140132.htm>. Já em relação à atual gestão do grupo Itamarati, que está sob a coordenação de Marcos de Moraes, é interessante ver matéria publicada pela *Revista Isto é* de 1º de dezembro de 1999, assinada por A. Asséf, intitulada “Herdeiro playboy já era”, que pode ser encontrada no site <http://www.zaz.com.br/istoe/economia/1999/11/26/000.htm>.

recebem muito pouco e trabalham mais que qualquer outro trabalhador branco”.

Vimos, nesse caso, que “o trabalho ao invés de um dever transformou-se em direito, e como ele não pode ser garantido a todos, tornou-se um privilégio” (SINGER, 2006, p. 76).

Esse exemplo comprova aquilo que Pauletti (2007, p.02) havia nos adiantado, em entrevista realizada sobre as relações de trabalho, ou seja, as condições a que estão submetidos os trabalhadores, a precariedade dos alojamentos etc.

[...] eles estão vindo por conta própria, a gente sabe que não é por cota própria, já vem com destino certo. E isso tem assustado, são situações que nós temos no mínimo de acertar para ver o que a gente vai fazer aqui para... na questão dos espaços físicos, alojamento, infra-estrutura [...] os alojamentos são feitos para o calor e este ano está fazendo muito frio e eles estão com uma série de problemas por conta de falta de infra-estrutura, estas usinas que estão se instalando elas não têm barracão [...] não têm nada.

Tal aspecto denota ações que é comum encontrar pelo território sul-mato-grossense, isto é, a utilização de relações de trabalho precárias, encimadas na força de trabalho (des)qualificada do ponto de vista empresarial, tendo em vista a sua formação para o trabalho inexistente nos moldes do capitalismo, mas que está em pleno vigor em se tratando de formas de exploração existentes no próprio bojo do modo de produção capitalista, que se ancora em formas acessórias de produção.

A propósito, lembramos uma observação de Singer (2006, p.29), a respeito da denominada precarização do trabalho, a qual “inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições”.

Assim, devemos ressaltar, amparados em Thomaz Júnior (2007, p. 7), que “nem a precarização do trabalho nem o desemprego são mais circunstanciais, devendo ser explicados pelo elemento estrutural do metabolismo do capital, que é sua lógica destrutiva”.

Nessa trama, faz-se necessário destacar o embate capital x trabalho, que reflete a luta de classes existente na sociedade, expressa constantemente por meio dos conflitos na seara canavieira, e que tem demonstrado uma luta sem precedentes entre os empresários e os trabalhadores, cujo foco central são as condições de trabalho, com repercussões diretas na forma de remuneração, a qual ainda se baseia

na produção, ou na quantidade de cana cortada.

A referida forma de remuneração, a nosso ver, é uma maneira de agressão consentida dos trabalhadores, pois os mesmos aceitam essa condição como possibilidade de obter maiores rendimentos, mesmo porque o piso do cortador de cana-de-açúcar, no Mato Grosso do Sul, segundo a convenção coletiva do trabalho, por exemplo, é de 430,00 o que, de fato, não dá para cobrir as necessidades de um pai de família que geralmente depende de aluguel. Na mesma medida, temos o caso dos trabalhadores em usinas que, com exceção dos cortadores de cana-de-açúcar, possuem piso atualmente de R\$475,20¹⁰⁹.

Nesse contexto, não podemos omitir nossas atenções para o fato de que as denominadas convenções coletivas são estabelecidas segundo o Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal de 1988 e que, conforme o artigo 611 da CLT, a mesma “é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho”.

É incrível notar que, apesar de a categoria possuir um piso salarial equivalente a praticamente um salário mínimo, alguns empresários que contatamos, apontaram perdas significativas devido ao baixo rendimento dos trabalhadores que não alcançam a meta mínima, sendo a empresa obrigada a bancar os mesmos, provocando prejuízo para a agroindústria; tal fato, no entanto, não condiz com a realidade, uma vez que, conforme os entrevistados, essa situação só ocorre quando o trabalhador ainda não sabe cortar a cana-de-açúcar, geralmente nas primeiras semanas, sendo a dificuldade, nesses casos, passageira, já que “o cortador pega o jeito ligeiro, porque precisa ganhar mais¹¹⁰”.

A impressão que temos, nesse caso, sobretudo quando consideramos a chamada “oferta de emprego”, é como se “o emprego fosse alguma dívida que a firma faz ao empregado” (SINGER, 2006, p.12), quando, na verdade, o trabalhador é que é o vendedor da força de trabalho.

A situação parece mais grave quando atentamos para as repercussões dessa forma de pagamento e verificamos, conforme dados da CPT¹¹¹ e da Pastoral do

¹⁰⁹ É preciso destacar que os trabalhadores tiveram aumento de 9,09% sobre o seu rendimento anterior à Convenção Coletiva 2007/08, que era de 435,60. Segundo a referida Convenção Coletiva, as horas-extras trabalhadas terão acréscimo de 70% no decorrer da semana (segunda a sábado), 100% nos feriados e 30% no tocante ao adicional noturno. Além disso, os trabalhadores das usinas terão reajuste de 5% retroativo a 1º de maio. Também foi divulgado que os trabalhadores terão participação no lucro das agroindústrias, contudo, o percentual será definido em nível de empresa.

¹¹⁰ Conforme entrevista com Josué Soares, cortador de cana-de-açúcar há dezesseis anos, em usina paulista.

¹¹¹ Cf. www.cptnac.com.br

Migrante¹¹², que somente no período de 2005 a 2006 cerca de vinte trabalhadores morreram em decorrência do excesso de trabalho, isto é, buscando maiores rendimentos, visto que o valor pago pela tonelada de cana-de-açúcar é ínfimo e obriga os trabalhadores a se esforçarem sempre mais para obterem salários razoáveis. Na verdade, esse aspecto pode ser comprovado por estudos da CPT, segundo os quais a quantidade de cana-de-açúcar que o trabalhador corta triplicou, uma vez que até a década de 1980 o trabalhador cortava cerca de cinco toneladas da cana-de-açúcar/dia, enquanto hoje, em média, faz a derrubada de quinze toneladas, sem que isso signifique em ganhos maiores.

Em outras palavras, isso significa – segundo Mieceslau Kudlavicz, representante da CPT – que um trabalhador que, na década de 1980, cortava quatro toneladas da gramínea e recebia por tal tarefa R\$9,00, atualmente, mesmo aumentando a produtividade, recebe R\$6,88; logo, para o estudioso, trata-se de uma situação evidente:

O esforço físico mais que triplicado e o aumento da produtividade não melhoraram sua renda, mas muito ao contrário houve uma redução significativa dos seus ganhos. Esta deterioração das condições de trabalho é que tem provocado inclusive a morte de trabalhadores nos canaviais, por exaustão¹¹³.

Nesse contexto, devemos nos lembrar do artigo de Silva (2006), o qual mostra o agronegócio a partir do signo da modernidade, no qual a tecnologia está no comando e faz dos trabalhadores seres sem expressão, num cenário de riqueza, a qual se encontra sob o domínio de alguns grupos que conseguem manter o seu glamour mediante a miséria de milhões de homens e mulheres, que vêm no setor canavieiro a sua sobrevivência, pois, por falta de oportunidades – de estudo, emprego, etc. – são sujeitados ao trabalho precário dos canaviais, forçados a largar a família, amigos¹¹⁴ etc.

Conforme temos acompanhado ultimamente, o MPT tem apostado na

¹¹² Cf. www.pastoraldomigrante.com.br

¹¹³ De acordo com o *Jornal MS Notícias*, em 29/04/2008, em matéria intitulada “Cortadores trabalham triplo do que na década de 80, diz CPT”.

¹¹⁴ Nesse caso, não poderíamos negligenciar o fato de inúmeros trabalhadores reclamarem que não são bem aceitos na comunidade em que se instalam, sendo chamados pejorativamente de “baianos ou mineiros”, fato este que acaba por condicionar o seu modo de viver nas horas vagas, que se faz principalmente nos bares da cidade, onde bebem e conversam sobre a sua realidade, bem como se distraem com jogos. Devemos lembrar ainda que os trabalhadores solteiros (migrantes) são em geral mal vistos pelas “moças” da localidade, em virtude da atividade que exercem, sendo alvo de discriminação (conforme trabalhadores entrevistados em Deodápolis e Ipezal, em seu alojamento).

possibilidade no fim desse tipo de remuneração para coibir a exaustão do trabalhador e não raras mortes, diagnosticadas ou não, nos canaviais do país, o que, segundo alguns sindicalistas, causará protestos tanto do ponto de vista empresarial como do trabalho, haja vista que os primeiros não querem perder com a extração da mais-valia e com o fato de os trabalhadores receberem vencimentos inferiores as suas despesas básicas.

É nesse contexto que constatamos, recentemente, no Mato Grosso do Sul, mais precisamente no município de Iguatemi, porção sul do Estado, 409 trabalhadores rurais do corte da cana-de-açúcar em condições de trabalho degradantes, na destilaria Centro Oeste Iguatemi¹¹⁵, dos quais 150 eram indígenas, pertencentes às etnias Guarani e Terena¹¹⁶. Os referidos trabalhadores foram encontrados em alojamentos superlotados, sem acesso aos EPIs e mesmo sujeitos à compra dos mesmos, o que se configura como ação ilegal por parte da agroindústria, que é obrigada a fornecer aos trabalhadores tais equipamentos, sem contar que se encontravam num ambiente de desrespeito à NR 31, que regulamenta o ambiente de trabalho¹¹⁷, incluindo nesse aspecto desde a alimentação à forma em que se faz o transporte dos trabalhadores até o local de trabalho.

Como se não bastasse, nova ocorrência de trabalho degradante foi observada em Iguatemi, na unidade Dcoil, em agosto de 2008, na qual foram libertos 126 trabalhadores e, conseqüentemente, 48 autos de infração foram aplicados pelo MPT, tendo em vista a normalização da situação. De acordo com matéria publicada sobre o evento em questão, os trabalhadores estavam “alojados em locais sujos, dormiam no chão, em colchões que eles próprios haviam comprado e não havia água filtrada”, tendo sido recrutados nos Estados de Alagoas, Piauí e Maranhão¹¹⁸, o que de fato se revelou como uma forma de não cumprir o TAC com relação aos indígenas.

No entanto, conforme artigo publicado pelo *Repórter Brasil*, em 25 de agosto de 2008, intitulado “Usina reincidente é flagrada com 126 [trabalhadores] em condição degradante”, a empresa Dcoil busca alternativas para não enfrentar o

¹¹⁵ A empresa foi fundada em 1º de julho de 2001, por Nelson Donadel e Maria Ide de Quadros Donadel, sendo que, a partir de 2006, passou a ter sociedade com E.G. Administração e Participação Ltda., na figura de José Renato dos Santos. Vale ressaltar que Donadel é sócio-fundador da antiga Coopernavi, atual Usinavi.

¹¹⁶ Conforme entrevista com representante da FUNAI, Maria de Fátima dos S. Eberhart, é possível distinguir alguns traços da população indígena: os Terenas, que são a minoria e se conformam como os mais “espertos”; os Caiuás, que são os mais numerosos e geralmente são também os mais submissos e pouco afeitos a conflitos e, por isso mesmo, os mais atingidos pela ação dos “brancos”; e, por fim, os Guaranis, que são os que ficam numa posição intermediária entre os dois primeiros grupos indígenas.

¹¹⁷ Cf. Portaria 86 do D.O.U., publicada em 04/03/2005.

¹¹⁸ Para maiores esclarecimentos, consultar matéria intitulada “Fiscalização liberta 126 trabalhadores em Iguatemi”, publicado no *Jornal MS Notícias*, em 12 de agosto de 2008.

problema da mão-de-obra, sendo que, nesse caso, cria nova rede de exploração, a qual pode ser dimensionada a partir do trecho da matéria em questão:

A figura do gato (contratador a mando do patrão) foi substituída por um “fiscal de turma”, que ganhava um “bônus” para acionar as suas redes sociais de origem (nos estados do nordeste) com o intuito de “trazer” mais gente para labuta nos canaviais. Dessa forma, também se “desobrigavam” de garantir alojamentos nas frentes de trabalho, deixando os trabalhadores sem amparo. Sem condições de pagar por uma moradia, os cortadores acabavam em alojamentos na cidade mais próxima em péssimas condições.

Vejamos as Figuras 5 e 6, que sinalizam as condições nas quais se devem apresentar a barraca sanitária e o sistema de toldo aos trabalhadores rurais, segundo as determinações da NR 31.



Figura 5 - Barraca Sanitária indicada pela NR 31, a qual deve estar nos canaviais para uso dos trabalhadores rurais.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).



Figura 6 - Sistema de Toldo indicado pela NR 31, para refeição dos trabalhadores no campo.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

De fato, o artigo Art. 166 da CLT regulamenta:

A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual (EPI) adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

Sobre o cenário em questão, ressaltamos o fato de, entre 2005 e 2006, ter aumentado em 118% o número de acidentes de trabalho nos canaviais sul-mato-grossenses, ou seja, saltaram de 106 para 232, no período (INSS); entretanto, ainda deve ser lembrado que nem todos os casos de acidentes chegam de fato aos órgãos competentes, o que implicaria possíveis aumentos dos números divulgados.

Para Clotilde Novaes, do Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalhador, em matéria intitulada “Acidentes de trabalho acompanham avanço da cana em MS”, publicada pelo *Jornal Maracaju Top News*, em 31 de janeiro de 2008, o aumento do número de acidentes está diretamente ligado à expansão da atividade canvieira e do número de trabalhadores envolvidos¹¹⁹.

¹¹⁹ Em linhas gerais, é interessante apontar, baseados em dados do MTE, que, em 2006, ocorreram mais de 1,3 mil mortes de trabalhadores por acidentes no trabalho, no Brasil. Já em termos mundiais, segundo a OIT, seis mil trabalhadores morrem diariamente em acidentes e/ou por doenças relacionadas ao trabalho.

Segundo o mesmo texto, em 2006 foram notificados em Mato Grosso do Sul 6,5 mil acidentes de trabalho, a maior parte dos quais está concentrada no âmbito da agricultura e pecuária, tendo por líder a indústria frigorífica.

Conforme dados do *Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho* produzido pelo Ministério da Previdência e divulgado pelo *site* CanaWeb, em 29 de abril de 2008, referentes aos dados de 2006, ocorreram 14.332 acidentes em usinas, nesse ano, enquanto, em 2005, haviam sido constatados 11.435, o que demonstra de fato, em todo o país, uma evolução do número de acidentes, a qual pode ser inclusive maior do que o anunciado, uma vez que tais dados dão conta apenas das informações cedidas pelas agroindústrias, em relação aos acidentes ocorridos, ao Ministério da Previdência.

Dos acidentes registrados, o cultivo da cana-de-açúcar foi responsável por 8.789 ocorrências, situando-se no 9º lugar dentre as atividades com mais acidentes de trabalho. Em termos nacionais, o setor canavieiro fica na 3ª posição em número de acidentes, precedido pelo ramo da construção civil e atendimento hospitalar, embora tal situação seja diferenciada segundo a região considerada do país.

A seguir, vejamos algumas formas de controle sobre o trabalho, identificadas na agroindústria canavieira sul-mato-grossense.

2.3 Formas de Controle e Cooptação/subordinação dos Trabalhadores

Percebemos, no Mato Grosso do Sul, a preocupação dos entrevistados, representantes das usinas e destilarias, tais como técnicos em segurança do trabalho¹²⁰, em nos evidenciar a sua atenção quanto à segurança de seus funcionários, o que se exemplifica na demonstração dos materiais usados e na cobrança, junto aos trabalhadores, pela sua utilização, nas estatísticas com os dias sem acidentes na empresa, tendo em vista a CIPA, bem como nos programas de

¹²⁰Segundo representante da usina Santa Helena, de Nova Andradina, os acidentes mais constantes no caso dos trabalhadores do campo são decorrentes de problemas de coluna, cortes nas mãos, pés e pernas, durante o corte da cana-de-açúcar, não sendo lembrado pelo mesmo os casos evidenciados com constância pelos trabalhadores rurais, relativas a desmaios, vômitos, câibras, dores pelo corpo etc. Já na planta industrial, as causas de acidentes mais comuns estão relacionadas à “queimadura nos olhos” decorrentes de soldas etc., aponta o entrevistado. Quanto a esse aspecto, é importante chamar a atenção para o fato de o Técnico de Segurança do Trabalho condicionar a causa do acidente à utilização inadequada do EPI pelo trabalhador, sendo que, no caso dos problemas relacionados à coluna, foi ressaltado que isso ocorre devido à postura do trabalhador, o que é mesmo motivo de estudo pelo grupo, tendo em vista a eliminação de tais acidentes. Foi destacada também a relutância dos trabalhadores indígenas na utilização dos EPIs.

segurança exclusivos da própria empresa ou grupo empresarial, os quais podem incluir, nesse caso, o sorteio de brindes aos trabalhadores, como forma de “estímulo” à sua produtividade. Ou seja, busca-se “a implementação dos sistemas de controle de qualidade (CQ), com características específicas para cada empresa¹²¹”, o que, por sinal, representa uma forma de combinação atual do toyotismo com fordismo/taylorismo como modo de gestão da produção do capital.

Verificamos tais aspectos em diversas unidades produtivas, incluindo as unidades em fase de instalação, como, por exemplo, a Usina Itaguassu, que está sendo criada em Bataguassu, pelo grupo Itamarati (Figura 7).



Figura 7 –Cartaz do Projeto Caminhar do Grupo Itamarati, referente ao “Programa de Qualidade” Desenvolvido nas suas Empresas.
Foto : AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Trata-se, portanto, de programas de gestão da produção que visam, através da reorganização do trabalho, a aprimorar a exploração do trabalho e garantir a eficiência da atividade laborativa, na medida em que os trabalhadores em geral acreditam fielmente que o propósito de tais programas – bem como os que ocorrem na unidade Eldorado, de Rio Brilhante – é a qualidade de vida e bem-estar¹²².

Concordamos com Antunes (2005, p.18), que assim se expressa:

¹²¹ Cf. Thomaz Júnior (2007, p.16).

¹²² Também no município de Rio Brilhante devemos mencionar a construção de um Centro Educacional Infantil em parceria entre a prefeitura local e a usina Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A., o qual representa, na verdade, obras de cunho mitigador dos impactos causados pela sua instalação. Todavia, esse fato é visto e divulgado como uma boa ação do grupo investidor, que se preocupa com a comunidade local. Esse mesmo fato esconde outra faceta, que é justamente a “desocupação dos pais das crianças” com os filhos, enquanto ficam no Centro e, nesse sentido, deixando-os liberados para o trabalho na empresa. Ainda nesse caso, poderíamos pensar que, na ocorrência de tais empreendimentos, aqueles que possuem filhos no local e eventualmente trabalham na empresa ficam de mãos atadas em momentos de eventuais paralisações, sendo instrumento de controle social.

Quanto maior é a incidência do ideário e da pragmática da chamada “empresa moderna”, quanto mais racionalizado é seu *modus operandi*, quanto mais as empresas laboram na implantação das “competências”, da chamada “qualificação”, da gestão do “conhecimento”, mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho.

A título de exemplo, devemos ressaltar ainda que, no plano industrial da Usina Eldorado (Figura 8), existe um sistema de controle denominado RAN (Registro de Anomalia), a qual representa uma maneira de garantir que o conjunto de trabalhadores atinja uma produção adequada aos interesses da empresa, ou seja, criou-se pela gestão da empresa um plano de metas para “auxiliar” os trabalhadores que estão com dificuldades de desenvolver o seu ofício com eficiência!



Figura 8 – Planta Industrial da Usina Eldorado.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Nesse cenário, temos a ocorrência de greves¹²³ em algumas unidades produtivas como, por exemplo, a ocorrida na usina Santa Olinda, situada no distrito de Quebra Coco (Sidrolândia/MS), em meados de julho de 2007, em virtude de baixos salários pagos aos trabalhadores, oriundos principalmente do Nordeste e de Minas Gerais. Aliás, é válido ressaltar que, nessa mesma agroindústria, em janeiro de 2008,

¹²³ Vale ressaltar que o direito de greve está assegurado pelo Art. 9º da CF.

mais precisamente entre os dias 16 e 21 do referido mês, ocorreu nova greve por causa de atraso do pagamento das férias dos trabalhadores rurais.¹²⁴ Ainda sobre a referida unidade de produção, constatamos novo atraso de pagamento, em abril de 2008, referente a março, o que resultou na ameaça pelos trabalhadores de greve. Observa-se que essa situação passa a ser freqüente na usina, acirrando o conflito capital X trabalho.

Tal circunstância se repete em usina de Rio Brilhante, do grupo Benedito Coutinho, denominada Eldorado, em meados de agosto de 2007, na qual constatamos reclamações devido à necessária melhoria salarial para os trabalhadores, melhoria das condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, com destaque para alimentação, transporte, alojamento e assistência médica aos trabalhadores. Nesse caso em particular, tivemos o estabelecimento de algumas garantias para os trabalhadores, entre as quais: a) não misturar o corte da cana-de-açúcar com a tarefa conhecida como de cata de bitucas (pontas e restos da cana que ficam no chão), o que significa dizer que não ocorrerá a produção com o pagamento de diárias; b) que os trabalhadores façam o corte da cana-de-açúcar somente após o resfriamento da mesma etc.

Queremos destacar caso particular envolvendo a usina Eldorado e trabalhadores rurais da mesma unidade, para refletirmos o seu posicionamento frente à questão do trabalho, mediante a descaracterização da paralisação e a desqualificação dos trabalhadores manifestantes. Reproduzimos, na íntegra, matéria veiculada pelo *Jornal Diário MS*, p. 03 (POLÍTICA), de 30 de agosto de 2007, o qual assim se pronuncia:

¹²⁴ A esse respeito ver matéria publicada no *Jornal Diário MS* em 22 de janeiro de 2008, intitulada “Usina se compromete a pagar férias de cortadores de cana”.

USINA ELTORADO LTDA. E AGRÍCOLA CARANDÁ LTDA.
PARALISAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS
ESCLARECIMENTO PÚBLICO

Esclarecemos a nossos fornecedores, clientes, investidores, arrendatários, e a sociedade em geral, sobre alguns fatos e matérias veiculadas pela mídia escrita, televisada e falada.

A Usina Eldorado Ltda. é pessoa jurídica que compra matéria-prima (cana de açúcar) da Agrícola Carandá Ltda., para transformá-la em álcool, açúcar, energia elétrica, bagaço de cana, nada tendo, portanto, com a paralisação daqueles Trabalhadores Rurais, a não ser o grande prejuízo de ter sua atividade industrial bruscamente interrompida pela falta de matéria-prima, e ver parte de seus **colaboradores** permanecerem em seus postos de trabalho por mais de 20 (vinte) horas para manterem condições seguras de equipamentos como caldeira de alta pressão, uma vez que os paredistas não permitiam a troca regular dos turnos de trabalho.

As empresas lamentam profundamente tais atitudes e pedem desculpas às populações e pessoas atingidas por estes lamentáveis acontecimentos.

Aos colaboradores das empresas Agrícola Carandá Ltda. e Usina Eldorado Ltda., inclusive os Trabalhadores Rurais que se dedicaram em suas atividades de **forma honesta e transparente**, nossos agradecimentos pelos esforços e dedicação. Esse **movimento anarquista** não representa os trabalhadores destas companhias. Tais **agitadores** não reconhecem nem o próprio sindicato que os representa.

Temos a certeza que a paz, a transparência, as relações sinceras que sempre permearam a atuação entre as empresas e seus colaboradores terão continuidade. Tal movimento paredista é o primeiro em nossa história, servirá sem dúvida para refletir, melhorar e evoluir em nossa trajetória.

Contamos com a confiança daqueles que conhecem estas empresas, sabem-nas dignas e se orgulham de nelas trabalharem.

Usina Eldorado Ltda.
Agrícola Carandá Ltda.

Quanto a esse episódio, chamamos a atenção para o fato de a usina Eldorado, juntamente com a sua empresa agrícola coligada, ir a público através da mídia para legitimar a atuação de censura à manifestação de trabalhadores rurais descontentes com a empresa. Para tanto, usou como método a agressão aos mesmos, os quais foram chamados nitidamente de desonestos e não transparentes em sua ação com respeito à usina; além disso, ressaltou sua repulsa aos trabalhadores, a partir de sua desqualificação enquanto sujeitos que lutam pelos seus interesses, classificando-os como **agitadores**, além de enquadrá-los num **movimento anarquista**, refletindo o preconceito para com o conjunto dos trabalhadores que historicamente reivindicam seus direitos.

Como se não bastasse, contrapôs, em seus argumentos, os trabalhadores da empresa, entre os adeptos e não adeptos à paralisação, sendo que os segundos são saudosamente chamados de **colaboradores**, o que, aliás, é uma estratégia antiga do capital de se apropriar do trabalho de seus funcionários, uma vez que estes tendem a se esforçar ainda mais para garantir sua produtividade, bem como para incorporar o

discurso da empresa, tendo em vista a sua interação em relação à gestão da empresa.

Não podemos negligenciar, ainda, o fato de que a empresa descaracterizou a relação trabalhador-sindicato, ligando ao conflito a preponderância da empresa enquanto uma entidade séria e comprometida com o conjunto da sociedade.

Outros exemplos se estabelecem, nesse cenário. No Norte do Estado de Mato Grosso do Sul, mais precisamente em Sonora, conforme nos declarou o presidente do STR, Antonio de Oliveira Neto, em 7 de janeiro de 2008, “o conflito capital X trabalho é praticamente inexistente, uma vez que quando tem alguma ‘coisa’ a gente conversa direitinho, ajeita aqui e ali e dá tudo certo¹²⁵”.

Nessa localidade, observamos a ocorrência da última greve em meados de 2002, quando, durante doze dias, os trabalhadores pararam suas atividades, defendendo melhor preço da cana-de-açúcar. Conforme o sindicalista que também já foi cortador de cana-de-açúcar, na época eles reivindicavam reajuste de 40%, mas conseguiram apenas 35%, sendo que de lá para cá não tiveram maiores problemas. Aliás, de acordo com Antonio de Oliveira Neto, “a única coisa que está sempre em pauta é o preço da matéria-prima, só que o dono não aumenta, então os trabalhadores têm que aceitar”.

Na verdade, vimos que o sindicalista é defensor, como tantos outros, dos interesses dos usineiros, que neste, caso em particular, é Francisco B. Giobi. Ao buscar legitimar as ações da empresa, o citado sindicalista, em resposta a nossa questão relativa a possíveis conflitos/problemas entre trabalhadores e usineiro, destacou que “problemas tínhamos há 25 anos atrás, por que hoje o trabalhador não trabalha mais que 5 horas diárias, come comida quente e ganha em média R\$ 945,00, sendo que, se não fosse a usina, a cidade passaria grandes dificuldades¹²⁶”.

É clara, portanto, a (des)identidade entre o movimento sindical e o conjunto dos trabalhadores, na medida em que prevalecem os interesses do patrão, o qual possui o controle do processo de trabalho e de produção, fato este que se consoma por questão de ordem de reprodução dos trabalhadores, já que o controle é exercido sobre o conjunto da sociedade, que depende direta e indiretamente da agroindústria, tornando mais complexo o conflito capital X trabalho.

¹²⁵ Devemos mencionar que segundo o sindicalista a dependência do município da usina Sonora chega a cerca de 85% da população, refletindo, pois este fato, uma relação de poder crucial para a empresa, na medida em que os trabalhadores e suas respectivas famílias se figuram como reféns de uma situação que *a priori* seria favorável aos trabalhadores caso houvessem outras formas de empregabilidade no local.

¹²⁶ Entrevista realizada por telefone, em meados de janeiro de 2008.

Situação semelhante ocorreu em Nova Alvorada do Sul, onde, segundo o Presidente do STR, Ramão Escalante Mareco, em 5 de dezembro de 2007, ocorreram duas greves recentemente, resultantes de denúncias em relação ao não cumprimento da convenção coletiva do trabalho, porque a agroindústria Safi Brasil colocou num mesmo ambiente trabalhadores indígenas e não indígenas, sendo que os trabalhadores apresentam diferenças que os incompatibilizam. Outra denúncia, que resultou em greve, diz respeito à circunstância de a empresa ter dispensado alguns migrantes e relutar quanto à quitação das passagens para os seus respectivos destinos.

Tivemos, a esse respeito, acesso a processo¹²⁷ envolvendo a empresa agrícola Carandá, que presta serviço à Safi, e trabalhadores da usina em questão, o qual traz à tona os seguintes aspectos: a) contratação ilícita de trabalhadores; b) contestação do preço pago pela empresa pelo metro linear de cana-de-açúcar cortada. Ou seja, questões que ficaram nas entrelinhas, no momento da entrevista com o sindicalista, mas que conseguimos apurar posteriormente.

Nesse sentido, segundo consta no processo citado, alguns trabalhadores foram despedidos por justa causa, após serem apontados como instigadores de paralisação, quando, na verdade, ocorria um repúdio ao preço pago pela usina, que atingia a todos os 400-450 trabalhadores, não sendo exclusivamente um ou outro trabalhador o responsável pela situação; logo, a empresa utilizou-se de um “bode expiatório” para manter os preços da matéria-prima e acabar com a paralisação, já que, segundo se verifica, mesmo depois desse ato nada mudou.

Apesar disso, apreendemos uma relação (política) de não agressão à agroindústria, através do discurso de Ramão, que esteve comprometido em mostrar alguns problemas sem criticar a empresa ou seus proprietários, tal como se fossem seres superiores e inatingíveis. No entanto, percebe-se que a situação é mais grave do que parece. Em meio a sua fala, pudemos notar momentos em que destacou que “Marcos nos atende muito bem”, ao mesmo tempo em que elucidava que “outro dia 50 trabalhadores entraram em greve, já tinham 2 anos de firma, [...] falaram que iam mandar embora”, confirmando que não têm sido esporádicos os casos de paralisações e/ou greves na referida agroindústria, que, por sinal, é resultante de massa falida que pertencia anteriormente à família Coutinho¹²⁸, mas que foi adquirida em 2005, pelo

¹²⁷ Para maiores informações, consultar o *site* http://www.trt22.gov.br/institucional/setores/002/atas/2007/09/200709270840_01332-2007-002-22-00-9_001.pdf. Acesso em: 6 mai 2008.

¹²⁸ De acordo com documentos consultados junto à Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, a distribuição acionária (cotas) entre os membros da unidade produtiva era da seguinte forma: Marcelo

grupo Italiano Safi Energia Brasil, personificado no empresário Fiorenzo Sartor, ficando paralisada até meados de 2006, uma vez que, apesar de o referido grupo ter a posse da agroindústria, a matéria-prima estava nas mãos de Benedito Coutinho, o qual já havia arrendado por várias vezes a estrutura do Banco do Brasil, o qual é seu maior credor.

Nesse cenário, é importante lembrar entrevista realizada com o sindicalista de Nova Andradina, Adilson Remelli, o qual, quando inquirido sobre a ocorrência de greves nos últimos anos, declarou que, no caso particular de Nova Andradina, não aconteceu nenhuma manifestação dos trabalhadores, mas acredita que poderão “estourar várias greves pelo Estado”, na medida em que “há sinais de resistência por parte dos usineiros a não dar aumento”, justamente quando “estamos prestes a negociar a convenção 2008/09”, segundo afirma o entrevistado.

No entanto, já no município vizinho de Anaurilândia, onde está em curso a instalação da usina Aurora, tivemos a ocorrência de greve dos trabalhadores em maio de 2008, devido à falta de pagamentos e de horas-extras, além das “condições de trabalho escravo, a falta de banheiro suficiente para os cortadores de cana, e de água para eles tomarem¹²⁹”.

Contudo, apesar dessas provas de exploração do trabalho, vimos que a aliança entre políticos e usineiros garante a hegemonia da dominação sobre os trabalhadores, em nome do que chamamos de “desenvolvimento” e que pode ser mais bem observado na fala do prefeito de Iguatemi, Lídio Ledesma (PDT), quando, em matéria publicada pelo jornal *Diário MS*, de 23 de abril de 2007, chama nossa atenção, dizendo: “Sabemos da luta do empresário Nelson Donadel, de seu espírito empreendedor e que tudo vai se ajustando, uma vez que sua empresa está apenas começando e problemas vão surgindo naturalmente até que tudo esteja em perfeita ordem”; e acrescenta: “acreditamos e torcemos para que a mesma cresça juntamente com o nosso município¹³⁰”.

Dessa forma, temos a nítida impressão de que a realidade a que estão submetidos os trabalhadores não é importante, frente à possibilidade de desenvolvimento municipal, ficando, por conseguinte, em segundo plano, ou seja, naturaliza-se a exploração do homem pelo homem, sem considerar a humanidade das forças produtivas empenhadas na produção de mercadorias.

Maças Coutinho (33%), Luis Ricardo Maças Coutinho (34%) e Bruno Coutinho G. Fernandes (33%).

¹²⁹ Cf. matéria intitulada “Trabalhadores protestam por salário; usina diz que errou ao gerar pagamento”, publicada pelo *site* www.perfilnews.com.br/noticias/?id=163773, em 09/06/2008. Acesso em: 19 jun 2008.

¹³⁰ Conforme matéria intitulada: “Destilaria continua a produzir em Iguatemi”, publicada no Jornal *Diário MS*, em 23 de abril de 2007.

Outra questão interessante nesse contexto está relacionada à mecanização do corte da cana-de-açúcar, uma vez que se configura como um ingrediente fundamental, no cenário canavieiro nacional e em Mato Grosso do Sul, dado que a expansão recente tem suas marcas expressas nas reivindicações da sociedade organizada.

Desse modo, percebemos a necessidade de aumento da produtividade e especialmente de controle dos trabalhadores, os quais são encurralados frente ao poder simbólico das máquinas, vistas como ameaças para aqueles que dependem daquela atividade para sobreviver.

Conforme Alves (1991), no corte mecânico de cana, ocorre a substituição do trabalhador assalariado pela máquina, sendo que “a sua introdução é antecedida pelo cálculo comparativo entre custo de operação da máquina e o salário pago por unidade colhida” (p.79). No entanto, é importante lembrar que a sua adoção está relacionada não apenas à vantagem econômica e à imposição da sociedade, como se trata particularmente de um mecanismo de controle sobre os trabalhadores envolvidos na atividade canavieira.

Por outro lado:

No que tem a ver com a pretensa vantagem ambiental da cana-de-açúcar, vários interesses se somam e quase nada de políticas públicas é formulado para garantir a inserção no mercado de trabalho formal, dos trabalhadores que safra após safra são dispensados, sobretudo na etapa do corte, tendo em vista o crescimento da mecanização. (p. 03).

Dessa maneira, se atentarmos para a mecanização do corte da cana-de-açúcar, teremos uma condição fundamental para conseguir ampliar a rentabilidade do patrão, que exige que o trabalhador forçosamente busque a meta de produção diária para não ser “mandado embora”, na competição desigual com as máquinas, as quais são capazes de substituir neste setor em torno de 80 a 100 homens. Doutra lado, do trabalhador é reduzido o tempo útil de vida, que passa a ser inferior ao dos antigos escravos, com a diferença de que a estes era garantida a subsistência.

Portanto, se analisarmos o problema do ponto de vista histórico, entendemos que a necessidade de se ampliar a produção e a extração da mais valia dos trabalhadores fez com que as máquinas passassem de simples ferramentas auxiliares do homem para verdadeiras protagonistas do processo de produção, isto é, colocou o homem como apêndice da máquina. Logo, “a evolução da maquinaria

representa uma expansão das capacidades humanas, um aumento do controle humano sobre o meio ambiente, através da capacidade de retirar dos instrumentos de produção uma gama crescente e rigor de resposta” (WEIL, 1979, p.168).

Segundo Thomaz Júnior (2002, p.136), “a tecnologia em si não está contra o trabalho, ou contra o trabalhador, ma, sim, ela está a favor do capital”, o que, para o autor, demonstra que o progresso, na verdade, age como fortalecedor da relação de dominação do capital sobre o trabalho.

Por isso, “progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 27). Isto é, “o desenvolvimento da tecnologia assume a forma de uma arremetida impetuosa na qual os efeitos sociais são amplamente desconsiderados, as prioridades são fixadas apenas pelo critério da lucratividade” (p. 27).

Nesse sentido, conforme nos apontou um trabalhador da usina Santa Fé de Nova Alvorada do Sul, em setembro de 2007, “as máquinas vão tomar o nosso lugar, eu penso o que vai ser da gente, porque a cana dá muito emprego, mas se for mecanizar mesmo, conforme tá falando na televisão direto, a coisa vai ficar feia”. Segundo podemos apreender, nesse breve relato colhido durante Trabalho de Campo, na concepção do trabalhador, a máquina vem para tomar o seu emprego sendo, portanto, vista como algo negativo (Figura 9). Ao mesmo tempo, existe a concepção de que o “trabalho na cana” é a única alternativa de trabalho, configurando-se como uma ideologia comungada pela esmagadora maioria dos trabalhadores/trabalhadoras com os quais tivemos a oportunidade de conversar, a respeito da realidade canavieira.



Figura 9 - Operação de corte mecanizado na Usina Eldorado.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Assim, conforme Thomaz Júnior (2002, p. 204),

ao mesmo tempo, por um lado, que a máquina passa a ser o ponto de partida do processo produtivo e impõe o ritmo, a intensidade, a qualidade e as novas especificações no processo produtivo [...], passa também a impor novas exigências quanto a qualidade, ritmo e intensidade do trabalho aos cortadores de cana (nas áreas não mecanizadas), não somente nas empresas que partiram para o corte mecanizado pois, de forma generalizada, são obrigados a seguir a eficiência da máquina, repercutindo diretamente em novas formas de contratação, remuneração, como também no controle da força de trabalho no processo de produção.

Contudo, Carvalho¹³¹ (2007) é de opinião que, do ponto de vista dos usineiros, alguns problemas devem ser enfrentados para solucionar o fim das queimadas: a) as usinas de máquinas não estão preparadas para atender a esse aumento de demanda; b) nem todas as variedades são próprias para a colheita mecanizada; c) há pequena perda de produtividade, porque a colheita mecânica faz com que entre 5 e 10 centímetros de cana fiquem no solo.

Nesse sentido, devemos chamar a atenção para a entrevista realizada com Ávilla (2007, p. 07/8), o qual argumentou sobre a mecanização em Mato Grosso do

¹³¹ Trata-se de Eduardo Pereira de Carvalho, presidente da União das Agroindústrias Canavieiras (UNICA), em evento promovido pelo capital canavieiro, em São Paulo. Para mais detalhes, ver “Usinas terão desafios para acabar com as queimadas, diz Unica”, publicado em 04/06/2007 pela *FolhaOnline*.

Sul:

[...] a tendência nossa é de estimular para que cada vez mais este processo seja reduzido, por exemplo, se eu tivesse 100% do corte mecanizado, hoje, eu teria uma demanda por 41.180 trabalhadores, ou seja, praticamente, 40% da nossa PEA estaria sendo ocupada aqui, então seria muito mais factível, muito mais racional, e você, com o processo mecanizado, você vai ter trabalhadores com perfil de formação melhor, né?, portanto, com salários melhores, não tão miseráveis e com condições de trabalho mais adequadas, não é um trabalho penoso, complicado etc. então essa é a busca, mas agora, evidentemente que ainda vai se continuar por algum tempo, o grande argumento do setor produtivo, quando a gente discute isso, é exatamente que as indústrias que produzem esses equipamentos agrícolas para o processo de mecanização não conseguem atender a essas demandas de imediato, então nós temos um gargalo que não se trata de uma decisão política, quer dizer, é condição de você, ou implanta assim mesmo com alguma dificuldade momentânea ou você deixa de implantar, entende?

Notamos, através do depoimento de Ávilla (2007), que existe a perspectiva da mecanização da atividade canavieira em nível estadual, embora haja um longo caminho entre a vontade do Estado em efetuar a mecanização e as imposições do capital, que aponta como empecilho a impossibilidade de fornecimento de máquinas pelas firmas fabricantes.

Decorre desse depoimento também a relação de empregos gerados após a mecanização e a qualidade do mesmo, ou seja, acredita-se que, com a mecanização, as condições de trabalho serão melhores e a geração de empregos, significativa, já que se estima o envolvimento de mais de 41 mil trabalhadores na atividade canavieira após a mecanização.

Assistimos historicamente, no Brasil, a um duplo mecanismo que marca, de um lado, a exploração da natureza para fins mercantis, os quais foram adaptados aos desígnios político-econômicos da classe dominante, para garantir o *status quo*, e, de outro, a exploração da classe trabalhadora que vive sob o domínio, portanto, da produção capitalista, caracterizada por uma troca desigual sinalizada pela venda da força de trabalho, que, em última instância, configura-se como mercadoria, e o recebimento dos salários.

Vejam os seguintes depoimentos em relação à terra, no Estado do Mato Grosso do Sul, essenciais para percebermos os rumos tomados pelo agronegócio canavieiro.

2.4 As Perspectivas em Relação ao Domínio da Terra no Mato Grosso do Sul

Eu acho que deveria ocorrer uma série de restrição porque se vem [Usina] é bom que dá emprego, dá oportunidade para outras famílias, para outras pessoas, mas só que com o desenvolvimento tem também as suas questões negativas, tem seus impactos na sociedade, na questão social, que já está sendo muito discutida aqui em Dourados. (Depoimento colhido durante entrevista realizada em Dourados, com o Padre Rubens de Dourados, em 29 de agosto de 2007).

No Mato Grosso do Sul, constatamos por meio de entrevistas realizadas com diversos atores sociais – representantes de usinas, sindicalistas, trabalhadores, produtores rurais – a notória questão: qual será o papel da cana-de-açúcar, no âmbito estadual? Na verdade, essa inquietação reflete propósitos diferentes, pois, enquanto os empresários têm a meta de auferir lucros com a atividade exploratória, o trabalhador busca receber um preço justo pela venda da sua força de trabalho, enquanto o produtor quer receber a renda da terra e garantir, assim, sua reprodução.

Todavia, do ponto de vista do pesquisador, apareceu de imediato como uma dúvida circunstancial: como as usinas farão para garantir os seus estoques de terras? Afinal, não há moagem sem matéria-prima.

Para o Diretor Executivo do Sindal/MS, Paulo Aurélio Vasconcelos (2008), “o volume de cana a ser moída no MS é algo em torno de 22 milhões de toneladas, sendo que o perfil das usinas é de ter áreas arrendadas, que chamamos ‘de cana própria’”. Entretanto, o sindicalista adverte que, “com a entrada de novas unidades, este perfil está mudando de acordo com a concepção de cada empreendimento, sendo que é certa a presença dos fornecedores, [...] num percentual que pode chegar até a 50% de cana”.

Nesse sentido, uma marca indelével da agroindústria canaveira é a concentração de terras, sendo que, no Centro-Sul, a base latifundiária “fica explicitada nas maiores áreas médias, tanto a colhida como a área média total dos estabelecimentos que tinham na cana sua atividade econômica” (RAMOS, 2007, p. 57). De fato, as pequenas unidades de produção, embora apresentem superioridade

em número de estabelecimentos destinados ao plantio da cana-de-açúcar, significam, no cômputo geral a menor fatia¹³².

No Mato Grosso do Sul, conforme temos procurado sinalizar neste texto, são múltiplos os casos de absorção pelo capital canavieiro de minifúndios, os quais são de diferentes origens e envolvem diferentes relações de produção. Observemos, pois, alguns exemplos desse panorama no Estado, bem como indicações sobre o estoque de terras pelas unidades produtivas.

Conforme matéria do *JornalCana* de maio de 2007, intitulada “O avanço da cana sobre o pasto¹³³”, existe uma clara preocupação acerca da expansão desmedida da cana sobre as áreas de pecuária, uma vez que “não se pode admitir que o entusiasmo em torno do ouro verde prejudique o desenvolvimento de setores que também possuem peso inegável na balança comercial como a pecuária”.

Nesse contexto, marcadamente como prova da concorrência existente entre setores do agronegócio e no interior da classe dominante, é destacado que “a posição privilegiada da pecuária nacional ainda não sensibilizou as autoridades, ao contrário do que ocorre com a cana”, o que demonstra um determinado despeito quanto aos cuidados ensejados à atividade canavieira, na história brasileira, mas, fundamentalmente, nos últimos anos, os quais não acontecem na mesma proporção com a pecuária, como assinala Pineda (2007), que conclui: “se canalizarmos a energia somente em torno da cana-de-açúcar, estaremos regredindo, numa espécie de retorno à monocultura dos tempos do Império. Um retrocesso que pode custar caro”.

É preciso, no entanto, questionar o caráter dessa monocultura, pois, independentemente da sua origem e das suas características fisiológicas, teremos o seu caráter concentracionista embutido e expropriatório, nas suas raízes. Assim, ao nosso ver, não é relevante discutir qual dos cultivares merece maior destaque, no âmbito da agropecuária nacional, afinal o que de fato é importante é justamente conseguir obter da terra em proporções justas os diferentes gêneros alimentícios dos quais temos precisão, inclusive para exportar o excedente.

Cabe, neste momento, a reflexão de Thomaz Júnior (2007, p.11/12), o qual salienta:

¹³² Sobre esse aspecto, consultar Oliveira (2003, p.140-141).

¹³³ Matéria assinada por Nelson Pineda, que é engenheiro, pecuarista e diretor técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu.

Os desdobramentos sociais, econômicos, políticos, territoriais e ambientais evidenciam significativa amplitude, a começar pela intensificação dos problemas já conhecidos antes do *boom* e que, daqui para frente, a continuar a ofensiva do capital e dos governantes que falam em nome desse projeto de sociedade amparado nas grandes estruturas de produção, nas monoculturas, nos monopólios e nas desigualdades sociais, a intensidade da expansão da *cultura* da cana-de-açúcar, fundada nas grandes extensões de terra e na monocultura, bem como a conversão de alimentos para a produção de combustíveis para carros de passeio, somente vai consolidar outra *cultura*, a do consumismo; trata-se de uma cultura marcadamente destrutiva, a qual poderá promover um grande dinamismo na economia embora a produção de alimentos esteja ainda seriamente ameaçada.

Interessante apontar que, conforme observamos em diversas entrevistas, realizadas durante a pesquisa, é predominantemente destacado que a produção canavieira não será responsável pela diminuição das áreas de pastagem, nem mesmo de soja, vindo a cana-de-açúcar propiciar a recuperação da terra degradada desde décadas, que agora, mediante massivos investimentos das agroindústrias canavieiras, estarão aptas para quaisquer outras culturas, após a entrega da terra ao proprietário, inclusive para a agricultura.

De acordo com Gonçalves (2007, p.02),

[...] o Brasil tem as terras mais baratas do mundo, isso está acontecendo aqui, as usinas têm muitas parcerias com grupos americanos, franceses, então a área da usina é 40-50 mil hectares, elas compram 5-10 mil mais, porque a terra mais barata do mundo é aqui no Brasil, agora isto tem o lado bom, pois ajuda os produtores a crescer, o produtor nosso está endividado, os bens dele desvalorizados, então é uma maneira de o “cara” recuperar a auto-estima e até acabar com a dívida dele, porque o arrendamento da cana dá 3 vezes mais que a pecuária, plantar soja; e plantar cana dá 5-6 vezes mais, essas coisas, é que aí você fala “o governo não pode proibir você”, vai proibir se você está vendo que dá 3-4 vezes mais, isso é o mercado, quem é o governo para falar “não planta mais cana” o “cara” faz a conta e vê que dá 3 vezes mais, não tem jeito, né?

Dessa maneira, o entrevistado aponta o arrendamento como solução principal para superação das dificuldades financeiras dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul, embora, como poderemos averiguar posteriormente, existe o interesse no que tange ao capital canavieiro de não ficar refém dos arrendatários, o que implica a compra de terras, em alguns casos.

Todavia, se analisarmos do ponto de vista do preço pago pelo hectare, no caso do arrendamento, percebemos que este se torna viável, se comparado, por exemplo, ao Estado de São Paulo, uma vez que, segundo o gerente-executivo do Sindal/MS, Paulo Aurélio Vasconcelos, no Mato Grosso do Sul gira entre 6 a 10 t/ha, o que corresponde a aproximadamente R\$150,00 ou 6 sc./ha de soja¹³⁴.

Exemplo desse aspecto pode ser observado no município de Bataguassu, onde, pelo depoimento de Natanael Camargo, responsável pela área administrativa da unidade Itaguassu¹³⁵, a empresa está em fase de formação de canaviais em Bataguassu, sendo que a maioria dos mesmos se dá em forma de arrendamento. O entrevistado apontou que o grupo não adquiriu terras no município, sendo a origem das mesmas principalmente aquelas cujo destino hoje em dia é a pecuária extensiva, que, por sua vez, é degradada e demanda maior cuidado. Contudo, conforme pudemos constatar junto a fontes secundárias, tais como informativos locais, a unidade demanda cerca de 60 mil hectares de cana-de-açúcar para o seu pleno funcionamento, sendo que 60% dessa área serão da própria empresa e os demais 40% de fornecedores, os quais deverão se configurar como “acionistas do empreendimento”.

O referido entrevistado acredita que não haverá disputa entre as empresas em se tratando da constituição de unidades produtivas em municípios vizinhos, e entende que o preço da terra será definido pela oferta e procura, e que é natural esse processo¹³⁶.

Relacionado a isso, temos visto em alguns RIMAs por nós apreciados, durante a pesquisa, a ocorrência de medidas mitigadoras pelas agroindústrias, que visam a diminuir o impacto da sua instalação, como, por exemplo, na usina Alavanca Bioenergia, que pleiteia se instalar em Nova Alvorada do Sul e que pretende “priorizar o arrendamento de terras atualmente utilizadas por pastagens e com áreas médias e grandes, que possuem a reserva legal devidamente averbada e as áreas de APP preservadas”, bem como “manter a articulação com o CTC, visando o melhoramento tecnológico e genético, de modo a obter melhor rendimento agrícola e desta forma, reduzir a área necessária para o cultivo” (p.146).

Verificamos, em alguns casos, uma relação direta entre a instalação das agroindústrias e o fato de os empresários possuírem terras próprias na área, tais como

¹³⁴ Assim, ao compararmos o rendimento de algumas culturas, com base nos dados da Fundação MS e PKS Consultoria, verificamos que enquanto a pecuária apresenta um rendimento médio por hectare de R\$56,85, as culturas perenes alcançam R\$675,60, as anuais R\$454,70 e a integração agricultura-pecuária o montante de R\$666,75.

¹³⁵ Sobre a referida agroindústria é interessante consultar matéria publicada no *JornalCana* de maio de 2007 intitulada “Itaguassu quer ser modelo para o país”, p.17.

¹³⁶ Conforme entrevista realizada no município em 30 de julho de 2007.

percebemos em Anaurilândia, Batayporã, Dourados etc. Assim, em Anaurilândia, por exemplo, além das áreas próprias, como as fazendas Santa Clara e Nova Aurora, nas quais se efetivará a instalação da planta industrial, além de se territorializar o plantio dos primeiros 400 hectares com cana-de-açúcar para mudas, respectivamente, Fioravante Scalon realizou contratos de parceria com outros proprietários da região, como com Orlando Morando, que possui fazenda no município, denominada “Morando II”, a qual já recebeu, segundo nos informou o diretor operacional do grupo, Carlos Eduardo Nogueira Mollo, por nós entrevistado em novembro de 2007, 100 hectares já no início da instalação da usina, sendo que o produtor deverá ampliar essa área com o início da operação industrial.

Neste último caso, percebemos que as unidades processadoras mais antigas do Mato Grosso do Sul se baseavam no conjunto de terras próprias, arrendadas e de parceiros, com predomínio da segunda, sendo que os fornecedores correspondiam a uma expressiva proporção dessa fatia da produção. Todavia, parece-nos que atualmente tende-se a se difundir o sistema de arrendamento e conseqüente diminuição da participação de parceiros.

Em Nova Andradina, segundo pudemos constatar junto ao STR local, a principal forma de obtenção de terras pelas agroindústrias canavieiras é pelo arrendamento, feito por sete anos. Para o Gerente Agrícola da Energética Santa Helena (Figura 10), Adalberto, a cana-de-açúcar é própria, sendo que o percentual de fornecedores é de 3% do total.



Figura 10 – Vista da Planta Industrial da Energética Santa Helena.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Outro exemplo ocorre em Vicentina, onde a Central Energética Vicentina já efetivou contratos de arrendamento com proprietários locais com duração de seis anos, tendo em vista o funcionamento operacional (moagem) da matéria-prima, a partir de 2008.

Posicionamentos semelhantes obtivemos junto a outras empresas contactadas, como, por exemplo, a usina Passatempo, de Rio Brillhante, a qual, conforme trabalhador do quadro agrícola, funciona apenas mediante terras arrendadas. Para Alex Jango, trabalhador da agroindústria em questão, no cenário de reestruturação do grupo observa-se a expansão do seu potencial produtivo nas próximas safras, o que significa ultrapassar a sua capacidade de moagem, que é atualmente de 1,8 milhões de toneladas, para cinco milhões. Reflexo desse intento é a audiência pública que ocorreu no município, em 7 de novembro de 2007, para ampliação dos já estabelecidos 35 mil hectares para 60 mil hectares, que serão destinados ao plantio de cana-de-açúcar.

Já na unidade Eldorado, pudemos entrevistar Fabiano Augusto, o qual nos informou que existem áreas próprias, arrendadas e de parceiros, sendo que somente a cana-de-açúcar de fornecedores caracteriza 50% do total, que é de aproximadamente 20 mil hectares plantados, os quais estão territorializados, sobretudo, em Rio Brillhante, num raio de atuação de aproximadamente 40 km da sede da agroindústria. O entrevistado nos explicou que, no fornecimento da matéria-prima, geralmente é a empresa fornecedora que faz o corte, enquanto a usina transporta a matéria-prima até a planta fabril; contudo, há fornecedores que também se responsabilizam por todo o processo, sistema que deverá valer para todos, em 2008, como afirma Fabiano, na medida em que serão responsáveis por fazer o CCC.

Em Maracaju, conforme entrevista com o representante do Sindal, Paulo Aurélio Vasconcelos, temos também a relação entre a usina, os fornecedores e os arrendatários da área, mas, nesse caso, não nos foi revelado qual a proporção empregada.

Em Batayporã, captamos, em entrevista com Alexandre Moraes, do Sindicato Rural de Batayporã, em 13 de setembro de 2007, que as unidades produtivas estão arrendando terras no município; porém, a preocupação é maior, porque as áreas arrendadas são as que antes eram destinadas à pecuária, de sorte que aqueles que “tocavam roça” continuam na mesma atividade. Nesse sentido, aponta que pode ocorrer um desequilíbrio, motivado por uma “precipitação em se instalar no Estado tantas usinas em determinado momento”, tendo faltado planejamento, diz ele.

Entretanto, em entrevista com Werner Semmelroth¹³⁷, Diretor Agrícola da Usina Laguna de Batayporã, verificamos que a situação é outra, no caso dessa agroindústria, porque esta trabalhará somente com terras próprias. Assim, conforme o entrevistado, “a gente só vai tocar terra própria, pois não compensa imobilizar capital em terras arrendadas, pelo menos nos três primeiros anos de funcionamento; posteriormente, poderemos pensar em alguma coisa, mas por enquanto a terra tem que ser própria”.

Nesse sentido, concordamos com Oliveira (2003, p.140), quando destaca que “os grandes usineiros foram reformulando suas estratégias de produção e de apenas capitalistas industriais tornaram-se capitalistas na produção agrícola da matéria-prima, agora também proprietários da maior parte das terras onde plantam”. Ou seja, para o autor, “criam-se, as bases de uma verdadeira agroindústria, onde ao lucro de origem industrial somam o lucro agrícola e a renda da terra” (ibidem).

Vale ressaltar que a agroindústria pretende fazer parcerias para garantir matéria-prima sem, contudo, “ficar nas mãos de proprietários rurais que de uma hora para outra podem não cumprir com o estabelecido, provocando eventualmente falta de cana-de-açúcar no processo produtivo”, afirma Semmelroth.

Assim, de acordo com o mesmo dirigente, “quando forem necessárias mais terras, vamos nos associar com quem já lida com a terra, em especial os produtores de soja, pois é arriscado fazer negócio com fazendeiros, porque eles já não têm muito interesse em cuidar da terra, sendo que querem apenas o dinheiro e não estão nem aí, podem numa dessas pegar o dinheiro e deixar de investir o necessário na cultura, cair a produtividade, e a gente perder; é preciso ter pessoas comprometidas com o negócio”.

Não obstante, temos que ressaltar em Nova Andradina a parceria do grupo Ceron com a Cooperativa Regional dos Produtores de Grãos do MS (Coopergrãos), com o objetivo de promover o plantio da soja em terras cedidas pela usina, através dos cooperados, tendo em vista a rotação de cultura, o que, do ponto de vista da empresa, é um ótimo negócio.

Esse assunto nos coloca diante de questões como dependência do pequeno produtor em relação ao capital e sua conseqüente expropriação da terra, mediante o cerco do capital, pois acaba a soberania do produtor sobre a área, sendo este obrigado a auferir renda do dinheiro recebido a partir de outros negócios, sob pena de ter que vender a terra para o empresário, o que pode ser dimensionado pela fala do presidente do STR de Nova Andradina, Adilson Remelli, quando destaca que

¹³⁷ De acordo com entrevista realizada durante Trabalho de Campo, em 12 de novembro de 2007, em Taquarussu/MS.

“os donos de terras acabam ficando escravos de usinas, [...] nunca mais retornando em sua atividade antiga” (p.01).

Podemos refletir ainda sobre o constante assédio às terras dos assentados, no Mato Grosso do Sul, recordando as palavras de Ferrante (2007, p.12), quando discute os assentamentos e a expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo:

Dentro da parceria com os assentados, plantar a cana implica em problemas, como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos afetam diretamente a população assentada em seu espaço de moradia.

Em entrevista com Luiz Fernando Pigari Baptista, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Taquarussu/MS, em 12 de novembro de 2007, pudemos saber que a área da usina é formada pelas fazendas Bandeirantes, São Domingos, Rincão do Pau d’Alho, em Taquarussu, além de haver outra sediada em Batayporã.

Parece-nos que o Estado, ao lado dos proprietários rurais, sobretudo os grandes e médios produtores e os empresários rurais e urbanos, não vê, ou melhor, prefere não ver que a questão central não está na troca de um produto por outro, como, por exemplo, da pastagem ou da soja pela cana-de-açúcar ou mesmo do eucalipto, mas sim na mudança da base da produção e das relações de trabalho empreendidas no território do capital.

Ao fazermos uma reflexão mais ampla dos meios pelos quais as unidades produtivas buscam garantir seu estoque de terras, vimos que existem preocupações por parte de segmentos do agronegócio em garantir a propriedade da terra, como podemos ver, no caso da companhia Adecoagro¹³⁸, que possui empreendimento em Angélica/MS, denominado usina de açúcar e álcool Angélica Agroenergia¹³⁹, e que

¹³⁸ A Adecoagro, criada em 2002, desde 2004 está no Brasil, por meio da Adeco Agro, a qual adquiriu diversas propriedades em Estados como Bahia, Tocantins e Mato Grosso do Sul, objetivando a expansão dos seus negócios e atividades, que estão especificamente voltados ao agronegócio canavieiro, uma vez que é premente o interesse em participar do mercado do álcool e açúcar. Devemos destacar, ainda, que a primeira aquisição da companhia, no âmbito canavieiro do Brasil, foi realizada em 2005, envolvendo a usina Monte Alegre, localizada em Minas Gerais.

¹³⁹ O referido projeto iniciou-se em março de 2006, com a implantação de viveiros de mudas e a construção de uma usina de processamento, a qual terá capacidade de moagem de 3.5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, sendo que a pretensão da companhia é alcançar a marca de 11 milhões de toneladas de cana-de-açúcar até 2015, com a expansão de seus negócios, que incluem a unidade de Ivinhema/MS.

está em fase de instalação de usina em Ivinhema, denominada Ivinhema Agroenergia, conforme pudemos apreender, em trabalho de campo realizado nesse município, em novembro de 2007. Serão investidos, até 2014, cerca de R\$ 600 milhões, tendo em vista a construção da unidade produtiva e demais operações relativas a sua territorialização e funcionamento, sendo que a mesma deverá estender o plantio da cana-de-açúcar por uma área de aproximadamente 40 mil hectares¹⁴⁰.

A Adecoagro possui 225 mil hectares de terras próprias, entre Argentina, Brasil e Uruguai, dos quais 30 mil hectares estão no Brasil. No tocante aos projetos em curso, no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme matéria publicada pela *Revista Fator Brasil*, em 5 de junho de 2007¹⁴¹, a pretensão é ocupar área de 150 mil hectares, a partir de três unidades produtivas de açúcar e álcool. Em se tratando da unidade Angélica Agroenergia, já em funcionamento, constatamos a compra pelo grupo investidor de 5 mil hectares, além de 8 mil hectares arrendados para expansão da gramínea, a partir de um viveiro de mudas de cerca de 800 hectares.

Em Sonora, onde se situa a Cia. Sonoras Estâncias, tem – segundo nos informou Antonio de Oliveira Neto, presidente do STR local – a totalidade das terras próprias, bem como da cana-de-açúcar. Contudo, destaca que a área é pouco expressiva, já que a empresa mói cerca de 7 mil toneladas a cada 24 horas. Podemos dizer que essa realidade está mudando, na medida em que a empresa tem ampliado os seus canaviais, uma vez que o seu objetivo é expandir 20% sua produção em relação à safra 2007/08, alcançando a moagem de 3.000.000 toneladas de cana-de-açúcar. Tal operação, segundo texto publicado em 29 de maio de 2007¹⁴², será realizada em três fases: 1.500.000, 2.250.000 e 3.000.000 toneladas de cana-de-açúcar por safra. Aliás, sobre esse aspecto, vimos que a área com cana-de-açúcar do município de Sonora, nos três últimos anos, expandiu-se lentamente, atingindo a marca de 14.877 (2005), 15.132 (2006) e, na safra 2007/08, chegou a ter 15.495 hectares plantados¹⁴³.

Nesse cenário, verificamos a possibilidade, no Mato Grosso do Sul, após o surto inicial da expansão da cana-de-açúcar e da implantação de unidades produtoras de açúcar e álcool, de um redirecionamento dos futuros projetos de instalação de usinas para porções ainda menos exploradas do Estado, que, por condições naturais e

¹⁴⁰ Cf. matéria intitulada “Usina injeta R\$ 600 mi em Ivinhema para agroenergia”, publicada em 08/04/2008 pelo Jornal Diário MS. Acesso em: 09 abr. 2008.

¹⁴¹ Para mais detalhes, consultar o site http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=11705. Acesso em 22 dez. 2007.

¹⁴² Trata-se de matéria intitulada “A usina Sonora inicia o seu ciclo de crescimento”. Acesso em: 12 de janeiro de 2008. Para maiores detalhes, consultar o site http://www.engsugar.com.br/noticias/noticias_29_05_07.php.

¹⁴³ Conforme informações disponibilizadas pelo Canasat (INPE). Acesso em: 10 jan. 2008.

econômicas menos favoráveis, ainda não foram alvo dos investidores, a exemplo de algumas regiões do leste e centro-norte, sem contar a emblemática porção do Pantanal.

Assim, o que se observa é mais uma justificativa para usurpar dos pequenos e médios proprietários rurais a sua fonte de renda e de trabalho, e, na contramão disso, permitir a subtração da renda da terra pelos capitalistas famintos e ansiosos em arrecadar terras para sua empreitada rumo à acumulação de capitais. É nesse sentido que nos preocupa também a aquisição de terras por particulares, principalmente por empresas estrangeiras, as quais, associadas ao capital nacional, percebem-se sem barreiras para incorporar novas glebas ao seu patrimônio.

Dessa forma, confirma-se a assertiva de Marx (2006, p.94), para quem os “grandes industriais buscarão adquirir grandes propriedades agrárias de modo a tentar conseguir de forma direta, e não de segunda mão, pelo menos uma parte das matérias-primas indispensáveis para a sua indústria”.

Segundo Oliveira (2001, p. 24), “nas usinas ou destilarias, indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa, para produzir utilizam o trabalho do assalariado, dos bóias-frias”.

Sobre esses sujeitos e sua trajetória de expropriação, D’Incao (1984, p.09) destaca a impossibilidade de se pensar os mesmos como um todo homogêneo:

Eles existem de formas diferenciadas que vão desde o pequeno produtor insuficiente, que complementa a sua renda assalariando-se nas empresas agrícolas, até o trabalhador totalmente expropriado da terra e residente na cidade, cuja única alternativa de sobrevivência é o assalariamento nos períodos de pico de demanda de força de trabalho na agricultura e os pequenos “bicos” que consegue nos períodos de entressafra.

Observe-se o ponto de vista da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), expresso em contato com Eduardo Corrêa Riedel, vice-presidente da referida entidade de classe¹⁴⁴:

¹⁴⁴ Entrevista realizada em 14 de novembro de 2007 por e-mail.

A Famasul enxerga com bons olhos a participação do setor sucro-alcooleiro no Estado, uma vez que gera oportunidades de renda ao produtor rural, e este é um dos nossos principais focos. Estamos trabalhando no sentido de fazer com que o produtor tenha participação efetiva neste processo de desenvolvimento do setor e possa estar crescendo junto com ele, não apenas arrendando terras, mas principalmente participando ativamente do plantio e entrega do produto.

Ao inquirirmos sobre um possível avanço do capital canavieiro sobre as áreas de pastagens e demais cultivares no Estado, Riedel argumenta:

Não temos muito receio da ocupação de espaço desta nova atividade em detrimento de outras culturas, e na verdade isto é saudável que ocorra dentro de certos limites. O MS tem 25 milhões de ha de pastos e 2 milhões de ha de agricultura (aproximados), e para esta safra irá cultivar 260 mil ha de cana, com previsão para em 2015 estar com 1 milhão de ha da cana, de maneira que não haverá a substituição na escala que se comenta. Uma preocupação que nós temos é que o setor tenha um crescimento pautado pela consciência ambiental e trabalhista e atuamos também no sentido de estimular esta situação. (ibidem).

Devemos estar atentos, nesse sentido, para a configuração do espaço agrário do Brasil, pois nos parece importante analisar as transformações que ocorreram na estrutura fundiária brasileira, tendo em vista que existe uma relação entre o acesso à terra pelos sujeitos, a expropriação camponesa¹⁴⁵ e o aumento das áreas com lavoura temporária.

Isto é particularmente necessário, porque temos assistido, nos últimos anos, a um maior acesso à terra, fruto principalmente da luta dos camponeses através dos movimentos sociais que defendem a possibilidade de retirar da terra os seus meios de sobrevivência, sendo que, ao mesmo tempo em que ocorre a despossessão dos mesmos, em algumas áreas do território nacional, acontece a sua recriação em outras porções do país – isto é, o campesinato contraditoriamente se refaz, como ressalta Oliveira (2001). Por outro lado, vimos a expansão das áreas de agricultura modernizada baseada na intensa mecanização do território, a qual, segundo já observamos, tem sua expressão no agronegócio e suas mazelas.

¹⁴⁵ Marx (1987) salienta que esse processo se faz desde os fins do século XIV e, fundamentalmente no século XV, a partir do momento em que ocorre o fim da servidão, a dissolução das relações feudais, dando origem ao modo capitalista de produção, que tem na expropriação dos meios de produção por parte dos camponeses uma das bases para a apropriação da sua força de trabalho.

Tabela 9: Condição do Produtor e Utilização das Terras no Brasil

Brasil: Confronto dos resultados dos censos 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96					
Características	1970	1975	1980	1985	1995/96
Estabelecimentos	4.919.089	4.993.251	5.139.850	5.802.206	4.859.865
Condição do Produtor (%)					
Proprietário	62.9	64.1	65.7	64.6	74.2
Arrendatário	12.9	11.4	11.4	9.9	5.5
Parceiro	7.7	6.0	6.2	7.7	5.7
Ocupante	16.5	18.5	16.8	17.8	14.6
Utilização das Terras (mil ha)					
Área Total	294.116	323.894	364.853	374.925	353.611
Lavoura Permanente	7.976	8.385	10.472	9.903	7.542
Lavoura Temporária	12.911	15.320	19.265	42.244	34.253
Lavoura em Descanso	-	2.206	8.914	10.663	8.310
Pastagem Natural	103.573	125.951	113.897	105.094	78.048
Pastagens Plantadas	29.909	39.701	60.602	74.094	99.652
Matas Naturais	56.221	67.858	83.152	83.017	88.898
Matas Plantadas	1.658	2.889	4.991	5.967	5.396
Produtivas Não Utilizadas	33.404	30.637	24.796	24.519	16.360
Área Média (ha)	59.8	64.9	70.7	64.6	72.8

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96/SPA/MAPA.

Em relação à condição do produtor (Tabela 9), ocorreu o aumento dos proprietários e diminuiu o percentual de arrendatários, parceiros e ocupantes no país, entre os anos 1970 e 1995/96; paralelamente, o número de estabelecimentos diminuiu sensivelmente, após um período de elevação entre os anos de 1975/85.

Por outro lado, quanto à utilização das terras, no Brasil, percebemos que a área total saltou de 294.116 para 353.611, a lavoura permanente sofreu uma pequena queda, depois de um período de ascensão, enquanto a lavoura temporária cresceu em termos absolutos, entre 1970 e 1995/96, embora se tenha retraído, no último período.

Nesse contexto, diminuiu a área destinada à pastagem natural, enquanto aumentou significativamente aquelas plantadas, bem como se ampliaram as áreas com matas naturais, que saltaram de 56.221, em 1970, para 88.898, em 1995/96.

Vejamos também a realidade de Mato Grosso do Sul, no que tange à estrutura fundiária, acompanhando os dados da Tabela 10.

Tabela 10: Condição do Produtor e Utilização das Terras no Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul: Confronto dos resultados dos censos 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96					
Características	1970	1975	1980	1985	1995/96
Estabelecimentos	-	57.853	47.943	54.631	49.423
Condição do Produtor (%)					
Proprietário	-	32.276	33.147	38.485	41.395
Arrendatário	-	8.945	5.719	6.511	2.874
Parceiro	-	5.904	3.114	2.745	458
Ocupante	-	10.728	5.963	6.890	4.696
Utilização das Terras (mil ha)					
Área Total	-	28.692.584	30.743.739	31.108.815	30.942.772
Lavoura Permanente	-	65.912	52.526	28.501	16.215
Lavoura Temporária	-	1.208.715	1.589.475	1.847.459	1.367.496
Lavoura em Descanso	-	37.594	140.057	195.762	118.185
Pastagem Natural	-	15.580.241	12.266.007	9.658.224	6.082.778
Pastagens Plantadas	-	5.213.256	9.068.931	12.144.529	15.727.930
Matas Naturais	-	3.956.343	4.209.148	4.170.597	5.696.659
Matas Plantadas	-	183.557	442.112	454.251	181.080
Produtivas Não Utilizadas	-	1.063.020	839.809	583.530	403.943

Fonte: IBGE, Censos.

No Estado de Mato Grosso do Sul, em particular, a estrutura fundiária demonstra um processo de concentração, que, segundo Teixeira (1989, p. 32), “agrava a questão agrária, gera tensões e conflitos”. Observa-se que, entre os anos de 1975 e 1996, diminuiu o número de estabelecimentos e concomitantemente dos arrendatários, parceiros e ocupantes, sendo que, na contramão disso, ocorre aumento do número de proprietários. Por outro lado, no tocante à utilização das terras, nota-se que se reduziu a proporção de lavouras permanentes, assim como das pastagens naturais, enquanto foram significativos os crescimentos em área da lavoura em descanso e das pastagens plantadas.

Para melhor dimensionar o processo de expansão canavieira e a concentração fundiária, no Mato Grosso do Sul, vejamos a utilização de terras, distribuída por municípios (Tabela 11).

Tabela 11: Utilização das Terras dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo os Municípios Sul-Mato-Grossenses em 2006

Município	Total de estabelecimentos	Área (ha)	Lavouras		Pastagens		Matas e florestas	
			Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)
Água Clara	531	736.061	102	29.135	391	457.486	374	141.310
Alcinópolis	507	326.875	53	7.215	423	213.943	413	78.984
Amambai	885	320.628	424	44.947	674	194.039	533	77.554
Anastácio	930	225.593	327	7.227	883	166.805	669	44.242
Anaurilândia	636	182.545	171	5.062	600	154.999	211	27.186
Angélica	691	179.584	198	74.202	574	90.956	46	11.213
Antonio João	228	83.451	101	11.896	143	56.061	147	13.892
Aparecida do Taboado	673	225.661	221	18.413	579	142.725	422	60.200
Aquidauana	915	1.424.915	420	10.398	690	949.694	502	362.258
Aral Moreira	542	126.067	464	69.723	322	32.476	321	19.970
Bandeirantes	453	207.645	153	25.059	337	135.723	336	37.773
Bataguassu	729	160.358	431	9.583	665	124.057	69	24.315
Batayporã	740	141.814	222	9.151	660	100.438	199	22.503
Bela Vista	907	397.802	563	35.726	794	278.976	456	71.732
Bodoquena	681	207.960	250	2.444	646	139.543	484	55.059
Bonito	821	418.032	409	23.473	735	281.104	597	104.912
Brasilândia	797	400.879	171	5.663	735	296.371	358	91.349
Caarapó	831	149.163	597	56.177	605	72.757	359	16.407
Camapuã	729	439.235	111	12.642	644	304.566	610	97.561
Campo Grande	1.655	644.412	714	27.523	1.346	467.019	1.016	177.360
Caracol	403	239.154	242	41.538	290	138.058	291	56.273
Cassilândia	606	281.704	142	4.151	508	203.675	435	41.756
Chapadão do Sul	490	372.318	145	79.649	351	238.614	208	49.672
Corguinho	511	277.298	141	23.862	415	171.561	368	58.247
Coronel Sapucaia	229	64.939	82	16.293	159	41.866	68	6.172
Corumbá	1.649	4.030.851	653	19.911	1.322	3.164.314	1.327	568.537
Costa Rica	715	378.645	170	83.323	568	213.196	510	70.189
Coxim	656	490.365	247	18.419	542	397.982	482	121.426
Deodápolis	764	61.020	248	9.359	681	46.099	158	4.477
Dois Irmãos do Buriti	722	196.142	479	4.059	647	140.382	492	46.418
Douradina	181	19.879	101	10.777	110	7.207	73	1.479
Dourados	2.052	287.090	1.324	122.499	1.138	117.474	980	152.208
Eldorado	425	83.471	234	9.476	371	63.925	87	4.254
Fátima do Sul	1.083	24.121	668	12.485	551	9.767	163	838
Figueirão	461	242.322	21	2.033	275	166.005	285	69.866
Glória de Dourados	885	46.053	395	3.623	844	38.967	268	2.404
Guia Lopes de Laguna	598	105.821	524	10.238	529	72.545	275	20.388
Iguatemi	827	223.204	514	20.423	785	181.710	202	32.856
Inocência	767	312.898	86	11.876	556	218.797	440	61.106
Itaporã	863	93.321	671	53.279	442	27.481	317	9.665
Itaquiraí	1.936	164.858	1.126	24.678	1.792	103.602	193	27.298
Ivinhema	1.474	215.081	1.088	17.162	1.041	224.292	179	28.231
Japorã	751	33.936	658	3.964	487	27.479	67	2.217
Jaraguari	1.024	218.006	324	3.765	901	165.576	603	45.816
Jardim	436	186.082	392	2.919	363	144.280	240	34.426
Jateí	505	99.339	181	10.217	452	74.589	230	12.648
Juti	287	122.177	113	20.833	236	81.547	128	17.295
Ladário	226	17.472	209	451	212	10.350	179	5.562
Laguna Carapã	385	176.469	262	75.170	212	65.883	189	33.403
Maracaju	823	410.550	551	256.781	517	154.312	405	51.393
Miranda	435	384.899	173	4.635	390	269.009	214	89.852
Mundo Novo	629	26.435	511	4.353	508	16.772	203	2.561
Naviraí	534	164.231	245	33.161	387	110.462	121	18.785
Nioaque	1.937	312.511	1.392	3.536	1.774	251.358	1.055	48.440
Nova Alvorada do Sul	998	336.040	306	35.271	809	229.989	322	67.285
Nova Andradina	2.414	1.152.332	536	22.594	2.018	960.185	1.089	154.317
Novo Horizonte	658	67.348	501	5.303	564	50.672	225	10.600

do Sul								
Paranaíba	1.517	418.570	580	7.326	1.355	319.490	973	52.030
Paranhos	326	104.027	166	5.459	307	82.230	128	14.206
Pedro Gomes	634	225.796	211	5.471	510	165.168	451	52.275
Ponta Porã	3.709	416.857	3.368	127.271	3.195	227.948	459	54.683
Porto Murtinho	489	1.221.663	46	28.061	439	930.253	291	253.093
Ribas do Rio Pardo	1.059	1.170.021	144	19.297	826	788.974	758	265.225
Rio Brilhante	1.234	317.727	576	137.691	915	115.992	241	53.131
Rio Negro	508	144.978	37	3.781	464	111.041	245	29.586
Rio Verde de Mato Grosso	823	628.788	282	11.519	708	465.500	580	136.648
Rochedo	621	109.173	165	661	484	82.020	393	21.910
Santa Rita do Pardo	1.010	479.812	318	11.571	944	355.112	331	83.216
São Gabriel do Oeste	645	282.952	308	83.012	430	139.988	364	56.105
Selvíria	393	217.172	73	1.706	319	163.732	252	39.404
Sete Quedas	266	108.875	102	8.063	224	74.179	137	12.806
Sidrolândia	2.276	346.216	1.140	61.276	2.068	223.885	605	45.648
Sonora	308	266.936	152	61.424	266	145.930	163	52.677
Tacuru	267	156.355	121	23.182	211	113.730	113	19.434
Taquarussu	214	62.249	96	16.075	185	39.515	27	5.056
Terenos	2.281	216.101	1.191	9.349	2.103	174.859	685	28.774
Três Lagoas	4.533	3.400.500	990	87.318	3.860	2.323.578	2.538	691.057
Vicentina	683	24.049	461	6.050	468	16.526	161	1.038

Fonte: IBGE, 2006.

Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008).

Verificamos, através da Tabela 11, a ocorrência de uma diversidade de situações no Mato Grosso do Sul, referente à distribuição da terra e sua ocupação. Quanto às áreas de lavouras, por exemplo, chama-nos a atenção justamente o número de estabelecimentos de cinco municípios: Ponta Porã (3.368), Nioaque (1.392), Dourados (1.324), Itaquiraí (1.126) e Ivinhema (1.088), o que nos revela de antemão o “peso” da atividade agrícola no local. Tal aspecto é bastante preocupante, na medida em que ocorre a expansão canavieira no Estado, sobretudo, com a implantação de nada menos que seis agroindústrias, na área.

Outro aspecto singular diz respeito aos estabelecimentos destinados à pastagem, em que se sobressaem os municípios de Três Lagoas (3860), Ponta Porã (3.195), Terenos (2.103), Sidrolândia (2.068) e Nova Andradina (2.018), os quais estão vinculados diretamente à agroindústria canavieira e à produção de biodiesel. Já em relação aos estabelecimentos com matas e florestas, verificamos a preponderância de Três Lagoas (2.538), seguido por Corumbá (1.327), Nova Andradina (1.089), Nioaque (1.055) e Campo Grande (1.016).

Tais elementos se ligam diretamente à conjuntura de procura por terras destinadas à atividade canavieira, pois, para ampliar a área com cana-de-açúcar, necessariamente teremos a diminuição dos referidos estabelecimentos rurais, sobretudo aqueles voltados à pastagem.

Nesse sentido, em artigo da *Folha de S. Paulo*, publicado em 15 de abril de 2007, intitulado “Euforia com expansão de álcool atrai especuladores”¹⁴⁶, argumenta-se que têm ocorrido contratos de pré-arrendamento em vários Estados do país, com vista a garantir o plantio da cana-de-açúcar alardeado pela expansão de capitais no setor canavieiro.

Para Gonçalves (2007, p. 14), em Mato Grosso do Sul seria interessante o arrendamento de áreas pelos assentados, porque se configura como mais lucrativo; vejamos um trecho do seu depoimento:

Tomara que os assentados plantem tudo cana [...] aqui o INCRA não deixa, porque [...] tem usina do lado de assentamento, em Sidrolândia eu acho que ele tá fazendo uma burrada, o cara pega um 10 hectares e pega metade mais ou menos, ele tem a ponta da cana para dar para o boi, não é só [...], pode fazer rapadura, mil coisas e outra, tem que produzir o que dá dinheiro, não é plantar feijão, feijão é melhor ele ir no mercado e comprar, pode perguntar para qualquer produtor se compensa, ele vai falar para você que não compensa, porque tem que produzir em escala.

Nessa perspectiva, destacam-se alguns municípios como Costa Rica, no qual, devido à territorialização de agroindústria canavieira, vigoram contratos de arrendamento individuais de 110 produtores rurais que, num mesmo bloco, firmaram o arrendamento de uma área de 40 mil hectares destinada ao plantio da gramínea.

Trata-se do grupo Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável¹⁴⁷ – responsável pela instalação de unidade produtora na área, localizada na fazenda Triunfo, que abrange 470 hectares e dista 8 km da sede de Costa Rica, que, conforme nos assinalou Daiane Teodoro, do STR local, em 11 de janeiro de 2008, “tem na agricultura e pecuária suas principais atividades econômicas”.

Vale ressaltar que, do ponto de vista do STR, a instalação da unidade será importante na geração de empregos para a população local, uma vez que a expectativa é o oferecimento de 2 mil oportunidades de emprego na agroindústria; entretanto, sua representante disse que ainda não tem maiores informações a respeito do empreendimento, dado o caráter inicial do mesmo. A referida unidade terá investimento de R\$ 400 milhões e formará um núcleo de produção com o município vizinho de Paranaíba, que receberá mais duas unidades da planta agroindustrial

¹⁴⁶ Acesso em: 8 out. 2007.

¹⁴⁷ O grupo em questão pretende se configurar como um dos maiores produtores de álcool do país, trabalhando para possuir 10 usinas até 2015, com produção de 3.8 bilhões de litros de álcool. Vale ressaltar que a empresa tem investimentos em curso ainda nos Estados de Goiás e de Mato Grosso.

canavieira, congregando investidores brasileiros e norte-americanos e somando mais de 800 milhões, considerando a moagem de 6,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e a produção de 600 milhões de litros de álcool anidro por safra.

CAPÍTULO 3. Os Desdobramentos da Expansão Canavieira no Mato Grosso do Sul

Não podemos olvidar o quanto o agronegócio canavieiro marca o território sul-mato-grossense, mediante sua faceta exploratória e degradante, com a cimentação de relações de poder em seus diversos níveis e que legitimam a dominação sobre trabalhadores, quer diretamente, quer indiretamente vinculados à agroindústria canavieira bem como via desenvolvimento de formas de controle sobre o trabalho, com finalidade última da extração do sobretrabalho. Como se não bastasse, corrompe a própria relação homem-natureza, ao subverter aos seus próprios interesses a sua utilização, que, no caso particular retratado, se faz, por exemplo, pela utilização da terra como mercadoria, a qual legitima o negócio da agri(cultura)¹⁴⁸, implicando pois, a tendência à hegemonia de um único modelo de produção, contrário afinal à diversidade.

Vejamos, pois, no Capítulo 3, alguns elementos resultantes das transformações em curso, diante do atual processo de expansão da atividade canavieira no Mato Grosso do Sul, a começar pela questão indígena.

3.1 Algumas Questões Sobre o Trabalho Indígena nas Agroindústrias Canavieiras Sul-Mato-Grossenses

Quando pensamos na expansão do setor canavieiro no território sul-mato-grossense, por exemplo, não podemos desvencilhar disso questões pontuais, tais como a inserção da mão-de-obra nas unidades produtivas de açúcar e álcool, a exploração do trabalho expressa nas relações de produção, a migração de sujeitos, homens e mulheres, na busca da venda de força de trabalho, sem contar a inserção das populações indígenas nessa atividade econômica, a qual é, segundo Aquino (2007), uma forma dêem que se “aproveita, escraviza mesmo os índios”.

¹⁴⁸ Fazemos alusão ao interessante livro de Porto-Gonçalves (2006).

Ainda nesse sentido, vale a pena refletir sobre o processo de desenraizamento e degeneração das relações inter-étnicas e culturais, no âmbito da população indígena, a qual passa por situação ameaçadora, ao se ver oprimida pelas relações de dominação expressas pela sua incorporação às relações capitalistas de produção. Assim, a expansão canavieira acentua a desestruturação de um modo de vida, conforme destaca Aquino (2007, p. 01), em intervenção por nós provocada, durante I Seminário sobre as Transformações Rurais em Mato Grosso do Sul¹⁴⁹:

Para nós, indígenas, isso especialmente para as mulheres né?, é muito preocupante, porque os homens eles não conseguem mais trabalhar para sua família e o que preocupa bastante é com esse crescimento de usinas, mais próximas das aldeias, é que os homens têm mais facilidade de sair e ir para essas usinas e com isso abandonam as suas famílias e porque a usina agora leva o homem das aldeias e enquanto não completar o contrato de 60 dias ou mesmo de um ano, como a usina de Naviraí faz, e enquanto isso a família fica lá na miséria e nós que já temos um monte de problemas na terra, não temos homens para poder estar acompanhando esses problemas, então isso também prejudica bastante.

Tal depoimento nos remete, no caso dos indígenas, a um processo de despossessão que de forma crescente atinge esses sujeitos, fazendo-os sempre dependentes e subordinados aos interesses da sociedade capitalista de produção e, nesse sentido, desestruturando seu modo de vida natural, suas relações com seus entes e, inclusive, sua relação com a natureza, que se torna mais distante. Amparados nesse aspecto, temos ainda o germe da dissolução de seus vínculos com a terra, a qual é o principal fator gerador de conflitos, o que é expresso no reduzido espaço a que estão restritos atualmente.

Aliás, podemos apreender relações entre a expansão canavieira e sua concentração espacial, principalmente no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, a questão da qualidade do solo e, portanto, a obtenção da renda diferencial da terra pelos capitalistas, e a demarcação das terras indígenas na referida área, porque a região denominada “Grande Dourados” – que engloba os municípios de Dourados, Itaporã, Douradina, Rio Brilhante, Maracaju, Fátima do Sul, Caarapó, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis, Juti e Vicentina – é uma das mais cobiçadas porções do Estado, pelo capital canavieiro.

¹⁴⁹ Trata-se de evento ocorrido na UFGD entre os dias que teve por objetivo discutir as transformações em curso no Estado do Mato Grosso do Sul com destaque para as consequências da expansão canavieira e seus desdobramentos para os assentados/acampados, quilombolas, indígenas, etc.

O que pode ser observado pelo depoimento de Egon Heck, em entrevista realizada pela Unisinos, na qual destaca que mais de 25 mil índios Guarani/Kaiowás estão confinados em comunidades indígenas, sendo que, de modo geral, as suas terras estão situadas nas porções mais férteis, no extremo sul do Estado. Acrescenta Heck (2007):

Hoje, os fazendeiros cobram o dobro no arrendamento de um hectare de terra utilizada para o plantio de cana-de-açúcar, referente ao mesmo espaço que arrendam para a plantação de soja. Realmente, isso desencadeia uma corrida frenética em direção às melhores terras [...].

Concomitantemente, nesse cenário, temos a presença de cinco municípios nos quais se localizam nove aldeias e/ou reservas indígenas. Ou seja, essa porção de Mato Grosso do Sul concentra aproximadamente 35% da população indígena do Estado, a qual, segundo a FUNAI, é de cerca de 54 mil índios.

Buscando comparar a situação dos indígenas em Mato Grosso do Sul, Heck (2007) sublinha que “hoje, na região, existem mais de 20 milhões de cabeças de gado, que dispõem de 3 a 5 hectare de terra por cabeça, enquanto os índios Guarani-Kaiowá não chegam a ocupar um hectare por índio”. Tal aspecto reflete o verdadeiro “holocausto” a que estão submetidos os índios, os quais ocupam áreas que se resumem a verdadeiros “campos de concentração”, como destaca o autor.

Continua Heck (2007, p.02):

Essa situação será agravada com o plantio intensivo da monocultura de cana-de-açúcar, nestes próximos anos. Aliás, esse processo já está aceleradamente em curso, o que faz com que os índios, em primeiro lugar, se tornem vítimas do próprio trabalho escravo da cana-de-açúcar.

É importante frisar que Mato Grosso do Sul apresenta o segundo maior número de indígenas do país e que, como é crescente o número de envolvidos com a atividade canavieira, pode ocorrer o declínio do nível de mobilização e de reivindicação por terras, por parte dos indígenas, o que se configura como uma questão importante no momento vivido, conforme podemos observar através dos movimentos sociais.

Em entrevista com a representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Maria Fátima dos Santos Eberhart, em 2 de novembro de 2007, esta revelou que a FUNAI vive um momento de reestruturação, após um período de precariedade, concretizada pelo equipamento das unidades regionais e locais, concursos públicos, intensificação de ações etc.

A unidade da FUNAI visitada em Dourados representa toda a área de fronteira – administração executiva regional/Conesul¹⁵⁰ – enquanto a unidade da FUNAI de Amambaí está escalonada na categoria local.

De acordo com a entrevistada, são sete as áreas de conflito por terra envolvendo índios atualmente, sendo uma das mais destacadas a de Coronel Sapucaia. Para a Sra. Eberhart, é necessário regularizar a situação fundiária.

Em relação ao trabalho indígena nas usinas de Mato Grosso do Sul, chamou a atenção para as empresas que mais comparecem nos processos de dívida com os trabalhadores, isto é, em que os mesmos são lesados em seus direitos e então buscam auxílio junto à FUNAI para receber salários atrasados, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) etc.: Debrasa, Usinavi, Santa Olinda.

Nesse sentido, foi apontado que existem casos de indígenas que trabalharam desde 1999, 2000 e não receberam o FGTS da empresa Debrasa, pertencente ao grupo José Pessoa¹⁵¹, que, aliás, utiliza-se de várias razões sociais nos contratos de trabalho, sendo difícil identificar o real sujeito da ação, afirma Eberhart. Apontou problemas ainda nos casos da Unialcool e da Coimbra, as quais também empregam trabalhadores indígenas.

A título de exemplo, observem-se alguns dados cedidos pela Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho, no Estado do Mato Grosso do Sul, em Trabalho de Campo realizado em 2007, os quais demonstram a configuração espacial dos trabalhadores indígenas nas usinas do Estado, em 1997, quando, dentre as 8 unidades produtivas em funcionamento, apenas a Coopernavi, a Passatempo e a Maracaju não usavam a mão-de-obra indígena em suas plantações. Notamos: 1) Debrasa: 17 grupos (1.201 indígenas), sendo 4 grupos Terena e 13 Guarani/Kaiowa, com média de 70 indígenas por grupo e de 55 a 60 dias longe da aldeia. 2) Santa Helena: 11 grupos (576 indígenas), 1 grupo Terena e 10 grupos Guarani/Kaiowa, média de 52 indígenas por grupo, em que permaneciam cerca de 60 dias longe da aldeia. 3) Sonora Estância: 12 grupos (539 indígenas), sendo todos Terenas, com média de 45 indígenas por grupo e de 49 a 60 dias longe da aldeia. 4)

¹⁵⁰ Segundo Eberhart, em entrevista realizada em 19 de setembro de 2008 (via *e-mail*), o denominado Conesul corresponde ao domínio de 37 aldeias e 18 acampamentos, totalizando mais de 40.000 indígenas.

¹⁵¹ Sobre a exploração do trabalho na agroindústria Debrasa, ver Ribeiro (2001).

Santa Olinda: 6 grupos (340 indígenas), sendo 3 grupos Terena e 3 Guarani/Kaiowa, com média de 56 indígenas por grupo e de 30 a 55 dias longe da aldeia. 5) Santa Fé: 3 grupos (147 indígenas), todos Guarani/Kaiowa, com média de 50 indígenas por grupo e de 60 dias longe da aldeia.

Verificamos o fato de a referida Comissão de Fiscalização ter realizado visitas às agroindústrias, entre o dia 2 e 7 de junho de 1997, considerando como itens avaliados os alojamentos, banheiros/sanitários, cozinha, higiene/limpeza, assistência e lazer. Nesse caso, notamos a pontuação das referidas unidades em funcionamento (Tabela 12), numa escala de 0 a 10, e que reflete, de modo geral, uma má qualidade das condições de trabalho.

Tabela 12: Pontuação das Agroindústrias Canavieiras Segundo a Comissão Permanente de Fiscalização no Mato Grosso do Sul – 1997.

Unidade	Alojamento	Banheiros/Sanitários	Cozinhas	Higiene/Limpeza	Assistência	Lazer	Total
Debrasa	5	4,7	8	6,3	6,3	6,3	6,1
Santa Helena	5	8	9,5	5	8	5	6,8
Sonora	9	8	8,5	9	9,5	9	8,8
Santa Olinda	6	5	7	6	6	5,5	5,9
Santa Fé	6	3	6	4	6	4	4,8

Fonte: Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Mato Grosso do Sul (1997).

Org.: Azevedo, J.R.N. de (2008).

Podemos apreender, por meio da Tabela 12, que das agroindústrias canavieiras verificadas em 1997, a partir da utilização de mão-de-obra indígena, apenas a Santa Fé obteve menção inferior a 5 (mínimo), destacando-se positivamente a unidade Sonora, o que não permite que afirmemos a existência de boas condições de trabalho, porque afinal, nesse período, a média geral foi de 6,48 no Estado.

Por outro lado, sobre a forma de arregimentação nas agroindústrias, Eberhart aponta “desde muito tempo os índios entram nas usinas por meio de cabeçantes os quais são representantes diretos dos indígenas. Eles pegam os documentos dos índios para fazer a contratação junto à usina e recebem por eles sendo que muitas vezes nem sequer repassam o dinheiro para os trabalhadores. Geralmente eles ficam sete meses numa empresa e depois vão para outra”.

A entrevistada acredita que os indígenas devem ter tratamento diferenciado e que deveria haver maior fiscalização. Nesse sentido, aponta que “as usinas estão com o coração na mão” diante dos últimos acontecimentos, como dos

protestos contra a monopolização do território com a cultura canavieira, em relação às discussões sobre o meio ambiente e as condições de trabalho.

É nítida a exploração da força de trabalho vista em algumas unidades produtivas que utilizam mão-de-obra indígena, como podemos constatar na usina Dourados, onde existe, como em tantas outras no Estado de Mato Grosso do Sul, a figura do cabeçante, ou seja, essa espécie de tutor dos índios, que, ao saírem das aldeias, ficam à mercê desse sujeito, o qual, segundo entrevista com o índio Luciano, da citada usina, “recebe por nós”.

Vale ressaltar que, no caso acima mencionado, não apenas o cabeçante subjuga os trabalhadores indígenas, ao se apropriar ilegalmente dos frutos do seu trabalho, como também o faz o próprio cacique da aldeia – que, conforme o engenheiro agrônomo da usina Dourados, “pega 8% dos que os índios recebem da empresa”. Portanto, a relação de expropriação se dá em rede, por fios visíveis, num processo expropriatório intenso e veraz.

Assim, é relevante a observação de Thomaz Júnior (2002, p. 215):

Vê-se, então, que os sistemas de remuneração (juntamente com as formas de medição, classificação e pagamento) são armas importantes, disponibilizadas pelo capital, que garantem a um só tempo a manutenção da extração do sobretrabalho, como também o controle do processo de trabalho e da superexploração do trabalho, que chega às raias da semi-escravidão.

É verdade que algumas medidas são estabelecidas pelas unidades produtoras, com o intuito de assegurar a permanência da mão-de-obra nos canaviais, a exemplo do número de dias que os indígenas ficam nas empresas, ou seja, sabendo-se que os mesmos preferem estar sempre em contato com a aldeia, sua família e suas tradições, as empresas têm-lhes permitido visitas programadas a cada 45 dias a sua aldeia, por um período de 4 dias, diferentemente do que é comum nesses casos, isto é, períodos longos de 70 dias.

Além dessa medida tomada por algumas unidades de produção, verifica-se que os índios passam a poder pedir a rescisão do contrato de trabalho ao fim das safras, sem com isso ser demitidos por justa causa, o que permite a liberação do FGTS e pagamento de multa de 40% sobre o seu valor total, além de os mesmos poderem, em anos alternados, requerer o seguro-desemprego, o que assegura aos trabalhadores em questão o deslocamento para outros locais, durante as safras, o que não seria possível, se não ocorressem essas mudanças.

Temos, nesse caso, uma abertura do capital às necessidades dos trabalhadores indígenas, que está vinculada à necessidade de força de trabalho pelas agroindústrias.

A esse respeito, ressaltamos o posicionamento da FETAGRI¹⁵², manifestado por sua representante, Ana (p.04):

[...] só que hoje já têm muitos indígenas que preferiam ter a mesma relação de trabalho igual os demais, só que é uma coisa que assim o ministério público do trabalho até hoje não abriu mão, acha que tem que preservar os costumes indígenas, mas já tem os indígenas que já estão querendo mudar isso, essa relação de trabalho, mas está prevalecendo este pacto indígena com vários órgãos.

Sobre a questão indígena, particularmente, em relação a sua inserção na atividade canavieira, o Secretário Adjunto de Estado, Wilson Gonçalves (p. 08), acredita que, com a implantação de novas usinas, no Estado de Mato Grosso do Sul, vai melhorar a situação do índio, já que não será necessário ficar longe da sua aldeia. Nesse sentido, vejamos um trecho do seu depoimento:

Bom, o índio, a sua maioria é de Amambaí, estão saindo 2 usinas em Amambaí e o índio saía de Amambaí e ficava 60 dias em Sidrolândia, pelo acordo que eles tinham. Sabe o que vai acontecer agora? O índio vai trabalhar lá em Amambaí, vai para sua casa todo dia, o ônibus vai pegar lá na usina e devolver, quer dizer, se o índio deve trabalhar ou não, quem tem que decidir é o índio, não cabe mais, eu acho que ele quer trabalhar, tem muita gente que defende que o índio não devia trabalhar, eu sou contrário, veja bem, Amambaí vai ter (usina), Caarapó, Ponta Porá vai ter duas, então vai acabar com esta história do índio, para mim vai melhorar, o índio vai voltar para casa dele, isso é importante, se você deixa o índio lá, uma garrafa de pinga detona, né? Então isso aí eu vejo como *status* e nós vemos assim, vai melhorar o nível para eles, porque ele vai poder, a usina vai buscar ele lá na oca dele, isso vai acontecer aqui no Estado.

Segundo outra entrevistada na FUNAI, Eunice Marcos Coutinho, em 2 de novembro de 2007, não existe uma estimativa exata de quantos indígenas estão trabalhando na agroindústria canavieira, no Mato Grosso do Sul, apesar de o MPT calcular que sejam em torno de 13 mil índios. Para Pereira (2007), “a busca da mão-

¹⁵² A FETAGRI representa, no Mato Grosso do Sul, 68 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, de um conjunto de 70 existentes no Estado.

de-obra indígena deve-se, sobretudo ao desinteresse de outros grupos: os não-indígenas não querem saber do trabalho dos canaviais, que é pesado e considerado de segunda categoria”.¹⁵³ Em decorrência, tem-se a vinda de migrantes, que, juntamente com os índios, compõem o quadro de trabalhadores nas unidades de produção, submetendo-se a condições precárias de trabalho.

Nesse contexto, o empresariado sabidamente tem-se beneficiado das condições adequadas para expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, que ainda conta com vantagens como a topografia, a “disponibilidade de terras” e de financiamentos, para constituição de suas obras faraônicas.

Se não bastasse, ainda elege os indígenas como sustentáculo para sua evolução financeira, que, como temos observado, está encimada na exploração de índios e não índios pelo território. Em matéria publicada no jornal *O Progresso de Dourados*, que, aliás, é o mais antigo do município, em 19 de junho de 2007, pode-se ler que isso se vislumbra, na sociedade da mercadoria, como uma verdadeira promoção, porém com uma particularidade, pois se trata de seres humanos, segundo confirma o empresário Celso Dal Lago, que diz que temos, além dos aspectos já lembrados, “uma mão de obra perfeita para a indústria canavieira que são os trabalhadores indígenas” (p. 5).

Assim:

Após séculos de extermínio, escravidão, re(des)-territorialização, (re)agrupamento e (re)aldeamento etc., os índios “enfim”, “ganham um lugar ao sol” enquanto trabalhadores aptos a “desfrutar” (quase sempre unicamente em desejos) do mercado de trabalho e consumo, isto é, do sistema do capital. “Inseridos” pela porta dos fundos na sociedade capitalista, desvendam paulatinamente a falta de regimento e proteção efetiva nos locais de trabalho e, de forma geral, na sociedade como um todo. (RIBEIRO; THOMAZ JÚNIOR, 2001, p.07).

Faz-se necessário refletir, contudo, sobre a validade da lei que, em Dourados, determina que, em 2009, as queimadas devem se acabar, o que impõe que o corte da gramínea seja mecanizado e seja dispensada a maioria dos trabalhadores braçais. Como ressaltamos, a usina Dourados contrata especificamente trabalhadores índios; veremos, *a posteriori*, qual o estratagema que utilizará, para continuar sua acumulação de capitais, o que pode ser realizado com a arregimentação de

¹⁵³ De acordo com matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11 de fevereiro de 2008, intitulado “Canaviais empregam mais índios”.

nordestinos e mineiros, tal como a maioria das agroindústrias canavieiras fazem ou mesmo dessa forma e da outra, em menores proporções para as atividades produtivas que não necessariamente o corte, apesar de que nem todas as áreas são propícias ao corte mecanizado.

Como sabemos, as possibilidades existem para o empresariado canavieiro, e os trabalhadores estão localizados em áreas estratégicas, do ponto de vista da expansão da cana-de-açúcar, como podemos notar na porção sul do Estado.

A distribuição dos indígenas na área enfocada (Tabela 13) deixa clara a concentração dessas populações, sobretudo no município de Dourados.

Tabela 13: Relação de Terras Indígenas por Aldeia no Cone-Sul do Estado do Mato Grosso do Sul.

	Aldeia	Nº de Pessoas	Nº de Famílias	Município
1.	Bororó	6.000	1.105	Dourados
2.	Jaguapiru	6.000	1.180	Dourados
3.	Te'y Kue	3.732	790	Caarapó
4.	Gueraroká	125	31	Caarapó
5.	Panambi (Lagoa Rica)	782	165	Douradina
6.	Jarará	351	106	Juti
7.	Taquará	460	61	Juti
8.	Sucury	157	45	Maracaju
9.	Passo Piraju	73	23	Dourados
10.	Lima Campo	185	41	Ponta Porã
11.	Jaguapiré	638	159	Tacuru
12.	Panambizinho	315	74	Dourados
13.	Amambaí	5.604	953	Amambaí
14.	Porto Lindo	3.400	547	Japorã
15.	Taquaperi	2.470	490	Coronel Sapucaia
16.	Sombreiro	240	60	Sete Quedas
17.	Aral Moreira	64	14	Aral Moreira
18.	Yvi Katu	420	70	Japorã
19.	Arroio Cora	217	63	Paranhos
20.	Cerrito	489	106	Eldorado
21.	Campestre	323	78	Antonio João
22.	Guaimbé	581	83	Laguna Caarapã
23.	Guassuty	352	59	Aral Moreira
24.	Rancho Jacaré	373	76	Laguna Caarapã
25.	Kokuey	153	36	Ponta Porã
26.	Limão Verde	1.049	202	Amambaí
27.	Paraguassu	475	78	Paranhos
28.	Pirajuí	1.821	288	Paranhos
29.	Pirakuá	346	79	Bela Vista
30.	Potrero Guassu	488	71	Paranhos
31.	Sassoró	2.607	427	Tacuru
32.	Sete Cerros	456	73	Paranhos
33.	Jaguari	380	57	Amambaí
34.	Tin Kaájara	192	32	Amambaí
35.	Kurussu Amba	228	38	Amambaí
36.	Nhanderu Marangatu	354	78	Antonio João
37.	Pakurity	15	3	Dourados
38.	Itanhum	97	22	Dourados
39.	Mudas	25	9	Dourados
40.	Curral de Arame	14	5	Dourados
41.	Picadinha	28	6	Dourados
42.	Aroeira	140	6	Rio Brilhante
43.	Assentamento Wilson	60	10	Rio Brilhante
44.	Assentamento Alegrete	60	10	Rio Brilhante
45.	Santiago Kuê	130	24	Naviraí

Fonte: FUNAI (Dourados/MS), 2007.

Em entrevista com um trabalhador da usina Passatempo, de Rio Brillhante, em 12 de novembro de 2007, foi destacado que, em relação à mão-de-obra indígena, a empresa tem contrato com trabalhadores de Sidrolândia; contudo, o informante ressaltou que os índios não ficam no município de Rio Brillhante, retornando à tarde para a sua aldeia. Atualmente, há apenas uma turma vinculada à empresa, embora existam momentos em que esse número aumenta significativamente.

Em Naviraí, conforme entrevista com o presidente do STR, Alexandre, em 9 de janeiro de 2008, ocorre também a contratação de indígenas, os quais representam em torno de 600 trabalhadores, no conjunto, sendo arregimentados principalmente nas aldeias do sul do Estado, em particular de Dourados e Eldorado.

Interessantes aspectos notamos em Sonora, onde, segundo o presidente do STR, Antonio de Oliveira Neto, não se contrata mais mão-de-obra indígena desde 1997, já que começou a não compensar mais para a empresa, na medida em que “o MPT queria fichar os índios como os demais, aí não acharam interessante e desde então parou a sua contratação, que representava naquele momento a metade dos trabalhadores na usina”. O entrevistado chamou a atenção ainda para o fato de a cidade ter crescido e atraído trabalhadores de outras porções do país, o que contribuiu para diminuir a dependência anterior.

Dentre as unidades produtivas de Mato Grosso do Sul onde foi possível constatar um dos maiores focos de contratação de trabalhadores indígenas está Nova Alvorada do Sul, onde são arregimentados cerca de 1500 índios, o que, como já destacamos, tem sido causa de conflitos no âmbito da empresa, culminando em greves.

Para Ribeiro (2001, p. 334), “o deslocar do meio original, o desarraigar das relações socioespaciais nesse costuradas e o mergulho em outros contextos promovem inexoravelmente um reexame e reformulação do sujeito à nova realidade”, ao passo que “as determinações são outras, como também as possibilidades, as formas e os aspectos sócio-culturais de realização do trabalho e da vida”, o que, por sua vez, “quando malévolas as causas que estão a incitá-la, tende a migração territorial a deixar profundas cicatrizes psicológicas”.

Como exemplo de contratadores de mão de obra indígena, devemos lembrar também os grupos Benedito Coutinho e J. Pessoa, sendo que o primeiro, em particular, lida com ela em suas unidades de Nova Andradina (Santa Helena) e Rio Brillhante (Eldorado). Já o segundo, tem longa tradição em arregimentar índios, uma vez que vislumbra, não diferentemente das demais, “a redução dos encargos e direitos

trabalhistas, por ser a relação contratual de curta duração e quase que totalmente controlada pela empresa” (RIBEIRO, 2001, p.339), o que se completa pela “superexploração do trabalho a ritmos alarmantes, um adensamento no nível da pobreza e da precariedade física, mental e social dos trabalhadores” (ibidem).

Ao refletir, em seu trabalho, sobre as conseqüências das migrações para a sociedade indígena, Ribeiro (2001, p. 338/39) enfatiza pelo menos quatro aspectos, quais sejam:

[...] a) Contínua e paulatina descaracterização (ou o que muitos chamam de assimilação) cultural, com as inevitáveis mudanças de comportamentos e mentalidades recorrentes dos novos contatos e meios deparados; b) um desenraizamento territorial do meio que se lhe apresentava como o substrato ou o universo geográfico de sua identidade social; c) desestruturação familiar; d) multiplicação exponencial de problemas psicológicos, advindos de toda a ordem de fatores (distância da família; desidentidade ou aversão inicial com o local de chegada; hostilidades, não raras às vezes, com a sociedade contatada, que o vê como o forasteiro e ladrão dos escassos empregos disponíveis), entre outras seqüelas.

Por outro lado, faz-se necessário também apreender os momentos que marcam a expansão do setor canavieiro, em Mato Grosso do Sul, quais os fatores que contribuem para esse interesse súbito (?) do capital, até que ponto impactará a população, como se desenvolverá a relação homem-natureza, tão cara à geografia, nessa região marcada principalmente por uma divisão territorial do trabalho calcada, fundamentalmente, na exportação de produtos primários, como carne, soja etc.

Vejam, a seguir, outro desdobramento da expansão canavieira no Estado do Mato Grosso do Sul, isto é, sobre a incorporação pelo capital dos assentamentos e dos trabalhadores vinculados ao mesmo, em algumas áreas do Estado.

3.2 A Incorporação dos Assentados e dos Trabalhadores Acampados ao Circuito do Capital Canavieiro

Um dos aspectos que nos chamou a atenção, no decorrer da pesquisa, é a incorporação dos assentados ao circuito produtivo da cana-de-açúcar, no Mato Grosso do Sul.

Inclusive, é importante destacar que “a territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice e versa” (FERNANDES, 1999, p. 270), sendo que, “no interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar”, de sorte que os fatores políticos e econômicos são determinantes nesse contexto, relacionado ao modelo de desenvolvimento agropecuário implantado no país, que é concentrador e excludente.

Não podemos negligenciar o fato concomitante de o Mato Grosso do Sul se apresentar, no âmbito das ocupações no campo, com a maior ocorrência da região Centro-Oeste do país, totalizando 2.870 famílias acampadas, a partir de 47 acampamentos, envolvendo por sua vez 15.191 famílias, o que representa a maioria dos casos na referida área¹⁵⁴, como aponta a CPT (Tabela 14).

Tabela 14: Conflitos no Campo: a região Centro-Oeste do Brasil (2006).

Regiões /UF	Ocupações	Famílias	Acampamentos	Famílias	Conflitos por Terra	Famílias	Total de Ocorrências	Total de Famílias
Distrito Federal	3	500	1	150	4	395	8	1.045
Goiás	13	1.530	1	50	15	1.531	29	3.111
Mato Grosso do Sul	22	3.700	6	2.870	19	8.621	47	15.191
Mato Grosso	4	870			31	5.554	35	6.424
Subtotal	42	6.600	8	3070	69	16.101		25.771

Fonte : CPT, 2007.

Verifica-se, pois, a ocorrência de 22 ocupações de terras em Mato Grosso do Sul, as quais se especializaram pelas seguintes fazendas, no Estado: Angélica (Santa Rosa), Campo Grande (Morro Bonito), Chapadão do Sul e Costa Rica

¹⁵⁴ É importante destacar que tais movimentos pró-reforma agrária, durante 2006, foram responsáveis pela constituição de acampamentos em Angélica (Fazenda Macaco), Batayporã (Fazenda Primavera), Bodoquena (Fazendas Cachoeira e Boca da Onça), Novo Horizonte do Sul (Someco) e Rio Negro (Serra Brava).

(Mateira), Corumbá (São Gabriel), Nova Alvorada do Sul (Mutum I), Ribas do Rio Pardo (Avaré), Rio Brilhante (Lagoa Azul), Sidrolândia (Alambari, Eldorado, Eldorado II, Barra Nova, Serra Bonita, Santa Clara e Estrela), Taquarussu (Bela Manhã) e Terenos (Santa Mônica).

É importante, nesse caso, associar as áreas destinadas para a Reforma Agrária e a expansão da cana-de-açúcar no Estado, na medida em que a maioria dos municípios citados constituem, atualmente, fruto de interesses do capital canavieiro.

Por outro lado, segundo o INCRA (Tabela 15), temos a seguinte configuração em relação aos assentamentos na porção Centro-Oeste do país, no que diz respeito aos beneficiados:

Tabela 15: Assentamento de Trabalhadores Rurais no Centro-Oeste do Brasil – Relação de Beneficiários - 1995 a 2006.

SR	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
SR – 04/GO	1.026	2.097	2.128	2.303	2.115	1.766	943	657	421	377	2.490	3.036	19.359
SR – 13/MT	9.098	7.093	10.214	9.222	8.494	8.226	10.013	6.131	3.130	10.215	10.288	7.971	100.095
SR – 16/MS	280	1.625	2.564	2.381	660	2.142	1.976	2.412	380	3.512	6.031	2.627	26.590
SR – 28/EN	0	0	0	2.027	1.483	1.809	1.616	807	506	757	1.071	519	10.595

Fonte: INCRA, 2007.

O número de beneficiados, no período 1995 a 2006, foi significativo, com destaque para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que somaram respectivamente 100.095 e 26.590 SR (Tabela 15).

Dentre os trabalhos de campo realizados no decorrer da pesquisa, pudemos visitar alguns projetos de assentamentos (PA) e acampamentos, nos quais pudemos conversar com seus moradores e indagar algumas questões a exemplo de visita feita a Bataguassu, onde pudemos verificar a situação dos assentados.

Conforme entrevista com um assentado do Aldeia I – José Vieira dos Santos, há 8 anos no lote –, a situação é difícil tanto no que diz respeito ao acesso à terra, como à permanência na mesma, visto que, para consegui-la, é preciso muita luta e é preciso ter “opinião, porque, senão, não consegue”, bem como quando a terra já está sob seu domínio, pois, aí tem que tirar o sustento para a família, apesar de todos os contratemplos da natureza e do mercado (Figura 11).



Figura 11 - Assentamento Aldeia I, no Município de Bataguassu.
Foto : AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

O referido assentado possui 45 cabeças de gado e uma renda de R\$ 400,00 a R\$ 500,00 reais mensais. Possui um filho estudando na escola local e outro que trabalha em propriedade rural vizinha. Seu José acredita que condições melhores virão¹⁵⁵, afinal, apesar de estarem na terra e de forma alguma pensarem em vendê-la, em virtude da luta que foi consegui-la, ainda ele e os demais assentados encontram grandes problemas, sendo a fertilidade da terra um deles. Nesse sentido, relata as perdas que teve, por exemplo, quando plantou mandioca, porque, quando plantou, o preço estava bom e, ao comercializar a safra, o preço do mercado tinha caído e não conseguiu o preço justo para saldar as dívidas.

Tal fato nos remete à situação do camponês, durante a Idade Média, que, ao se ver sob a dependência do mercado, passou a sofrer as conseqüências das grandes produções agrícolas, em vista de estas serem invendáveis; assim, de acordo com Kautsky (1968, p.28), “justamente o que lhe fora antes, uma benção, tornava-se um flagelo: uma boa colheita”.

Outro exemplo dessa situação se verificou a partir da entrevista com Reinaldo José dos Santos, o qual é do mesmo assentamento, porém com uma história de luta – de acampamento – menos degradante do que o entrevistado anterior, mas nem por isso menos significativa.

O entrevistado destacou como uma das principais dificuldades conseguirem saldar os compromissos, dado o endividamento dos assentados. Disse que poderiam ser mais bem assistidos pelas autoridades, as quais muitas vezes nem

¹⁵⁵ Esse aspecto é ressaltado por Farias (2008), a qual destaca que a fé em Deus (religiosidade) e o fato de a terra prover as necessidades do homem, uma vez que tudo que se planta dá, constituem características do homem do campo, em particular do assentado, que se figura como um esperançoso por dias melhores.

se incomodam com seus problemas, apesar de estarem sempre cobrando por melhores condições, nos assentamentos, considerando a permanência na terra.

Outra vez lançamos mão das reflexões de Kautsky (1968, p.28), quando enfatiza que, “juntamente com a sua necessidade de dinheiro, desenvolvia-se e crescia igualmente a das forças que exploravam o camponês, os senhores feudais os príncipes e outros detentores da autoridade pública”. Não obstante, na atualidade, os responsáveis por tal exploração são outros agentes sociais, como, por exemplo, o usineiro e o grande proprietário rural, que vêm na força de trabalho barata do assentado/acampado uma forma de baratear custos.

Também não podemos nos esquecer de que muitos assentamentos/acampamentos se encontram próximos das unidades produtivas, o que, de fato, é interessante ao capital canavieiro, que outra vez tem à sua disposição e sem maiores sacrifícios o exército de reserva sequioso por ceder um dia de serviço para os empresários, em troca, pois, de dinheiro com o qual possa saldar suas dívidas, inclusive com o próprio banco, que, por vezes, é o agente financiador de operações em geral.

Nesse sentido, ressaltamos o depoimento colhido junto à FETAGRI/Campo Grande, através da Sra. Ana, que salientou que “atualmente tem vários trabalhadores de acampamentos e assentamentos que estão trabalhando na destilaria de álcool, tá? e eles passaram para cá tendo que aumentar essa mão-de-obra [usina]” (p.01).

Conforme a referida entrevistada, essa situação está ligada à “falta de alternativa de trabalho mesmo, né?, necessidade de trabalho”, sendo que a mesma justifica a vinculação dos assentados/acampados ao âmbito canavieiro, dizendo: “Gerar uma renda então assim, o leite [...] a maioria dos assentamentos produz leite, mas caiu muito o valor do preço do leite [...] falta alternativas, então é quando eles vão buscar uma alternativa de renda, trabalhar para as destilarias de álcool” (p.01).

Como exemplo dessa situação, ressaltamos entrevistas com trabalhadores de Bataguassu, os quais acreditam que a instalação da usina Itaguassu, no município de Bataguassu (Figura 12) será positiva para todos os assentados/acampados, os quais vivem em dificuldades, pois não conseguem retirar o sustento da terra e acabam vivendo de “bicos” aqui e ali – diárias, principalmente.



Figura 12- Empreendimento do Grupo Itamarati (MT) no Município de Bataguassu.
Foto : AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Essa experiência, vivenciada por crescente número de trabalhadores rurais, no Mato Grosso do Sul, está ligada às transformações em curso da família camponesa, a qual passa a ter desafios para garantir a sobrevivência:

As atividades desenvolvidas pela família camponesa se modificam, sendo muitas vezes, transferidas para a agroindústria, aumentando o processo de profissionalização dos indivíduos, ou seja, a família passa a desenvolver outras atividades que modificam a propriedade e a organização espacial, isso possibilita a ligação de algumas áreas ao complexo industrial urbano e, ainda, a saída de membros familiares para exercerem atividades exteriores ao lote. (FARIAS, 2008, p. 07).

Devemos ressaltar o caráter desse processo de profissionalização, o qual apresenta duplo sentido, ou seja, de inserção no mercado por necessidade, que, no caso do assentado, deveria estar atrelada à terra de trabalho, e de dominação do trabalho camponês pela agroindústria, que não se limita ao campo, mas se espalha pelos trabalhadores da cidade (bóias-frias).

Assim, é ressaltada pelos trabalhadores rurais, a contratação pela usina Itaguassu de trabalhadores do assentamento em atividades agrícolas, tais como na preparação de mudas da cana-de-açúcar e tratos culturais em geral, quando vários assentados são empregados por algumas semanas junto à empresa, proporcionando-lhes o recebimento de salário equivalente aos dias trabalhados.

É importante remeter à recente MP 410/2007, que acaba com a exigência do Registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social de trabalhadores rurais nas

contratações por períodos de até dois meses, colocando como única exigência que o contratante (patrão) assine um documento com dados básicos do serviço, incluindo o nome e a inscrição do trabalhador na guia de recolhimento do FGTS. Ou seja, a partir dessa medida, temos o pagamento proporcional dos direitos trabalhistas, tais como: horas extras, férias, 13º salário etc., sendo que a contribuição previdenciária será deduzida pelo patrão dos serviços e, conseqüentemente, recolhida ao INSS¹⁵⁶.

A mesma MP estabelece a prorrogação do prazo de contratação de financiamentos rurais e permite ao empresariado rural a flexibilização da lei, uma vez que amortiza a corrida contra o trabalho escravo, assim como a regularização das relações de trabalho no campo, pois fica fácil para os patrões alegarem que o trabalho é de curta duração, não se comprometendo com as obrigações trabalhistas, o que, de fato, já acontecia antes da MP, ficando agora amparado judicialmente.

Tal aspecto é particularmente interessante, em especial no caso da atividade canavieira, em que temos safras sazonais, quando significativa parte dos trabalhadores são dispensados temporariamente. Nessas circunstâncias, as agroindústrias poderão intensificar a contratação de trabalhadores em regime de curta duração e reduzir o número de trabalhadores fixos na entressafra.

Nesse cenário, observamos que existem discordâncias entre os próprios movimentos sociais, especificamente do meio sindical, o que é percebido pela posição favorável da CONTAG à MP 410/2007, que entende que essa medida poderá reduzir a informalidade no campo. É compactuante ainda dessa decisão a CNA que, por sua vez, representa os interesses do agronegócio no país e acredita que tal conquista “possibilita a prestação de serviço sem burocracia, mas garantindo os direitos trabalhistas e previdenciários”¹⁵⁷.

Porém, inúmeras instituições representativas dos trabalhadores, como Federações, Organizações não-governamentais etc., manifestam-se contrariamente a tal medida, temendo que ocorra uma verdadeira intensificação da precarização do trabalho.

De seu lado, os trabalhadores observam essa situação sem críticas, não levando em conta que o empresário local se aproveita da ocasião para explorá-los, de maneira que, do ponto de vista do empregado, o patrão lhe está fazendo um favor, pois teria como contratar trabalhadores da cidade; na verdade, tem-se, por parte do “patrão”, uma forma de controle social sobre os trabalhadores, já que estes passam a

¹⁵⁶ A Medida Provisória 410 de 28/12/2007 altera a Lei nº. 5.889/1973, que instituía até então as normas reguladoras do trabalho rural.

¹⁵⁷ Conforme Nota Técnica nº. 001 – CNA (Brasília, 15 de janeiro de 2008).

depende e, conseqüentemente, submeter suas vidas à da empresa em fase de instalação na área.

No âmbito da agroindústria canavieira no Estado de Mato Grosso do Sul, presenciamos a incorporação de trabalhadores assentados e/ou acampados, conforme podemos verificar em outros lugares em que se territorializam unidades de produção.

Vejamos então, alguns exemplos, como a destilaria de álcool no município de Brasilândia, onde fizemos entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Leite de Noronha, à frente do sindicato há 18 anos. Ele apontou a existência de trabalhadores rurais dos seguintes locais: Fazenda Santa Maria, Mutum, Acampamento Esperança I e Acampamento Esperança II. Além destes, inquirindo o sindicalista sobre um acampamento à beira da rodovia (Figura 13), que dá acesso ao referido município, o entrevistado garantiu que o mesmo é “de fachada”, uma vez que os acampados trabalham em vários locais, não ficando nos barracos, para onde retornam somente no ato das reuniões. Desses trabalhadores parte significativa trabalha na Debrasa.



Figura 13- Acampamento às Margens da Rodovia que dá Acesso a Brasilândia.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Já em entrevista com o Presidente do STR de Dourados, Melquíades Antônio de Oliveira, pudemos apreender uma visão a respeito desta última área apontada, isto é, a porção de Brasilândia, Bataguassu, Santa Rita do Pardo, em relação ao arrendamento de terras para usinas e destilarias:

Eu acho que dependendo dos assentados que têm lá, eu acho melhor arrendar mesmo. Os projetos lá são grandes, 22 alqueires, 30 alqueires, eles não dão conta de tocar tudo aquilo lá, porque aquela terra é tudo ruim, investimento naquela terra que é de terceira, fraca, ela deu 4,5 de ph, deu 100 de alumínio e mais 100% de cupim, então é melhor eles arrendar para plantar cana e, quando tiver 5 anos, 4 anos, a usina entrega a terra e ela está no ponto para receber qualquer coisa¹⁵⁸.

Todavia, esse ponto de vista é criticado por Thomaz, Júnior (2007, p.07), que assim se posiciona:

O que se anuncia, com a ampliação dos assentamentos no cultivo da cana-de-açúcar, é a quebra da unidade da família camponesa, agora estimulada a fazer parte de um grande negócio, alardeado como bem-sucedido, que, para a maioria dos entrantes, já expressa os principais aspectos negativos, tais como: endividamento, desagregação da família trabalhadora e frustração.

Em Anaurilândia, pudemos averiguar outros exemplos como esses, a partir de entrevista, em 1º de agosto de 2007, com Carlos Augusto, do setor administrativo da usina Aurora, para quem a usina tem arregimentado trabalhadores dos assentamentos Barreiro, Santa Helena e de Vila Quebracho¹⁵⁹, no momento do plantio.

Ainda em Anaurilândia, de acordo com dados obtidos em entrevista com Edmar Rodrigues de Lima, Secretário de Desenvolvimento Econômico, em 16 de agosto de 2007, ocorre o predomínio da pecuária extensiva no município, sendo a pecuária leiteira pouco expressiva e característica das pequenas áreas. Na região, existem dois re-assentamentos, o Santa Rosa (Figura 14), com módulos de 5 hectares, e o Santa Ana, com módulos de 30 a 35 hectares. Também há um assentamento realizado pelo INCRA, o de Santa Irene, bem como dois pré-assentamentos, Esperança e Barreiro.

¹⁵⁸ Transcrição de entrevista realizada em agosto de 2007, p. 06.

¹⁵⁹ Trata-se de distrito do município de Anaurilândia, o qual, conforme pudemos constatar, por várias vezes, apresenta péssimas condições de infra-estrutura, empregos, lazer etc.



Figura 14 - Estrada de Acesso ao Assentamento Santa Rosa, no Município de Anaurilândia.

Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Sobre a utilização da mão-de-obra na usina, o secretário afirmou, com veemência: “Os trabalhadores dos assentamentos serão incorporados pela usina com certeza. Hoje o Barreiro e o Santa Irene¹⁶⁰ já fornecem mão-de-obra e a tendência é aumentar o número, conforme o adiantamento das obras”.

Tal posicionamento foi apreendido ainda em entrevista, no mesmo município, com as lideranças sindicais, para as quais se trata “de uma forma de garantir a mão-de-obra necessária para tocar as atividades da usina e também uma opção de trabalho para as pessoas da redondeza antes sem emprego”.

Em Batayporã, conforme o STR, existem três assentamentos, São Luiz, São João e Mercedina, que têm cedido mão-de-obra para usinas da região, segundo revela o trecho da entrevista a seguir:

- E já há trabalhadores vindo trabalhar nas usinas? No plantio, nesta fase mais inicial, ou ainda não?
- Quando a usina pegou umas pessoas pegou do assentamento também [...].
- O senhor não tem idéia de quantos, mais ou menos?
- Não tenho, mas sempre a base é uns 40, por aí, que ia trabalhar lá.

Já no município de Dourados, conforme nos apontou o representante da Secretaria da Agricultura, Amaral, se localizam alguns assentamentos que, por sua vez, também estão cedendo mão-de-obra para usinas da região. São eles: Amparo,

¹⁶⁰ De acordo com entrevista realizada em 11 de novembro de 2007, com Samuel Passos, trabalhador do grupo Aurora, o assentamento Santa Irene é o que reúne o maior número de trabalhadores vinculados à empresa, sobretudo na fase de plantio e preparação de terras, haja vista a proximidade com a área produtora da matéria-prima.

que possui 67 lotes de aproximadamente 16 hectares, Lagoa Grande, com 151 lotes de 22 hectares, além da Vila Formosa, que tem 41 lotes de 2,5 hectares.

Além dos contatos realizados com assentados de diferentes porções do Estado, pudemos igualmente entrevistar acampados e obter deles o posicionamento quanto à expansão da cana-de-açúcar bem como em relação a sua incorporação à agroindústria. Nesse sentido, gostaríamos de chamar a atenção para entrevista realizada em 31 de outubro de 2007, com acampados ligados à CUT em Ivinhema/MS (Figura 15 e 16).



Figura 15 - Placa Situada à Margem da Rodovia, nos Arredores do Acampamento.

Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).



Figura 16 - Acampados da Associação Terra Prometida, em Ivinhema.

Foto: AZEVEDO, J.R.N.de (2007).

Para Sebastião, atualmente eles reúnem apenas 90 pessoas, embora há quatro anos e meio, quando formaram o núcleo de luta pela terra, estivessem em 600 trabalhadores, incluindo homens e mulheres, sendo que o resultado reflete as dificuldades constantes a que estão submetidos, cotidianamente.

Dentre essas dificuldades, o entrevistado salienta, por exemplo, as condições de infra-estrutura – moradia precária/provisória principalmente –, alimentação – conseguida, sobretudo, do que conseguem plantar nos locais em que se situam temporariamente, até o momento de receberem o lote em definitivo, daquilo que extraem da natureza, como frutas, além dos animais de pequeno porte, como galinhas e porcos que criam para sua própria subsistência – escola, que, por sinal, “é sempre um problema”, já que as crianças às vezes se encontram em locais de difícil acesso e/ou não se enquadram no universo dos demais estudantes citadinos. Não é raro que sejam enquadradas como desiguais/diferentes, sofrendo preconceitos, na medida em que são vistos em especial através de piadas e brincadeiras que menosprezam os pequenos, fragilizando ainda mais sua condição de sem-terra, de despossuídos, o que implica, segundo reforça o entrevistado, não poucas vezes a desistência destes em relação aos estudos.

Para outro entrevistado, Cícero, que está na luta pela terra desde a constituição do movimento, é flagrante a indiferença da prefeitura local e do governo estadual quanto à condição em que estão vivendo, além da ação dos próprios fazendeiros, que freqüentemente “contratam guardas para não deixar que a gente entre na fazenda e tome posse do que é nosso por direito”. Segundo ele, “tem um monte de gente aí que não tem documento das terras nessa região, aqui mesmo ao lado é uma [...] é tudo grilado”.

Questionamos sobre a implantação das unidades produtivas de açúcar e álcool no Estado de Mato Grosso do Sul, o que foi visto diferentemente pelos nossos interlocutores, isto é, enquanto para Sebastião será um “coisa positiva, porque vai gerar emprego pra gente”, para o seu Cícero, constitui algo indefinido, o que é expresso quando questiona “Será, moço, que isso vai ser bom mesmo para nós?”

Conforme os sujeitos do acampamento Terra Prometida, com quem conversamos, atualmente há apenas dois trabalhadores do acampamento empregados em usina, mas estes, quando tiveram que sair da área na qual se encontravam (Nova Andradina/MS), deixaram o movimento para permanecer no emprego.

Nessa perspectiva, cabe a seguinte reflexão de Thomaz Júnior (2000, p.43):

É possível identificar que à horda de trabalhadores excluídos do campo se juntam, crescentemente, os trabalhadores proletarizados e semi-proletarizados, (inseridos na informalidade, majoritariamente), portanto precarizados para terem acesso a terra, como forma de busca da dignidade e do direito ao trabalho perdidos.

Interessante notar o fato de vários acampados nos questionarem em relação ao pessoal que vai lá perguntar sobre sua situação – jornalistas, fotógrafos e inclusive professores, mas que não fazem nada por eles, sendo que, no seu parecer, poderiam ajudá-los, pelo menos mostrando a condição em que se encontram e que não são “do mal”, pessoas perigosas e bandoleiras, como muitos pensam, já que “estão apenas em busca de um pedaço de chão para viver”.

É notável a necessidade de se promover a reforma agrária e combater o modelo do agronegócio, o qual é marcadamente expropriatório, destrutivo e desumano, sem contar que se estrutura a partir de relações de poder, historicamente constituídas, baseadas no latifúndio improdutivo/produtivo e nas relações de exploração do trabalho em diferentes contextos espaço-temporais.

Ainda em Ivinhema, pudemos entrar em contato com os trabalhadores do Acampamento Renascer (Figura 17), que indicaram a existência, entre os seus, de funcionários de unidades produtivas de açúcar e álcool da região, contudo não pudemos obter maiores esclarecimentos, em razão de diversos barracos estarem vazios, seja por seus ocupantes estarem trabalhando como bóias-frias, seja porque abandonaram o seu propósito de luta pela terra, seja ainda pelo fato de ser uma tática utilizada por alguns trabalhadores – de comparecerem apenas nos momentos-chave, quando pretendem a ocupação de terras propriamente dita, conforme foi ressaltado por sindicalistas, em nossa pesquisa de campo.



Figura 17 - Vista do Acampamento Renascer, em Ivinhema.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Neste sentido, é essencial a coesão dos movimentos sociais e fundamentalmente dos trabalhadores do campo e da cidade, no âmbito da luta pela terra, na medida em que é na pluralidade de contextos e situações que se vislumbra a saída da “crise”, que, nesse caso, envolve políticas públicas que vão além da exclusiva distribuição de terra aos camponeses, os quais não possuem o direito à terra e sua permanência na mesma, conforme pudemos observar através de séculos de privação e expropriação.

Ou seja, deve-se lutar contra todo “o expediente da grilagem de terra, da exploração do trabalho, da violência descomedida, dos assassinatos no campo, do apoio das elites que hegemonizaram o aparelho estatal” (THOMAZ JÚNIOR, 2000, p.33), uma vez que “foi ao longo dos últimos 500 anos consolidando especificidades aos conteúdos das alianças políticas intraburguesas, e dos pactos sociais construídos num cenário marcadamente de exclusão social” (p.33).

Daí a necessidade em se pensar numa reforma agrária solidária, cuja característica fundamental seja a coesão de ações pelos camponeses e os assalariados puros, a exemplo dos migrantes, num contexto em que a “terra de trabalho” seja um ideal perseguido e as relações produtivas não sejam dependentes do capital canavieiro, por exemplo, ou de qualquer outra natureza, e que as forças produtivas, sobretudo, o próprio homem, estabeleçam uma relação de reciprocidade com a natureza na qual se encontrem.

Entendemos, dessa forma, que a Reforma Agrária não se resume ao recebimento de terra via órgão público, mas que é preciso ampliar a visão parcial com respeito à terra e sua apropriação, ou melhor, a terra e os homens que dela desfrutam e retiram suas potencialidades, em pelo menos duas classes distintas, quais sejam: a) aqueles que se servem dela para retirar a renda, através da monopolização do território, tendo em vista a acumulação de capitais reinvestidos na indústria; e b) aqueles sujeitos sociais que vêem a terra como forma de manutenção do seu modo de vida, que se ampara numa produção de cunho autônomo e soberano, de caráter policultor e não agressor da natureza, isto é, que busque outras formas produtivas onde homem e natureza formem uma unidade dialética, não excludente.

Para Santos (2002, p. 24), “uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica”, tendo em vista a busca de alternativas “que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas” (p. 25). Quer dizer, que tenhamos

formas de produção autônomas baseadas na realidade do camponês enraizado na terra, haja vista que este deve estar inserido em uma comunidade de interesses que, conforme destaca Shanin (1983, p.279), abranja um sistema de valores predominantes, que, por sua vez, se caracterize pela solidariedade da família, na medida em que esta “oferece o marco básico de ajuda mútua, controle e socialização”.

É importante combater, pois, o processo expropriatório em que o capital se alicerça, no âmbito do atual modo de produção, cuja característica marcante é justamente a produção de desigualdades de recursos e de poder, porque, segundo Santos, “a separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos agem como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital” (p.27).

Contudo, é importante destacar que não é unânime a aceitação da atividade canvieira como possibilidade de desenvolvimento, como podemos verificar a partir de exemplo, em Angélica, da ocupação da fazenda Macaco¹⁶¹, localizada entre Angélica e Ipezal, numa área de 2,5 mil hectares, justamente num lugar que marca a territorialização da Adecoagro, vista anteriormente, e a concentração de migrantes, o que representa uma contradição, pois os sem terra impediram o plantio de cana-de-açúcar na área e reivindicam a reforma agrária, há vários anos.

Aliás, outro exemplo de combate ao modelo do agronegócio canvieiro em Mato Grosso do Sul pode ser observado na rodovia que liga Rio Brillhante a Nova Alvorada do Sul, onde é possível encontrar acampados que lutam contra a expansão da cana-de-açúcar e mostram sua indignação com faixas de protestos, na beira da pista, conforme pudemos verificar em diversos momentos da pesquisa de campo.

Em Nova Andradina, vimos manifestações contra a instalação do grupo Cerona, por parte de trabalhadores rurais sem terra vinculados ao MST e à FETAGRI, visto que a empresa tem expandido seus canaviais na fazenda Primavera, que se localiza no município de Batayporã. Para os trabalhadores, essa área poderá ser prejudicada, se não houver critérios que garantam a sua preservação e, nesse sentido, as conseqüências se espalharão para toda a sociedade local¹⁶², além do que a fazenda em questão é objeto de interesse para desapropriação pelos trabalhadores sem terra e a expansão canvieira seria uma forma de legitimar a propriedade da terra.

¹⁶¹ Sobre esta situação, ver matéria intitulada “Sem – Terra do MST e FAF invadem fazenda em Angélica”. Disponível em: <http://bbcnews.com.br/index.php?p=noticias&cat=115&nome=Fátima%20do%20sul&id=106981> Acesso em 07 jan. 2008.

¹⁶² A esse respeito, ver texto publicado no site da Câmara municipal de Nova Andradina, intitulado “Trabalhadores sem terra manifestam em prol da Fazenda Primavera”. Acesso em 14 jan. 2008.

Por isso, concordamos com Bihl (1998, p.132), quando ressalta que “o problema não é preservar uma ordem natural no quadro da qual a ação humana deveria estritamente se limitar, mas conseguir eliminar as retroações negativas sobre a humanidade de sua indispensável ação de transformação da natureza”.

Queremos assinalar, enquanto proposta no que diz respeito à reforma agrária, o uso das terras nas quais ocorreram denúncias de trabalho forçado, degradante, semi-escravo, escravo etc., que, por sua natureza desumana, vitimou trabalhador(a)s da cana-de-açúcar ou não, como alvos de projetos de reforma agrária, como forma de mitigação da exploração empreendida sobre os mesmos.

Concordamos, portanto, com Oliveira (1986, p.81), quando destaca que “a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital”.

É necessário que tenhamos formas de produção autônomas, baseadas na realidade do camponês enraizado na terra e pela terra, haja vista que este deve estar inserido em uma comunidade de interesses, que pressuponha um sistema de valores predominantes, que se caracterize pela solidariedade da família, uma vez que esta “oferece o marco básico de ajuda mútua, controle e socialização” (SHANIN, 1983, p.279).

É importante combater, pois, o processo expropriatório em que o capital se alicerça no âmbito do atual modo de produção, cuja característica marcante é justamente a produção de desigualdades de recursos e de poder. Como sustenta Santos (2002, p. 27), “a separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos agem como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital”.

Talvez o emprego do sistema de parcerias via cooperativa de trabalhadores entre os assentados seja algo a se pensar, tendo em vista que estes podem obter os meios necessários para se manterem, com a devida dignidade, na terra.

Nesse contexto, afirma Paulo Aurélio, representante do Sindal, (p. 02):

O Sindal/MS, representando as unidades sucroalcooleiras do Estado, tem firmado parcerias com o governo estadual e outras entidades representativas, com a finalidade de desenvolver e patrocinar parcerias entre os assentados e os indígenas, principalmente na área de fornecimento de alimentos produzidos por assentados e ou pela agricultura familiar e, com os indígenas, o apoio e a compra de equipamentos de segurança produzidos por comunidades de mulheres indígenas, além ainda de dar apoio a projetos de prefeituras [...].

Todavia, devemos salientar que tais iniciativas são isoladas e quase sempre demonstram um cunho meramente político, sem estarem vinculadas a mudanças estruturais.

Assim, discordamos daqueles que apontam ser a parceria entre assentados e usineiros algo positivo, já que, na verdade, quando se estabelece essa relação, o beneficiado é justamente o empresário, porque o pequeno produtor acaba arcando com os prejuízos, nos eventuais momentos de crise¹⁶³.

Não podemos omitir o papel da União no processo de reforma agrária, pois, conforme o artigo 184 da Constituição, a mesma deverá assegurar o cumprimento da função social da terra.

Em suma, são necessárias atitudes propositivas que visem à qualidade de vida para todos, via distribuição de renda e de terras, as quais passam obrigatoriamente não apenas pela reforma agrária, mas também pela reforma urbana, tributária etc., e que, em primeira instância, permitam que o trabalho, entendido enquanto a relação entre homem e natureza, não se estabeleça como meio de exploração de uns sobre outros, mas como ações integradas e solidárias de produção dos meios de subsistência, nas quais os trabalhadores encampem uma luta anti-capitalista, em que todos tenham condições iguais de desenvolver suas potencialidades.

Vejamos, adiante, uma breve discussão sobre a questão das migrações no âmbito da atividade canavieira, no Mato Grosso do Sul, visto que o aumento de terras plantadas com a gramínea, resultante da instalação de novas agroindústrias, vem acarretando a intensificação da utilização dessa mão-de-obra, nos canaviais.

¹⁶³ Pudemos constatar situações similares em pesquisas realizadas no Oeste Paulista, entre 2001 e 2005.

3.3 O Cenário das Migrações na Atividade Canavieira Sul-Mato-Grossense

Estrangeiro

Pe. Alfredo J. Gonçalves

Estranho sou, vim de outro país
Estranho sou, vim de outra região
Estranho por ser estrangeiro
Estranho por ser diferente
Estranho, sem pátria nem chão.
Por teto tenho as estrelas
Por casa, apenas o chapéu
Sou o outro, o pobre, o excluído
Ando sempre aos embolésus
Justiça não há na terra
Mas há de haver no céu.
Grito – todos parecem surdos
Bato – porta alguma se abre
Caminho – muros, cercas, grades
Sem rumo e sem destino vagueio
Da vida só me resta a saudade.
Pai, mãe, irmãos... parentes
Esposa, filhos... famílias
Deles trago só lembrança
No peito, dor e solidão
E vou seguindo minha trilha.
Procuro um olhar – não há luz
Procuro uma palavra – só pressa
Procuro um sorriso – sem primavera
Procuro um rosto – fechado
Procuro um coração – de pedra.
Nova família hei de encontrar
Nova casa, gente nova, novo lar
- comunidade, movimento, união
Na luta por terra, cidadania e pão
Correntes vão sendo quebradas
Solidariedade é nossa morada
Mundo novo em mutirão se levanta
Semente viva que se faz planta.
(São Paulo, 21 de outubro de 1993)

Partimos nossa reflexão do poema “Estrangeiro”, acima transcrito, que nos revela diversos aspectos dessa trajetória de milhares de trabalhadores, em todo o mundo, e que, no caso da atividade canavieira, é de suma importância para o desenvolvimento das relações de produção e de trabalho, considerando que os migrantes são alvos certos de inúmeros grupos agroindustriais, que encontram nesse contingente expropriado a solução para suas necessidades, seja no momento do preparo da terra, do plantio da cana-de-açúcar, nos tratos culturais e/ou na colheita, valendo-se dos sonhos desses trabalhadores.

Conforme D’ Incao (1984, p.15), o movimento migratório é característico do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo que a terra, enquanto fator de produção, “leva os proprietários da terra a substituírem as antigas formas de pequena produção pela produção comercial”. Temos, para a autora:

Imensos contingentes de população deslocando-se do campo para a cidade, destituídos de qualquer meio de produção e reduzidos à condição de ofertantes de força de trabalho para os setores urbano-industriais, que se desenvolvem simultaneamente com a agricultura capitalista. (ibidem).

Nessa mesma direção, marcando a historicidade desse fenômeno, Martins e Vanalli (2004, p. 08) destacam que “os movimentos migratórios não são contemporâneos nem resultantes de fatalidades da natureza”, sendo que a “questão das migrações é universal e tem sua origem ligada a um movimento histórico marcado pelo cercamento das terras que expulsa o homem do campo, assim como pelo desenvolvimento do sistema fabril, que explora a sua força de trabalho” (p.12).

Em um esforço de abstração, poderíamos dizer que os trabalhadores historicamente passaram de escravos a servos do capital, sendo que, neste último momento dever-se-á considerar o seu não acesso à terra, bem como o não cumprimento da função social da mesma, que perpassa essencialmente pela garantia da dignidade humana e da própria sobrevivência do ser humano, enquanto ser que demanda um mínimo de condições para garantia da sua reprodução social. Assim, concordamos com Martins (1986), quando enfatiza que a migração temporária é, “contraditoriamente, um modo de desatar os laços de família e, ao mesmo tempo, um modo de atar o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura familiar” (p. 50).

Conforme temos observado, a partir da realização de trabalhos de campo pelos diversos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, o principal fluxo emigratório é sinalizado para os Estados de Minas Gerais, sobretudo da região do Vale do Jequitinhonha, Alagoas, Piauí, Pernambuco e Maranhão (Mapa 5).



Assim, usando as palavras de Silva (2006, p. 129-130):

O grande exército de trabalhadores migrantes representa não somente o resultado do desenraizamento social e econômico, provocado pelo processo de expropriação em seus locais de origem, como também, um conjunto de seres, cuja condição humana é negada.

Dessa maneira, estamos atentos ao que tem sido comum, no Mato Grosso do Sul, repetido durante as entrevistas que temos realizado, ou seja, justamente o dito acordo entre o poder público local e os grupos interessados em implantar agroindústrias, quanto à contratação da mão-de-obra local, uma vez que isso tem acontecido numa intensidade ínfima, com explicação principal de que falta qualificação para os trabalhadores locais.

Percebe-se que algumas usinas e destilarias, como, por exemplo, a Energética Santa Helena, especializam-se na contratação dos migrantes ou, quando não, na mão-de-obra indígena, prática esta muito utilizada também por outras agroindústrias, como a Debrasa, em Brasilândia, a Usinavi, em Naviraí, a Santa Fé, em Nova Alvorada do Sul, a Eldorado, em Rio Brilhante etc.

Trata-se, de fato, de um exemplo de intensificação e superexploração do trabalho, caracterizado pelo assalariamento como relação de trabalho predominante, uma característica do mundo do trabalho hoje, haja vista que “o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano” (ANTUNES, 1999, p.232).

Vejamos um ônibus terceirizado pela usina Eldorado (Figura 18), levando os trabalhadores migrantes, ao fim do dia, para o alojamento, segundo presenciamos em trabalho de campo.



Figura 18 - Migrantes da Usina Eldorado, no retorno ao alojamento.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Em entrevista com o trabalhador rural José Luis (37 anos, do Piauí, em Rio Brilhante, em 02 de agosto de 2007), ele contou que veio, com sua turma, em 01/03/2007 para Rio Brilhante. É a primeira vez que vem e manda dinheiro todo mês para a família. Ficou sabendo da empresa por meio de outros trabalhadores, os quais já tinham vindo para trabalhar em unidades do Centro-Sul.

Segundo o entrevistado, um trabalhador da região que já reside no Mato Grosso do Sul segue para lá todo início de safra e, então, vêm todos com carteira assinada. Em 2007, vieram 46 pessoas destinadas ao corte da cana-de-açúcar somente para a usina Eldorado.

Quando vão embora, faz-se o acerto antes de retornarem a seus municípios de origem.

O entrevistado alega que muitas vezes eles vêm para “cá” por ilusão, provocada pelos outros trabalhadores, e, na busca por melhores condições de trabalho, resolvem tentar a vida em outras regiões do país. No entanto, para Martins (1973, p.19), “do ponto de vista sociológico, a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra”.

É, pois, um desafio para o trabalhador se estabelecer num lugar estranho, a partir de um contexto social ao qual suas necessidades o encaminham, no curso da sua “vida severina”. Sendo assim, na medida em que “[...] o migrante é um trabalhador, isto é, um portador de força de trabalho, e, portanto, a migração é o resultado do comércio internacional dessa mercadoria singular” (MARTINS, 1973, p.22).

Os sujeitos homens e mulheres deslocam-se no espaço, para cumprir sua árdua tarefa de servir ao capital, de sorte a garantir os meios necessários para perpetuar o processo exploratório por gerações vindouras, sendo, então, a migração mais um momento desse contínuo “processo de desajustamento-ajustamento que se traduz na recompensa subjetiva que proporciona” (MARTINS, 1973, p.21). Ou seja, ainda na concepção de Martins (1986), temos como fenômeno central a ausência que reflete o fato de o temporário ser “aquele migrante que se considera a si mesmo ‘fora de casa’, ‘fora do lugar’, ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente” (p.49-50).

Outro trabalhador, proveniente do norte de Minas Gerais, Edson da Silva, 28 anos, o qual no momento estava na capina, revelou que são 42 os trabalhadores que vieram do mesmo lugar. A sua trajetória, como a de tantos outros, é de andanças por outras usinas e destilarias do país, em busca de um lugar de fatura¹⁶⁴. Em consequência, o mineiro já trabalhou na usina Santa Helena, na safra passada – 2006/07 – e, nesta safra, está na Eldorado. Entende que são melhores as condições de trabalho na Santa Helena de Nova Andradina do que na Eldorado de Rio Brilhante, pois esta é muito exigente, com muitas cobranças, embora pertençam ao mesmo grupo econômico, fato este que o trabalhador não salientou. Chamou a atenção da diária, que gira em torno de R\$18,00¹⁶⁵.

Segundo o entrevistado, são vários os trabalhadores que ficam em Ipezal, o ônibus faz o trajeto para levá-los diariamente. Estes, quando necessitam de algo, se dirigem para o município de Deodópolis.

Esse aspecto foi um dos que mais nos chamou a atenção, na medida em que, ao nos deslocarmos para o citado município, tivemos uma amostra das condições a que estão submetidos os mesmos trabalhadores. Assim, em entrevista realizada com trabalhadores rurais em Deodópolis (alojamento), em 02 de agosto de 2007, encontramos cerca de 45 trabalhadores em uma construção precária de várias peças, as quais abrigam beliches/colchões.

Trata-se, portanto, do famigerado sistema do barracão, tão conhecido dos trabalhadores, em virtude das condições que os caracterizam, isto é, extremamente degradantes, com falta ventilação, espaço adequado para os trabalhadores, higiene (sujeira acumulada) etc. (Figuras 19 e 20).

¹⁶⁴ Alusão ao trabalho feito por Farias (2006), ao refletir sobre as “esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra”, em Mato Grosso do Sul, particularmente dos trabalhadores do acampamento América Rodrigues da Silva, em Três Lagoas.

¹⁶⁵ Conforme pudemos averiguar, na primeira safra da usina, a produtividade alcançou a marca de 149 t/ha, sendo que cerca de ¾ da cana-de-açúcar colhida se deu manualmente, em uma área de mais de 20 mil ha.



Figura 19 - Condições dos trabalhadores em suas horas de folga, no alojamento.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).



Figura 20 - Local onde os trabalhadores "guardam" alguns dos seus objetos.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Percebemos que existem semelhanças no processo que caracteriza a expansão canaveira no país, mesmo se tratando de Estados e épocas diferentes do avanço do agronegócio. Tal fato pode ser percebido pela afirmação de Thomaz Júnior (2002, p. 209), que salienta que o “traço comum é que esses trabalhadores se alojam, na maioria dos casos, em precárias instalações, cedidas pelas usinas e fornecedores, recebendo a denominação de barracões, ou ainda de pensões localizadas nas cidades próximas”.

Destaca-se nesse cenário a figura do “mineiro”, conhecido como o migrante que se desloca de diferentes áreas do país, com destaque para o Vale do Jequitinhonha, em direção aos canais do centro-sul do país.

A propósito, Baccarin (1985, p. 132-133) ressalta a relação de domínio e controle dos empresários junto aos trabalhadores sujeitos a essa situação, na região

de Jaboticabal/SP, onde fez um estudo sobre os “trabalhadores rurais volantes”, cuja vida é similar à situação que temos diagnosticado, no Mato Grosso do Sul. Ou seja:

Além de tenderem a aumentar a competitividade entre os trabalhadores, parcela dos “mineiros” é mantida no interior das propriedades, alojada em barracões, permitindo maior controle sobre a mão-de-obra por parte do empregador no ajuste da jornada de trabalho, nos dias trabalhados na semana, na designação das tarefas a serem realizadas e mesmo nos salários estipulados para cada tarefa.

Embora vejamos, nessa etapa da instalação das agroindústrias canavieiras no Mato Grosso do Sul, a contratação maciça de migrantes, o que é – pelas características e situação apontadas da relação de trabalho – um bom negócio para a empresa, fica claro nos depoimentos tomados, durante a pesquisa, que a opção a ser pleiteada pelos grupos será prioritariamente a de contratação da mão-de-obra local, com a própria qualificação dos mesmos. Acrescida a isso, percebemos a preocupação das agroindústrias em garantir mão-de-obra no período da safra e fixação dos trabalhadores.

Algumas medidas para atingir tal objetivo, a partir do Relatório de Impacto Ambiental da Usina Alavanca Bioenergia (p.143-144), a qual pretende se instalar no município de Nova Alvorada do Sul, são: “priorizar a contratação de mão-de-obra diretamente pela empresa via carteira de trabalho ou contrato de safra”, e “realizar a contratação de mão-de-obra preferencialmente do município da AID e AII¹⁶⁶”. De acordo com a empresa, no período de entressafra, os trabalhadores serão direcionados para plantio de rotação de culturas e apoio aos programas de recuperação ambiental.

Assim, os mecanismos de exploração são retomados, no âmbito da agroindústria canavieira, independentemente da área em que se localiza a produção; afinal, o que importa nesse caso é a extração da mais-valia e a obtenção da acumulação do capital.

Os trabalhadores vêm em março e voltam em dezembro, para sua região de origem. Há trabalhadores que já vieram outras vezes para o Mato Grosso do Sul, inclusive para a unidade Santa Helena de Nova Andradina e, em especial, para outros Estados, como São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

¹⁶⁶ Área de influência direta e área de influência indireta.

Do total dos trabalhadores encontrados no referido alojamento, a maioria é casada e proveniente do Maranhão, havendo também trabalhadores que vieram do Piauí e de Alagoas.

Thomaz Júnior (2002, p. 208) acrescenta a seguinte reflexão:

Essa migração de trabalhadores, que nada mais é do que migração para o capital, permite perceber mais de perto a dimensão da ampliação territorial do circuito do mercado de trabalho agrícola, onde a arregimentação da força de trabalho ultrapassa não só os limites municipais, regionais, mas também estaduais.

A explicação para virem para o Mato Grosso do Sul, bem como para os demais Estados produtores do Centro-Sul, está no fato de as empresas pagarem melhor, inclusive pelo próprio recolhimento do FGTS, o qual se configura como uma obrigação por parte das unidades produtivas, mas que, todavia, nem sempre é realizada.

Os trabalhadores enviam, em média, R\$ 300,00 reais/mês para suas famílias. Conforme os mesmos trabalhadores, a saudade da família é muito grande, de sorte que alguns não resistem e retornam para suas casas, antes do fim da safra.

Tal situação permite refletir sobre as necessidades dos alojamentos do ponto de vista da empresa, uma vez que, se analisarmos a questão, perceberemos que se trata de uma forma de controle social em relação aos trabalhadores que ficam sujeitos aos desígnios da unidade produtiva, conforme a sua necessidade de utilização da mão-de-obra, evitando ao mesmo tempo que a situação fuja do controle da empresa, pois os trabalhadores são obrigados a se comportar da maneira estabelecida pela usina, sendo que o responsável por “administrar” o ambiente é a figura do “gato”, o qual se mistura aos trabalhadores e cria uma relação de poder no local. Dessa forma, ele possui autoridade e é elo entre as partes envolvidas.

Thomaz Júnior (2002, p. 209) enfatiza a circunstância de os trabalhadores “ficarem sob forte controle dos empresários, que não os liberam, na maioria dos casos, para participar de reuniões e assembléias dos sindicatos, nem sequer receber visitas nos fins de semana”.

É importante destacar, como resultado de incontáveis denúncias realizadas pelo Ministério Público do Trabalho, em todo o país e, em particular, no Estado de São Paulo, desde o mês janeiro de 2008, a obrigatoriedade de as usinas cadastrarem os alojamentos dos trabalhadores rurais e casas de usinas, na Vigilância Sanitária dos respectivos municípios. Tal medida, que posteriormente deverá se

estender para os demais Estados da federação, deixou irritados os usineiros, que assim se expressaram por meio do Editorial de um de seus canais de divulgação¹⁶⁷: “Afinal até que ponto é responsabilidade da usina garantir moradia na cidade de seus trabalhadores, ainda que venham de outros Estados? Não se tem notícia de que outras indústrias e empresas façam isto. Será plausível?”

Através desse posicionamento, podemos apreender que o vício de séculos pode ser corrompido e isso causa indignação aos seus caciques, os quais buscam ainda se sobressair como os “bonzinhos” da história, na medida em que consideram o ato de abrigar os trabalhadores em seus “currais” como um verdadeiro favor, que por sinal deve(ria) ser digno de louvor e não de críticas.

Um outro aspecto que nos chamou a atenção diz respeito à meta de produção, que, segundo os trabalhadores em questão, gira em torno de 10/12 toneladas de cana-de-açúcar por dia, de modo que aqueles que alcançam tal meta não têm descontada do seu salário a alimentação. Isto nos remete ao fato contraditório de que muitas lideranças sindicais e as próprias unidades produtivas ressaltam, em relação ao estabelecimento de metas de produção, uma vez que, à exceção de alguns casos, a maioria diz que não se exige o alcance de meta, por parte do trabalhador.

Nesse quesito, um sindicalista de Sonora/MS, consultado sobre esse assunto, nos disse: “Aqui eu não aceito esse negócio de meta, trabalhador tem que cortar cana no seu normal, aqui, por exemplo (usina Sonora), se moem 7 mil toneladas em 24 horas. Agora, veja, são 1.500 trabalhadores, é só fazer a conta [...] não dá 5 toneladas por cortador/ dia”.

Tendo em vista a produtividade exigida pelo capital, são fornecidos aos trabalhadores produtos (energéticos), como soros (Figura 21) e bananas. Os energéticos e as bananas são utilizadas para combater câimbras, nos cortadores de cana-de-açúcar, como pudemos constatar na usina Dourados, mas que se dissemina para as demais unidades produtivas do país.

¹⁶⁷ Trata-se do *JornalCana* nº 169, de janeiro de 2008, que traz editorial intitulado “Saúde, e não motocicleta, é o que interessa”, o qual alude à morte nos canaviais por esforço físico dos trabalhadores e ainda pelos prêmios de produtividade distribuídos pelas agroindústrias canavieiras. Aliás, o empresariado mata ou procura solucionar, num único golpe, dois problemas que o afligem e, ao agir dessa forma, evidencia a sua suposta preocupação com os trabalhadores, quando na realidade sabemos que o setor repudia quaisquer formas de agressão a sua imagem, que historicamente é negativa. Nesse sentido, devemos lembrar que não é difícil encontrar aversão ao título “usineiro” pelos mesmos, dada a natureza que lhes foi emprestada, durante centenas de anos, preferindo, pois, ser designados como empresários rurais, agroindustrial etc.



Figura 21: Soro Utilizado pelos Indígenas da Usina Dourados.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Sobre a utilização de energéticos pelos trabalhadores, é válido o comentário de Pauletti (2007, p.06):

Essa questão do energético é uma questão que me preocupa, porque isso está se espalhando no Estado de SP isso já está há bastante tempo no nordeste também já comparece, mas o que não se sabe é o efeito disso, não sei se existe algum estudo sobre os efeitos na área da saúde.

Momentaneamente, é bom, interessante para o trabalhador, então ele toma aquilo, fica alucinado, corta 18-20 toneladas, geralmente os trabalhadores são novos, recém-casados [...] mas, no decorrer dos anos, esse cara é um trapo humano, ele não presta para mais nada. Nós estamos voltando para uma situação do século XVIII [...] acaba, arrebenta, esgota. Agora, nós, nesse tsunami de empresas que estão chegando aqui, nós somos uma gota no oceano, nós não temos o Estado, está a favor, ele não chega e dá dez mil por mês para a gente fiscalizar.

Essa situação foi motivo de paralisações pelos trabalhadores migrantes da usina Eldorado, que estão sediados em áreas como no distrito Ipezal, de Angélica, os quais afirmam terem sido ludibriados pela empresa, que teria dito que receberiam no momento da contratação valores maiores dos que têm recebido atualmente. Aliás, esse assunto compareceu na mídia, em que foi salientado que teriam salários de aproximadamente R\$1.000,00, quando, na verdade, “a somatória das diárias não chega a R\$ 500,00 para alguns cortadores de cana”¹⁶⁸.

É necessário ressaltar, no entanto, que o Código Penal prevê que o aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional pode

¹⁶⁸ Conforme destaque do Jornal *Campo Grande News*, em matéria publicada em 20 de agosto de 2007.

acarretar a pena de detenção, de um a três anos, além de multa¹⁶⁹, nos termos do Art. 207, onde se lê:

Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

-§§ 1º e 2º acrescidos pela Lei nº. 9.777, de 29-12-1998.

A mesma matéria aponta para a precariedade dos alojamentos¹⁷⁰, como mostramos, no caso encontrado em Deodápolis, que apresenta condições semelhantes e que possui diversos locais de alojamento para os trabalhadores da usina Eldorado.

Conforme entrevista junto a Alex Jango, trabalhador da usina Passatempo, de Rio Brilhante, em 9 de novembro de 2007, a usina possui cerca de três mil funcionários, dos quais 1.700 são trabalhadores rurais, que, por sua vez, são arregimentados na região onde se localiza a agroindústria, em especial nos municípios de Maracaju, Douradina, Itaporã e de Rio Brilhante, propriamente dito, além de angariar mão-de-obra em outras áreas do país, com destaque para Minas Gerais e Pernambuco. Para abrigar os referidos trabalhadores, existem dois alojamentos com capacidade para 500 trabalhadores cada. Vale ressaltar que tais trabalhadores são contratados através de agenciadores, localizados em sua cidade de origem.

Sobre formas de pagamento em outra unidade produtiva do Estado, pudemos apreender, por meio de entrevistas no município de Taquarussu, em novembro de 2007¹⁷¹, que os trabalhadores tendem a não aceitar a espécie conhecida pela expressão “por dia”, uma vez que preferem receber mediante a produção, alegando: “Imagina você um cara que corta mais de 18 toneladas diárias receber valores inferiores a R\$ 20,00” [...] se você quer saber, por aqui, na região, a gente não encontra este trabalhador nem a laço”.

¹⁶⁹ Pena com a redação dada pela Lei nº. 9.777, de 29-12-1998.

¹⁷⁰ A esse respeito, ver matéria publicada em 21 de agosto de 2007, no *Jornal Campo Grande News*, intitulada “MPT e DRT inspecionam alojamentos de usina em Ipezal”.

¹⁷¹ Trata-se do Diretor Agrícola da Usina Laguna Açúcar e Álcool Ltda., de Batayporã/MS, a qual pretende efetuar a primeira safra em 2008, a partir de 500 mil toneladas de cana-de-açúcar, com gradual expansão para 1 milhão de toneladas até o ano de 2012, produzindo 85 milhões de litros de álcool por safra.

Contudo, contraditoriamente, ao inquirirmos o mesmo sujeito a quem nos referimos sobre a existência de uma meta de produção estipulado pela agroindústria, este afirmou que

[...] aqui a gente contrata de tudo, homem, mulher, pinguço, drogado [...], se você puxar a ficha deste pessoal você se assusta e é um pessoal praticamente sem estudo, que não sabe nem sequer cortar cana, a maioria tira em média 4 toneladas/dia [...]; às vezes a gente acaba até perdendo, porque o piso salarial está R\$ 430,00 e eles não atingem nem o necessário.

Interessante notar que encontramos formas semelhantes de remuneração dos trabalhadores nas usinas dos grupos Aurora e Itamarati, sendo que, neste último, conforme destaque do sindicalista de Bataguassu, “isto não é comum, foi apenas para dar início à área de plantio de mudas, daí não se mobilizar, afinal sabia que os trabalhadores não estavam sendo maltratados”!

A seguir, veremos alguns aspectos da qualificação profissional no Mato Grosso do Sul, a qual tem sido utilizada como estratégia pelo capital para exercer o seu domínio, alegando serem os trabalhadores migrantes a solução temporária para o problema da mão-de-obra no Estado, isto é, até que se formem profissionais especializados para diferentes tarefas exigidas e/ou se obtenha a completa mecanização do corte da cana-de-açúcar.

3.4 A Qualificação Profissional como Estratégia do Capital

No Mato Grosso do Sul, o objetivo é implantar uma rede de formação técnica dos trabalhadores para garantir mão-de-obra necessária para implantação das novas agroindústrias, sendo que às empresas cabe prover a estrutura física, com a ajuda de recursos federais, enquanto o custo dos cursos de formação técnica de profissionais ficaria a cargo do governo do Estado¹⁷².

Outro aspecto diz respeito à qualificação profissional que, segundo

¹⁷² Conforme notícia veiculada pela instituição. Para mais detalhes, consultar: http://www.funtrab.ms.gov.br/templates/apresentacao/print/print.php?template=14&id_... Acesso em: 10 jun. 2007.

Mendes (2007, p. 38), concerne à “capacidade física e mental do homem de realizar atividades diversas na busca de satisfazer suas intenções e necessidades do uso em geral”, na medida em que, “no capitalismo, como as relações econômicas estão em primeiro plano, a qualificação do homem se envereda pelo espaço de produção de mercadoria [...] sendo potencializadas para um único movimento: a produção de valores de troca”.

Ou seja, trata-se, em nosso caso, da necessidade de trabalhadores com formação técnica e dispostos a desempenhar atividades nas agroindústrias, uma vez que há um grande déficit desse tipo de profissional no Estado, implicando, pois, sua procura em outras áreas do país, quando, na verdade, seria interessante utilizar mão-de-obra local. Segundo representante da FUNTRAB, serão implementados em breve seis centros de formação profissional no Estado, para atender, sobretudo, a demanda representada pela implantação das usinas e destilarias¹⁷³.

Nesse contexto, o trabalho é um elemento fundante¹⁷⁴ para se apreender a reprodução das relações de produção¹⁷⁵ mediante a ideologização do agronegócio e a exploração da classe trabalhadora, nessa atividade produtiva. Particularmente neste ano, já foi diagnosticado, como nos informou a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul, o descumprimento de obrigações trabalhistas, incluindo excesso de jornada do trabalho.

Sobre a questão da qualificação profissional, é notável o depoimento do representante da FUNTRAB, Ávilla (2007, p. 02), o qual assevera que

a qualificação profissional passa a ser um eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável, porque se não você não tem aqui os trabalhadores do Estado qualificados pra enfrentar esses desafios do mercado de trabalho, você acaba produzindo um fluxo migratório desregulado em que, na verdade, você só muda de lugar o problema social, então há um cuidado do governo com isso, a qualificação passa a ser uma questão estratégica e, portanto, a fundação tem uma grande responsabilidade nesse processo, evidentemente que ela não faz isso sozinha, tem um conjunto de atores da sociedade que também contribuem para isso, mas a fundação tem fundamentalmente, por parte do governo, essa grande responsabilidade.

¹⁷³ Para ver alguns exemplos da atuação da FUNTRAB nesse contexto, é interessante ver as seguintes matérias: “Cursos de qualificação profissional beneficiam Caarapó e Nova Andradina”, publicada pelo jornal *Agora MS*, de 18 de dezembro de 2007; “Funtrab qualificou 1.285 trabalhadores desempregados em 2007”, publicada no jornal *Notícias(MS)*, de 21 de dezembro de 2007; “Funtrab vai qualificar profissional para usinas”, publicado no jornal *Diário (MS)*, em 13 de março de 2007 etc.

¹⁷⁴ Cf. Thomaz Júnior, 2003.

¹⁷⁵ Cf. Lefebvre, 1973.

Observa-se assim que uma das preocupações da instituição é ter o controle dos trabalhadores, porque a questão central passa pela necessidade da qualificação profissional. Entretanto, é importante questionar os fins dessa estratégia, isto é, é preciso preparar mão-de-obra para quem e por que só neste momento? Semelhante aspecto pode ser visto com clareza no município de Três Lagoas, o qual está sendo nitidamente tomado pelas iniciativas de grandes grupos econômicos como, por exemplo, a Votorantim Papel e Celulose e a Internacional Paper, que têm despertado no poder público local, via incentivo estadual, uma intensa corrida pela qualificação, conforme pudemos verificar através de notícias veiculadas pela mídia impressa e eletrônica, em Mato Grosso do Sul.

A ação da mídia, por seu turno, constitui relevante formadora de opinião, em especial no que tange à expansão do agronegócio canavieiro. O posicionamento de tais meios de comunicação os transforma, a princípio, em interlocutores de interesses da classe dominante, não sendo, pois alvo de conflitos e discussões que mostrem a dimensão do agronegócio; logo, enquanto tal, sua influência se traduz numa lógica parcial, a qual privilegia as ações do grande capital.

A matriz ideológica dessas matérias é expressa em grande parte através dos editoriais, mas também de textos cotidianos de sujeitos que fazem uma leitura parcial dos acontecimentos, tomando partido das situações, sem maiores reflexões sobre a problemática.

Não queremos incluir nessa tendência todos os meios de comunicação, nem mesmo é esse o objetivo da pesquisa em curso, isto é, entender a matriz ideológico-discursiva, mas queremos apenas destacar alguns elementos que nos ajudem a fazer uma leitura do fenômeno que estamos abordando, priorizando sua dinâmica territorial, visto que “pensar na construção e constituição dos discursos significa desvendar os mecanismos sociais que constroem desigualdades e que são legitimadores dos processos sociais que definem os territórios, formas de uso e o desenho societal do espaço” (SOUZA, 2002, p.69).

São exemplos desses aspectos os constantes anúncios, no decorrer da programação diária da emissora de televisão – TV Morena –, relativos a cursos como a Educação de Jovens e Adultos, para aqueles que não tiveram oportunidade de estudar ou que estão “atrasados”, em seu estudo, haja vista ser uma das exigências das empresas que estão se instalando no referido município.

Além desses projetos de grande vulto, está em curso a instalação de agroindústria canavieira no município de Três Lagoas, a qual receberá investimento na ordem de R\$ 53 milhões para a produção de açúcar e álcool, sendo que deve gerar

600 empregos diretos para a construção da planta fabril e 320 para execução da mesma, na fase inicial¹⁷⁶.

Devemos lembrar, nesse caso, por exemplo, que na região de Paranaíba estão sendo “treinados” cerca de dois mil trabalhadores, através de uma parceria que envolve o SENAI de Três Lagoas, Prefeitura e representantes das usinas instaladas na área, isto é, Alcoolvale, Paranaíba e Brenco.

Todavia, tais cursos não se propagam apenas nas novas unidades produtivas de açúcar e álcool, mas também em antigas unidades instaladas no Estado, como a Cia. Sonora Estância, a qual, em parceria com a Prefeitura de Sonora e o SENAI de Mato Grosso do Sul, inaugurou nesse município um centro de capacitação, que oferecerá curso técnico de mecânico e, posteriormente, de técnico de Açúcar e Álcool¹⁷⁷.

Thomaz Júnior (2007: p.03) é enfático, a esse respeito:

Não se trata apenas e tão somente, como nos querem fazer crer os órgãos da grande imprensa, associados aos setores empresariais diretamente envolvidos no assunto, de uma tomada de posição para se consolidar a matriz energética renovável, segura, limpa e estrategicamente distante dos problemas geopolíticos e diplomáticos que circundam os principais produtores de petróleo, como Irã, Iraque, Nigéria, Venezuela, Bolívia.

Em síntese, vejamos as declarações feitas em entrevista do Paulo Aurélio (Sindal) ao Jornal TV Morena, em 18/06/2007, obtida durante visita ao Sindal/MS e que se refere ao mercado de trabalho na atividade canavieira:

As unidades já instaladas e as novas empresas que estão se instalando no Estado do MS têm se preocupado essencialmente com investimentos na qualificação e a formação de mão-de-obra qualificada para o setor. Desde a qualificação do cortador de cana (técnicas de corte) até a formação de mão-de-obra para a indústria e administração, pois não há no mercado profissionais disponíveis para o preenchimento de todas as vagas existentes.

¹⁷⁶ Conforme notícia veiculada pelo jornal *Hojems*. Para mais detalhes, consultar o site <http://www.hojems.com.br/noticias/impresao/?id=7882>. Acesso em: 3 set. 2007.

¹⁷⁷ Sobre este assunto, ver matéria “Usina Sonora investe na capacitação de funcionários”, publicada em 29 de setembro de 2007. Cf.: http://www.engsugar.com.br/noticias/noticias_27_09_07.php. Acesso em: 11 jan. 2008.

Ainda nesse sentido, o entrevistado destaca:

O Sindal/MS, juntamente com as usinas já instaladas e as novas unidades, estão juntamente com o SENAI, SESI, SEST/SENAT, Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, além da Universidade Federal, UCDB e UNIDERP, fazendo gestão para o desenvolvimento de cursos para todos os setores das usinas, desde o plantio, corte, transporte e industrialização da cana, visto que no Estado não há, ainda, cursos que atendam às necessidades do setor sucroalcooleiro.

Nesse ínterim, percebemos também a importância que assume a mídia na divulgação – e exaltação – de tais iniciativas e inclusive na própria arregimentação de trabalhadores, por meio das chamadas agências públicas de emprego/balcão de empregos, as quais noticiam diariamente vagas no Estado para as áreas mais requisitadas pelo capital, com destaque para os municípios de Dourados, Rio Brillhante, Ponta Porã, Três Lagoas etc.

No que concerne à contratação de trabalhadores pelas agroindústrias canavieiras, observa-se que as mesmas solicitam principalmente aqueles aptos à fase de montagem da planta fabril, como montadores de estruturas, soldadores e, na parte agrícola, para as funções de técnico agrícola, técnico em açúcar e álcool e dos próprios trabalhadores rurais. Isto é, dos cortadores de cana via agência, a exemplo, dos anúncios feitos em 17 de setembro de 2007, para Naviraí, onde se abriam 80 vagas, ou mesmo outra que pudemos acompanhar, em 3 de maio do mesmo ano, que noticiava a contratação para a Iguatemi, na porção sul do Estado, de 600 trabalhadores rurais etc.

Estão sendo lançados, em Mato Grosso do Sul, inúmeros projetos de qualificação¹⁷⁸, tendo em vista a formação de trabalhadores para atuar, entre outras especialidades, como mecânico industrial, mecânico de motor diesel, segurança para operador de empilhadeira, segurança para operador de caldeira, segurança para operador de pontes rolantes, eletricitista de automóveis, eletroeletrônica etc. Entre os diversos projetos em andamento no Estado, podemos destacar:

¹⁷⁸ A esse respeito, ver Tese de Doutorado de Marcelo Dornelis Carvalho, intitulada *A Dimensão Territorializante da Qualificação Profissional em São Paulo: A Ação dos Sindicatos*. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/> no item dissertações e teses.

- Projeto Qualificar¹⁷⁹, uma parceria entre a usina Eldorado Ltda., Prefeitura Municipal de Itaporã e o SENAI/MS¹⁸⁰.

- Projeto da Prefeitura de Eldorado, através do MAPA¹⁸¹, em parceria com o SENAI¹⁸².

Conforme contato realizado em 23 de novembro de 2007, junto à gestora de Educação Profissional do SENAR/MS, Sra. Maria do Rosário Almeida, a instituição tem recebido pedido de cursos, principalmente quanto ao atendimento das normas de segurança do trabalho, em se tratando de agrotóxicos, ou seja, especificamente o curso “NR 31 para trabalho com agrotóxicos de 24 horas”, que é uma exigência do Ministério do Trabalho junto às usinas.

Segundo a entrevistada, “as demais programações, como cultivo de plantas industriais – plantio, apontamento, fertirrigação e queima, constam do planejamento para 2008 e serão disponibilizados para atendimento às usinas interessadas”. A gestora demonstrou-se interessada pela demanda das agroindústrias, tendo em vista o cumprimento da sua missão, que é de “desenvolver ações de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social voltadas para o homem rural, contribuindo com sua profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e pleno exercício da cidadania”.¹⁸³

Além destes, existem inúmeros projetos particulares instituídos por institutos e faculdades, com o intuito de formar para o trabalho mão-de-obra especializada, dentre os quais chamamos a atenção de cursos de Pós-Graduação em Nova Andradina e Anaurilândia, para formação em Gestão Agrícola, ofertados pela Instituto de Ensino Superior de Nova Andradina, que apresentam, como condição, uma taxa de R\$ 50,00 para inscrição e R\$ 200,00 de mensalidade, o que permite aos alunos, caso tenham curso superior, receberem o título de pós-graduação *lato sensu* e, caso contrário, de capacitação. Nesse sentido, conforme entrevista com a responsável pela divulgação do curso, em Anaurilândia, “é uma oportunidade de conseguir trabalho nas usinas, seja aqui ou em outros municípios que possuam usinas”¹⁸⁴.

¹⁷⁹ O projeto visa a angariar estagiários do ensino médio, com idade entre 18 e 24 anos, residentes preferencialmente em Itaporã, os quais desenvolverão sua formação profissional na usina, sendo matriculados em cursos técnicos contratados pela empresa junto ao SENAI/MS.

¹⁸⁰ Para mais informações, consultar: <http://www.msnoticias.com.br/?p=ler&id=243334>

¹⁸¹ Trata-se do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹⁸² Cf. *Diário MS*, de 22 de agosto de 2007, em matéria intitulada “Eldorado realiza Cursos”.

¹⁸³ Conforme o site <http://www.senar.org.br/senar/missao.asp?wi=1024&he=768>. Acesso em 24 nov. 2007.

¹⁸⁴ A responsável é Carla Muchon, aluna do curso de Matemática da UEMS em Nova Andradina. Entrevista realizada em 17 de outubro de 2007.

Outro exemplo se pode observar mediante o convênio da UNIGRAN¹⁸⁵ com a Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED), Sindicato Rural de Dourados e empresas privadas, para a criação de um centro de desenvolvimento de tecnologias e de capacitação de trabalhadores envolvidos na atividade canavieira, bem como de outros biocombustíveis.

Concordamos com Mendes (2007, p. 42), quando escreve:

O que se percebe são estratégias do capital com a finalidade de melhor treinar a mão-de-obra, elevando a produtividade do trabalho e criando um número elevado de trabalhadores qualificados desempregados, formando um exército industrial de reserva qualificado, facilitando mais ainda para o empresariado a negociação de baixos salários.

Assim, temos que interpretar esse crescente número de cursos de qualificação profissional no Estado de Mato Grosso do Sul não apenas como uma maneira encontrada pelos empresários do setor canavieiro de obter mão-de-obra qualificada e hábil para o trabalho nas usinas e destilarias especializadas pelo território do capital, como também uma verdadeira manobra política do capital, para contornar os gargalos da industrialização forçada, num Estado sem tradição nesse setor.

Ou seja, temos, no dizer de Antunes (1999), “uma complexificação da atividade laborativa”, a qual demanda maior qualificação, ou melhor, “a força de trabalho intelectual produzida dentro e fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital que se lhe incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto” (p.221).

Em Anaurilândia, o grupo Aurora fornece curso de tratoristas/operadores de máquinas agrícolas “inteiramente grátis”, para trabalhadores interessados em aprender o ofício¹⁸⁶.

Não concordamos que a solução para o trabalho deva se amparar exclusivamente na qualificação profissional e que os trabalhadores sejam meros instrumentos nas mãos do capital, força de trabalho preparada para executar as atividades produtivas que viabilizarão e permitirão sua acumulação. Para Singer (2006, p. 119), “é preciso que fique bem claro que a maior qualificação dos

¹⁸⁵ Neste caso, o papel da UNIGRAN é justamente prestar apoio pedagógico para a realização de cursos de formação técnica, dos quais as unidades produtoras necessitam atualmente. Para mais informações, consultar matéria publicada no *site canaweb*, em 20 de dezembro de 2007, intitulada “UNIGRAN participa de consórcio que vai criar núcleo tecnológico voltado para os biocombustíveis”.

¹⁸⁶ Conforme entrevista junto a trabalhador rural, no município de Anaurilândia, realizada em 29 de setembro de 2007.

trabalhadores, insistentemente reclamada pelos empregadores, não é solução para o desemprego”, uma vez que, “se todos os trabalhadores desempregados incrementassem seu nível de qualificação, o único resultado seria uma concorrência mais intensa entre eles, com provável queda dos salários pagos” (ibidem).

Na verdade, entendemos que é preciso buscar alternativas à ordem metabólica do capital. Nesse sentido, concordamos com Carvalho (2002, p.33-34):

Reduzir o trabalho à sua dimensão técnica, enquanto mero fator produtivo, significa perder as potencialidades de interpretar os fenômenos sociais que estão vinculados diretamente com a precarização do ser social no capitalismo, significa que não entender as formas que o trabalho assume no cumprimento das obrigações determinadas pelo capital, que sua exequibilidade localiza-se na luta de classes, que por fim o trabalho deve ser entendido como o momento da história contada não pela redução da vida ao trabalho, mas no trabalho como fundante do ser social e das esferas de socialização que lhe dão dimensões de totalidade não totalitária.

No que tange à atividade canavieira, é interessante considerar as várias possibilidades decorrentes da territorialização de capital e suas repercussões na sociedade, sem esquecer que os elementos que participam desse jogo possuem interesses múltiplos em expressar sua posição no contexto das determinações capitalistas de produção, a partir do qual se estabelecem os jogos de poder.

É nessa perspectiva que sinalizamos para freqüentes denúncias feitas pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e algumas poucas entidades públicas comprometidas com a própria defesa do meio ambiente, da saúde do trabalhador¹⁸⁷ etc., os quais prestam papéis importantes no desvendamento das “máscaras sociais¹⁸⁸” e, por que não dizer, político-econômicas, criadas para legitimar a ação do homem no meio em que se insere, com destaque para a exploração da natureza pelo homem, com base nas relações de poder empreendidas no território.

A seguir, veremos alguns aspectos da questão sindical, no contexto da agroindústria canavieira.

¹⁸⁷ Sobre esse assunto, podemos fazer entrevista com Glória Eunice Nunes Pereira, do Centro de Referência Regional de Saúde do Trabalhador, em agosto de 2007, no município de Dourados.

¹⁸⁸ Cf. Moreira (1982), a função ideológica da Geografia no decorrer da história foi, sobretudo, mascarar a utilidade prática da análise do espaço.

3.5 A Ação Sindical no Mato Grosso do Sul

A questão sindical é central para se pensar as relações de trabalho, particularmente no campo, onde os direitos trabalhistas custaram a ser aceitos e as formas de exploração do trabalho configuram-se como um verdadeiro desafio, já que são camufladas pelo capital.

Conforme a CF, no seu Art. 8º, parágrafo III, “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria”, podendo ser, neste caso, uma forma de proteção do trabalhador da exploração do capital e, ao mesmo tempo, agente de esclarecimento dos direitos sociais dos trabalhadores.

Devemos lembrar que a organização dos trabalhadores envolvidos na atividade canavieira se faz a partir do enquadramento dos mesmos em relação à atividade principal desenvolvida pela agroindústria, que pode estar ligada tanto ao álcool quanto ao açúcar, sendo disciplinado pelo artigo 577 da CLT, bem como, segundo vimos no tocante aos trabalhadores rurais, a sua representação pode efetivar-se junto às entidades dos trabalhadores rurais (STR) e aos patronais (Sindicatos Rurais), quando se refere aos interesses do capital.

No Mato Grosso do Sul, buscamos contatar os diferentes agentes dessa trama, resultando em questões que comparecem em todo o conjunto da dissertação em questão, o que se deu através de entrevistas diretas (pessoalmente) junto aos STRs de Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Taquarussu, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul, Deodápolis, Dourados, Glória de Dourados, e indiretas, por meio de telefone e e-mail, junto aos STRs de Amambaí, Costa Rica, Iguatemi, Naviraí, Sonora; alguns sindicatos rurais (Dourados, Bataguassu, Batayporã) e do setor do álcool, no âmbito municipal (Nova Alvorada do Sul) e de abrangência estadual (Sindal). Também do ponto de vista das federações que representam os sindicatos, em nível de Estado, fizemos contato com a entidade de representação dos trabalhadores rurais do Mato Grosso do Sul (FETAGRI), em Trabalho de Campo e através de e-mail, junto à entidade representante dos produtores rurais, ou seja, a FAMASUL.

Verificamos, no decorrer da pesquisa, o caráter assistencialista das entidades sindicais (STRs), no Estado de Mato Grosso do Sul, as quais possuem algumas características em comum que nos permitem distinguir suas ações, no cenário político desse Estado. Isto é, possibilitam avaliar como no jogo de poder entre

classe dominante e sujeitos dominados tem-se a perda de poder dos sindicatos frente à ofensiva neoliberal, a qual nesses órgãos repercute diretamente no “amornamento” das lutas sociais da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida e de trabalho para os seus associados.

De início, devemos lembrar, amparados em Ianni (2005, p. 142), que “o sindicato rural aparece como uma técnica social de institucionalização das relações de produção, segundo as exigências de um Estado capitalista em uma etapa de rápido amadurecimento”, sendo, pois na verdade, “uma técnica de formalização do mercado de trabalho no setor agrícola”.

Assim, para Ianni (2005, p. 138), “a liga e o sindicato surgem quando são definidas as fronteiras reais (econômicas, sociais, culturais, políticas, ideológicas) que separam o fazendeiro e o trabalhador rural; quando o camponês se transforma em proletário”.

Sobre o aspecto sindical, conforme observamos em entrevista junto a Emerson, “o sindicato esteve na roça e falou que a gente tinha que contribuir com 2% do nosso salário, mas o que ele pensa que é? Vai lá falar um monte de coisas para gente, sendo que está bom para todos e ainda quer cobrar!.. Ah! Eu queria saber como faz para tirar aquele Zé Carlos e o Nicos, aqueles caras, professor, não fazem nada e estão lá desde muito tempo”.

O trabalhador não percebe, nesse caso, que o sindicato é seu representante direto e que a contribuição aludida é prevista em Lei, mais precisamente, no Art. 8º, parágrafo IV da CF, tendo em vista o “custeio do sistema confederativo da representação sindical” e que ele (o trabalhador) não é obrigado a se filiar ou manter filiado ao sindicato, conforme prescreve o parágrafo V do mesmo artigo.

A Figura 22 demonstra um cartaz veiculado pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Taquarussu, em que é possível identificar o valor da mensalidade a ser efetuada pelo sócio-trabalhador.

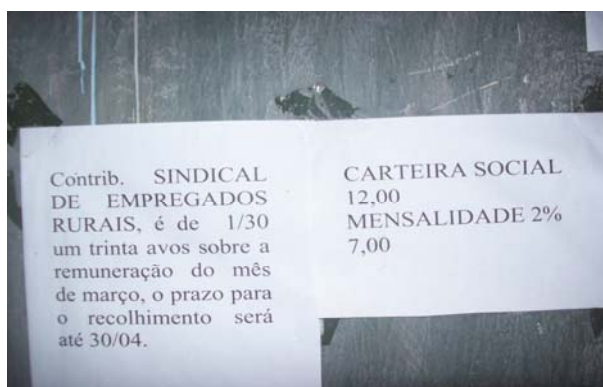


Figura 22 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquarussu.
Foto: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

Basta verificarmos que a ação de tais órgãos, em primeira instância, está no fornecimento de serviços, tais como cabeleireiro, assistência médica e dentária, pensão, aposentadoria, entre outros, sem contar que não poucas vezes colocam como pretexto para sua posição o aspecto financeiro. Na contramão desse cenário, temos sindicalistas despreparados para atuar com entidades de classes, cooptados pelos interesses de empresários e fazendeiros regionais, sem tomar atitude quanto a questões tais como campanha salarial, dissídio coletivo, contratos de trabalho, pendências jurídicas dos trabalhadores etc.

Para a representante da FETAGRI, Ana (2007, p.05), a situação pode ser dimensionada da seguinte forma:

Olha, assim como em toda a categoria têm aqueles que são mais e aqueles que são menos – e aí nós temos um percentual dos Sindicatos dos trabalhadores rurais que são bem atuantes, outros talvez um pouco por falta de experiência e alguns até por falta de condições financeiras mesmo, porque o que impede o sindicato dos trabalhadores é que, por exemplo, a mensalidade do sócio, o trabalhador vai lá e paga quando ele quer e precisa, né? geralmente porque em muitos sindicatos urbanos já é descontado direto de folha e aí tem a receita garantida e aí tem a contribuição sindical, que é aquela obrigatória por lei, mas tem uma grande inadimplência, muitos não recolhem, principalmente agricultor familiar [...] esses são os que menos contribuem, então assim a dificuldade financeira do movimento sindicatos trabalhadores rurais é complicada e é uma situação difícil, porque os trabalhadores estão distantes, estão lá na fazenda e o sindicato tem que disponibilizar de carro [...] então, tem uma grande resistência da questão financeira para proporcionar um maior trabalho voltado para essa categoria .

Thomaz Júnior (2002, p. 356) salienta:

Alcançar maior poder de mobilização e organização é condição básica para os trabalhadores conquistarem melhores condições para barganhar com o capital e, ainda, tentar trazer para seu lado e comando o controle e a hegemonia do processo de produção e de trabalho.

Algumas conseqüências dessa situação se fazem ver, quando notamos uma classe de dirigentes sindicais em Mato Grosso do Sul, há décadas no cargo, tal como pudemos constatar em inúmeros sindicatos entrevistados, nos quais temos eleições sem concorrentes como regra geral, desconhecimento de leis e regras jurídicas do interesse da classe trabalhadora, infra-estrutura ultrapassada e falta de interesse. Conseqüentemente, vêem-se STRs com número reduzido de sócios e/ou de sócios em dia com o sindicato, além de inexistência de paralisações e de greves relacionadas com sua condição de trabalho, melhores salários etc.

Portanto, visualizamos uma tendência, no Mato Grosso do Sul, já constatada, por exemplo, no Estado de São Paulo, por Thomaz Júnior (2002, p. 273), o qual identifica que “nos STRs predominam também o encastelamento, o imobilismo, o burocratismo e o distanciamento das bases e dos locais de trabalho”.

Sob a ótica de Alves (2006), existe uma relação entre as greves e a crise do sistema metabólico do capital, ou seja, o cenário atual, caracterizado pela “escassez das greves gerais”, nos últimos anos, repercutiu em “um sintoma de dificuldades de mobilização sindical nas condições adversas de um precário mundo do trabalho”, quer dizer, “significou o esgotamento relativo do instrumento político de generalização das lutas de classe num contexto de política neoliberal, ofensiva do capital na produção e da constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho” (p.466).

Portanto, vê-se que esse movimento é global e típico do atual momento histórico, sendo que, “como ideologia e como política de Estado, o neoliberalismo aponta não só para a restrição e eliminação de direitos sociais, mas também para a restrição à organização e a luta sindical” (BOITO JÚNIOR, 1999, p.157).

Sob a perspectiva do trabalho na agroindústria canavieira, Thomaz Júnior (2002, p. 357) ressalta:

Diante do capital que se territorializa hegemônizando o controle integral da produção agroindustrial sucro-alcooleira, o movimento sindical e os trabalhadores não acompanham esse processo na mesma amplitude, ou seja, não conseguem formular resposta à altura, tendo em vista que permanecem presos ao corporativismo e à fragmentação da estrutura sindical reinante.

Na verdade, presenciamos um sindicato que, na ausência de um punho forte na luta contra a exploração dos trabalhadores, nas diferentes frentes de ação existentes no campo, preferem concordar e fazer o jogo da política da classe dominante.

Apropriando-se ainda da reflexão de Thomaz Júnior (2002, p. 278), podemos asseverar que, assim como na esfera sindical paulista, alguns vícios culturais se reproduzem em Mato Grosso do Sul, sendo que são comuns

a dependência das instâncias de nível superior e da própria central, o assistencialismo, o presidencialismo, o distanciamento das bases, o apego à base territorial como referência primordial do território da ação política e a necessidade de gerenciar internamente interesses antagônicos de trabalhadores (assalariados e pequenos produtores).

Temos, nesse caso, representando o perfil dos STRs no Estado de Mato Grosso do Sul, uma política assistencialista a que estão ligadas as referidas entidades de classe (Figura 23). Inclusive, devemos dizer que, para inúmeros trabalhadores com os quais mantivemos contato, durante a pesquisa, a única dimensão importante e que os faz continuar sócios dos sindicatos é a assistência promovida pela entidade, uma vez que parece ser indiferente a questão do trabalho propriamente dita, pois não acreditam no poder de negociação e resolução de conflitos, por meio dessa representação.

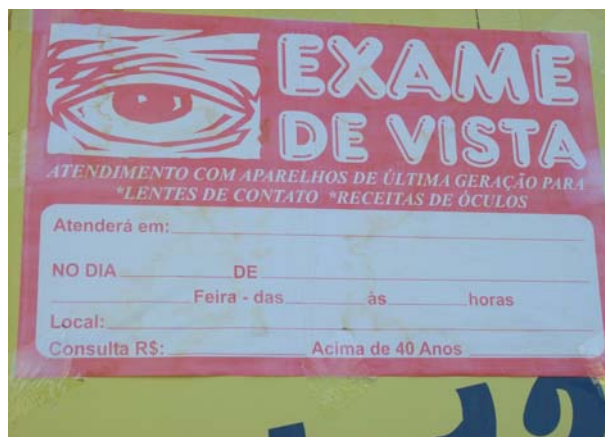


Figura 23 - Cartaz de Convocação de Associados para Exame de Vista em STRs de MS.
Foto: AZEVEDO, J.R.N. de (2007).

Para Alves (2006), a trajetória do sindicalismo, nos últimos anos, é caracterizada pelo “pragmatismo sindical de cariz neocorporativo”, o qual é marcado pela perspectiva da empresa, sob a ótica mercadológica, o que difere de fato do seu antigo papel enquanto sujeito sócio-histórico de valorização do trabalho e dos trabalhadores. Trata-se então não apenas “de uma crise do sindicalismo, mas explicita o surgimento de um sindicalismo da crise, uma forma de prática política e cultura sindical incapaz de ir além da lógica do capital” (p.465).

Cabe destacar, nessa perspectiva, as proposições de Thomaz Júnior (2002, p. 241), o qual diz:

Não obstante, os sindicatos não vão além das questões diretamente ligadas ao momento da produção (o espaço da realização econômica do trabalho alienado) negligenciando os componentes básicos da reprodução do trabalhador, como: habitação, educação, saúde, saneamento básico etc.

De maneira geral, em se tratando da participação das entidades sindicais em Mato Grosso do Sul, as quais possuem o desafio de organizar a luta dos trabalhadores e da sua atuação política, no âmbito da atividade canvieira, percebemos, conforme contatos com STRs e com a própria Federação dos

Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI)¹⁸⁹, um certo descompasso na medida em que consideramos as mesmas como agentes importantes do processo de mediação (resolução) dos conflitos entre a classe trabalhadora e o empresariado, devendo lutar por formas de trabalho menos degradantes.

Sobre tais aspectos, Alves (2006, p.464) chama a atenção para a “necessidade de uma intervenção global” frente à crise do mundo do trabalho, na medida em que a “instituição – sindicato tornou-se incapaz de servir como centro de organização de classe”.

Logo, parece-nos que as entidades sindicais ainda estão procurando um rumo para radicar sua atuação, sendo que, de acordo com entrevista realizada em março de 2007, no STR de Anaurilândia, eles estão “se acostumando com as demandas impostas pela chegada das usinas na região já que anteriormente era comandada pela pecuária de corte¹⁹⁰”.

O presidente do STR de Dourados, Melquíades Antônio de Oliveira (2007, p.01), em relação à expansão da cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul, declarou:

Eu acho muito importante, primeira coisa, a vinda da cana aqui em Dourados, foi onde colocou milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, porque vamos supor assim são analfabetos, eles não têm qualidade no mercado de trabalho. O mercado de trabalho para um monte de analfabetos. Nós estamos com seis mil e poucos funcionários só na região de Dourados, cortando cana, plantando cana, tendo sua carteira registrada, entendeu? Recebeu seu salário, entendeu? Deu emprego para as mulheres, deu emprego para todo mundo. Aí na câmara dos vereadores eles sempre falam, mas eles não estão sabendo o fundo lá como está a situação, agora nos vê seis mil e pouco trabalhadores e se estivessem aqui iam roubar? Porque não tem outro meio.

Temos, por conseguinte, nesse contexto, representando o elo mais frágil dessa cadeia, os trabalhadores, os quais são os elementos centrais que compõem a trama social vista a partir de um movimento complexo de precarização das relações de trabalho. Nesse cenário, percebemos que os sindicatos muitas vezes preferem olhar pelo viés da empregabilidade e das condições a que estão expostos os mesmos trabalhadores, configurando-se numa forma de não entrar em conflito com o capital, ao mesmo tempo em que este se apropria do trabalho e da facilidade em conseguir

¹⁸⁹ Realizamos entrevista na referida entidade, em junho de 2007, para apreender a sua posição no que tange ao processo de expansão da cana-de-açúcar e seus rebatimentos para os trabalhadores em Mato Grosso do Sul.

¹⁹⁰ Conforme Depoimento de dirigente sindical em Anaurilândia.

trabalhadores para sua empreitada.

Contudo, esse não é o posicionamento de inúmeros sindicatos da categoria, uma vez que muitos estão contaminados com a febre expansionista do capital canavieiro e não vêem as mazelas impostas pela mesma atividade tão exaltada pelos setores ligados ao agronegócio. Isso se torna muito importante, em especial num momento em que, segundo estimativas apresentadas pela UNICA, o setor canavieiro vive um momento decisivo, em que precisa investir para atender à demanda futura, principalmente de álcool combustível, que tem atraído a atenção de diferentes agentes, em função da alta do petróleo e da necessidade de reduzir as emissões de gases poluentes.

Assim, “o capital, ao fortalecer-se técnica, econômica e politicamente, objetiva garantir-se como elemento hegemônico da contradição estrutural (capital x trabalho), mais especificamente, na determinação do processo de produção e de trabalho” (THOMAZ JÚNIOR: 2002, p.356).

Nesse sentido, o Estado de Mato Grosso do Sul se projeta para alguns anos se tornar um dos maiores produtores de álcool do país. Estima-se uma produção de álcool de 9,2 bilhões de litros, numa área de mais de um milhão de hectares de cana-de-açúcar. Ou seja, 1.877.310 hectares com a gramínea, somando as áreas das unidades em funcionamento, em instalação e as previstas, sendo que destas, para Kudlavicz (2007), somente quatro grupos com investimentos no Estado – Louis Dreyfus, Tavares de Melo, Benedito Coutinho, Talent Safe – deterão cerca de 600 mil hectares de terra, o que demonstra o grau de concentração alcançado pelas mesmas¹⁹¹.

Não podemos nos esquecer, todavia, de que tradicionalmente a territorialização da atividade canavieira traz impactos de elevada dimensão para o meio ambiente, sobretudo em relação à queima da cana-de-açúcar, a qual emite gases poluentes, degrada os solos, mata pequenos animais e agrava problemas de saúde pública, como os respiratórios. Por outro lado, no que diz respeito ao corte da cana-de-açúcar, assiste-se a um trabalho extremamente penoso, o qual, segundo diversos relatos colhidos junto a ex-trabalhadores rurais¹⁹², maltrata a saúde e inviabiliza, num curto período temporal, a continuidade de semelhante tarefa, especialmente devido à cobrança constante por maior produtividade no trabalho pelas

¹⁹¹ Devemos esclarecer a natureza mutável da territorialização de grupos empresariais no Mato Grosso do Sul, pois, como temos buscado deixar claro, no texto, as aquisições e participações estão sendo realizadas, mas em sua maioria não são divulgadas e são de difícil acesso, o que impossibilita maiores reflexões.

¹⁹² Informações obtidas por meio de Trabalhos de Campo realizados no Oeste Paulista, no período 2001-2005.

empresas¹⁹³. Como se não bastasse, temos a contaminação de mananciais, rios etc., pela ação predatória e inescrupulosa de inúmeras agroindústrias, em todo o país¹⁹⁴.

Vejamus um exemplo desse drama, no depoimento de Carlos¹⁹⁵, representante dos quilombolas de Dourados:

A visão da comunidade indígena e da comunidade quilombola ela é quase igual, porque a gente quer preservar a natureza às beiras dos rios, às beiradas dos rios que nem lá na área onde eu moro, lá na Picadinha, numa área de 3.748 hectares, certo, hoje se você ver as beiras dos corgos que tem lá [...] acabaram com a ganância do soja, a turma acabou, então o que acontece com os corgos, onde dava o piau, tubarana, a douradina, então o corgo tinha uma largura boa, o que aconteceu? Com o plantio da soja, hoje em dia a enxurrada, porque na época ela era feito convencional, as enxurradas desciam, a erosão carregava toda aquela terra para dentro dos córregos e hoje se você for lá ver acabou com os corgos, né?, com os peixes acabou com tudo, com piau, tubarana, douradina, hoje só tem lambari e bagre, então eu vejo que a cana é bom para um grupo, o que coloca a usina.

Diante desse cenário, é imprescindível pensar em alternativas viáveis de desenvolvimento que não privilegiem simplesmente o crescimento econômico via monocultura, mas, em especial, formas menos agressoras à sociedade em geral, aos trabalhadores e ao meio ambiente¹⁹⁶.

Assim, uma (re)organização contra-hegemônica da classe operária, por meio dos sindicatos e de uma atuação mais incisiva de suas lideranças oposicionistas, põe-se como uma condição *sine qua non* a ser perseguida pela vertente sindical, visto que, se bem utilizadas, essas medidas (a favor dos trabalhadores), podem, como bem demonstra a história, se consubstanciar em um importante instrumento na construção de novos alicerces estruturais, de uma plena democratização da sociedade. (THOMAZ JÚNIOR; RIBEIRO, 2001, p. 06)

¹⁹³ No Mato Grosso do Sul, em média, as agroindústrias sucroalcooleiras estão exigindo o corte de 10 toneladas diárias por trabalhador.

¹⁹⁴ A título de exemplo, destacamos, no Mato Grosso do Sul, o caso envolvendo a Usinavi, a qual foi denunciada em 2008, por ambientalistas, de contaminar o rio Amambaí com vinhoto. Para maiores informações, ver matéria publicada no Jornal *Capital do Pantanal*, em 17 de janeiro de 2008, intitulada “Usina está jogando vinhoto em rio, dizem ambientalistas”.

¹⁹⁵ Neste caso o nome utilizado é fictício.

¹⁹⁶ Sobre a questão da saúde, em particular, é interessante consultar o artigo de Helena Ribeiro, intitulado: “Queimadas de cana-de-açúcar no Brasil: efeitos à saúde respiratória”, publicado na *Revista de Saúde Pública*. V. 42, n.2. São Paulo, abril de 2008.

Não devemos perder de vista que o alcance de tal êxito perpassa pela “imprescindível eliminação do trabalho assalariado, do trabalho fetichizado e estranhado (alienado) e a criação dos indivíduos livremente associados” (ANTUNES, 1999, p. 235), o que implica, para o autor, “eliminar integralmente o capital e o seu sistema de metabolismo social em todas as suas formas”.

4. Tecendo Algumas Considerações ...

É interessante apontar que, em se tratando da expansão do capital canavieiro, que a atividade canavieira, conforme Andrade (1994, p.17), "marca o processo de formação e consolidação do país desde o período colonial", sendo de fundamental importância para a compreensão da gestão empreendida no território, no decorrer do tempo. Contudo, não foi destaque no Mato Grosso do Sul, durante muitos anos. Percebemos que a sua territorialização esteve associada, na década de 1970 e 1980, ao Proálcool, quando inúmeras agroindústrias foram patrocinadas em todo o território nacional.

Mato Grosso do Sul se apresenta inserido na divisão territorial do trabalho na condição de importante produtor de gado, sobretudo de corte, de sorte que é nos últimos anos que se verifica a diversificação da sua balança comercial e o estímulo, em larga escala, à produção canavieira, o que impacta diretamente nas relações de produção.

Observamos, nesse Estado, a crescente manifestação de interesse por parte de grupos econômicos, produtores tradicionais do setor canavieiro e investidores de outros ramos produtivos, em territorializar seus projetos agroindustriais, o que acarreta a *conquista de novas terras* e, desse modo, habilita-os a promover seus ideais expansionistas, os quais visam a assegurar, a princípio, a continuidade de um projeto de domínio territorial já expresso em outras áreas¹⁹⁷.

Aliás, tal fato se evidencia nos diversos empreendimentos, dos quais queremos salientar a incorporação do capital canavieiro sobre novas áreas do centro-oeste, particularmente de Mato Grosso do Sul, na medida em que temos o avanço de uma outra e não nova monocultura e de suas práticas pelo espaço nacional, isto é, a partir da necessidade de se integrar o território em redes de produção destinadas a atender fundamentalmente o mercado internacional, o que, via de regra, acontece à mercê dos pequenos e médios proprietários rurais e das suas necessidades sociais,

¹⁹⁷ É importante chamar a atenção para o fato de a atividade canavieira ter-se desenvolvido preponderantemente, até a primeira metade do século XX, na região nordeste do Brasil, sendo que é a partir de então que assistimos à expansão da cana-de-açúcar para o centro-sul do país, com destaque para São Paulo.

econômicas e culturais, mesmo num território no qual a geração de alimentos é feita preponderantemente através das pequenas unidades de produção camponesa, que são, contraditoriamente, as mesmas que sofrem com a falta de financiamento agrícola, subsídio à sua produção, preferindo o governo, na maioria das vezes, importar gêneros alimentícios a produzir no próprio país, como bem nos lembra Oliveira (2003), quando aponta que exportamos para poder importar!

Assim, entre os anos 1970 e 1990, tivemos a implantação e funcionamento de nove unidades produtivas no Estado, as quais, durante esse período, não passaram por mudanças significativas que não estivessem ligadas ao *mix* de produção voltado exclusivamente para o álcool. Todavia, devemos ressaltar que, a partir de 1990, principalmente as agroindústrias canavieiras do Mato Grosso do Sul se dedicaram ainda à produção açucareira. Aliás, é nesse cenário que vimos, na safra 2007/08, que, das 11 unidades instaladas no Estado, ocorreu a produção de álcool hidratado em todas agroindústrias, enquanto a produção de álcool anidro e do próprio açúcar se efetivou em apenas 7 agroindústrias canavieiras.

Nesse contexto, devemos assinalar, enquanto transformação significativa no âmbito da agroindústria canvieira sul-mato-grossense, entre a década de 1970 e o momento atual, a participação de 'novos' grupos econômicos, os quais eram formados por capitais nacionais e particularmente regionais até então e que, no período atual, representam os interesses da mundialização do capital. Conseqüentemente, devemos chamar atenção para o fato de constantes mudanças de razões sociais pelas agroindústrias, o que sinaliza de antemão alterações em seu ambiente institucional.

Já do ponto de vista da área de abrangência com a cultura, vimos que a mesma manteve uma performance que correspondia à capacidade instalada de produção, baseada em terras próprias, arrendadas e de fornecedores, todavia com participação maior dos fornecedores de cana-de-açúcar.

Por outro lado, a partir das políticas de incentivos ao capital, notamos que a área com a cana-de-açúcar tem crescido num ritmo acelerado, nos últimos três anos, sendo que seu ponto culminante pode ser constatado nos dados de 2007, quando o Estado de Mato Grosso do Sul apresentou a maior expansão proporcional em sua área de plantio com a gramínea, figurando-se em sexto lugar entre os maiores produtores em nível nacional, a partir de um incremento em relação ao ano de 2006 de 27 % na produção canvieira, o que representa territorialmente 43 mil hectares a mais.

Portanto, a expansão da atividade canvieira é uma realidade no Estado do Mato Grosso do Sul. Percebemos a ampliação das unidades processadoras antigas, principalmente no tocante às agroindústrias produtoras de álcool, que passam a produzir também o açúcar e, concomitantemente, a implantação de inúmeras usinas

na maior parte da sua área, sobretudo nas porções de terras férteis, localizadas no sul de Mato Grosso do Sul. No entanto, a referida expansão também se amplia nas áreas de pastagens que, por sua natureza degradada e pouco lucrativa, passa a ser presa fácil para os empresários canavieiros interessados em ampliar a sua participação no cenário produtivo.

Conseqüentemente à expansão canvieira em Mato Grosso do Sul e da instalação de novas agroindústrias canvieiras, vimos o significativo aumento dos postos de trabalho, nos últimos anos, embora a maioria dos mesmos sejam ocupados por mão-de-obra de outros Estados, a exemplo dos migrantes. Lembramos que tal cenário deverá atingir, segundo o governo estadual, a cifra de 70 mil empregos diretos e 230 mil indiretos, o que, de fato, tende a alterar a divisão técnica do trabalho.

Característica marcante da agroindústria canvieira sul-mato-grossense foi e continua sendo a exploração do trabalho pelo capital, a qual se sustenta em condições precárias de trabalho, tendo se agudizado o conflito capital x trabalho, com destaque para o aperfeiçoamento das formas de controle social dos trabalhadores, o que se configura de longe como uma importante “arma” do capital.

A expansão da atividade canvieira impacta diretamente nas relações de trabalho no Mato Grosso do Sul, de maneira que é crescente o assalariamento dos camponeses, inclusive daqueles que estão no campo e que vêem na agroindústria uma possibilidade de melhora sócio-econômica, única alternativa, na ausência de políticas públicas para plantarem, ou outras inserções laborais no caso dos assalariados.

Assim, como diria Antonil¹⁹⁸ (1711), se no período colonial os escravos se configuravam como mãos e pés do senhor de engenho, na atualidade, apesar da crescente reestruturação produtiva do capital, o trabalhador do campo e da planta fabril se figura como peça fundante na produção do valor.

Paralelamente, temos que sinalizar que está em questão a própria pilhagem do meio ambiente, acometida pela destruição dos ecossistemas naturais, legitimada pela leitura fragmentada da natureza e pela ausência, por parte da “consciência proletária”, de uma organicidade em torno da defesa desse espaço, o que está relacionado, segundo Bihl (1999, p. 136), ao fato da natureza ocupar “apenas um lugar secundário, relegado à condição de acessório e de derivativo no universo do lazer”.

Notamos a presença de inúmeros grupos investidores nacionais e internacionais, com vistas à participação no agronegócio canvieiro, o qual investe

¹⁹⁸ Fazemos referência ao livro *Cultura e opulência do Brasil*, de autoria de João Antônio Andreoni (André João Antonil), publicado em 1711.

sozinho ou através da associação de capitais com grupos nacionais regionais, estando diretamente associado com as possibilidades de lucro, uma vez que Mato Grosso do Sul possui o receituário ideal para tal êxito, isto é: a) estoque de terras para sustentar a expansão da atividade canavieira; b) preço da terra mais atrativo do que em Estados tradicionalmente produtores de cana-de-açúcar; c) organização sindical frágil e ainda em consolidação, no Estado de Mato Grosso do Sul, em especial no caso da cana-de-açúcar; d) interesse expresso pelas entidades públicas e privadas em sediar empreendimentos de natureza agroindustrial, tendo em vista a tão almejada industrialização do Estado etc.

Destarte, é possível observar a participação do Brasil do ponto de vista internacional, a partir de um novo significado no que concerne à divisão internacional do trabalho, quer dizer, figuram-se a partir da febre do etanol novos mercados em disputa e, fundamentalmente, se averiguam novos e velhos atores em cena, os quais, após destruir/consumir parte considerável de suas reservas naturais – a exemplo, das fontes de energia, como carvão e petróleo, bem como, das riquezas naturais dos países que estavam na sua esfera de controle via política imperialista – vêm nas potencialidades econômicas da cana-de-açúcar um novo modo de garantir o desenvolvimento econômico, com base em uma velha forma de acumular capitais.

Tal situação está vinculada à mundialização do capital, que, segundo Antunes e Alves (2004, p. 341), não se restringe ao capital e a seu sistema produtivo, mas atinge também a configuração do mundo do trabalho, ou seja, “há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho”.

Concordamos, nesse aspecto, com Ribeiro (2004, p.35), para quem “o capital está mais poderoso por tornar estruturalmente mais mutável e maleável o seu processo de reprodução ampliada, qual camaleão a assumir a forma necessária para perseguir o seu fim [...]”

Nesse sentido, inclusive, ressaltamos o nível [repentino e tendencial] de concentração industrial no Estado, bem como a ampliação do processo de desnacionalização das agroindústrias instaladas e em fase de instalação, como fatores ímpares no contexto da expansão canavieira no Mato Grosso do Sul, reflexo da era de mundialização do capital.

Nesse contexto, proclamam-se novos (re)arranjos na conjuntura setorial da atividade canavieira, que sinalizam para o reordenamento territorial da cultura de cana-de-açúcar diante do desenvolvimento de estratégias políticas e econômicas para a condução da sua máquina organizacional.

Desse modo, o desafio, certamente, será compreender a tomada de posição do Governo Federal quanto ao futuro da atividade canavieira e seus

rebatimentos para as relações de produção e de trabalho, no conjunto do país, ante a degradação do trabalho e das formas assemelhadas.

Temos em questão uma situação que traz à cena a soberania alimentar, na medida em que esta passa a ser importante no cenário mundial, com a crescente dificuldade dos Estados-nações em sanar os déficits alimentares, fato este que está atrelado à política de produção voltada historicamente ao mercado externo. Assim, devemos salientarmos que a expansão da cana-de-açúcar sobre extensas áreas do país contribuiu ainda mais para solidificar a política de importação dos produtos de primeira necessidade, bem como reforçar a elevação dos preços de tais produtos.

Faz-se necessário buscar novas formas de sociabilidade e que o trabalho seja premente, como diria Antunes (2005), de sentido, que o trabalho concreto suplante o trabalho abstrato, calcado nos interesses mercantis, e que a sociedade encampe a luta anti-capitalista que dê um basta à exploração do homem pelo homem, e que o movimento operário em geral busque novas alternativas para a classe trabalhadora, para que não se fique refém do metabolismo do capital.

É importante, nesse caso, que a lógica de produção de mercadorias seja desbancada, o que pode ser alcançado pela união dos movimentos sociais e operários, em prol de novas formas de sociabilidade e de um novo vínculo com a natureza, calcado no respeito ao seu ritmo. Logo, conforme destaca Antunes (2005), é condição *sine qua non* para superarmos o capital e seu metabolismo reprodutivo a ruptura à divisão estrutural e hierárquica do trabalho.

Assim, devemos destacar que a classe trabalhadora não pode ficar à mercê do capital, seja o canavieiro ou outras manifestações capitalistas de produção, sendo que as instituições, a exemplo das entidades sindicais, devem promover o enfrentamento capital x trabalho, mesmo que exista a perspectiva de mecanização; afinal, é impossível ao capital se desfazer totalmente dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, é importante que a classe trabalhadora busque formas autônomas de trabalho, a exemplo de associações e cooperativas de produção, ou mesmo que se unam, para somar forças e garantir dessa maneira os seus interesses, tanto na esfera da fábrica como na do campo, a partir das suas diferentes manifestações.

Salientamos desde já nossa intenção em prosseguir nos estudos e de buscar ampliar o entendimento das relações sociais de trabalho e de produção, tendo em vista captar as contradições imanentes ao sistema metabólico do capital, em suas múltiplas dimensões, sem nunca olvidarmos a constituição de uma “Geografia Livre”, engajada e comprometida com as questões sociais.

5. Referências Bibliográficas

- ABREU, S. de. Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço mato-grossense. **Terra Livre**, São Paulo, n. 21, p.169-181, 2003.
- ALENTEJANO, P. R. R. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004.
- ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, 13 (Supl. 2): p. 111-121, 1997.
- ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. A. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**. Londrina, n. 2, p. 113-127, 2000.
- ALVES, F. J. da C. **Modernização da agricultura e sindicalismo**. Unicamp: Campinas, 1991. (Tese).
- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**. São Paulo: Práxis, 1999.
- ANDRADE, M. C. América Latina: Presente, passado e futuro. **Terra Livre**. São Paulo, n. 10, p. 140-148, 1992.
- ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social**. São Paulo: USP/FFLCH - GEO, 1994.
- ANTONIO, A. P. O movimento social rural e o assentamento de camponeses. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 14, p. 70-76, 1992.
- ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, n.87, p. 335-351, 2004.

- ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Org.) **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 29 set. 2007.
- AQUINO, L. Comunidade Indígena – I Seminário de Estudos das Transformações Rurais em Mato Grosso do Sul. (Transcrição mimeografada). Dourados, agosto de 2007, 04 p.
- ARAUJO, I. M. **São Gabriel do Oeste (MS):** Colonização e diversificação das atividades agropecuárias. Presidente Prudente: FCT/UNESP. 1998. (Monografia de Bacharelado).
- ARROYO, M. A regulação do território no contexto da globalização. In: SOUZA, A. et al. (Org.). **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. Cascavel: Edunioeste, 2000.
- ASEVEDO, T. R. A.; AVELINO JÚNIOR, F. J. Mato Grosso do Sul: espacialização e territorialização da luta pela terra no período de 1986 a 2005. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA), 2007, Londrina. **Anais...**, 2007.
- AVELINO JÚNIOR, F. J. A luta pela terra no Mato Grosso do Sul. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA), 2003, Presidente Prudente. **Anais...**, 2003.
- AVILLA, C. **Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul** (Transcrição mimeografada). Campo Grande, 27 p., julho de 2007.
- AZEVEDO, J. R. N. de. **Configuração metabólica do capital canavieiro no oeste paulista**. FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2005. (Monografia de Bacharelado).
- AZEVEDO, J. R. N.; BARBOSA, T. A Geografia do vir-a-ser e o método para uma Geografia livre: propostas educacionais. **Cosmos**. Presidente Prudente, v.2, n.1, p.05-07, 2004.
- AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JÚNIOR, A. A agroindústria canvieira na região de Presidente Prudente na viragem do século XXI. IV FORUM DE CIÊNCIAS DA FCT, 2003. In: **Anais...** Presidente Prudente, 2003.
- AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JÚNIOR, A. Elementos para discussão da configuração da agroindústria canvieira no Oeste Paulista e da relação capital x trabalho. **Pegada**. Presidente Prudente, v.6, n.1, p. 59-65, 2005.
- BACCARIN, J. G. **Trabalhadores rurais volantes da região de Jaboticabal: crescimento, características e aspectos organizacionais**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1985.
- BARBOSA, T. Técnica e território em Milton Santos. V JORNADA SOBRE O TRABALHO: Sociedade e trabalho no Brasil, concertação e emancipação social no

século XXI. 2004. In: **Anais...** Presidente Prudente: CEGeT/FCT-UNESP, p. 01-05, 2004.

BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. (Orgs.). **Desafios do trabalho: Capital e luta de classes no século XXI.** Londrina: Práxis, 2003.

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: **Brasil: Questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BEZZI, M. L. **REGIÃO: Uma (re)visão historiográfica.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise.** São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO JÚNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

BOURDIEU, P. **Lições da aula.** Trad. Egon de Oliveira Rangel. São Paulo: Ática, 1988.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Trad. Fernando de Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURLEGAT, C. A. L. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: Articulações espaço-temporais.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000. (TESE).

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX.** 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil.** Marília: UNESP, 2000.

CARVALHAL, M. D. Os fundamentos do debate sobre a formação profissional. **Pegada.** Presidente Prudente, n.1, v. 3, p.33-42, 2002.

CASSETI, V. Ciência e ambiente. **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia, n. 1, p.1-10, 1993.

CHAUÍ, M de S. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHESNAIS, F. [et al.]. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, F. Mundialização: O capital financeiro no comando. **Outubro.** São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: Alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista.** São Paulo, n. 16, p. 39-75, 2003.

COELHO, E. A. Secretaria Municipal de Infra-estrutura e desenvolvimento econômico sustentável. Batayporã, 03 p., novembro de 2007 (Transcrição mimeografada).

CORRÊA, V. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889 – 1943).** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

D'INCAO, M. C. **Qual é a questão do bóia-fria.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, E. F. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. **Outubro**, São Paulo, n.1, p. 45-52, 2003.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

DREIFUSS, R. A. As transnacionalizações. In: DREIFUSS, R. A. **Época das perplexidades. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENGELS, F. A situação da classe operária na Inglaterra. In: **Karl Marx e Friedrich Engels (Textos I)**. Edições Sociais, [19] .

FABRINI, J. E. **A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul do Mato-Grosso do Sul: o caso Itaquiraí**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente. 1996.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FARIAS, M. F. L. de. **Acampamento América Rodrigues da Silva: Esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra**. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS; Dinâmica, 2006.

FARIAS, M. F. L. de. Lavouras e sonhos: As representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Nera**. Presidente Prudente, n.11, 2007.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 14., 1992.

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena. **Revista Nera**. Presidente Prudente, n.11, p. 49-61, 2007.

FERREIRA, D. A. O. Geografia agrária no Brasil: Conceituação e periodização. **Terra Livre**. São Paulo, n. 16, p. 39-70, 2001.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GOMES, H. Capitalismo X proteção ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, n. 1/2, p.127-144, 1989.

GÓMES, J. R. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada**. Presidente Prudente, n.1, v. 3, p. 20-32, 2002.

GÓMES, J. R. M. O “desenvolvimento” como mecanismo de controle social: Desdobramentos escalares. **Pegada**. Presidente Prudente, n. 1, v.6, p.53-57, 2005.

GONÇALVES, W. R. Secretaria do Estado de desenvolvimento agrário, de produção, da indústria, do comércio e do turismo – Seprotur. Campo Grande, 23 p., julho de 2007 (Transcrição mimeografada).

- GONZÁLES, H. **O que é subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GOULART, M. P. Ministério público, meio ambiente e questão agrária. **Reforma Agrária**. São Paulo, n. 2, p. 143 – 163, 2006.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. La producción de configuraciones espaciales: las movi­lidades geográficas del capital y el trabajo. In: **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de cultura, 1990.
- HARVEY, D. Transformação político-econômica do capitalismo. In: **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 1992.
- HECK, E. Soberania alimentar e o flagelo da fome. **Correio da Cidadania**. 24 de abril de 2008. (Entrevista concedida).
- HERZOG, A. L. Na era do dinheiro sustentável. **Exame**. 11 de abril de 2007.
- HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 22, p. 7-26, 2000.
- HOBBSBAWM, E. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, P. et al. Trad. Isabel Didonet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda: 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006** (resultados preliminares). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Trad. C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KUDLAVICZ, M. **A expansão canvieira em Mato Grosso do Sul**. Disponível em: [www. Cptpe.org.br](http://www.Cptpe.org.br). Acesso em janeiro de 2008.

KUDLAVICZ, M.; MOTA, J.G.B.; CAMACHO, R. S. O agronegócio latifundiário exportador e os seus impactos na sociobiodiversidade: Os bio (agro) combustíveis e a expansão canvieira em MS. In: **Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. (SINGA): Londrina, 2007.

LAMOSO, L. P. Transformações recentes no território sul-mato-grossense. **Revista de Geografia**. Campo Grande, n. 10, p. 31-43, 1999.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LENIN, L. U. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MAGNOLI, D. O Estado em busca do seu território. **Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, n. 4-5, p. 27-42, 2002.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, n.19, p. 95-112, 2002.

MARTINS, D.; VANALLI, S. **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, J. S. **Frenteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Vol. II. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Bertrand Brasil/Difel, 1987.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro primeiro. Trad. Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, K. Queda da taxa de lucro. In: **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MELLO, M. H.; SANTOS, C. A expansão canvieira em Goiás e suas implicações sócio-econômico-ambientais. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, n. 1/2, p. 63-75, 1984.

MENDES, L. O. **Territorialidade do Trabalho, expansão do capital e as respostas do Senai em Catalão (GO) no século XXI**: Uma contribuição à Geografia do trabalho. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2007.

MENEGAT, M. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Outubro**, São Paulo, n. 4, p. 7-16, 2000.

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, I. **A ordem do capital no metabolismo social da reprodução**: ensaios Ad Hominem 1. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, M. A. F. D. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil**. Americana, SP: Caminho Editorial, 2000.

MORAES, M. A. F. D. Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da Cana-de-Açúcar do Brasil no período de 1992-2005. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.37, n.4, p. 1-29, 2007.

MORAES, S. M. A. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R., MORAES, S. M. A. (Org.) **O avesso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MOREIRA, F. P. E. **Expansão, concentração e concorrência na agroindústria canavieira de São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Campinas: IE/UNICAMP, 1987.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Geografia, teoria e crítica**: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREIRA, R. Modelo Industrial e meio ambiente no espaço brasileiro. **Geographia**. Rio de Janeiro, n.9, p. 7-28, 2003.

MOREIRA, R. Os Períodos Técnicos e os Paradigmas do Espaço do Trabalho. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru, n.16, p.04-08, 2000.

MORETTI, E. C., CALIXTO, M. J. M. S. (Orgs.) **Geografia e produção do espaço regional**: Sociedade e ambiente. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

MOURA, G. **Tio Sam chega ao Brasil**: A penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NASCIMENTO, C. A. O. **Concentração e centralização de capitais na agroindústria brasileira na década de 1990**: O caso do setor sucroalcooleiro. Dissertação (Mestrado). UFSCAR, São Carlos, 2001.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n.57. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, AGB, 1981.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**. n.21. São Paulo: AGB, 2003.

OLIVEIRA, A. U. Crise alimentar é o resultado do livre mercado e do abandono da política agrária. **Correio da Cidadania**. 30 de abril de 2008. (Entrevista concedida).

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, M. A.. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dourados**. Dourados, 7 p., agosto de 2007. (Transcrição mimeografada).

OLIVEIRA, M. A. M. de Tempo, fronteira e imigrante: Um lugar e suas inexistências. In: OLIVEIRA, T.C. M. (Org.) **Território sem limites: Estudos sobre fronteiras**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2005.

OLIVEIRA, T.C. M.. **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2003.

PAULETTI, M. **Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo**. Campo Grande, 08 p., julho de 2007. (Transcrição mimeografada).

PENHA, E. A. Território e territorialidade: Considerações histórico-conceituais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, 2005.

PEREIRA, A. **A superexploração do trabalho nas carvoarias de Ribas do Rio Pardo MS**. Dissertação (Mestrado). FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAMOS, P. **Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Brasília: FGV, 1983.

RAMOS, P. Terra e trabalho na história recente (1930-1985) da agroindústria canavieira do Brasil. **Revista Reforma Agrária (ABRA)**. São Paulo, v. 34, n.1, p.35-66, 2007.

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In: **Obras reunidas**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RIBEIRO, J. C. **A geografia da escravidão no território do capital**. Dissertação (Mestrado). FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2001.

RIBEIRO, J. C. O espaço do capital-camaleão. Dimensões do complexo metabólico-mimetizado do capitalismo monopolista. **Cosmos**. Presidente Prudente, v. 2, n. 2, p.34-52, 2004.

RIBEIRO, J. C.; THOMAZ Júnior, A. O movimento sindical e a exclusão social. **Revista Novos Rumos**. Curitiba, AGB, n.6, p.01-15, 2001.

RUAS, D. G. G. **O processo da concentração das unidades sucroalcooleiras do Estado de São Paulo: 1970 – 1992**. Tese (Doutorado). Rio Claro, 1996.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERENÍ, E. La articulación del espacio. In: **Espacio, economía y sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.

SHANIN, T. **La classe incómoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, M. A. de M. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista Reforma Agrária**. São Paulo. n. 2, p.111-141, 2006.

SILVA, M. B.. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul - Fetagri. Campo Grande, 09 p., julho de 2007.(Transcrição mimeografada).

SINGER, P. **Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2006.

SIQUEIRA, V. M. **De agroindústria a assentamento: Estudo de caso sobre a atuação dos intelectuais de tipo rural” no processo de reforma agrária da Malvina**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Severino Sombra, 2001,

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: Veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, J. dos S. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo. **Revista FAEEBA**, Salvador, n. 22, v.13, p. 441-454, 2004. Disponível em <www.estudosdotrabalho.org/artigo.jose1.pdf> Acesso em: 16 de set. de 2008.

SZMRECSANYI, T. Burguesia colonial e mercado externo dominam o agronegócio. **Correio da Cidadania**. 30 de Janeiro de 2008. (Entrevista concedida).

SZMRECSANYI, T. **O Planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo. Hucitec, 1979.

TEIXEIRA, M. A. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: O exemplo da Grande Dourados**. São Paulo (S.N.), 1989.

TERRA, A. **A organização do espaço rural na microrregião geográfica de Dourados – MS**. Dissertação (Mestrado). Maringá, UEM, 2004,

TERRA, A. Uma análise da modernização agrícola do município de Naviraí/MS: Resultados preliminares. XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2002. In: **Anais...** Petrolina/PE, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana.** A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1.ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. O mundo do Trabalho e as transformações territoriais: Os limites da leitura geográfica. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v.3, n.1, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, n. 37, p.7-26, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, A. Agronegócio *Alcoolizado* e *Culturas* em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: III JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 2007, Campinas. In: **Anais...** CD ROM, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, A. Leitura Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n.24. Porto Alegre: AGB/Porto Alegre, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar (Elementos para Recolocar o Debate da Classe Trabalhadora e da Luta de Classes no Brasil). III JORNADA DO TRABALHO, 2007, Presidente Prudente. In: **Anais...** CD ROM Presidente Prudente, 2007.

VASCONCELOS, P. A. Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool do Mato Grosso do Sul - Sindal. Campo Grande, 19 p., julho de 2007. (Transcrição mimeografada).

VIAN, C. E. F.; BELIK, W. Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canavieiro do Centro-Sul. **Economia**, Niterói, v. 4, p. 153-194, 2003.

WEIL, S. Racionalização. In: **A condição operária e outros estudos sobre a opressão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

5.1. Documentos Consultados:

Brasil. Tribunal de Contas da União. Cartilha de licenciamento ambiental / Tribunal de Contas da União; com colaboração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. -- 2. ed. -- Brasília : TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.

CARTILHA SAÚDE DO TRABALHADOR. CRST: Dourados/MS 2007.

Indicadores Básicos de Mato Grosso do Sul: Campo Grande/MS, outubro de 2006.

CONAB. O etanol como um novo combustível universal. Agosto de 2008.

CPT. Vários números.

ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL/ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2 ed., Brasília, MDA: DIEESE, 2006.

INFORMAÇÃO UNICA: Vários números.

INFORMATIVO DIDÁTICO DE CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS sobre a expansão da Cana-de-Açúcar em Dourados/MS. **Que Dourados você quer agora?** Dourados 2007.

GESTÃO POLÍTICA E SINDICAL – Programa Nacional de Fortalecimento das entidades Sindicais. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG/Secretaria de Finanças e Administração, Brasília/DF, 2006.

JORNALCANA. Vários números.

MATO GROSSO DO SUL. Convenção coletiva de trabalho para o setor canavieiro: FETAGRI. Campo Grande/MS, 2006/2007.

MATO GROSSO DO SUL. Convenção coletiva de trabalho: FETAGRI/FAMASUL. Campo Grande/MS, 2006/2008.

Mini Vade Mecum de direito 7 em 1, volume 1/ Anne Joyce Angher organização. – 2. ed. – São Paulo: Rideel, 2005. – (Coleção de Leis Rideel. Série míni 3 em 1). ISBN: 85-339-0657-9.

Mini vade Mecum de direito 7 em 1, volume 2/ Anne Joyce Angher organização. – 1. ed. – São Paulo: Rideel, 2005. – (Coleção de Leis Rideel. Série míni 3 em 1). ISBN: 85-339-0740-0.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. Usina de açúcar e álcool hidratado/anidro. (Cerona). Batayporã/MS. Janeiro de 2008.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. Alavanca Bioenergia. Nova Alvorada do Sul/MS. Julho de 2008.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA - Programa Nacional de Fortalecimento das entidades Sindicais. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG/Secretaria de Finanças e Administração, Brasília/DF, 2006.

UNICA. A energia da Cana-de-açúcar. São Paulo. 2005.

UNICA. Produção e uso do etanol combustível no Brasil. São Paulo. 2007.

6. Anexos

Questionário Aplicado Junto às Agroindústrias Canavieiras

PROJETO - CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM MATO GROSSO DO SUL

- Nome da empresa:
- Principais sócios do empreendimento:
- Em que ano foi fundada a agroindústria:

- Quais os fatores que influenciaram na implantação da agroindústria na área:
 - Baixo preço das terras;
 - Devido o grupo empresarial já possuir terras na área;
 - Devido ao consumo interno de açúcar e álcool;
 - Devido à região estar localizada numa área pouco expressiva quanto às agroindústrias canavieiras;
 - Devido aos incentivos governamentais;-----

 - Outros fatores;

- A empresa desenvolvia outras atividades produtivas antes da instalação da agroindústria canavieira na área? Se sim, quais?
- Quais os fatores que contribuíram para a expansão da agroindústria na área?
- Houve (re)localização da planta fabril pela agroindústria? Se sim, quais os motivos que levaram a tomar essa atitude?
- Qual a expressão territorial da usina em área plantada ha?

PRÓPRIA	ARRENDADA	FORNECEDORES
---------	-----------	--------------

- Qual (is) é (são) as formas de pagamento do arrendamento?

- Qual é a produtividade média da empresa nos últimos anos?
- Qual o percentual de cana-de-açúcar colhida, nas 3 últimas safras?

PRÓPRIA	ARRENDADA	FORNECEDORES
---------	-----------	--------------

- O plantio é manual ou mecanizado, ou ambos? Em qual proporção?
- A colheita é manual ou mecanizada, ou ambas? Em qual proporção?
- Existe perspectiva de aumento da mecanização do corte da cana-de-açúcar?
- Qual o número de trabalhadores empregados:

RURAL	INDÚSTRIA	TRANSPORTE	ADMINISTRAÇÃO
-------	-----------	------------	---------------

- A empresa contrata empreiteiros que recrutam a mão-de-obra diarista volante para trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar?
- A empresa faz contratação de mão-de-obra indígena? Se sim, quais as principais etnias/ origem das mesmas?
- A empresa oferece condições para qualificação quanto à possibilidade de remanejamento da mão-de-obra utilizada no corte para outras funções?
- Existem cursos atualmente de qualificação profissional para os trabalhadores?
- Existe alguma forma de premiação para os trabalhadores que se destacam no corte da cana-de-açúcar?
- Existe perspectiva de aumento da mecanização do corte de cana-de-açúcar nos próximos anos?
- Quais são as perspectivas da empresa em relação à produção orgânica e à certificação ambiental – ISOs ?
- Quais são os subprodutos que a empresa produz, atualmente?

- A empresa desenvolve ou visa a investir em projetos de:

- Produção e venda de energia elétrica;
- Crédito de Carbono (Protocolo de Kyoto);
- Seqüestro de Carbono;
- Biodiesel;
- Biocombustível;

- Existe preocupação quanto à exportação, especialmente do açúcar e do álcool? Se sim, quais os principais destinos?

- Como vocês avaliam o processo de expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul?
- Quais as repercussões do processo de desregulamentação do setor canavieiro para a empresa, nos últimos anos?
- Ocorreu mudança de razão social pela agroindústria? Se sim, quais os motivos?
- Há políticas específicas por parte da empresa em relação à conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas pelas queimadas?

Atenciosamente,

José Roberto Nunes de Azevedo – Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor Efetivo da Rede Pública do Estado de São Paulo.

Roteiro de questões aplicadas junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais visitados.

- Nome do presidente.
- Membro do sindicato desde quando.
- Possui sede própria.
- Número de associados filiados e em dia.
- Base territorial que abrange.
- Ações realizadas pelo sindicato.
- Opinião sobre o desenvolvimento municipal.
- Distribuição dos trabalhadores por atividade econômica no campo.
- Opinião acerca da expansão da atividade canavieira em Mato Grosso do Sul e, em particular, no município no qual se territorializa.
- Acompanhamento sobre os assentamentos e utilização da mão-de-obra dos mesmos em agroindústrias canavieiras.
- Quais são as formas de obtenção da terra pelas agroindústrias canavieiras.
- Condições de trabalho a que estão expostos os trabalhadores locais.
- Quais são os principais problemas enfrentados pelo sindicato.
- Ocorrência de greves nos últimos anos. Por quê.

LEI Nº 328 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1982

Dispõe sobre a Proteção Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

Pedro Pedrossian, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibida a instalação de destilaria de álcool ou de usina de açúcar e similares na área do Pantanal Sul-Mato-Grossense, correspondente à área da bacia hidrográfica de Rio Paraguai e de seus tributários, delimitada de acordo com o Anexo I.

Art. 2º Respeitada a proibição contida no Artigo anterior, somente será concedida autorização para instalação de qualquer outro tipo de indústria na mesma área, se ficar evidenciado que seu funcionamento não concorrerá ou provocará poluição ambiental no Pantanal.

Parágrafo único - Entende-se por poluição para fins deste Artigo, o definido no Artigo 2º, itens I, II, III do Capítulo II, da Lei Nº 90, de 02 de junho de 1980.

Art. 3º - Ficam assegurados os direitos das indústrias de que tratam os artigos anteriores que, na data da publicação desta lei, já se achem instaladas e em operação, condicionado o funcionamento das mesmas a observância das normas de controle de poluição vigentes.

Art. 4º - Fica proibida a ampliação da capacidade instalada das destilarias de álcool ou usinas de açúcar de que trata o artigo 1º, que já se achem instaladas e em operação na data da publicação desta Lei.

Art. 5º - O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, a

contar da data da publicação desta Lei, regulamentará sua aplicação.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 25 de fevereiro de 1982

LEI Nº 3.404, DE 30 DE JULHO DE 2007.

Dispõe sobre a localização de estabelecimentos industriais para a produção de açúcar e álcool carburante, para fins de fruição de incentivos ou benefícios fiscais, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O estabelecimento industrial destinado à produção de açúcar e ou álcool etílico carburante, a ser instalado no Estado a partir da publicação desta Lei, somente poderá ser contemplado com incentivos ou benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), caso a unidade fabril seja construída a uma distância mínima, em qualquer direção, de vinte e cinco quilômetros de outros estabelecimentos da mesma espécie ou natureza, e satisfaça as demais condições estabelecidas na presente Lei.

§ 1º Sem prejuízo da restrição de distância prevista no *caput* e para quaisquer outros fins, a instalação de unidade fabril depende de avaliação do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), de acordo com a legislação ambiental vigente.

§ 2º O estabelecimento industrial referido no *caput* e destinado à produção de açúcar e ou álcool etílico carburante não poderá ter sua instalação prevista, nem tampouco autorizada, em área situada a menos de cinco quilômetros do perímetro urbano do Município.

§ 3º Excetua-se a esta determinação quando se tratar de instalação de microdestilarias, sendo estas entendidas como aquelas com capacidade de produção de até 5.000 (cinco mil) litros de álcool por dia.

Art. 2º O Governo do Estado, atendendo ao princípio do controle e zoneamento das atividades potenciais, ou efetivamente poluidoras, deverá promover o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, para, entre outros, ordenar o processo de produção de álcool e açúcar, delimitando zonas para o cultivo de cana-de-açúcar, visando ao uso sustentável dos recursos naturais em cada região do Estado, observando, os critérios estabelecidos no Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE).

Art. 3º Nas áreas em que a topografia permitir a colheita mecanizada, a queima de palha de cana-de-açúcar será totalmente eliminada no prazo máximo de 6 (seis) anos, a partir do ano de 2010, à razão de 16,75% (dezesesseis vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, pelo menos.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, fica proibida a queima de palha de cana-de-açúcar em áreas situadas a menos de 5 (cinco) quilômetros do perímetro urbano.

Art. 4º Poderá ter benefício fiscal adicional, a indústria de açúcar e ou álcool etílico carburante que:

I - adquirir de terceiros, agricultores locais, localizados no Estado, no mínimo 30% (trinta por cento) de matéria-prima (cana-de-açúcar) utilizada no seu processo produtivo;

II - se estabelecer, incorporando ao seu processo produtivo, para o cultivo de cana-de-açúcar, o aproveitamento de áreas degradadas;

III - eliminar a queima de palha de cana-de-açúcar em prazo inferior ao estabelecido no art. 3º;

IV - implementar programas de proteção aos seus trabalhadores.

Art. 5º As indústrias já instaladas com incentivos ou benefícios fiscais em vigor e que pretendam obter o incentivo fiscal adicional, também deverão cumprir o estabelecido no art. 4º.

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º Os empreendimentos relacionados ao cultivo e processamento da cana-de-açúcar para produção de açúcar e álcool deverão implementar programas visando a garantir os direitos sociais e trabalhistas, promovendo a qualidade de vida digna de seus trabalhadores, e ações de responsabilidade social direcionada às comunidades do seu entorno.

Art. 8º Os demais procedimentos necessários à implementação desta Lei, referentes à instalação de usinas, ao plantio e à colheita de cana-de-açúcar serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

Art. 9º Ficam revogados o § 1º do art. 2º e o inciso II do art. 3º da Lei nº 3.357, de 9 de janeiro de 2007.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 30 de julho de 2007.

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador do Estado